

**Superintendência Federal de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
em Santa Catarina.**



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

***RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2.013***

São José/SC, 31 março de 2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU nº 133/2013, na forma Individual.

São José/SC, 31 março de 2014

ROL DE RESPONSÁVEIS**SFA/SC**

Nome: JOEL PAULO PEROTTO *		CPF: 219.637.389-34
Cargo ou Função: SUPERINTENDENTE FEDERAL		
Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas		
Portaria de Designação: 822	Data do Ato: 30/09/2011	Data da Publicação 03/10/2011
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial: Rua Prof. Elpidio Barbosa,235-Trindade-Florianópolis-SC		Email: Joel.perotto@agricultura.gov.br

Nome: LUIS GUSTAVO BALENA PINTO **		CPF: 004.762.959-20
Cargo ou Função: Superintendente Federal Substituto		
Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas		
Portaria de Designação: 884	Data do Ato: 28/09/2012	Data da Publicação 01/10/2012
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial: Av. Brasil 3313, Ap. 3401, centro-Balneário Camboriu/SC		Email: Luiz.balena@agricultura.gov.br

- Joel Paulo Perotto - exonerado do cargo de Superintendente – Portaria nº 413 – publicada no DOU, de 20/06/2013.
- ** Luiz Gustavo Balena Pinto – Superintendente em Exercício no período de 20/06/2013, a 15/01/2014, quando foi nomeado Superintendente Federal Titular pela Portaria nº 36, publicada no DOU, de 16/01/2014.

Nome: IARA MARIA LAUS		CPF: 342.374.619-04
Cargo ou Função: SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação		
Natureza de Responsabilidade: 103 – Ordenador de Despesas P/Delegação de Competência – Substituto		
Portaria de Designação: 210	Data do Ato: 07.08.2006	Data da Publicação 09/08/2006
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial: Rua São José, 176 – apt. 704 – Florianópolis/SC		Email: iara.laus@agricultura.gov.br

Nome: HARY OENNING		CPF: 046.647.791-00
Cargo ou Função: Assistente de Administração		
Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão		
Portaria de Designação: 520	Data do Ato: 16/12/2011	Data da Publicação 20/12/2011
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:

Endereço Residencial: Rua Cristóvão Nunes Pires, 150 – Ap.301 – Edif. Porto do Sol – CEP. 88.010-120	Email: Hary.oenning@agricultura.gov.br
---	--

Nome: SIDNEI NASCIMENTO		CPF: 483.057.159-49
Cargo ou Função: Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira		
Natureza de Responsabilidade: 137 – Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária – Titular		
Portaria de Designação: 913	Data do Ato: 27.09.2010	Data da Publicação 28.09.2010
Natureza de Responsabilidade: 138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Titular		
Portaria de Designação: 913	Data do Ato: 27.09.2010	Data da Publicação 28.09.2010
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial: R: Guarani, 111 – Florianópolis-SC		Email: sidnei.nascimento@agricultura.gov.br

Nome: FRANCISCO CARLOS NOLASCO PEREIRA		CPF: 496.041.207-00
Cargo ou Função: CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO		
Natureza de Responsabilidade: 110– Responsável pela Conformidade De Registro De Gestão		
Portaria de Designação: 520	Data do Ato: 16/12/2011	Data da Publicação 20/12/2011
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial: R: Manoel Izidoro Januario, 118 – Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC		Email: francisco.nolasco@agricultura.gov.br

Nome: ALBERTO JERONIMO PEREIRA		CPF: 135.037.821-68
Cargo ou Função: Coordenador de Contabilidade		
Natureza de Responsabilidade: 207 – Responsável pela Conformidade Contábil		
Portaria de Designação: 419	Data do Ato: 12/05/2008	Data da Publicação 12/05/2088
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial:		Email: Aberto.jeromo@agricultura.gov.br

Nome: JOSÉ CALAZANS DOS SANTOS		CPF: 150.533.377-20
Cargo ou Função: Coordenador de Contabilidade – Substituto		
Natureza de Responsabilidade: 207 – Responsável pela Conformidade Contábil		
Portaria de Designação: 784	Data do Ato: 29/09/2009	Data da Publicação 29/09/2009
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial:		Email: Jose.calazans@agricultura.gov.br

Nome:	CPF:
--------------	-------------

PAULO ROBERTO COUTINHO		376.727.899-53
Cargo ou Função: Serviço de Material e Patrimônio		
Natureza de Responsabilidade: 301 – Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque		
Portaria de Designação: 309	Data do Ato: 02/09/2011	Data da Publicação 08/09/2011
Período de Férias:	1º Período/Único:	2º Período:
Endereço Residencial:		Email: Paulo.coutinho@agricultura.gov.br

SUMÁRIO

SFA/SC

A - ABREVIATURAS	
<i>A.1 - Abreviaturas utilizadas no Relatório</i>	12
B - INTRODUÇÃO	
<i>B.1 - Considerações Iniciais</i>	14
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.1.1 – Relatório de Gestão Individual</i>	15
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade</i>	16
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.3– Organograma Funcional</i>	19
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.4 – Macroprocessos Finalísticos</i>	20
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.5– Macroprocessos de Apoio</i>	22
1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>1.6– Principais Parceiros</i>	23
2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>2.1 – Planejamento da Unidade</i>	27
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados</i>	148
<i>2.3 – Informações sobre outros resultados da gestão - Execução Física das Ações de Programas Realizadas pela SFA/SC</i>	
<i>2.3.1 - Planos Internos - Quadro Geral</i>	149
2.3.1.1 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZW – Apoio à Reestruturação e à Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) - (ERSUASA) PI. 000A</i>	150
2.3.1.2 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	

<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Serviços Agrícolas - (FISCAGRIC13)</i> <i>PI. 0001</i>	152
2.3.1.3 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - (INDGRAF13)</i> <i>PI. 000A</i>	154
2.3.1.4 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 8606 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)</i> <i>PI. 1</i>	156
2.3.1.5 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC13)</i> <i>PI.6</i>	159
2.3.1.6 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC13)</i> <i>PI 8</i>	161
2.3.1.7 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP13)</i> <i>PI. 00D</i>	163
2.3.1.8. – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres (FISCON13)</i> <i>PI. 000F</i>	165
2.3.1.9 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 20ZV – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR13)</i> <i>PI.E</i>	168
2.3.1.10 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX– Fiscalização de Serviços Pecuários – FISCALPEC13</i> <i>PI. 5</i>	169
2.3.1.11 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
<i>Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (APOIOABC13)</i> <i>PI.1</i>	170
2.3.1.12 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN13)</i> <i>PI. 000D</i>	171
2.3.1.13 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	

<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - (FISFECO13)</i> <i>PI. 000A</i>	172
2.3.1.14 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Sementes e Mudanças - (FISCALSEM13)</i> <i>PI. 000B</i>	175
2.3.1.15 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROT13)</i> <i>PI. 000C</i>	177
2.3.1.16 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Material Genético Animal - (FISCGENE13)</i> <i>PI. 6</i>	178
2.3.1.17 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - (FISCINAN13)</i> <i>PI. 8</i>	179
2.3.1.18 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (FISPROVET13)</i> <i>PI. 9</i>	181
2.3.1.19 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (ISPANIMAL13)</i> <i>PI. 000G</i>	182
2.3.1.20 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal (RESÍDUOS13)</i> <i>PI. 000D</i>	184
2.3.1.21 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - (PADCLASSIF13)</i> <i>PI. 000E</i>	186
2.3.1.22 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13)</i> <i>PI. 000H</i>	188
2.3.1.23 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Erradicação da Febre Aftosa - (FEBREAFTO13)</i> <i>PI. 9</i>	190
2.3.1.24 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - (PCEANIMAL13)</i> <i>PI. 000F</i>	191
2.3.1.25 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)</i> <i>PI. 000J</i>	193

2.3.1.26 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZW – Erradicação da Mosca da Carambola - (ERRADMOSC13) PI. 5</i>	194
2.3.1.27 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZW – Prevenção, Controle, e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL13) PI. 6</i>	195
2.3.1.28 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária	
<i>Ação 20ZX – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos - (VIGIAGRO13) PI. 000K</i>	197
3 – Parte A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.1 – Estrutura de Governança</i>	198
3 – Parte A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.2– Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos</i>	199
3 – Parte A - item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.3 – Remuneração Paga a Administradores</i>	201
3 – Parte A - item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.4 - Sistema de Correição</i>	202
3 – Parte A - item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.5 - Cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 da CGU</i>	203
3 – Parte A - item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>3.6 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos</i>	205
4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>4.1 – Execução das Despesas</i>	206
4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.	
<i>4.2 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito ou Recursos</i>	212
4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.	
<i>4.3- Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	213
4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.	
<i>4.4 – Transferências de Recursos</i>	214
4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.	
<i>4.5 – Suprimento de Fundos</i>	219

4 – Parte A - item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.	
<i>4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ</i>	221
5 – Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 127, DE 15/5/2013	
<i>5.1 – Estrutura de pessoal da unidade</i>	222
5 – Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 127, DE 15/5/2013	
<i>5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários</i>	231
6 – Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>6.1 – Gestão da Frota de Veículos e Próprios e Contratados de Terceiros</i>	235
6 – Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>6.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário</i>	236
7 – Parte A, item 7 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação</i>	239
8 – Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	240
9 – Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>9.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU</i>	243
<i>9.2 - Tratamento de Recomendações do OCI</i>	243
<i>9.3 - Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Externa</i>	243
<i>9.4 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei 8.730/93</i>	244
<i>9.5 - Medidas Adotadas em Caso de Danos ao Erário</i>	245
<i>9.6 - Alimentação SIASG e SICONV</i>	246
10 – Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	247
11 – Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	
<i>11.1 - Medidas adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</i>	248
<i>11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis</i>	249

A – ABREVIATURAS

A.1 - Abreviaturas utilizadas no Relatório

Abreviatura:	Nomenclatura:
CCPS	Centro de Coleta e Processamento de Sêmen
CCRC	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
CGQV	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIG	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAGRE	Coordenação de Agroecologia
CPOrg	Comissão da Produção Orgânica
CTNBio	Comissão Nacional de Biossegurança
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
DEPTA	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DFIP	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DILEI	Divisão de Inspeção de Leite e Derivados, Mel e Produtos Apícolas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DOU	Diário Oficial da União
DPDAG	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DAS	Departamento de Saúde Animal
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EET	Encefalopatia Espongiforme Transmissível
ERAS	Estabelecimento Rural Aprovado SISBOV
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
IABRAS	Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PI	Plano Interno
PInt	Produção Integrada
PNCRC	Programa Nacional de Combate a Raiva dos Herbívoros
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PPA	Plano Plurianual
PRODESA	Programa de Desenvolvimento Agropecuário
PSC	Peste Suína Clássica.
DAS	Secretaria de Defesa Animal
SFA-SC	Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGorg	Sistema Informatizado de Gerenciamento da Produção Orgânica
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBI /POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISBOV	Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SisOrg	Sistema Brasileiro de Garantia da Conformidade Orgânica
SSA/SC	Serviço de Saúde Animal em Santa Catarina
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SSV/SC	Serviço de Sanidade Vegetal em Santa Catarina
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJ	Unidade Jurisdicionada
UVAGRO	Unidades de Vigilância Agropecuária

B - INTRODUÇÃO

B.1 - Considerações Iniciais

A grande demanda de tarefas relacionadas às atividades finalísticas da Superintendência, tem em muito envolvido o corpo de servidores, no sentido de dar suporte necessário ao bom desempenho das funções institucionais do MAPA.

Neste contexto, o Planejamento Estratégico e Operacional, adotado pelo MAPA a partir de 2010, como ferramenta essencial de trabalho, em 2013 não surtiu o efeito desejado, visto ter passado por um processo de aprimoramento, para que a estratégia do Ministério fosse ajustada ao método original do Balanced Scorecard, o que possibilitou a revisão do portfólio de projetos e os indicadores de desempenho dos objetivos estratégicos, resultando na retomada do acompanhamento trimestral dos projetos e indicadores e o início do processo de modernização do Sistema de Automação da Gestão Estratégica do MAPA, sistema este em fase de ajuste, para implantação nas Superintendências no decorrer do exercício de 2014.

Para a obtenção dos resultados esperados, evidente que são necessários além de automação do sistema de controle, meios financeiros e estruturais, envolvendo ações político-estratégicas específicas à realidade em que se insere a SFA-SC. A propósito, há que se observar que nem sempre a realidade vivenciada em Santa Catarina, são as mesmas que se apresentam em outras regiões do País, pois em razão de suas dimensões continentais, exige que se ofereçam metodologias de trabalhos distintas entre si, tendo como um dos fatores representativo desta diferença, a mudança de culturas o que ocasiona, conseqüentemente, em mudança de posturas por parte dos agentes envolvidos.

Outro fator importante e que tem ajudado de modo significativo, é o trabalho esmerado no campo com a prática de consultoria, assistência técnica e fiscalização, com a realização de incursões objetivando avaliar o grau da qualidade dos produtos, procedimentos estes que podem resultar em emissões de notificações, autos de infração, quando não, apreensões de produtos que, por suas características, não reúnem a qualidade exigida pelas normas reguladoras.

Ao contraponto de todo este trabalho, as dificuldades financeiras e funcionais nas ações de apoio ao setor finalístico, tem sido marcantes, ocasionando inúmeras obstruções que dificultam um melhor resultado.

Atualmente a SFA-SC está localizada em área privilegiada, superior a 13ha., em região quase central do município de São José/SC, cidade esta contígua a Capital catarinense.

Sua manutenção dispensa especial atenção, pois do total de sua área, aproximadamente 5 ha., são de mata nativa, devendo receber tratamento especial no tocante a preservação. O restante compreende áreas verdes gramadas, árvores ornamentais e frutíferas, e 15 prédios, distribuídos de forma espargidas, o que exige trabalho constante de melhoramentos, o que vem sendo prejudicado pelas ocorrências de reduções orçamentárias.

Por outro lado, apesar da dificultada registrada no parágrafo anterior, a sede atual da Superintendência oferece aos seus usuários local aprazível, desconexo com vida atribulada dos grandes centros, como acontece com a maioria dos órgãos públicos.

Para o novo exercício que se inicia, espera-se que o grau de conformidade às ações institucionais seja gradativamente melhorado, permitindo assim, um constante aperfeiçoamento para consecução dos objetivos primazes da Organização.

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada
1.1.1 – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina		
Denominação Abreviada: SFA/SC		
Código SIORG: 2781	Cód. LOA: 22101	Código SIAFI: 130072
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: 101-5 - Órgão Público do Poder Executivo Federal		CNPJ: 00.396.895/0030-60
Principal Atividade: Assessoria, Consultoria, Orientação e Assistência		Código CNAE: 7490-1/03
Telefones		(048) 3261-9901 - 9900
Fax de contato:		(048) 3261-9902
Endereço Eletrônico: gab-sc@agricultura.gov.br		
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br		
Endereço Postal: Rua João Grumiché, 117 -Bairro Kobrasol - CEP 88.102-600 - São José-SC		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, publicada no DOU em 12.10.1962, com republicação feita em 03.01.1963		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU em 14.07.2010		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	

2. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.2- Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A finalidade da UJ de acordo com o Mapa Estratégico do MAPA é ser reconhecida pela clientela e sociedade em geral, pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Quanto à competências institucionais da unidade estão inseridas na Missão Institucional do MAPA, que é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, conforme ainda definidas no artigo 1º da Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, a saber:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários;
- e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

A SFA/SC é uma unidade organizacional com dotação orçamentária no limite, que tem exigido de seus gestores, uma postura pró-ativa, com utilização de planos operativos como

ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

Sendo a SFA/SC uma Unidade descentralizada do MAPA, fortemente orientada pela condição de administração direta no atendimento de requisitos da lei, sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento (e autonomia) se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, representadas prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

Destarte, compete a SFA/SC executar as ações corporativas em nível de estado.

Para tanto, cada Serviço gerencia o seu Plano Interno, que é programado para atender aos indicadores do programa ao qual pertence.

Quanto ao Planejamento Operacional, há que se definir um portfólio de projetos que atenda a todas as unidades e que alavanque o processo de acompanhamento e controle dos planos internos, com estabelecimento de metas e a uniformização de procedimentos.

A natureza das atividades da SFA/SC é vinculada ao atendimento das necessidades de sua clientela e da própria sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA/SC busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA/SC são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A efetividade das ações tem como suporte a Visão de Futuro do MAPA, seu mapa estratégico, e todo o aparato legal que modula a ação das várias unidades. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece à periodicidade própria, a critério dos gerentes de programas e também de denúncias de concorrentes, de usuários ou de consumidores.

É importante destacar que, a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA/SC (e seu conseqüente impacto multiplicador) em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas de interesse (Serviços) estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado de Santa Catarina fiscalizadas pela SFA/SC e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

A presença física da SFA/SC, na sede em São José-SC e por meio de suas unidades descentralizadas de Chapecó, Concórdia, São Miguel D'Oeste, Dionísio Cerqueira, Lages, Videira, Capinzal, Itajaí, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul, Forquilha, Rio do Sul, Blumenau e Joinville, contribui para que o atendimento seja operante em todo o Estado de Santa Catarina.

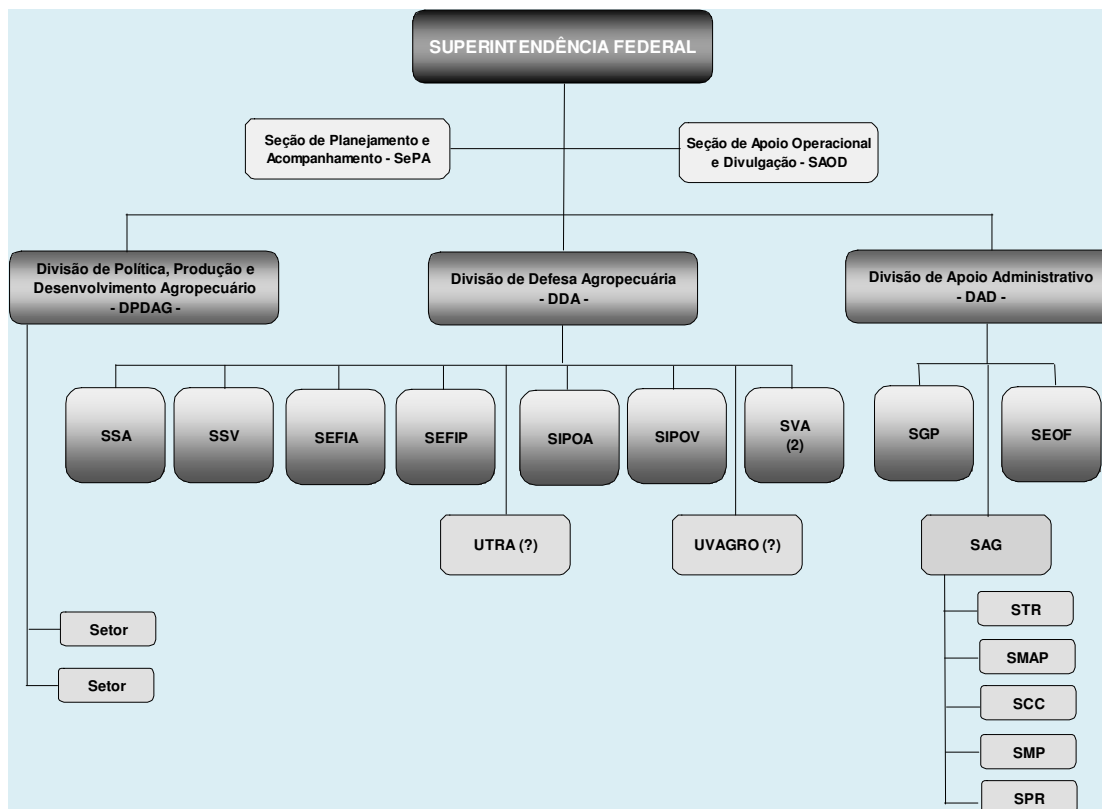
Santa Catarina é um Estado onde predomina o agronegócio, com um nível de organização e exigência das cadeias produtivas muito elevadas, exigindo um maior volume de recursos a serem aplicados no setor agropecuário, para o financiamento, o custeio, investimentos e comercialização dos produtos. A diversificação da produção catarinense exige também uma alta qualificação dos profissionais do MAPA, em virtude da multiplicidade de tarefas.

O agronegócio é todo o conjunto de negócios que se relacionam com a agricultura, dentro de uma visão econômica, e é o responsável, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por cerca de 1/3 do PIB do Brasil, alocando aproximadamente 38 % da mão-de-obra do país e responsabilizando-se por 42% das nossas exportações, tendo assim uma significante representatividade em nossa balança de pagamentos, sendo o setor mais importante na nossa economia e que apresenta um crescimento considerável, impulsionado pela globalização dos mercados, pelo aumento das

taxas demográficas mundiais e o conseqüente aumento de demanda de alimentos em nível mundial.

2. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.3- Organograma Funcional



? = No que se refere à UTRA e UVAGRO tratam-se de unidades descentralizadas em processo de oficialização.

2. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

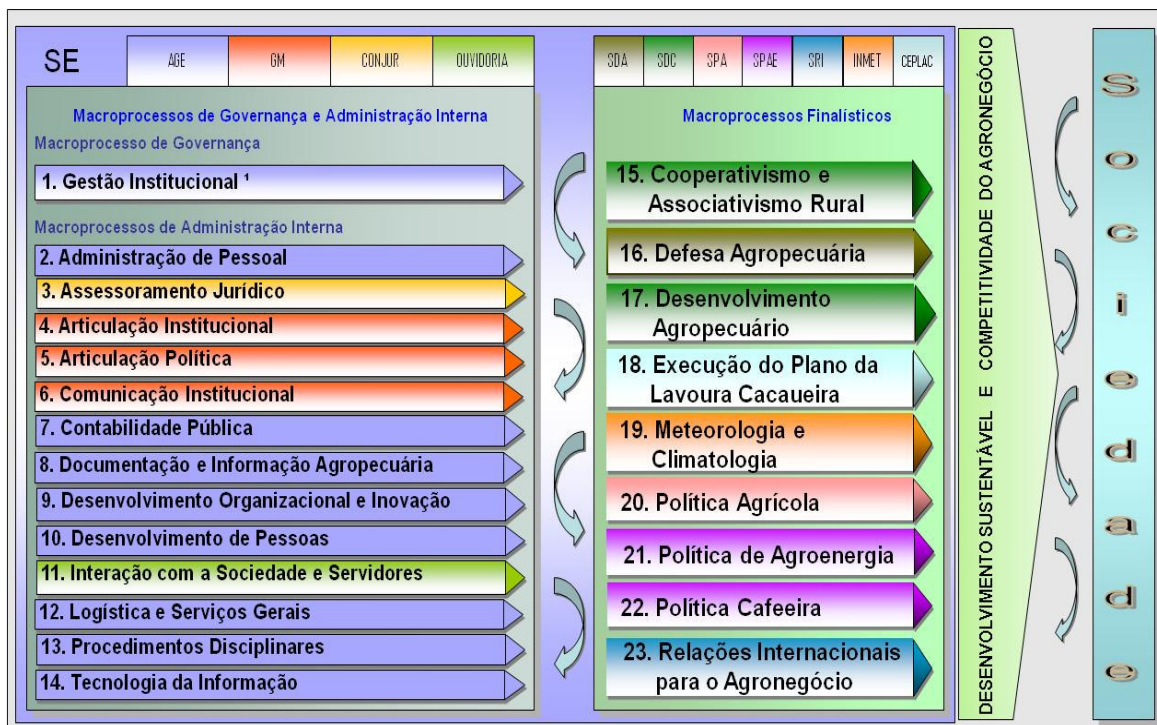
1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos

Macroprocessos	Órgão Responsável
15. Cooperativismo e Associativismo Rural	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
16. Defesa Agropecuária	
17. Desenvolvimento Agropecuário	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
18. Execução do Plano da Lavoura Cacaueira	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
19. Meteorologia e Climatologia	Instituto de Meteorologia
20. Política Agrícola	Secretaria de Política Agrícola
21. Política de Agroenergia	Secretaria de Produção e Agroenergia
22. Política Cafeeira	Secretaria de Produção e Agroenergia
23. Relações Internacionais para o Agronegócio	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir:



Legenda:	
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAÉ – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da República e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIOG, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos macroprocessos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metabolos e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos macroprocessos.

2. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.5– Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. Mote, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

2. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.6– Principais Parceiros

Colaborando na consecução de seus objetivos a SFA/SC tem como seus principais parceiros:

1. Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Visando o fortalecimento do agronegócio, a SFA-SC tem como parceira a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

A SAE-SC é uma instituição tradicional e responsável pela execução da política de desenvolvimento da agropecuária do Estado, representando uma importante parceira da SFA/SC na defesa da inocuidade dos alimentos, saúde animal e sanidade vegetal.

Para a manutenção de tal parceria a SFA/SC conta com a unidade organizacional - Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, área responsável por garantir a sanidade animal dos rebanhos e por assegurar a sanidade dos vegetais aptos à comercialização, por meio de ações de combate, controle e erradicação de doenças e pragas, conforme normas reguladas pelo Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Na sanidade vegetal a SFA/SC conta com a parceria da CIDASC - Companhia Integrada de Defesa Agrícola de Santa Catarina (Vide item 2), que desenvolve e executa as ações de Defesa Sanitária Vegetal no Estado. Grande parte destes serviços são realizados por meio de convênios celebrados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando são efetuados levantamentos de detecção e ações de controle relativas a pragas quarentenárias.

Dados e relatórios destas ações são encaminhados ao Serviço de Sanidade Vegetal (SSV/DDA/SFA-SC), que supervisiona tais atividades junto à CIDASC.

2. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-CIDASC, empresa de Economia Mista, criada em 28/02/1979 pela Lei nº 5.516 e fundada em 27/11/1979, transformada em empresa pública em 06/09/2005 e tem por MISSÃO executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Como VISÃO, ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.

A parceria com a SFA/SC consiste em apoio operacional e laboratorial para execução de serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados pelo MAPA, quando importados através dos portos, aeroportos e terminais alfandegados, localizados nos Municípios de Dionísio Cerqueira, Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, de forma a cumprir o que estabelece a Lei nº 9.972/2000, Decreto nº 6.268/2007 e Instruções Normativas complementares.

O apoio operacional e laboratorial prestado pela CIDASC se refere a atividades de coleta de amostras, homogeneização, divisão por quarteramento ou educação da amostra, confecção das alíquotas de amostras, acondicionamento em embalagens apropriadas, lacração, identificação

e encaminhamento para o Posto de Serviço ou Laboratório para realização das análises necessárias à classificação dos produtos, de acordo com os Padrões Oficiais de classificação. Para realização destas atividades, a CIDASC conta com postos de serviço instalados nos portos de São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Dionísio Cerqueira.

Além do contrato acima referido o MAPA/SFA/SC mantém com a CIDASC os convênios abaixo, com a descrição dos respectivos objetos:

= SICONV 755855 – Sanidade Vegetal

Objeto: Estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Vegetal, visando à prevenção e controle das pragas dos vegetais.

O presente Convênio tem por objeto, assegurar as condições necessárias à qualificação da gestão da Defesa Sanitária Vegetal, visando implementar ações de educação, inspeção, monitoramento, fiscalização e controle, bem como, promover medidas sanitárias apropriadas, buscando prevenir e/ou evitar a disseminação e a instalação, no território catarinense, de pragas quarentenárias ou de importância econômica, nos vegetais, seus produtos e em materiais de propagação, qualquer que seja a sua origem ou proveniência.

Obs. O convênio era específico para Sanidade Vegetal e foi rescindido na data de 27 de dezembro de 2013, a pedido da conveniente, em razão da assinatura do Convênio 794620. Foi uma condição da CAO/SDA a rescisão do convênio que era plurianual até 2015.

= SICONV 756431 – Saúde Animal

Objeto: Estruturar e manter o sistema unificado de atenção à saúde animal em Santa Catarina, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais

Constitui OBJETO do presente CONVÊNIO, mediante a conjugação de esforços do MINISTÉRIO e da CONVENIENTE, a manutenção e estruturação do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal no Estado de Santa Catarina, visando à prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais, tendo como elementos característicos as metas e etapas indicadas no Plano de Trabalho.

Obs. O convênio era específico para Saúde Animal e foi rescindido na data de 27 de dezembro de 2013, a pedido da conveniente, em razão da assinatura do Convênio 794620. Foi uma condição da CAO/SDA a rescisão do convênio que era plurianual até 2015.

= SICONV 794620 – SUASA-Sistema Unificado Atenção à Sanidade Agropecuária (Sanidade vegetal + Saúde Animal + Inspeção Animal)

Constitui OBJETO do presente CONVÊNIO, mediante a conjugação de esforços da CONCEDENTE e CONVENIENTE, o apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Estado de Santa Catarina e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária, a ser alcançado de acordo com a execução das metas e etapas constantes do Plano de Trabalho.

Obs. Este convênio envolve as áreas de Sanidade Vegetal, Saúde Animal e Inspeção Animal e nesta área busca estruturar a inspeção estadual com vistas à implementação do SISBI-Sistema Brasileiro de Inspeção.

3. Laboratórios Nacionais Agropecuários - LANAGROS

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) são os laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) e os laboratórios credenciados, públicos e privados, constituem a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior.

A Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários está ligada institucionalmente à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) da Secretaria de Defesa Agropecuária, desta forma apoia, atesta e gera princípios científicos às ações de Defesa Agropecuária.

O objetivo do LANAGRO/RS é prestar apoio técnico laboratorial às ações governamentais nos vários segmentos da produção animal e vegetal.

Mais informações, tomando como base a regional do Lanagro do Rio Grande do Sul que dispõe de uma unidade que funciona nas dependências da SFA/SC.

O LANAGRO/RS tem como política da qualidade:

- a busca pelo nível de excelência dos serviços prestados;
- a implementação de um Sistema de Gestão com o objetivo de garantir a qualidade dos ensaios e a confiabilidade dos resultados, com foco no atendimento dos clientes;
- o comprometimento de todos os funcionários com a melhoria contínua do Sistema de Gestão;
- a familiarização de todos os funcionários com a documentação da qualidade e implementação das políticas da instituição em suas atividades;
- a busca pela conformidade das atividades realizadas em relação aos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025.

O SLAV/SC, unidade avançada do LANAGRO/RS, situada em São José/SC, está engajado nesses objetivos, apresentando, desde o início de 2013, significativo aumento da capacidade operacional de seus laboratórios com a inclusão de aproximadamente 50 métodos analíticos em seu escopo. O SLAV/SC atualmente conta com quatro unidades analíticas: LABORATÓRIO DE ALIMENTOS E MEDICAMENTOS PARA ANIMAIS (ALA/SLAV); LABORATÓRIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (POA/SLAV), LABORATÓRIO OFICIAL DE ANÁLISE DE SEMENTES (LASO/SLAV) e LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL (LACV/SLAV).

O SLAV/SC conta com instrumental adequado para análise de produtos agropecuários, tais como: cromatógrafos a líquido com detectores de arranjo de fotodiodos, índice de refração, fluorescência e espectrômetro de massas; sistemas de eletroforese capilar; espectroscópio no infravermelho próximo; além de outros equipamentos modernos e automatizados para análise da conformidade, exames bromatológicos e pesquisas de adulteração de produtos agropecuários. Um trabalho relevante que vem sendo desenvolvido pelo SLAV/SC através de sua participação no Projeto Sagres, celebrado entre o MAPA e o CNPq, é o desenvolvimento e a validação de métodos de análise de produtos agropecuários para incremento da fiscalização.

O laboratório possui uma equipe interdisciplinar que atualmente conta com 41 funcionários, sendo 20 servidores (oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia e da CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento

Agrícola de Santa Catarina), 11 funcionários terceirizados (contratados pela FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio) e 10 bolsistas e estagiários. A equipe é altamente capacitada, contando com profissionais de nível técnico, Mestres e Doutores, com formações diferenciadas nas áreas de Agronomia, Medicina Veterinária, Farmácia, Química, Engenharia de Alimentos e Zootecnia.

O Laboratório de Análises para Classificação Vegetal – LACV do Lanagro-RS recebeu no final de janeiro a certificação do INMETRO e está oficialmente acreditado na norma ABNT NBR ISO17025. A acreditação se deu para os métodos de classificação de arroz, feijão e ervilha, o que o tornou o primeiro laboratório de classificação de grãos no Brasil a ter esta acreditação.

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013

2.1 – Planejamento da Unidade

2.1.1 - Planejamento da unidade contemplando:

- a) **Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;**
- b) **Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;**
- c) **Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.**

Para fazer frente aos desafios apresentados ao setor agropecuário, as cadeias produtivas agropecuárias terão que passar por ajustes importantes no médio e longo prazo. E o Estado brasileiro, representado mais fortemente pelo MAPA neste setor, precisará formular e executar políticas públicas e prover serviços com maior qualidade, agilidade e efetividade.

Há anos o MAPA vem se preparando para estas mudanças. Em 2004/2005, se reestruturou e iniciou a implantação efetiva da Gestão Estratégica na organização. O Plano Estratégico do MAPA visa identificar os grandes desafios que a instituição terá que superar ou mitigar durante o período 2006-2015 para fazer frente ao quadro de desafios a partir dos estudos “Projeções do Agronegócio”.

O processo de Gestão Estratégica teve início em 2006, após a reestruturação do Ministério (Decreto 5351, de 24/01/2005) e criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE). O Plano Estratégico elaborado pela Assessoria foi alinhado aos dois ciclos de Planejamento Plurianuais (PPA 2008-2011 e 2012-2015).

Em 2006, foram elaborados e implantados os instrumentos de gestão estratégica, na seguinte estrutura:

1) **Missão do MAPA:** Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

2) **Visão de Futuro do MAPA para 2015:** Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação das políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

3) **Mapa estratégico** com 25 objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas que propõem uma visão equilibrada entre o que o público externo demanda da organização e os meios e as condições que são necessárias para suprir tais demandas.

3.1 Perspectiva da Sociedade: reúne os objetivos estratégicos relacionados ao que o MAPA pretende atingir para o Poder Executivo e a Sociedade como um todo.

1 – Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos: Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo quanto para a produção de bens processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras, celulose.

2 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio: Participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego

e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

3 – Garantir a segurança alimentar: Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.

4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética: Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

3.2) Perspectiva do Agronegócio e Parceiros: agrega o conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros (dos três poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto agentes como os representantes).

5 – Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio: produção e disseminação de informações estratégicas qualificadas, quer seja com recursos próprios ou por meio de coordenação da ação de várias organizações. Estas informações estratégicas possibilitariam maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio e ganho de credibilidade pelo MAPA.

6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio: Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade, inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.

7 – Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio: Consolidar-se como agente principal para o fortalecimento e a harmonização do agronegócio, promovendo, de forma participativa, a integração dos agentes nas cadeias produtivas, objetivando a minimização de distorções e a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos.

3.3) Perspectiva de Processos Internos: agrupa os objetivos estratégicos que o MAPA terá que alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, que agrupa os que a instituição terá de alcançar seu reconhecimento.

Esta perspectiva foi dividida em quatro temas:

Tema 1: Informação

8 – Melhorar a qualidade e o acesso às informações: Aprimorar continuamente as informações, prospecções e cenários técnicos e comerciais gerados, fornecendo-os de forma ágil e tempestiva. Ampliar e aperfeiçoar mecanismos de disseminação das informações, possibilitando a universalização de seu uso como subsídio para tomada de decisão pelos agentes do setor.

9 – Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio: Mapear constantemente a dinâmica e as mudanças nos segmentos do agronegócio, por meio da ampliação da capacidade de escuta e processamento de demandas e da busca de outros meios de conhecimento, com o objetivo de identificar as necessidades e as interações entre os elos das cadeias produtivas.

10 – Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação: Aumentar a oferta de estudos de prospecção de oportunidades e ameaças para o agronegócio, principalmente por meio de maior integração com centros de estudos e entidades representativas, objetivando melhorias na identificação de formas de aproveitamento de oportunidades e na estruturação de soluções para contingências.

Tema 2: Produtos e Serviços

11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos: Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

12 – Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias: Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.

13 – Estimular a agregação de valor na produção agropecuária: Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produtor.

14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio: Buscar a implementação tempestiva de políticas que estimulem a melhor utilização de recursos produtivos, a integração das ações de defesa, a ampliação de seus beneficiários e que incentivem a sustentabilidade do agronegócio, além de estabelecer políticas diferenciadas por segmentos e regiões.

Tema 3: Articulação e Promoção

15 – Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA: Ampliar a participação proativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando à conquista e manutenção de mercados para os produtos brasileiros. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e a execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e a aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e na implementação de políticas para o setor.

16 – Promover o agronegócio e a imagem do MAPA: Contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno. Ampliar o reconhecimento do MAPA, por meio da disseminação de informações técnico institucionais de suas atividades, promovendo sua imagem junto aos agentes e representantes do agronegócio, do governo e da sociedade.

17 – Promover a organização e a integração das cadeias produtivas: Estimular a integração, o adensamento e a verticalização das cadeias produtivas, objetivando a minimização de distorções, distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos e harmonização dos interesses dos diversos agentes. Estimular formas de organização associativa e cooperativa, respeitando peculiaridades regionais e dos segmentos do setor.

Tema 4: Excelência Administrativa

18 – Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA: Fortalecer o processo de gestão estratégica, consoante o plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre o planejamento estratégico e o operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.

19 – Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira: Articular a alocação e a disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.

20 – Melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho: Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando ao aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infraestrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.

3.4) Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento: congrega os objetivos estratégicos que focam o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais.

21 – Melhorar a gestão da informação e do conhecimento: Ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais, entre outros, visando à melhoria no atendimento às demandas internas e externas.

22 – Valorizar e monitorar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes multidisciplinares: Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e da motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.

23 – Desenvolver cultura orientada para resultados: Desenvolver cultura focada em resultados, visando à mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários a estruturar e ampliar a consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

24 – Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz: Estruturar e ampliar comunicação interna, de forma distinta e compatível a cada público, para disseminação tempestiva de informações de qualidade, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição.

25 – Desenvolver e reter competências do corpo funcional: Desenvolver continuamente competências, de forma a adequá-las, quantitativa e qualitativamente, às necessidades do MAPA, bem como estimular a retenção dos quadros qualificados.

O método adotado pelo MAPA traduzir o planejamento estratégico é o *Balanced Scorecard* (BSC), que inclui não só o planejamento da estratégia de uma organização, como também o acompanhamento da sua execução através de um quadro de indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos.

O método do BSC pode ser resumido na seguinte equação:

Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão da Estratégia

Assim os chamados “Resultados Estratégicos do MAPA” foram concebidos num esforço de facilitar a compreensão da estratégia pela Alta Liderança em determinado período. Sua lógica se dá a partir da parcela de contribuição de cada área, ou seja, representa um fim a ser atingido e, para isso, conta com um conjunto de indicadores e projetos. Concretizados, os projetos geram novos produtos e serviços que ajudarão no alcance dos resultados estratégicos e, conseqüentemente, dos objetivos estratégicos a eles relacionados.

Atendendo à necessidade de simplificar e facilitar o andamento desse processo, o Ministério decidiu retornar ao método original do BSC durante o exercício de 2013, pois também não havia mais necessidade da adaptação para a Alta Liderança desse período. Dessa forma, os indicadores voltaram a estar diretamente relacionados aos Objetivos Estratégicos. Assim, foram realizadas Reuniões de Revisão em todas as secretarias, para juntamente a equipe técnica ajustar a estratégia para o método original. Durante essas reuniões também foram mantidos apenas os indicadores e projetos essencialmente estratégicos para o Ministério. Essa decisão atende ao princípio metodológico que prevê o acompanhamento das ações que geram um produto inovador para um salto de qualidade e acompanhamento de processos críticos da organização.

O processo compreende as fases de planejamento, onde os objetos estratégicos (projetos e indicadores) são definidos, e o acompanhamento trimestral. Os produtos gerados são o Relatório de Gestão Estratégica – RGE e a Reunião de Análise Estratégica – RAE com a alta liderança do Ministério. Essa reunião gera as decisões de correção de curso para toda a estratégia.

É importante ressaltar que a metodologia compreende conceitos fundamentais de transversalidade e relações de causa e efeito. Isso significa que os temas estratégicos do Mapa Estratégico são os “pilares da estratégia” e permeiam por diferentes secretarias, auxiliando a organização a estabelecer foco no alcance da “visão” e abrangem um conjunto de objetivos interligados. Adicionalmente, as relações de causa e efeito, representadas pelas setas no Mapa Estratégico, definem a cadeia lógica pela qual a “visão” será alcançada e apresentam como a estratégia é um conceito integrado. Por essa razão, o alcance dos Objetivos Estratégicos não é responsabilidade de apenas uma secretaria, todo o Ministério contribui para o alcance dos objetivos.

Uma das principais dificuldades enfrentadas no período de exercício foi a comunicação com os novos interlocutores, responsáveis pelos indicadores e projetos estratégicos e os esforços para entendimento da volta ao método original. No entanto, uma vez que essas barreiras iniciais foram vencidas, o acompanhamento trimestral se deu com mais facilidade.

Outra dificuldade foi em relação à recomposição da própria equipe técnica. Essa dificuldade também dependeu da sensibilidade e atenção da Alta Liderança em recompor a equipe e capacitá-los. Essa ação foi decisiva para a continuidade dos trabalhos.

A mudança em qualquer organização depende da aceitação de seus colaboradores. Apesar do Plano Estratégico ter sido relativamente bem recebido no MAPA, existem ainda pontos de resistência culturais de incorporação do planejamento que deverão ser trabalhados ao longo do tempo. O Ministério também enfrentou um ano atípico devido ao corte orçamentário. Esse fator comprometeu o alcance de algumas metas.

Durante o exercício, os indicadores e projetos foram coletados e acompanhados trimestralmente. O produto gerado pelo processo foi o Relatório de Gestão Estratégica (RGE) completo com as informações detalhadas, encaminhado à Alta Liderança para acompanhamento da estratégia e também para servir como base na tomada de decisão.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;

Os assuntos que constituem área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram definidos na Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto 7.127 de 4 de março de 2010.

As duas primeiras Perspectivas, a da Sociedade e a do Agronegócio e Parceiros, e a Perspectiva dos Processos Internos, especialmente nos temas relacionados à Informação, aos Produtos e Serviços e à Articulação e Promoção, agregam os objetivos estratégicos mais aderentes às atribuições legais do Ministério. Tais objetivos representam o impacto efetivo para o público externo das políticas públicas elaboradas e implantadas pelo MAPA.

Os demais objetivos, do tema Excelência Administrativa da Perspectiva dos Processos Internos, e os da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento têm maior relação com os meios através dos quais as políticas públicas serão realizadas. Dessa forma, esses objetivos estratégicos não possuem uma relação direta com os assuntos de competência legal do MAPA.

• **Competências e Objetivos Estratégicos do MAPA:**

Assuntos de competência do MAPA	Objetivos Estratégicos
a) política agrícola, abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;	6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
b) produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura;	1 – Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos. 6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 13 – Estimular a agregação de valor na produção agropecuária 17 – Promover a organização e a integração das cadeias produtivas.
c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;	6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 13 – Estimular a agregação de valor na produção agropecuária 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.
d) informação agrícola;	5 – Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio 8 – Melhorar a qualidade e o acesso às informações 9 – Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio 10 – Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação
e) defesa sanitária animal e vegetal;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos
f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos

g) classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos 15 – Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA 16 – Promover o agronegócio e a imagem do MAPA
h) proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;	2 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;	12 – Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias
j) meteorologia e climatologia;	5 – Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio 8 – Melhorar a qualidade e o acesso às informações
l) cooperativismo e associativismo rural;	7 – Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio 17 – Promover a organização e a integração das cadeias produtivas.
m) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética.
n) assistência técnica e extensão rural;	12 – Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias:
o) política relativa ao café, açúcar e álcool;	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
p) planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
q) tratar de negociações agrícolas internacionais e apoiar as ações exercidas por outros Ministérios, relativamente ao comércio exterior.	15 – Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA 16 – Promover o agronegócio e a imagem do MAPA

O MAPA é responsável pelos seguintes conjuntos de programas temáticos e objetivos do PPA 2012-2015:

Programa Temático: 2012 – Agricultura Familiar

0163 Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

- 0171 Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Programa Temático: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

- 0350 Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.
- 0600 Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.
- 0601 Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.
- 0618 Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.
- 0623 Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.
- 0661 Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.
- 0692 Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.
- 0743 Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).
- 0744 Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
- 0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas

0750 Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

0976 Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Programa Temático: 2028 – Defesa Agropecuária

0364 Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

0366 Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

0367 Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

0368 Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

0570 Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros

Programa Temático: 2042 – Inovações para a Agropecuária

0842 Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

0845 Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

0846 Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional – institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

0968 Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

0969 Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Programa Temático: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional

- 0613 Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Programa Temático: 2013 – Agricultura Irrigada

- 0171 Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

O Plano Estratégico foi alinhado ao PPA através das Iniciativas Estratégicas ou Projetos Estratégicos, de acordo com o quadro abaixo:

PPA 2012-2015			Plano Estratégico do MAPA 2006-2015
Programa Temático	Objetivos	Iniciativas	Projetos Estratégicos
2014	0976	045x	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
			Projeções do Agronegócio elaboradas e disponibilizadas
			Implantação da Gestão por Processos
			Gestão por Competência Implantada
			Implantação da Avaliação de Desempenho
		Implantação do Plano Anual de Educação Continuada	
	0460	Desenvolvimento e Implantação do SGI - Sistema de Gestão Integrada do MAPA	
	045W	Estruturação e Consolidação do Acesso à informação pública	
	0747	20ZV	Juventude e Gênero
			Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural - PISACOOOP
			Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
		02XH	Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (SNCUA)
		02XO	Problemas de Infraestrutura e Logística Minimizados
	8611 2B17	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	
	0744	02WZ 02X9	Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada
			Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária
02X2 02X9		Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica	
02X4		Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura	

		02X7 02X9	Orgânica
	0618	N/A	Articular a Regulamentação do Fundo Garantidor de Investimentos
			Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anti-cíclico
		02EH; 02EK	Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)
	0601	02CM	CER Reestruturada e Aprimorada
		02CK	Matriz de Risco Agrícola
			Elaboração, Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural
	0661	02GO	Automatizar a operacionalização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ
2028	0366	012U; 012X; 012Z; 0131; 0134	Reestruturação do SUASA
		04D4	Coordenar, acompanhar e fiscalizar os processos relacionados à atividade aero-agrícola
2013	0170	02WK; 02WL; 02WN; 02WO; 02WP; 02WS; 02WT; 02WU; 02WW; 02WY	Ampliar a adesão de produtores rurais na adoção de tecnologias sustentáveis de produção agropecuária
2042	0969	044I	Fomento à conservação, à valorização e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação
		044N	Fomento à inovação no agronegócio
		044P	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas
		2122	Revisão das Diretrizes de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Arroz (<i>Oryza sativa</i> L.)
Revisão das Diretrizes de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Cana de Açúcar (<i>Saccharum</i> spp.)			

			Revisão das Diretrizes de Distinguidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Trigo (<i>Triticum aestivum</i> L.)
--	--	--	--

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Os principais objetivos estratégicos selecionados são aqueles que estão relacionados diretamente com as ações prioritárias estabelecidas no Plano de Ação Estratégico do MAPA. Portanto, os principais objetivos estratégicos traçados e a perspectiva em que se encontram, são:

Perspectiva	Objetivos Estratégicos
Perspectiva da Sociedade	Garantir a Segurança Alimentar
	Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio
	Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética
Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio
	Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio
	Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Produtos e Serviços	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
	Buscar maior efetividade na formulação e implementação de políticas públicas para o agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Informação	Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação
	Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Articulação e Promoção	Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA
	Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA
	Promover a organização e a integração das cadeias produtivas
Perspectiva de Processos Internos – Tema Excelência Administrativa	Ter eficiência e transparência na Execução Orçamentária e Financeira
	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA
	Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho
Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento – Tema Pessoas	Desenvolver e reter competências do corpo funcional
Perspectiva de Pessoas,	Desenvolver cultura orientada a resultados

Aprendizado e Crescimento – Tema Ambiente de Trabalho	
--	--

Para se atingir os Objetivos Estratégicos, as ações planejadas foram:

Objetivos Estratégicos	Ações Planejadas
Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação	Projeções do agronegócio Elaboradas e Disponibilizadas
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária	Coordenar, Acompanhar e Fiscalizar os Processos Relacionados à Atividade Aero-Agrícola
	Ampliar a Adesão de Produtores Rurais na Adoção de Tecnologias Sustentáveis de Produção Agropecuária
	Apoio a Projetos para Pequenos e Médios Produtores no Setor Agropecuário
	Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.
	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas

	<p>Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada</p>
	<p>Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica</p>
<p>Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias</p>	<p>Revisão das Diretrizes de Distinguibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para as Culturas do Arroz, da Cana de Açúcar e do Trigo</p>
	<p>Fomento à Conservação, à Valorização e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação</p>
	<p>Fomento à Inovação no Agronegócio</p>
<p>Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos</p>	<p>Reestruturação do SUASA</p>
	<p>Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária</p>
	<p>Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras</p>

<p>Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio</p>	<p>Articular a Regulamentação do Fundo Garantidor de Investimentos</p>
	<p>Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anticíclico</p>
	<p>Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural</p>
	<p>Comissão Especial de Recursos Reestruturada e Aprimorada</p>
	<p>Elaboração Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural</p>
	<p>Matriz de Risco Agrícola</p>
	<p>Automatizar a operacionalização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira</p>
	<p>Problemas de Infraestrutura e Logística Minimizados</p>

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas	Juventude e Gênero
	Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
	Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural - PISACOOOP
	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas
Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho	Implantação da Gestão por Processos
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão Integrada do MAPA

Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional	Implantação do Plano Anual de Educação Continuada
	Gestão por Competência Implantada
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	Implantação da Avaliação de Desempenho
	Gestão por Competência Implantada
Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento	Estruturação e Consolidação do Acesso à Informação Pública

Visando diminuir os riscos internos durante o exercício, a gestão se empenhou em uma estratégia de maior aproximação das áreas; recomposição da equipe técnica da Gestão Estratégica e sua capacitação; e priorização do planejamento de uma maior integração entre os sistemas de informação. Além disso, a gestão por processos no MAPA também avançou durante o exercício, efetivada por meio de instrumentos de modelagem, aprimoramento e implantação dos processos identificados, visando à melhoria contínua destes processos de serviços.

A equipe de Gestão Estratégica, também buscou realizar um trabalho de articulação com as áreas. Isso permitiu maior comunicação interna e agilidade na resolução de dificuldades.

Os riscos e ações mitigantes são analisados na elaboração do Relatório de Gestão Estratégica. A partir dessa análise, são tomadas as decisões de correção de rumo durante as Reuniões de Análise Estratégica.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

É através dos Projetos Estratégicos, que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realiza intervenções que objetivam um salto de desempenho na estratégia. Sendo eles:

Projeções do agronegócio Elaboradas e Disponibilizadas

Escopo

É um estudo que mostra as principais tendências do agronegócio mundial e Brasil abrangendo um período de 10 anos, utilizando método baseado em séries temporais. Os produtos trabalhados nas projeções são: Açúcar, Algodão, Arroz, Batata Inglesa, Café, Cana de Açúcar, Carne Bovina, Carne Frango, Carne Suína, Celulose, Feijão, Fumo, Laranja, Leite, Mandioca, Milho, Papel, Soja Farelo, Soja Grão, Soja Óleo, Trigo, Cacau, Uva, Maçã e Banana.

Finalidade

Orientar o MAPA e outras instituições públicas e privadas no sentido de obterem subsídio para tomada de decisões sobre a situação de um conjunto de produtos selecionados.

Impacto na Estratégia: Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação.

Coordenar, Acompanhar e Fiscalizar os Processos Relacionados à Atividade Aero-Agrícola

Escopo

A fiscalização da atividade aero-agrícola tem por finalidade controlar a qualidade dos serviços de Aviação Agrícola prestados no país.

Finalidade

Salvaguardar a produção agrícola bem como a segurança ambiental e humana, pela garantia de qualidade nos serviços prestados aos produtores agrícolas.

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Ampliar a Adesão de Produtores Rurais na Adoção de Tecnologias Sustentáveis de Produção Agropecuária

Escopo

Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Finalidade

Contribuir para sustentabilidade econômica, social e ambiental do agronegócio brasileiro e promover o desenvolvimento de uma agropecuária de baixa emissão de carbono, com agregação de valor.

Impacto na Estratégia: Estimular o aumento do uso de práticas e sistemas sustentáveis de produção, além de promover a agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Apoio a Projetos para Pequenos e Médios Produtores no Setor Agropecuário

Escopo

Executar projetos de repasses nas ações de fomento à produção agropecuária nos Estados e Municípios para pequenos e médios produtores no setor agropecuário. Condicionar o apoio financeiro para projetos de infraestrutura a critérios técnicos.

Finalidade

Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais (regionalizada). Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais regionalizada). Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário.

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Escopo

O projeto engloba um conjunto de atividades e subprojetos para ampliar o acesso aos insumos e tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção; à capacitação de técnicos e agricultores bem como o incentivo a pesquisa, ensino e extensão em agroecologia e sistemas orgânicos de produção; a promoção dos produtos orgânicos e do consumo responsável no mercado interno e externo e a organização e articulação da rede de produção orgânica nacional e em cada Unidade da federação. No PPA 2012-2015 está associada a ação Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – PRÓ-ORGÂNICO.

Finalidade

Aumentar a oferta de insumos adequados, apoiar a educação e a capacitação, a organização da rede de produção orgânica, e incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção e ao extrativismo sustentável orgânico, que atendam as especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas

Escopo

Fomento à organização e estruturação de cadeias de valor de produtos agropecuários com vistas ao uso de indicação geográfica e marca coletiva como estratégia de promoção do desenvolvimento da territorialidade do local de origem dos produtos. Seus benefícios atingem os produtores rurais e toda comunidade local, gerando mais trabalho, renda, organização social e atua como importante mecanismo de redução de pobreza e fixação de trabalhadores no campo. Seu desenvolvimento de forma sustentável depende de efetivo apoio a ações de sensibilização, organização de produtores e da cadeia produtiva, gestão individual e coletiva da produção, acesso a mercados e estratégias de comercialização, preservação ambiental e valorização cultural.

Finalidade

Promover a ampliação do capital intelectual protegido e a inovação no agronegócio, a tecnologia e transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a competitividade da agropecuária brasileira, visando também às necessidades do pequeno e médio produtor e à agregação de valor aos processos, produtos e serviços agropecuários.

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária e Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas.

Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada.**Escopo**

Ampliar a adesão à Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) por meio da disponibilização de normas técnicas específicas por cultura, da capacitação de agentes (produtores, técnicos e auditores) e da implantação de unidades comparativas entre produção integrada e produção convencional, contribuindo assim com o aumento da adoção de sistemas sustentáveis de produção.

Finalidade

Apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas através implantação e execução de Projetos de Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil).

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica.**Escopo**

A ação Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - PO Certorgan - tem por finalidade implementar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG, para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos orgânicos certificados e não certificados, e facilitar o acesso desses produtos ao mercado nacional e internacional. A execução desta ação está diretamente vinculada ao marco legal regulatório da certificação e dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, que é a Lei 10.831, de 23/12/2003 e o Decreto 6323, de 27 de dezembro de 2007 e seus Atos Normativos Complementares.

Finalidade

Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos certificados e não certificados devidamente regularizados no Brasil.

Impacto na Estratégia: Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

Revisão das Diretrizes de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para as Culturas do Arroz, da Cana de Açúcar e do Trigo**Escopo**

Revisão dos descritores mínimos oficiais e dos procedimentos para realização dos testes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade de arroz visando elevar a qualidade de análise dos processos de proteção através da qualificação dos pesquisadores e usuários a fim de harmonizar os testes, além de fortalecer os mecanismos de pós controle das cultivares protegidas.

Finalidade

Revisar os descritores mínimos de arroz, harmonização de procedimentos de para realização de ensaios de DHE, e indicação de cultivares exemplo.

Impacto na Estratégia: Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias.

Fomento à Conservação, à Valorização e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação**Escopo**

Fomento à inovação e utilização de ativos de propriedade intelectual no agronegócio, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual, no desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, na agricultura de precisão, na proteção de cultivares.

Finalidade

Promover a ampliação do capital intelectual protegido e a inovação no agronegócio, a tecnologia e transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a competitividade da agropecuária brasileira, visando também às necessidades do pequeno e médio produtor.

Impacto na Estratégia: Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologia.

Fomento à Inovação no Agronegócio**Escopo**

Disseminação da cultura da inovação e da propriedade intelectual e capacitação para agentes públicos e privados do agronegócio; diagnósticos, levantamento, priorização e articulação para atendimento das demandas tecnológicas internas e externas.

Finalidade

Disseminação interna da cultura da inovação, sensibilização e capacitação específica em temas de propriedade intelectual e inovação, de técnicos das Unidades Finalísticas do MAPA, suas unidades descentralizadas e vinculadas (CEPLAC, SNPA/EMBRAPA) e disseminação externa da cultura da inovação, sensibilização e capacitação específica em temas de propriedade intelectual e inovação de agentes públicos e privados; percepção pelo setor produtivo, órgãos de fomento agropecuário, ICTs e demais agentes do agronegócio.

Impacto na Estratégia: Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias.

Reestruturação do SUASA**Escopo**

Conjunto de ações que visam estruturar e implantar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Finalidade

Conferir uma configuração sistêmica a defesa agropecuária brasileira, compartilhando responsabilidades entre os Governo Federal, Estadual e Municipal, como também com os profissionais autônomos e as entidades representativas do segmento privado.

Impacto na Estratégia: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos.

Durante as Reuniões de Revisão, foi decidido que todos os projetos estratégicos relativos ao SUASA passariam a compor um único projeto estratégico, que ainda se encontra em fase de planejamento devido à sua complexidade. Porém durante o exercício, várias ações avançaram.

O ano de 2013 contabilizou realizações importantes para a Reestruturação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), entre elas, as mais significativas foram: a celebração com várias Unidades da Federação dos convênios SUASA, a elaboração do pré-projeto de inteligência em defesa agropecuária e o projeto de modelagem das cadeias produtivas vegetais com vistas à plena implantação da fiscalização desses produtos da fazenda à mesa do consumidor. A seguir esses resultados serão analisados detalhadamente:

Convênios:

Historicamente a Secretaria de Defesa Agropecuária realizava convênios plurianuais com as Agências de Defesa Agropecuárias dos Estados ou com as Secretarias de Agricultura (estados que não possuem agências constituídas) objetivando a promoção da saúde animal e a sanidade vegetal. Com base no conceito proposto no Objetivo 366, do Programa Temático 2028 do PPA 2012/2015, consubstanciado no Projeto Estratégico “Reestruturação do SUASA”, no ano de 2013 foram finalizados os convênios plurianuais e foram celebrados convênios SUASA com 17 Unidades da Federação. Dentro desse novo panorama, e atento ao espírito do SUASA, as Agências de Defesa Agropecuárias passaram a desempenhar, além das ações de sanidade vegetal e saúde animal, as ações de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, como também as ações de fiscalização de insumos pecuários. Convém destacar que os estados que não celebraram convênios também terão a possibilidade de exercer essas atividades, porém, sem repasse de recursos do Governo Federal. A adesão desses estados poderá ser feita a qualquer momento de 2014.

Educação Sanitária:

Foram realizados treinamentos pelos serviços estaduais de defesa agropecuária, apesar de descoordenados. Com a celebração dos convênios, as unidades intermediárias farão estas ações de educação sanitária junto ao público alvo com a orientação da Secretaria de Defesa Agropecuária. (SDA/MAPA).

Inteligência em defesa agropecuária:

No ano de 2013 foi destacado um grupo de Fiscais Federais Agropecuários ligados a diferentes áreas temáticas da Secretaria de Defesa Agropecuária para desenvolver uma proposta de um sistema de inteligência em defesa agropecuária. Durante todo o ano foram realizadas visitas técnicas a diferentes órgãos do Governo Federal no intuito de se modelar uma proposta condizente com as ações finalísticas da SDA/MAPA. Nesse compasso o grupo visitou o CIE/MD, a ABIN, a SRF/MF, o MPF, entre outros. Além disso, vários componentes dessa força tarefa foram indicados para cursos na ABIN e na Escola Superior de Guerra. Ao final de todas as visitas, reuniões e treinamentos foi elaborada uma pré-proposta de trabalho que deverá ser validada no primeiro semestre de 2014 com vistas à implementação da atividade.

Modelagem das cadeias produtivas vegetais – SUASA - Vegetal:

Com o objetivo de estruturar a implementação plena do SUASA no segmento vegetal, foi criado, no âmbito do GAB/SDA um grupo de trabalho, envolvendo Fiscais Federais

Agropecuários de departamentos da SDA (DIPOV, DFIA e DSV), da SDC (DEPROS) e da SRI (DNSF) com a missão de apresentar uma proposta de certificação e fiscalização dos produtos de origem vegetal da fazenda à mesa do consumidor. Após várias reuniões e visitas realizadas em zonas produtivas, o grupo apresentou um projeto que propõe a fiscalização integrada desde a fazenda (sanidade), passando pelos insumos utilizados na agricultura até os produtos finais. Vale destacar, que o projeto apresenta em seu escopo um modelo de matriz de responsabilidades, onde o público e o privado assumem papéis significativos na garantia desses produtos. Ainda no primeiro semestre de 2014 deverá ser lançado o projeto piloto envolvendo a cadeia produtiva da uva com fins industriais.

Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária

Escopo

Melhorar a competitividade, sustentabilidade das cadeias produtivas e a qualidade e segurança dos produtos e matérias-primas de origem animal, por meio de apoio a projetos de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal.

Finalidade

Promover a competitividade, sustentabilidade das cadeias produtivas e a qualidade e segurança dos produtos e matérias-primas de origem animal.

Impacto na Estratégia: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos.

Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

Escopo

O SNCUA é um sistema que objetiva acompanhar o processo de Certificação de Unidades Armazenadoras do País. A Certificação é o reconhecimento formal, concedido por um organismo autorizado, de que uma entidade tem competência técnica para realizar serviços específicos. É um indicador para os usuários de que as atividades desenvolvidas por um prestador de serviços atendem a um padrão de qualidade, e de que possuem os requisitos técnicos mínimos estabelecidos no regulamento para o exercício daquela atividade.

Finalidade

Modernizar as atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários atendendo a um dos principais anseios reivindicados pelos segmentos que se relacionam com os prestadores de serviços de armazenagem do País. Tudo isso terá como consequência produtos agrícolas de melhor qualidade e com preços mais acessíveis ao consumidor final.

Impacto na Estratégia: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos

Articular a Regulamentação do Fundo Garantidor de Investimentos

Escopo

O Fundo Garantidor de Investimentos complementa parte das garantias de uma operação de financiamento.

Finalidade

O fundo garantidor aumenta as possibilidades de acesso ao crédito, além de melhorar as condições da concessão do mesmo.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anticíclico

Escopo

Este projeto visa a elaboração de um instrumento capaz de proporcionar estabilidade na renda do produtor rural, de modo a evitar-se problemas recorrentes de insuficiência de renda por eventos climáticos ou de mercado, funcionando assim como um provisionamento para ciclos negativos na agropecuária.

Finalidade

Proporcionar estabilidade financeira ao produtor rural.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

Escopo

Promover o aperfeiçoamento das regras de adesão ao programa e o aumento dos recursos destinados aos médios produtores rurais.

Finalidade

Promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, proporcionando o aumento da renda e a geração de empregos no campo.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Comissão Especial de Recursos Reestruturada e Aprimorada

Escopo

Aperfeiçoamento da Comissão Especial de Recursos, incluindo melhoria e automação de processos, regimento interno e redefinição de sua composição. A Comissão Especial de Recursos é um órgão colegiado diretamente subordinado ao Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem por finalidade decidir, em única instância administrativa, sobre recursos administrativos relativos à apuração de prejuízos e indenizações no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. E este programa, por sua vez, tem por objetivo atender aos pequenos e médios produtores e garantir a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Finalidade

O resultado esperado, a partir da conclusão dos projetos abaixo, é o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes adequando-os às necessidades do produtor rural amparados pelo Proagro, bem como o desenvolvimento e aplicação de novas ferramentas.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Elaboração, Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural

Escopo

Atualmente, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR subvenciona produtos com coberturas para adversidades climáticas. No entanto, tornou-se necessário otimizar a aplicação dos recursos do PSR, direcionando os mesmos para determinados segmentos de produtores, regiões e atividades, de forma a estimular o uso de tecnologias específicas, contribuir para o desenvolvimento regional e para a fixação do produtor no meio rural.

Finalidade

Este projeto tem por finalidade a criação e desenvolvimento de novas políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do mercado de seguro rural brasileiro. Por meio da elaboração de estudos técnicos no âmbito do PSR, este projeto visa otimizar a aplicação dos escassos recursos da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, alavancando o mercado de seguro e proporcionando ao produtor rural a oferta de produtos mais adequados às suas necessidades.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Matriz de Risco Agrícola**Escopo**

Desenvolver modelo de matriz de risco agroclimático, quantificando e qualificando riscos de produção por cultura, a nível municipal, com a finalidade de subsidiar a política de minimização de risco rural ao MAPA.

Finalidade

Pretende-se, com a finalização do projeto utilizá-lo como ferramenta de gestão de risco rural, que possibilitará o acesso a informações de risco climático por cultura e município.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Automatizar a operacionalização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira**Escopo**

Atualmente a troca de informações entre o MAPA/SPA/DCAF/CGFUNCAFÉ e as instituições financeiras que aplicam os recursos aplicados do Funcafé é realizado através de planilhas Excel, o que gera algumas situações que dificultam o gerenciamento da ação, tais como: controle manual dos valores aplicados, reembolsados e das remunerações e inexistência de comunicação on-line para a troca de informações sobre os valores aplicados em cada linha de crédito e seus respectivos beneficiários. Torna-se necessário a automatização do processo de trabalho que trata da operacionalização das linhas de crédito, permitindo aos gestores do Fundo e envolvidos do setor (DCAF) maximizar sua atuação no processo, sugerir abordagens mais eficientes e estratégicas, além de se distanciar um pouco mais de atividades meramente operacionais. O sistema proporciona um melhor gerenciamento das linhas de crédito à cafeicultura com recursos do Funcafé. A execução do projeto está prevista para ocorrer em três iterações, divididas em agrupamentos e módulos, sendo que cada uma delas prevê o desenvolvimento dos seguintes produtos: 1ª Iteração - Agrupamentos 1 (módulos administração e distribuição dos recursos); 2 (módulos contrato e

solicitação de recursos); 3 (módulos operações de crédito e gerencial). 2ª Iteração: Agrupamentos 4 (módulo distribuição de recursos e contratos); 5 (módulo solicitação de recursos e operações de crédito); 6 (módulos acompanhamento e gerencial). 3ª Iteração: Agrupamentos 7 (módulos distribuição de recursos, contrato, solicitação de recursos); e 8 (módulos operações de crédito, acompanhamento e gerencial).

Finalidade

Esse projeto tem como finalidade automatizar a operacionalização e distribuição de recursos do FUNCAFÉ. Agilizando a gestão e tomadas de decisões com as linhas de financiamentos amparadas com recursos do Funcafé em todos os estados brasileiros em todas as linhas disponíveis.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Problemas de Infraestrutura e Logística Minimizados

Escopo

Articulação com outros órgãos governamentais MT, MME, DNIT, ANTAQ, ANTT e Secretaria de Portos da Presidência da República, diagnosticando as necessidades de investimentos em infraestrutura viária e portuária (prioridade: viabilizar o Corredor Centro Norte de Exportação).

Finalidade

Redução do custo logístico da movimentação de produtos agrícolas, para abastecimento e exportação.

Impacto na Estratégia: Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.

Juventude e Gênero

Escopo

Oferta de capacitação para formação da juventude em associativismo e cooperativismo, além da capacitação para equidade de gênero.

Finalidade

Contribuir para a formação da juventude em associativismo e cooperativismo, além da equidade de gênero nas relações de trabalho.

Impacto na Estratégia: Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas.

Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Escopo

Oferta de capacitação, em inovação tecnológica e/ou gerencial, para as associações e para as cooperativas beneficiadas pelo programa PAA.

Finalidade

Contribuir para o aprimoramento tecnológico e em gestão das associações e cooperativas beneficiadas pelo programa PAA.

Impacto na Estratégia: Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas.

Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural – PISACOOOP

Escopo

Programa que busca promover o desenvolvimento sustentável por meio de sistemas agropecuários de produção sustentáveis, com a gestão de projetos coordenados com comunidades locais, mais a transformação do processo produtivo para obtenção de alimentos seguros, com qualidade, competitividade, e geração de emprego, trabalho e renda nos mais diversos níveis de produtores das Cooperativas e Associações Rurais.

Finalidade

Transformar procedimentos convencionais de produção agropecuária em sistemas tecnológicos agropecuários integrados e sustentáveis. Difundir aos produtores, por meio de unidades comparativas, conjunto de tecnologias sob contexto de sistemas agropecuários sustentáveis. Apoiar a organização de produtores e de famílias rurais.

Impacto na Estratégia: Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas.

Processo de Gestão Estratégica Consolidado

Escopo

Fortalecer e consolidar a Gestão Estratégica no MAPA, de forma a institucionalizá-la, de fato, na organização. Para tal, serão envidadas as seguintes iniciativas, entre outras: (a) elaborar e implantar instrumentos de apoio à Gestão Estratégica; (b) realizar periodicamente as RAEs; (c) comunicar e sensibilizar os servidores, especialmente a gerência média; (d) desdobrar a Gestão Estratégica nas Unidades Descentralizadas (SFAs); e (e) automação da Gestão Estratégica.

Finalidade

Promover um amplo processo de transformação na gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, orientado pelo seu Plano Estratégico, no horizonte temporal de 2006 a 2015, para que o Ministério seja reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro.

Impacto na Estratégia: Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA.

Implantação da Gestão por Processos

Escopo

Institucionalizar e tornar operacional a gestão por processos no MAPA por meio da estruturação de um escritório de processos, da institucionalização de processos de serviços mapeados ou aprimorados, visando sua melhoria contínua. Sua abrangência segue do desenvolvimento da cadeia de valor para a administração direta do MAPA, da definição de método para apoio no mapeamento, aprimoramento e implementação de processos de serviços ao monitoramento da gestão dos processos de serviço, do nível de cultura e de maturidade de gestão por processo.

Finalidade

Melhorar a qualidade e agilidade dos serviços prestados pelo MAPA por meio da gestão por processos de serviços.

Impacto na Estratégia: Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho.

Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão Integrada do MAPA

Escopo

O Sistema de Gestão Integrada (SGI) é um instrumento interno de planejamento e programação operacional física e orçamentária, detalhado ao menor nível de itens de programação e atividades, para balizar a execução dos Programas e ações orçamentárias e não orçamentárias de responsabilidade do MAPA. Sua abrangência alcançará a Sede, as Superintendências Federais de Agricultura nos estados, o INMET e a CEPLAC com suas respectivas unidades descentralizadas. O SGI é ferramenta de gestão regida pelo princípio da anualidade, com perspectiva de programação e execução mensais.

Finalidade

Dotar o MAPA de instrumento de gestão operacional informatizado e padronizado, integrando os processos de planejamento operacional e gestão orçamentária, de forma a subsidiar as decisões dos gestores nos níveis estratégico, tático e operacional.

Impacto na Estratégia:

Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira.

Implantação do Plano Anual de Educação Continuada

Escopo

O Plano Anual de Educação Continuada é um instrumento que visa orientar as ações de capacitação dos servidores do MAPA.

Finalidade

Elaborar anualmente um Plano de Capacitação, em conformidade com a Portaria nº 482/2012, o Decreto 5.707/2006 e a Portaria MP 208/2006, utilizando o modelo de Gestão por Competências, para que haja compatibilização das competências com as funções desempenhadas, que as ações de capacitação estejam vinculadas aos objetivos e estratégias institucionais e que haja transparência no processo educacional.

Impacto na Estratégia: Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional.

Gestão por Competência Implantada

Escopo

Gestão por competência é um modelo de gestão baseado nas competências individuais e organizacionais necessárias ao cumprimento da missão institucional e permite direcionar as ações de desenvolvimento de pessoas, identificar talentos e avaliar sua prontidão para assumir atribuições e responsabilidades em diferentes níveis de complexidade, acompanhar o desenvolvimento profissional individual, complementar informações para avaliar o desempenho individual e adequar as políticas de remuneração à efetiva entrega das pessoas para a organização.

Finalidade

Com um modelo de Gestão por Competências, as instituições conseguirão alcançar seus objetivos através do alinhamento entre a missão, visão e valores; a estratégia do negócio e a estratégia na gestão das pessoas. É a função responsável pela capacidade de produzir a “inteligência” necessária para a instituição cumprir a sua missão.

Impacto na Estratégia: Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional.

Implantação da Avaliação de Desempenho

Escopo

A avaliação de desempenho é o monitoramento sistemático e contínuo da atuação institucional dos órgãos federais e individual dos servidores públicos federais integrantes dos planos de cargos e de carreiras definidos no Decreto 7.133/2010.

Finalidade

Medir o desempenho institucional e individual dos servidores, conforme Decreto nº 7.133 de 19 de março de 2010 e a portaria nº 499, de 06 de junho de 2010.

Impacto na Estratégia: Desenvolver Cultura Orientada a Resultados.

Estruturação e Consolidação do Acesso à Informação Pública

Escopo

Assegurar ao cidadão, por meio de gestão transparente, o direito fundamental de acesso às informações públicas, seguindo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011.

Finalidade

Promover o amplo acesso às informações públicas de maneira eficiente buscando aprimorar, permanentemente, a cultura de transparência das informações produzidas.

Impacto na Estratégia: Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Em 2013, os indicadores estratégicos voltaram a mensurar os Objetivos Estratégicos de forma direta, sendo eles:

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Variação do Valor das Exportações de Produtos do Agronegócio	$(\text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - \text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - 1 / \text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - 1) * 100$	8	4,34	Anual
Análise do Desempenho: Os resultados obtidos estão abaixo da previsão. Todavia, vale destacar que a previsão foi elaborada quando da criação do indicador, em um contexto bastante diverso do atual cenário do comércio internacional. Em 2013, as exportações do agronegócio atingiram a cifra recorde de US\$ 99,97 bilhões, com crescimento de 4,3% em relação às exportações do período anterior, que foram de US\$ 95,81 bilhões. As exportações de soja foram responsáveis por 31,0% das vendas externas do agronegócio em 2013. Os cinco principais setores exportadores foram responsáveis por 78,4% das vendas do agronegócio e				

por um aumento de US\$ 5,73 bilhões nas vendas externas, cifra que suplantou o aumento total das exportações do agronegócio no período (US\$ 4,15 bilhões).

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Variação do PIB do Agronegócio	<p>O cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos de renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros. Considera-se, portanto, no cômputo do PIB do agronegócio tanto o crescimento do volume produzido como dos preços, já descontada a inflação. Os cálculos sobre a variação do volume partem das mais recentes projeções de safra para o ano em curso. Essas quantidades são confrontadas com as projeções de volume correspondentes do ano anterior. A variação obtida entre os dois anos é, então, usada para o cálculo da taxa mensal de variação do volume, bem como da taxa acumulada a partir de janeiro do ano em curso. No final do ano, a taxa acumulada por esse procedimento coincidirá com a taxa de variação do volume (confirmado e não mais projetado) entre o ano corrente e o anterior. Quanto aos preços, a comparação é feita entre a</p>	4	3,31*	Mensal

	média real do período (número de meses) transcorrido no ano corrente e a média real do mesmo período do ano anterior. Essa variação anual é, então, usada para o cálculo da taxa mensal e da taxa acumulada desde janeiro do ano em curso.			
--	--	--	--	--

Análise do Desempenho: O indicador em questão é calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP, não tendo o MAPA nenhuma participação no seu cálculo. Não foi encontrada no site nenhuma referência a metas. O cálculo do PIB é mensal, mas as informações são disponibilizadas com defasagem no site. Até o momento os dados disponibilizados são de janeiro a julho de 2013, não estando disponíveis os dados referentes ao segundo semestre de 2013, impossibilitando o registro dos meses de agosto a dezembro. Dessa forma, o referido indicador reflete o comportamento passado do agronegócio, não afetando o desempenho do setor. Ao final do período será divulgado o comportamento do setor durante o ano. Em termos acumulados, o resultado é positivo tanto para a agricultura quanto para pecuária, com altas de 1,82% e 6,91%, respectivamente. (*) PIB dos sete primeiros meses de 2013.

Aumentar a Produção de Produtos não-alimentares e não energéticos

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice Composto da Produção de Produtos não-alimentares e não-energéticos	Indicador = (valor da produção no ano X - média do valor da produção entre 2000 e 2003) / média do valor da produção entre 2000 e 2003 * 100	185	275	Anual

Análise do Desempenho: O "Índice Composto da Produção de Produtos não-alimentares e não-energéticos" é calculado anualmente, os resultados são divulgados em janeiro de cada ano, porém o desempenho até o momento é maior que o esperado inicialmente. Desde 2011, os resultados encontrados superam as metas.

Garantir a Segurança Alimentar

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização	(Produção apoiada (ton) / produção total de produtos elegíveis (ton)) * 100	4,80	1,24	Trimestral

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador "Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização" está abaixo do esperado pelo setor. Mas, dada a polaridade do indicador, quanto menor o valor aferido, maior a efetividade da política e melhor a renda do produtor rural.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume de Produção	Volume total (kg) da	968	1.104	Anual

Agropecuária per Capita	produção agropecuária / N° total de habitantes no país Composição do Volume total da produção agropecuária: - Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo - Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango - Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva -Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate			
Análise do Desempenho: Os valores alcançados superaram a meta.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	$IV = \checkmark \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas - vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados - vinhos e bebidas}))) + (0,5 * (\text{n}^\circ \text{ de amostras de produtos em conformidade - qualidade vegetal} / \text{n}^\circ \text{ total de amostras analisadas - qualidade vegetal})))$ Considera-se inspeção conforme aquela que atende aos seguintes requisitos: 1 - Dos 28 (vinte e oito) parâmetros selecionados pela sua importância na LV - Lista de Verificação (Portaria SDA/MAPA	0,8	0,8	Semestral

	<p>nº272/10), 70% (setenta por cento) ou mais deverão estar CONFORMES, excluídos os itens NA - Não se Aplica. Os parâmetros selecionados na LV são os seguintes: 1.2, 2.4, 2.5, 2.11.1, 2.12.1, 2.12.6, 3.5, 3.7, 4.8, 4.10, 5.6, 5.8, 5.10, 5.22, 5.23, 6.7, 6.8, 6.10, 7.8, 7.10, 7.18, 8.7, 8.9, 8.14, 8.15, 9.6, 9.8 e 9.15.</p> <p>Considera-se produto conforme aquele que atende aos seguintes requisitos:</p> <p>2 - O produto analisado atende aos PIQ - Padrões de Identidade e Qualidade determinados pela legislação.</p>			
--	---	--	--	--

Análise do Desempenho: A meta foi atingida apesar da restrição de recursos humanos e financeiros. No que diz respeito à área de qualidade vegetal, o elemento que mais contribuiu para o desempenho apurado foi a forma de obtenção das amostras junto aos mercados e atacadistas, que passou a ser baseada em amostras "cegas", sendo capaz de ter uma estimativa real da qualidade dos produtos que vem sendo ofertados a população brasileira. Na área de Vinhos e Bebidas, o desempenho favorável se deu, principalmente, pela concentração das fiscalizações (tanto em estabelecimentos quanto em produtos) em áreas próximas às unidades descentralizadas do MAPA (Superintendências Federais de Agricultura - SFA).

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade de produtos de origem animal	ICA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal): ICA= 0,7*(Nº de supervisões em Estabelecimentos sob SIF Conformes/Total de Supervisões em Estabelecimentos sob SIF)+0,3*(Nº de Amostras de Produtos de Origem Animal Conformes/Total de amostras de POA coletadas.	0,9	0,89	Trimestral

Análise do Desempenho: Os resultados alcançados pelo indicador “Índice de conformidade de produtos de origem animal” no terceiro trimestre são inferiores aos esperados para o período tendo em vista a diminuição de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores. O principal fator crítico foi o contingenciamento de recursos. **Necessidades:** Aprimorar o plano de coleta de amostras.

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola	Somatória dos principais biocombustíveis proveniente da biomassa agrícola e agroindustrial em toneladas equivalentes de petróleo. Para fins de cálculo será utilizado os valores de consumo de etanol e biodiesel convertidos em toneladas equivalentes de petróleo - tep, conforme parâmetros estabelecidos no Balanço Energético Nacional - BEN, onde um metro cúbico de etanol anidro, etanol hidratado e biodiesel, correspondem 0.534, 0.510 e 0.792 tep, respectivamente.	100	105,26	Anual

Análise do Desempenho: O indicador "Taxa de participação da agroenergia na matriz energética nacional" foi alterado para "Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola". Essa alteração foi feita com o objetivo de melhor demonstrar o crescimento dos produtos agroenergéticos nacionais, em especial: etanol e biodiesel, e pela sua fácil mensuração. O indicador anterior era calculado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com um ano de atraso, e utilizava em seu cálculo valores relativos comparados às demais fontes energéticas nacionais (petróleo, gás natural, eletricidade, dentre outras). Mesmo que a agroenergia tivesse, em valores absolutos, ampliado sua produção, quando comparada a outras fontes, poderia não ampliar, ou até mesmo diminuir sua participação na matriz energética. Por essa razão, o cálculo do indicador deve estar baseado em valores absolutos da produção e não relativos às demais fontes energéticas. Dessa forma, os números estão acima da previsão. O principal elemento que contribuiu para o bom desempenho foi o aumento da produção de etanol no Brasil.

Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de percepção sobre Informações Estratégicas	(Somatório de $P1*N1+P2*N2+...+Pn*Nn$), onde: P_i - Peso relativo atribuído ao critério " N_i "; N_i - Grau atribuído ao critério " N_i "; n - nº total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual

Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. **Necessidades:** alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.

Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Percepção do Agronegócio com Relação à Atuação do MAPA	(Somatório de $P1*N1 + P2*N2 + \dots + Pn*Nn$) / n, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério Ni; n - N° total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual
Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. Necessidades: alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.				

Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Percepção da Capacidade de Fortalecimento e Harmonização	(Somatório de $P1*N1 + P2*N2 + \dots + Pn*Nn$) / n, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério "Ni"; n - N° total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual
Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. Necessidades: alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.				

Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de acessos ao documento de projeções do agronegócio, no portal do MAPA	Somatório do n° de acessos a documentos relacionados às projeções do agronegócio no portal do Mapa	24.000	13.477	Trimestral
Análise do Desempenho: O "número de acessos ao documento de projeções do agronegócio no portal do MAPA" foi contabilizado manualmente devido à descontinuidade da ferramenta que realizava tal mensuração. Apesar da meta para 2013 não ter sido alcançada, o desempenho do indicador atingiu as metas no terceiro e quarto trimestres. Necessidades: Disponibilizar ferramenta de contagem de acessos.				

Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Atualização de Estudos sobre Cadeias Produtivas	(N° de Estudos Atualizados sobre Cadeias Produtivas mais relevantes) * 100 Definição de cadeias produtivas mais relevantes	90%	110%	Anual

	a serem considerados por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Econômico (peso 4) Consumo interno (peso 3) Exportação (peso 3) Pontuação de 1 a 10 para cada critério. Limite de corte para contabilização de estudo: 40 pontos			
Análise do Desempenho: O resultado do indicador “Taxa de atualização de estudos sobre cadeias produtivas” superou a meta. Necessidades: Melhorar a divulgação dos estudos sobre cadeias produtivas.				

Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Estudos de Prospecção Elaborados e Divulgados	Nº de estudos elaborados e divulgados Definição de estudos a serem considerados por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Relevância (peso 3) Abrangência (peso 3) Reconhecimento (peso 2) Regularidade (peso 2) Pontuação de 1 a 10 para cada critério. Limite de corte para contabilização de estudo: 40 pontos	18	17	Trimestral
Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “número de estudos de prospecção elaborados e divulgados” está um pouco abaixo da meta. A meta anual não foi alcançada visto que não foram realizados novos estudos, apenas atualizações. Necessidades: Identificar demanda por novos estudos de prospecção e avaliação. Estabelecer uma meta constante, pois a qualidade é mais apreciada que a quantidade.				

Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Fitossanidade	$[(TF * P1) + (TF2 * P2) + (TF3 * P3) + \dots + (TFn * Pn)] \times 100$ P1+P2+P3+...+Pn P = peso atribuído para cada praga a saber Cydia pomonella (peso 2), Cancro cítrico (peso 9), HLB (greening) (peso 6) e	4,6	5,57	Trimestral

	Mosca-da-carambola (peso 10).			
<p>Análise do Desempenho: Polaridade do indicador: quanto menor, melhor. Embora não estejam de acordo com a previsão, os números obtidos são esperados, uma vez que duas das pragas consideradas (cancro cítrico e HLB) são de difícil erradicação, apresentando tendência de constante aumento. Este desempenho torna improvável atingir a meta inicialmente prevista. Caso HLB e cancro cítrico apresentem novos focos, o índice continuará aumentando. O combate às pragas cancro cítrico e HLB necessita da garantia de recursos e pessoal para atividades de monitoramento e supervisão da erradicação de focos, inclusive para celebração de convênios com órgãos estaduais de defesa agropecuária. A erradicação da <i>Cydia pomonella</i> proporcionou uma discreta redução no índice. Necessidades: Persiste a necessidade de revisão da meta, de modo que o objetivo não seja a redução do índice, mas sim a sua contenção, evitando que atinja um valor máximo preestabelecido. Com relação à metodologia de cálculo, ainda não se chegou a uma definição sobre os ajustes necessários.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade dos insumos agrícolas	<p>O Índice de conformidade dos insumos agrícolas será a média aritmética dos índices de conformidade obtidos para os agrotóxicos e afins, para os fertilizantes e afins e para as sementes e mudas. Os índice relativos a cada um desses grupos de insumos agrícolas será apurado pela divisão do produto amostrado cuja análise laboratorial se mostrou conforme - VaDP (dentro do padrão de qualidade) e o total do produto amostrado - VtPA, obedecidos os procedimentos da fiscalização.</p> $IC_{ia} = (IC_a + IC_f + IC_{sm}) / 3$ <p>IC_{ia} = Índice de conformidade de insumos agrícolas IC_a = Índice de conformidade de agrotóxicos IC_f = Índice de conformidade de fertilizantes IC_{sm} = Índice de conformidade de sementes e mudas IC_a, IC_f e IC_{sm} = (VADP/VtA) x 100</p>	92%	81%	Anual

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Índice de conformidade dos insumos agrícolas” está um pouco abaixo da meta para o período. O principal ponto de atenção é a redução drástica das fiscalizações em função dos cortes orçamentários. **Necessidades:** Os recursos financeiros planejados pelos órgãos de fiscalização devem ser disponibilizados em quantidade e no tempo suficientes, para garantir cobertura em todos os locais de produção e comercialização dos insumos agrícolas e permitindo assegurar a qualidade destes.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes	(Nº de conformidades / Nº total de amostras coletadas)*100	99,77%	98,74%	Trimestral
Análise do Desempenho: O resultado alcançado está dentro da meta estabelecida. (CRC/SDA)				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de auditorias realizadas no período programado	$PARP = (AR / AP) * 100$ <p>Onde: PARP = Percentual de auditorias realizadas no período AR = auditorias realizadas AP = auditorias programadas</p>	85%	39,3%	Trimestral

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Percentual de auditorias realizadas no período programado” está consideravelmente abaixo da meta. Apesar de este resultado ser parcialmente devido à falta de recursos humanos na rede laboratorial do mapa, observou-se que ele foi fortemente influenciado pela publicação do decreto nº 8.062 de 29 de julho 2013, que reduziu drasticamente os limites de movimentação e empenho de recursos, assim como pela publicação da portaria MPOG nº 268 de 30 de julho de 2013 que limitou a concessão de diárias e passagens no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do poder executivo, no exercício de 2013. Na tentativa de contornar esta dificuldade, a área de laboratórios do MAPA priorizou determinadas atividades. *Ajustou-se as metas do presente indicador alinhando com as metas estabelecidas no PPA 2012-2015, gerando a necessidade de revisão nos cálculos. Esse ajuste se fez necessário, pois se considerou que as metas devem ser desafiadoras, porém realistas. O valor encontrado para 2013 (39%) se refere à realização de 42 auditorias frente ao total de 107. **Necessidades:** Garantir recursos financeiros e humanos; atualização de documentação por parte dos laboratórios credenciados e também por parte dos laboratórios candidatos.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e do DF que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre aftosa (área/rebanho)	Indicador 1: $(AR \times 100) / AT$ Indicador 2: $(QB \times 100) / TB$ Sendo: AR = Área Reconhecida pela OIE; AT = Área Total do Brasil; QB = Quantidade de bovinos e	60% / 90%	60% / 89%	Semestral

	bubalinos em área livre; TB = Total de bovinos e bubalinos existentes no Brasil			
--	--	--	--	--

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e do DF que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa” alcançou as previsões. Manteve-se o status das zonas livres implantadas ao longo dos últimos anos no país, sendo atendidas as previsões para o quarto trimestre. Em novembro, o Grupo Ad hoc de febre aftosa da OIE avaliou o pleito brasileiro para reconhecimento de nova zona livre de febre aftosa, envolvendo os estados de AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN e quase toda a parte norte do estado do Pará. Esse pleito será apreciado pela Comissão Científica da OIE em fevereiro de 2014. A melhoria na classificação de risco para febre aftosa do estado do AM, onde a maior parte de seu território passou de alto risco (BR-4) para médio risco (BR-3), é um importante passo que favorecerá a implantação futura de novas zonas livres. As avaliações efetuadas nos serviços veterinários oficiais dos estados do AM, AP e RR em dezembro permitiram atualizar as informações desses estados, importantes para orientar as estratégias finais em busca da erradicação da doença de todo país. **Necessidades:** Priorizar a transferência de recursos aos estados do AM e RR, bem como àqueles estados reconhecidos como zona livre de febre aftosa recentemente (AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN e PA); promover maior apoio técnico aos estados do Norte com áreas não reconhecidas como livre de febre aftosa; continuar com as avaliações contínuas dos serviços veterinários oficiais, para orientar as melhorias técnicas e estruturais necessárias; promover gestões políticas junto aos Governos daqueles estados onde este fator seja identificado como estratégico para os avanços programados, particularmente na região Norte do país.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	$(AP \times 100) / SA$, onde AP = Suspeitas Atendidas no Prazo e SA = Número Total de Suspeitas Atendidas. O indicador é produzido a partir de dados disponíveis no Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica – SIVCONT (desenvolvido e administrado pelo Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, da Organização Pan-Americana de Saúde (PANAFTOSA/OPAS), garantindo adequado grau de complexidade, auditabilidade e economicidade.	100%	90,8%	Trimestral

Análise do Desempenho: Apesar dos resultados alcançados não terem atingido o valor esperado em cada trimestre avaliado, considera-se que os índices obtidos, variando em torno de 90%, apontam para um sistema de vigilância animal estruturado, com capacidade de atender quase a totalidade das suspeitas dentro do prazo adequado. A expectativa é de que o mesmo desempenho seja mantido em 2014, dependendo basicamente das condições de trabalho dos serviços veterinários estaduais. **Necessidades:** Apoiar a manutenção das

estruturas estaduais de atenção veterinária por meio da descentralização oportuna e contínua de recursos financeiros (através da celebração de convênios específicos); Monitorar, por UF e por síndrome envolvida, a qualidade dos atendimentos realizados pelos serviços veterinários estaduais, promovendo reuniões técnicas com os serviços veterinários estaduais de forma a identificar os problemas observados e melhorar as orientações técnicas para as equipes de campo; Finalizar o desenvolvimento do SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinárias), em conjunto com a CGTI, o que permitirá um melhor gerenciamento do indicador tanto pelo MAPA como pelos serviços veterinários estaduais.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	O Índice de conformidade dos insumos pecuários é apurado conforme a fórmula: $ICIP = 0,33 * ICMGA + 0,33 * ICPAA + 034 * ICPUV.$ sendo: ICMGA – Índice de conformidade de Material Genético Animal = N° de estabelecimentos conformes dividido pelo N° de estabelecimentos	>90%	88,26%	Anual

Análise do Desempenho: Em função das restrições orçamentárias, e do limite de 40 diárias para deslocamentos, o universo de fiscalização foi reduzido, o que pode gerar inconsistências nos índices encontrados, o que pode ter comprometido o indicador. Para o próximo período de avaliação, espera-se atingir, de maneira mais precisa, as metas estabelecidas.

Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Conservação de Recursos Genéticos em Coleções	Número de coleções apoiadas diretamente pelo Mapa + número de eventos de capacitação de curadores de coleções apoiados pelo Ministério (através de seminários, workshop ou similares com ou sem parcerias)	3	5	Trimestral

Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão. O desempenho do indicador afeta positivamente a mensuração do cumprimento de metas para o objetivo estratégico.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Iniciativas de incentivo a inovação desenvolvidas	1 (Número de cursos de Educação à Distância aplicados por meio de termo de cooperação) + 2 (número de cursos de	8	8	Trimestral

	capacitação presenciais aplicado por meio de termo de cooperação) + 2 (número de workshops, seminário ou similar apoiado por termo de cooperação ou promovido e organizado pela CAPTA, com ou sem parceria de outra instituição) + 3 (número de produção e/ou impressão de material de apoio à Agricultura de Precisão)			
--	---	--	--	--

Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão. O desempenho do indicador afeta positivamente a mensuração do cumprimento de metas para o objetivo estratégico.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Produtividade Agrícola de Grãos	Média (Produção agrícola / Área plantada) dos produtos considerados Grãos considerados: Algodão, amendoim total, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão total, girassol, mamona, milho total, soja, sorgo, trigo, triticales	2.494,43	3.508,09	Anual

Análise do Desempenho: O valor está bem acima do esperado, evidenciando o aumento da produtividade e maior segurança alimentar.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de normas para inclusão das espécies vegetais no regime de proteção de cultivares	Nº de espécies inseridas no regime de proteção, publicadas por meio de Atos do DOU.	10	10	Anual

Análise do Desempenho: A meta foi alcançada. Atualmente existem 156 espécies dentro do regime de proteção. A previsão é ampliar o número de espécies para 170 cumulativamente. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril.
Necessidades: Evitar limitações de deslocamentos nas ações previstas no Plano no Operativo Anual deste SNPC.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Implementação de projetos para intensificar a adoção	Aumento da áreas, em hectares, com Sistemas Plantio Direto na Palha	27,4	28,5	Semestral

de sistemas de plantio direto na palha				
<p>Análise do Desempenho: Os resultados alcançados para o exercício de 2013 foram acima do previsto em virtude dos bons preços de mercado das principais commodities agropecuárias, o que possibilitou maiores investimentos em tecnologia pelos produtores rurais, principalmente no tocante a reforma do parque de máquinas. Os elementos que mais contribuíram para tal avanço foram, decisivamente, os de bons preços das commodities e a disponibilidade de financiamento para a recuperação de pastagens com a integração lavoura - pecuária (ILP).</p>				

Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Unidade de Produção Orgânica Controlada no Brasil	Total de Unidades de produção orgânica controlada.	12.500	12.160	Semestral
<p>Análise do Desempenho: A possibilidade de efetuar os controles adequados e regularizar a situação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) por meio de auditorias, bem como regularizar as Organizações de Controle Social (OCS) por meio de cadastramento impacta direta e positivamente no resultado. Com número reduzido de FFA atuando atualmente nos DPDAG/SFA-UF, há demanda ainda não atendida, que poderia impulsionar o indicador.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Cultivares Protegidos	Nº de cultivares protegidas (Certificados Provisórios emitidos)	240	273	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: O resultado está de acordo com a previsão. Contribuíram para o aumento os novos eventos de transgenia aprovados para espécies vegetais, o que ocasionou o aumento da proteção de cultivares essencialmente derivadas ou novas cultivares contendo tais eventos transgênicos; a crescente introdução de cultivares de espécies ornamentais e frutíferas protegidas no país por obtentores estrangeiros; a inclusão de novas espécies no sistema de proteção a partir da publicação de seus descritores no Diário oficial da União (DOU). Os fatores que dificultaram foram as restrições de deslocamento e a demora na liberação dos recursos.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva	Nº projetos de IG assistidos no ano	85	74	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: Os resultados obtidos estão relativamente satisfatórios e em consonância com o objetivo estratégico associado a este indicador. Isso porque foi alcançado 87% da meta prevista para o indicador no período. O não alcance pleno da meta deve-se principalmente à falta de recursos humanos nas unidades descentralizadas e na sede, além da insuficiência de recursos orçamentários. Espera-se que com a recomposição de parte do</p>				

quadro técnico do MAPA por meio da realização do concurso público e remanejamento de servidores, somada à realização de capacitações internas, conforme metodologia reformulada, e havendo recursos orçamentários suficientes para desenvolvimento das atividades, seja possível cumprir as metas planejadas, até o ano de 2015.

Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de beneficiários atendidos com financiamentos com recursos do Funcafé	Somatório do número de beneficiários atendidos pelos agentes financeiros.	14.722	12.638	Trimestral

Análise do Desempenho: Em 2013 houve considerável atraso para celebração dos contratos, ocorrendo só a partir de agosto, fato que justifica o resultado alcançado estar abaixo da meta estabelecida. Os recursos do Funcafé aplicados/repassados aos beneficiários finais nos dois primeiros trimestres de 2013 foram originários de contratos firmados entre o MAPA e os agentes financeiros ainda em 2012. Costumeiramente os contratos são firmados a partir de maio de cada ano. **Necessidades:** Agilizar a disponibilização dos recursos aos agentes financeiros em tempo hábil; articular com os agentes financeiros para motivá-los a operar todas as linhas de crédito existentes; divulgar e esclarecer os potenciais beneficiários das linhas de crédito existentes.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de projetos-piloto sobre temas estratégicos negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados pela AGE	Número de projetos-piloto negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados	2	2	Anual

Análise do Desempenho: O número de projetos sobre temas estratégicos está conforme o estimado. Os elementos favoráveis ao desempenho apurado foram propostas competitivas e político-estratégicas apresentadas aos fundos dos países que geraram acordos de cooperação. Há uma expectativa de aumento da quantidade de projetos, pois o número de Fundos Internacionais que financiam trabalhos relacionados à sustentabilidade vem aumentando anualmente.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	$I = \left[\frac{\text{Área total, em hectares, coberta pelo PSR}}{\text{Área total, em hectares, divulgada pelo IBGE}} \right] \times 100$	14,80%	12,92%	Anual

Análise do Desempenho: O valor alcançado está um pouco abaixo da meta. O elevado volume de contratações de seguro rural no último trimestre proporcionou a recuperação do indicador no ano, em virtude, principalmente, da aprovação e disponibilização do crédito suplementar de R\$ 230 milhões para a subvenção ao prêmio do seguro, que apesar de sua liberação tardia, foi fundamental para o alcance do resultado obtido.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Custo Médio do Financiamento da Safra	$TMF = \frac{(\sum [(TRC * VRC) + (TRLc * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)] / VPR)}{(1+i)}$ <p> TMF= taxa média de financiamento TRC = taxa de juros recursos controlados VRC = volume de recursos controlados TRLC = taxa de juros recursos livres contabilizados VRLc = volume de recursos livres contabilizados TRLNC = taxa de juros recursos livres não contabilizados VRLNc = volume de recursos livres não contabilizados VPR = volume potencial de recursos para a safra i = taxa de inflação (IPCA) </p>	2,5	1,73	Trimestral

Análise do Desempenho: O resultado alcançado está abaixo da meta. Nos dois primeiros trimestres da safra, o Governo vinha implementando uma política de redução da taxa Selic, o que puxava para baixo todas as outras taxas aplicadas no mercado. O resultado do indicador também sofreu reflexo dessa redução, o que significa que descontando a inflação, o custo médio do financiamento das operações de crédito rural ficaram ainda menores, abaixo da meta estabelecida para o período. O partir do quarto trimestre da safra anterior, já há um aumento no custo de financiamento do crédito rural, refletindo o aumento das taxas de juros implementadas pelo governo, com o objetivo de controlar a inflação. No quarto trimestre do ano, que é o segundo trimestre da safra, tem um comportamento similar ao período anterior. O desempenho do indicador não acarreta nenhum risco ao desempenho da política desenvolvida pelo MAPA, mas se caracteriza como um balizador que norteia a busca constante da redução das taxas de juros do mercado financeiro voltadas ao crédito rural.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Custo Logístico Médio	Dados secundários dos setores público e privado, mensurados a partir da média dos fretes praticados no transporte de produtos no escoamento da safra anual.	90	97,5	Anual

Análise do Desempenho: Os números obtidos superam largamente a expectativa. O desequilíbrio da matriz de transportes do país, com forte participação do modal rodoviário,

que passa por problemas de regulação da atividade, déficit de caminhões (50.000) e motoristas (80.000), criam um quadro de dificuldades que não podem ser minimizados pelos demais modais (ferroviário e hidroviário), que tem pouca participação no transporte de produtos agrícolas e quando o fazem, tem como referencial de preços o modal rodoviário, elevando o custo do frete no país.

Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Avaliação de Projetos em Tramitação no Congresso Nacional	(Nº de Projetos em tramitação relacionados ao agronegócio com Nota Técnica/ Nº total de Projetos relacionados ao agronegócio em tramitação) *100	90%	85%	Mensal
Análise do Desempenho: O resultado está um pouco abaixo da previsão, devido a alguns atrasos de articulação dentro do MAPA. Porém, a comunicação entre as áreas para a elaboração das Notas Técnicas tem contribuído para o aumento do percentual. Necessidades: Estimular uma maior comunicação entre as áreas, além de uma melhor capacitação dos servidores do setor.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de interlocução da CGAC no levantamento das demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas	(Nº de reuniões realizadas/Nº total de reuniões programadas)	110	140	Trimestral
Análise do Desempenho: O resultado alcançado foi superior ao previsto. *Durante o exercício 2013 a Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas decidiu por atualizar o seu indicador para quantidade de reuniões realizadas, e sua forma de apresentação para número absoluto e não mais percentual. A meta inicialmente prevista era de realizar 110 reuniões, porém essa meta foi superada em 27%, totalizando 140 reuniões realizadas. As metas definidas para os exercícios subsequentes foram estabelecidas segundo a capacidade operacional da equipe da CGAC.				

Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Eventos Externos	Somatório de eventos externos com a participação do MAPA.	17	17	Trimestral
Análise do Desempenho: O resultado alcançado está de acordo com a previsão.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia	(Nº de notícias espontâneas favoráveis sobre o Mapa publicadas/ Nº total)	-	83,75%	Mensal

sobre o MAPA	notícias espontâneas sobre o Mapa publicadas)*100			
<p>Análise do desempenho: Comparado a 2012, que teve 96,8% de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa, o ano de 2013 teve queda em mais de 13,5%. Porém a queda do índice justifica-se porque a análise qualitativa e quantitativa passou a englobar mais veículos de comunicação, como rádios, televisão e veículos específicos de cobertura do agronegócio. A análise feita anteriormente restringia-se a jornais impressos e grandes sites de notícias. A perspectiva é que as notícias espontâneas favoráveis continuem a crescer, contribuindo para que a sociedade tenha cada vez mais acesso ao trabalho desenvolvido pelo Mapa. Necessidades: Continuar a informar o cidadão sobre a atuação do Mapa e oferecer respostas mais claras e objetivas, especialmente em casos em que o ministério é apresentado como negligente ou ineficaz. Avaliar e consolidar a metodologia empregada para mensuração da taxa de notícias, para construção de série histórica adequada e estabelecimento de metas.</p>				

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume de produtos exportados por portos da Região Norte/Nordeste	Soma do volume de exportação de grãos (milho e soja) pelos Portos das Regiões Norte e Nordeste compreendidos pelos terminais de Itacoatiara, Vila do Conde, Outeiro, Santarém, Santana, Itaqui, Salvador e Ilhéus.	10	10,9	Anual

Análise do Desempenho: Os números obtidos superaram a previsão. As perspectivas para os próximos períodos de mensuração indicam um crescimento paulatino do volume exportado pelos portos do Arco Norte, na medida em que novas estruturas portuárias venham a ser instaladas. **Necessidades:** A atenção dispensada ao segmento da logística tem que ser permanente, considerando que na medida em que os índices de produtividade e produção se ampliam, aumenta a pressão exercida sobre os meios de transportes e estruturas portuárias.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume da Produção Transportada nos Modais Ferroviário e Hidroviário	Somatório dos percentuais de carga agrícola transportada pelos modais Ferroviário e Hidroviário, para medir a redução do intervalo entre a performance desses modais em relação ao modal rodoviário.	32%	32%	Anual

Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Dirigentes de associações e cooperativas	Dirigentes capacitados	33	0	Trimestral

capacitados				
Análise do Desempenho: Indicador prejudicado para o caso específico da capacitação para cooperativas fornecedoras do PAA mediante Termo de Cooperação com a CONAB//MAPA, em razão da não aplicação dos recursos também da não prorrogação do Termo de Cooperação.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Pessoas Capacitadas no PISACOOP	Pessoas capacitadas	500	2.212	Trimestral
Análise do Desempenho: A meta do indicador foi superado. O desempenho demonstra a aceitação do programa bem como a promoção do desenvolvimento sustentável.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Jovens e mulheres capacitados	Jovens e mulheres capacitados	500	640	Trimestral
Análise do Desempenho: O desempenho superou a meta esperada.				

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de RAEs Corporativas Executadas	Percentual de RAEs Corporativas Executadas = (número de RAEs realizadas/número de RAEs planejadas)*100	50%	0%	Trimestral
Análise do Desempenho: O número obtido não está de acordo com a previsão. A perspectiva com relação ao 4º trimestre é a realização de 25% ainda no início de 2014. Porém o Relatório de Gestão Estratégica foi entregue a Alta Liderança do Ministério. A meta referente ao 4º trimestre ainda não foi alcançada devido ao atraso no cronograma de elaboração do Relatório de Gestão Estratégica, devido à urgência da elaboração do Relatório de Gestão. Porém, a expectativa é de que a Reunião de Análise Estratégica seja feita assim que os trabalhos sejam concluídos.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica	Média das respostas da questão nº 10 do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica (Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?) 0 - Nenhum 1 - Muito Fraco 2 - Fraco 3 - Médio 4 - Bom 5 - Excelente	3,8	3,05	Anual

Análise do Desempenho: O resultado atingiu mais de 80% da meta. Este indicador é mensurado em duas etapas, uma na sede e outra nas superintendências. Para este período estão disponíveis somente os dados relativos à sede. A perspectiva com relação à próxima mensuração é que se mantenha estável. O que contribuiu para o desempenho apurado foi o plano de comunicação executado pela Gestão Estratégica.

Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Execução dos Recursos Orçamentários	(recursos orçamentários empenhados (R\$) / limite orçamentário estabelecido (R\$) *100	100%	97,96%,	Mensal

Análise do Desempenho: Os percentuais foram estimados com base na média dos anos anteriores. Dessa forma, os números obtidos estão de acordo com a previsão. A execução orçamentária atingiu praticamente todo limite de movimentação e empenho disponível.

Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Processos de Trabalho Mapeados e Melhorados	Nº de Processos Mapeados e Melhorados = P1 + P2 + P3 ... +Pn	3	1	Trimestral

Análise do Desempenho: No ano de 2013 conseguiu-se mapear apenas 1 processo de serviço tendo em vista a necessidade de priorização de algumas atividades, tais como: a adaptação de uma metodologia de monitoramento da gestão por processo para o contexto do Ministério, que irá monitorar os processos mapeados identificando o seu aprimoramento; o detalhamento do macroprocesso finalístico - Cooperativismo e Associativismo Rural, para identificar os processos vinculados e priorizá-los para executar o mapeamento, conforme solicitado pela CGU(identificar os principais processos e priorizá-los para mapeamento) que deve ser validado no ano de 2014. O desempenho destas atividades poderá ser afetado pelo alongamento dos prazos solicitados pelas áreas de negócio, em função das suas atividades estruturantes. A expectativa é que no exercício de 2014 os índices sejam alcançados.

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Servidores Participantes de Comunidades Virtuais	(Nº de servidores participantes de comunidades / Nº total dos servidores)*100	68%	60%	Trimestral

Análise do Desempenho: O Sistema de Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede (CATIR) foi implantado em 2006, e o total de participantes hoje é de 6.539 usuários em 178 comunidades. A meta prevista para o biênio 2012/2013 é de 156 comunidades (foi ultrapassada em 20 comunidades). O resultado positivo beneficia o Objetivo Estratégico, cuja proposição é uma maior integração entre os elementos de uma Comunidade Virtual (CV), no qual as pessoas compartilham mais informações de seu interesse. No segundo semestre de 2013, houve um aumento de 89 usuários cadastrados e a criação de 2 (duas) novas comunidades virtuais, isto contribuiu para o aumento da taxa em 1% no segundo semestre de 2013. **Necessidades:** Modernizar o sistema e divulgar a existência da CATIR/CV nos informativos on-line/impresos.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Atendimento dos Sistemas de Informação	TQ= Total de Questionários Respondidos; TI=Total de Itens; TS=Soma dos itens respondidos como satisfatório e/ou implementados nos sistemas; TGS=(Total Geral Satisfeito). TGS=(TS*100)/(TQ*TI).	65%	65%	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: O resultado alcançado está de acordo com a meta. A avaliação dos sistemas é realizada por questionário/pesquisa encaminhado por e-mail aos gestores dos sistemas de informação (70 Gestores Identificados). Há um forte relacionamento deste Objetivo Estratégico (Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento) com diversos outros definidos no MAPA estratégico como: i) Ser referencia em informações estratégicas para o Agronegócio; ii) Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio; iii) todos os outros relacionados ao ambiente de trabalho, excelência administrativa e produtos e serviços porque a informação é um insumo e produto para todos os OEs.</p>				

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Multidisciplinares

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Grau de Satisfação do Servidor do MAPA	(Nº total de respostas satisfatórias na pesquisa de satisfação / Nº total de respostas na pesquisa de satisfação)*100	N/D	N/D	Anual
<p>Análise do Desempenho: Não foi realizada pesquisa. Encontra-se em fase de planejamento pela área responsável pela coleta.</p>				

Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de servidores com a avaliação de desempenho mensurada	Percentual de servidores com avaliação de desempenho mensurada por meio do SISAD =Número de servidores avaliados no SISAD/ número de servidores avaliáveis x 100	80%	N/D	Anual
<p>Análise do Desempenho: Não foi possível aferir os resultados obtidos no sistema SISAD em razão da interrupção do processo de apuração, homologação e publicação dos resultados. A previsão é que o processo de avaliação de desempenho volte a ser manual. Necessidades: Disponibilizar recursos humanos e financeiros e atenção ao estabelecimento da automatização do processo de avaliação.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de execução	PM = {∑ [(VA-	26,33%	N/D	Semestral

anual das metas quantitativas do PPA	$\frac{VAA}{(VF-VR)}}{\text{quantidade de metas qualitativas do PPA}}$ <p>ONDE PM = Percentual de atingimento da meta VA=Valor Atual (apurado no período); VAA=Valor Acumulado do ano anterior do PPA; VF=Valor Final do PPA</p>			
--------------------------------------	--	--	--	--

Análise do Desempenho: Este indicador foi construído com base nas metas do PPA que em 2013 tiveram ajustes e só na avaliação do 2º semestre será possível avaliar os resultados alcançados. Esta avaliação será finalizada até o dia 17/02/2014. Somente a partir desta data será possível apurar estes resultados. **Necessidade:** Estimular que as unidades mantenham foco na execução das atividades que garantam a consecução das metas do PPA.

Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA	(Somatório de $P1*N1+P2*N2+...+Pn*Nn$), onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério "Ni"; n - nº total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual

Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. **Necessidades:** alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.

Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Capacitação em Competências	Número de Horas de Capacitação Realizadas dividido pelo número Total de Servidores	40	8,09	Trimestral

Análise do Desempenho: O baixo desempenho teve como principal fator o contingenciamento orçamentário, infraestrutura insuficiente do MAPA para a realização de capacitações, burocracia excessiva. **Necessidades:** Aumentar o quantitativo de servidores que trabalham no projeto de implantação do PAEC; Implantar um sistema de gestão de capacitação; Sensibilização dos gestores para liberação de recursos, expondo a importância da execução do PAEC e revisão da meta (estabelecida em 2006).

Complementação do item 2.1.1

Em complementação às informações constantes do item “a”, além do plano estratégico apresentado, considera-se o PPA como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais/normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA, para cada perspectiva (perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos, perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento e governança e controles), no formato definido na portaria prevista no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

I. Perspectiva da Sociedade:

1. Em relação a esta perspectiva, o MAPA deverá, para cada um dos objetivos descritos no item II abaixo, informar o seguinte:

a) Para as UJ consolidadas:

• Nome das Unidades e o papel que cada uma exerce para o alcance das metas do objetivo estratégico;

As unidades são:

- Gabinete do Ministro (GM);
- Assessoria de Gestão Estratégica (AGE);
- Secretaria Executiva (SE);
- Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA);
- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC);
- Secretaria de Política Agrícola (SPA);
- Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA);
- Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI).

O papel que cada unidade consolidada exerce para o alcance dos Objetivos Estratégicos está associado aos Projetos Estratégicos que executam, conforme exposto no quadro abaixo:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos	Papel
-------------------------------	------------------------------	--------------

Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação	Projeções do agronegócio Elaboradas e Disponibilizadas (CGPE/AGE)	Projeções do Agronegócio Elaboradas e Disponibilizadas
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária	Coordenar, Acompanhar e Fiscalizar os Processos Relacionados à Atividade Aero-Agrícola (DIEL/SDC)	Fomento da atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados
	Apoio a Projetos para Pequenos e Médios Produtores no Setor Agropecuário (DIEL/SDC)	
	Ampliar a Adesão de Produtores Rurais na Adoção de Tecnologias Sustentáveis de Produção Agropecuária (DEPROS/SDC)	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados
	Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DEPROS/SDC)	
	Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica (DEPROS/SDC)	
	Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada (DEPROS/SDC)	
	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas (CIG/SDC)	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial
Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias	Revisão das Diretrizes de Distinguibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para as Culturas do Arroz, da Cana de Açúcar e do Trigo (SNPC/SDC)	Revisão das Diretrizes de Distinguibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para as Culturas do Arroz, da Cana de Açúcar e do Trigo
	Fomento à Conservação, à Valorização e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (CAPTA/SDC)	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial
	Fomento à Inovação no Agronegócio (CAPTA/SDC)	

Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos	Reestruturação do SUASA (GAB/SDA)	SUASA reestruturado e implantado
	Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária (DEPROS/SDC)	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados
	Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (DIEL/SDC)	Fomento da atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados
Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio	Articular a Regulamentação do Fundo Garantidor de Investimentos (DEAGRI/SPA)	Mecanismos de crédito rural aperfeiçoados, focados na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência
	Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anticíclico (DEAGRI/SPA)	
	Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (DEAGRI/SPA)	
	Comissão Especial de Recursos Reestruturada e Aprimorada (DEGER/SPA)	Instrumentos de minimização de riscos aperfeiçoamentos que atendam às necessidades do produtor rural
	Elaboração Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural (DEGER/SPA)	
	Matriz de Risco Agrícola (DEGER/SPA)	
	Automatizar a operacionalização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (CGFUNCAFÉ/SPAÉ)	Produtividade e acesso ao crédito dos beneficiários do Funcafé ampliados
	Problemas de Infraestrutura e Logística Minimizados (DIEL/SDC)	Fomento da atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços

		regulamentados
Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas	Juventude e Gênero (DENACOOOP/SDC)	Associativismo Rural e Cooperativismo Sustentável, Estimulado e Promovido
	Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos (DENACOOOP/SDC)	Associativismo Rural e Cooperativismo Sustentável, Estimulado e Promovido
	Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP/SDC)	Associativismo Rural e Cooperativismo Sustentável, Estimulado e Promovido
	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas (CIG/SDC)	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial
Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Processo de Gestão Estratégica Consolidado (CGAI/AGE)	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no Mapa
Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho	Implantação da Gestão por Processos (CGPLAN/SE)	Gestão por Processos Implantada
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão Integrada do MAPA (GAB/SE)	Gestão Integrada
Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional	Implantação do Plano Anual de Educação Continuada (CGDP/SE)	Gestão por Competências Implantada
	Gestão por Competência Implantada (CGDP/SE)	
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	Implantação da Avaliação de Desempenho (CGDP/SE)	Gestão por Competências Implantada
	Gestão por Competência Implantada (CGDP/SE)	
Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento	Estruturação e Consolidação do Acesso à Informação Pública (GAB/SE)	Lei de Acesso à Informação atendida com eficiência e

		efetividade
--	--	-------------

- Aspectos da parcela do orçamento destinada ao atendimento de cada objetivo, no formato definido na portaria prevista no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

Não existe relação direta entre cada Objetivo Estratégico e o orçamento. Porém os Projetos Estratégicos são alinhados ao Plano Plurianual (PPA), conforme já exposto no item 2.1 da Parte A. Esse alinhamento foi concebido com o objetivo de proporcionar maior garantia para que os projetos estratégicos possam ser executados.

PPA 2012-2015			Plano Estratégico do MAPA 2006-2015
Programa Temático	Objetivos	Iniciativas	Projetos Estratégicos
2014	0976	045x	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
			Projeções do Agronegócio elaboradas e disponibilizadas
			Implantação da Gestão por Processos
			Gestão por Competência Implantada
			Implantação da Avaliação de Desempenho
			Implantação do Plano Anual de Educação Continuada
		0460	Desenvolvimento e Implantação do SGI - Sistema de Gestão Integrada do MAPA
	045W	Estruturação e Consolidação do Acesso à informação pública	
	0747	20ZV	Juventude e Gênero
			Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural - PISACOOOP
			Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
		02XH	Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (SNCUA)
		02XO	Problemas de Infraestrutura e Logística Minimizados
	8611 2B17	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	
0744	02WZ 02X9	Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada	

		02X2	Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária
		02X9	Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica
		02X4 02X7 02X9	Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
	0618	N/A	Articular a Regulamentação do Fundo Garantidor de Investimentos
			Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anti-cíclico
		02EH; 02EK	Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)
	0601	02CM	CER Reestruturada e Aprimorada Matriz de Risco Agrícola
		02CK	Elaboração, Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural
	0661	02GO	Automatizar a operacionalização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ
	2028	0366	012U; 012X; 012Z; 0131; 0134
04D4			Coordenar, acompanhar e fiscalizar os processos relacionados à atividade aero-agrícola
2013	0170	02WK; 02WL; 02WN; 02WO; 02WP; 02WS; 02WT; 02WU; 02WW; 02WY	Ampliar a adesão de produtores rurais na adoção de tecnologias sustentáveis de produção agropecuária
2042	0969	044I	Fomento à conservação, à valorização e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação
		044N	Fomento à inovação no agronegócio
		044P	Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas
		2122	Revisão das Diretrizes de Distingibilidade,

			Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Arroz (<i>Oryza sativa</i> L.)
			Revisão das Diretrizes de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Cana de Açúcar (<i>Saccharum</i> spp.)
			Revisão das Diretrizes de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Trigo (<i>Triticum aestivum</i> L.)

b) Para as UJ que não estão consolidadas no relatório de gestão, mas que têm papel importante na consecução dos objetivos:

- Nome das Unidades/Instituições e o papel que cada uma exerce para o alcance das metas do objetivo estratégico;
- Descrição da estratégia de atuação dos gestores do MAPA juntos a essas Unidades/Instituições.

As unidades não consolidadas, que constituem órgãos específicos singulares, com importante papel na consecução dos objetivos, são: Ceplac e Inmet.

• **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac:**

Unidade	Papel
Ceplac	Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação e organização da produção;
	Planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo considerando os arranjos locais, a ênfase em sistemas agroflorestais e a atração de investimentos;
	Promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira e desenvolvimento da produção de cacau no país;
	Promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau;
	Ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio de desenvolvimento das atividades agrossilvipastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão de obra e a sustentabilidade ambiental;
	Administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU;
	Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência;
	Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas e específicas;
	Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
	Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado

A missão da Ceplac é: “Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil”. As ações desempenhadas pela Ceplac contribuem para o

alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

• **Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet:**

Unidade	Papel
Inmet	Promover a execução de estudos e levantamentos meteorológicos e climatológicos aplicados à agricultura e outras atividades correlatas
	Coordenar, elaborar e executar programas e projetos de pesquisas agrometeorológicas e de acompanhamento das modificações climáticas e ambientais
	Elaborar e divulgar, diariamente, a nível nacional, a previsão do tempo, avisos e boletins meteorológicos especiais
	Estabelecer, coordenar e operar as redes de observações meteorológicas e de transmissão de dados, inclusive aquelas integradas à rede internacional
	Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência
	Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas
	Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério
	Elaborar e divulgar mensalmente, a nível nacional, produtos de monitoramento climático e previsão climática sazonal
	Representar o Brasil, através de seu Diretor e por Decreto do Presidente da República, no âmbito da Organização Meteorológica Mundial - OMM.
	Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério, além de exercer demais atribuições atribuídas pelo Ministro

As ações desempenhadas pelo **Inmet** contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

As unidades não consolidadas, que constituem entidades da administração indireta vinculadas ao Ministério, com importante papel na consecução dos objetivos estratégicos do MAPA, são: Conab e Embrapa.

- **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab:**

Unidade	Papel
Conab	Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal
	Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários
	Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária
	Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários
	Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno
	Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências
	Participar da formulação da política agrícola

As ações desempenhadas pela **Conab** contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Garantir a segurança alimentar.

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa:**

Unidade	Papel
Embrapa	Planejar, orientar, controlar, executar e supervisionar atividades de pesquisa agropecuária, para produzir conhecimentos tecnológicos empregados no desenvolvimento da agricultura nacional;
	Apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades do Poder Executivo, ou organismos vinculados, com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política agrícola e da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agrícola;
	Estimular e promover a descentralização operativa de atividades de pesquisa agropecuária de interesse regional, estadual, distrital e municipal, mediante ações de cooperação técnico-científica com organismos de objetivos afins;
	Coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, mediante convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A missão da Embrapa é: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.” As ações desempenhadas pela Embrapa contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio;

Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; e Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio. Perante essas unidades e instituições, a Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA (AGE) atua orientando os gestores sobre como aplicar o método de gestão da estratégia, *Balanced Scorecard*, e o método de gestão de projetos, desenvolvido também no âmbito da AGE.

Portanto, os assessores do MAPA orientam os gestores interessados das demais unidades a desenvolver seus projetos estratégicos e a monitorar seus desempenhos. Um exemplo dessa atuação foram as oficinas realizadas nas unidades da Ceplac da Bahia e do Pará, com o propósito orientar os gerentes na formulação de projetos estratégicos para a Comissão.

2. Resultados para a Sociedade:

- a) Aumento da Produção de produtos não alimentares e não energéticos;
- b) Ampliação da Participação da Agroenergia na Matriz Energética;
- c) Garantia da Segurança Alimentar;
- d) Impulso do Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Variação do Valor das Exportações de Produtos do Agronegócio	(Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período x - Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período x -1 / Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período x-1)*100	8	4,34	Anual

Análise do Desempenho: Os resultados obtidos estão abaixo da previsão. Todavia, vale destacar que a previsão foi elaborada quando da criação do indicador, em um contexto bastante diverso do atual cenário do comércio internacional. Em 2013, as exportações do agronegócio atingiram a cifra recorde de US\$ 99,97 bilhões, com crescimento de 4,3% em relação às exportações do período anterior, que foram de US\$ 95,81 bilhões. As exportações de soja foram responsáveis por 31,0% das vendas externas do agronegócio em 2013. Os cinco principais setores exportadores foram responsáveis por 78,4% das vendas do agronegócio e por um aumento de US\$ 5,73 bilhões nas vendas externas, cifra que suplantou o aumento total das exportações do agronegócio no período (US\$ 4,15 bilhões).

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Variação do PIB do Agronegócio	O cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida	4	3,31*	Mensal

	<p>reflete a evolução do setor em termos de renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros. Considera-se, portanto, no cômputo do PIB do agronegócio tanto o crescimento do volume produzido como dos preços, já descontada a inflação. Os cálculos sobre a variação do volume partem das mais recentes projeções de safra para o ano em curso. Essas quantidades são confrontadas com as projeções de volume correspondentes do ano anterior. A variação obtida entre os dois anos é, então, usada para o cálculo da taxa mensal de variação do volume, bem como da taxa acumulada a partir de janeiro do ano em curso. No final do ano, a taxa acumulada por esse procedimento coincidirá com a taxa de variação do volume (confirmado e não mais projetado) entre o ano corrente e o anterior. Quanto aos preços, a comparação é feita entre a média real do período (número de meses) transcorrido no ano corrente e a média real do mesmo período do ano anterior. Essa variação anual é, então, usada para o cálculo da taxa mensal e da taxa acumulada desde janeiro do ano em curso.</p>			
--	---	--	--	--

Análise do Desempenho: O indicador em questão é calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP, não tendo o MAPA nenhuma participação no seu cálculo. Não foi encontrada no site nenhuma referência a metas. O

cálculo do PIB é mensal, mas as informações são disponibilizadas com defasagem no site. Até o momento os dados disponibilizados são de janeiro a julho de 2013, não estando disponíveis os dados referentes ao segundo semestre de 2013, impossibilitando o registro dos meses de agosto a dezembro. Dessa forma, o referido indicador reflete o comportamento passado do agronegócio, não afetando o desempenho do setor. Ao final do período será divulgado o comportamento do setor durante o ano. Em termos acumulados, o resultado é positivo tanto para a agricultura quanto para pecuária, com altas de 1,82% e 6,91%, respectivamente. (*) PIB dos sete primeiros meses de 2013.

Aumentar a Produção de Produtos não-alimentares e não energéticos

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice Composto da Produção de Produtos não-alimentares e não-energéticos	Indicador = (valor da produção no ano X - média do valor da produção entre 2000 e 2003) / média do valor da produção entre 2000 e 2003 * 100	185	275	Anual
Análise do Desempenho: O "Índice Composto da Produção de Produtos não-alimentares e não-energéticos" é calculado anualmente, os resultados são divulgados em janeiro de cada ano, porém o desempenho até o momento é maior que o esperado inicialmente. Desde 2011, os resultados encontrados superam as metas.				

Garantir a Segurança Alimentar

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização	(Produção apoiada (ton) / produção total de produtos elegíveis (ton)) * 100	4,80	1,24	Trimestral
Análise do Desempenho: O desempenho do indicador "Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização" está abaixo do esperado pelo setor. Mas, dada a polaridade do indicador, quanto menor o valor aferido, maior a efetividade da política e melhor a renda do produtor rural.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume de Produção Agropecuária per Capita	Volume total (kg) da produção agropecuária / N° total de habitantes no país Composição do Volume total da produção agropecuária: - Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo - Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne	968	1.104	Anual

	de frango - Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva -Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate			
Análise do Desempenho: Os valores alcançados superaram a meta.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	$IV = \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas - vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados - vinhos e bebidas}))) + (0,5 * (\text{n}^\circ \text{ de amostras de produtos em conformidade - qualidade vegetal} / \text{n}^\circ \text{ total de amostras analisadas - qualidade vegetal})))$ <p>Considera-se inspeção conforme aquela que atende aos seguintes requisitos:</p> <p>1 - Dos 28 (vinte e oito) parâmetros selecionados pela sua importância na LV - Lista de Verificação (Portaria SDA/MAPA nº272/10), 70% (setenta por cento) ou mais deverão estar CONFORMES, excluídos os itens NA - Não se Aplica. Os parâmetros selecionados na LV são os seguintes: 1.2, 2.4, 2.5, 2.11.1, 2.12.1, 2.12.6, 3.5, 3.7, 4.8, 4.10, 5.6, 5.8, 5.10, 5.22, 5.23, 6.7, 6.8, 6.10, 7.8, 7.10, 7.18, 8.7, 8.9, 8.14, 8.15, 9.6, 9.8 e 9.15.</p>	0,8	0,8	Semestral

	Considera-se produto conforme aquele que atende aos seguintes requisitos: 2 - O produto analisado atende aos PIQ - Padrões de Identidade e Qualidade determinados pela legislação.			
--	---	--	--	--

Análise do Desempenho: A meta foi atingida apesar da restrição de recursos humanos e financeiros. No que diz respeito à área de qualidade vegetal, o elemento que mais contribuiu para o desempenho apurado foi a forma de obtenção das amostras junto aos mercados e atacadistas, que passou a ser baseada em amostras "cegas", sendo capaz de ter uma estimativa real da qualidade dos produtos que vem sendo ofertados a população brasileira. Na área de Vinhos e Bebidas, o desempenho favorável se deu, principalmente, pela concentração das fiscalizações (tanto em estabelecimentos quanto em produtos) em áreas próximas às unidades descentralizadas do MAPA (Superintendências Federais de Agricultura - SFA).

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade de produtos de origem animal	ICA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal): ICA= 0,7* (Nº de supervisões em Estabelecimentos sob SIF Conformes/Total de Supervisões em Estabelecimentos sob SIF)+0,3*(Nº de Amostras de Produtos de Origem Animal Conformes/Total de amostras de POA coletadas.	0,9	0,89	Trimestral

Análise do Desempenho: Os resultados alcançados pelo indicador “Índice de conformidade de produtos de origem animal” no terceiro trimestre são inferiores aos esperados para o período tendo em vista a diminuição de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores. O principal fator crítico foi o contingenciamento de recursos. **Necessidades:** Aprimorar o plano de coleta de amostras.

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola	Somatória dos principais biocombustíveis proveniente da biomassa agrícola e agroindustrial em toneladas equivalentes de petróleo. Para fins de cálculo será utilizado os	100	105,26	Anual

	valores de consumo de etanol e biodiesel convertidos em toneladas equivalentes de petróleo - tep, conforme parâmetros estabelecidos no Balanço Energético Nacional - BEN, onde um metro cúbico de etanol anidro, etanol hidratado e biodiesel, correspondem 0.534, 0.510 e 0.792 tep, respectivamente.			
<p>Análise do Desempenho: O indicador "Taxa de participação da agroenergia na matriz energética nacional" foi alterado para "Produção de bicompostíveis líquidos a partir da biomassa agrícola". Essa alteração foi feita com o objetivo de melhor demonstrar o crescimento dos produtos agroenergéticos nacionais, em especial: etanol e biodiesel, e pela sua fácil mensuração. O indicador anterior era calculado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com um ano de atraso, e utilizava em seu cálculo valores relativos comparados às demais fontes energéticas nacionais (petróleo, gás natural, eletricidade, dentre outras). Mesmo que a agroenergia tivesse, em valores absolutos, ampliado sua produção, quando comparada a outras fontes, poderia não ampliar, ou até mesmo diminuir sua participação na matriz energética. Por essa razão, o cálculo do indicador deve estar baseado em valores absolutos da produção e não relativos às demais fontes energéticas. Dessa forma, os números estão acima da previsão. O principal elemento que contribuiu para o bom desempenho foi o aumento da produção de etanol no Brasil.</p>				

II. Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

1. Resultados para Agronegócio e Parceiros:

Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de percepção sobre Informações Estratégicas	(Somatório de $P1*N1+P2*N2+...+Pn*Nn$), onde: P_i - Peso relativo atribuído ao critério " N_i "; N_i - Grau atribuído ao critério " N_i "; n - nº total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual
<p>Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. Necessidades: alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.</p>				

Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Percepção	(Somatório de $P1*N1 +$	N/D	N/D	Anual

do Agronegócio com Relação à Atuação do MAPA	$P2*N2 + \dots + Pn*Nn) / n$, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério Ni; n - N° total de critérios avaliados.			
Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. Necessidades: alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.				

Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Percepção da Capacidade de Fortalecimento e Harmonização	$(\text{Somatório de } P1*N1 + P2*N2 + \dots + Pn*Nn) / n$, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério "Ni"; n - N° total de critérios avaliados.	N/D	N/D	Anual
Análise do desempenho: O desempenho do indicador não pode ser mensurado devido à falta de recursos para realização da pesquisa. Necessidades: alocar recurso orçamentário para a realização da pesquisa.				

a) Apresentar de forma sucinta as perspectivas, os principais temas e os resultados mais relevantes quanto à geração de informações estratégicas sobre o agronegócio.

Na perspectiva do agronegócio e parceiros, o Mapa pretende ser referência em informações estratégicas para o agronegócio, ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio e ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio. Para tanto, o Ministério possui uma série de serviços na perspectiva de processos internos que apoiam esses três objetivos estratégicos.

Os indicadores de resultado desses três objetivos não foram mensurados em 2013 por falta de recursos orçamentários específicos para essa finalidade. Os indicadores estão a cargo da Assessoria de Comunicação Social (ACS) e medem: o índice de percepção do agronegócio e dos parceiros sobre informações estratégicas, o índice de percepção do agronegócio com relação à atuação do Mapa e o índice de percepção da capacidade de fortalecimento e harmonização.

Quanto à geração de informações estratégicas sobre o agronegócio, o Mapa produz e dissemina informações que possibilitem maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio e ganho de credibilidade pela instituição. Neste intuito, o ano de 2013 apresentou os seguintes resultados:

PGA

Em 2013 a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) obteve grande avanço. A Base de Dados Única (BDU) que centraliza a informação de cadastros foi finalizada e aperfeiçoada. O período de exercício terminou em 20 Unidades Federativas com chave de acesso e condições para enviar dados à base federal. O número de Estados que começaram a enviar Guias de Trânsito Animal de bovinos para a base federal também aumentou. Ainda no

ano de 2013 houve significativo avanço na padronização de cadastros e guias de trânsito relacionadas a aves. Quanto ao módulo do SISBOV houve a finalização e homologação das ferramentas e aguarda publicação das normas para iniciar a utilização. O módulo do SIGSIF apresenta um atraso com relação ao cronograma, porém houve a construção das ferramentas de registro de estabelecimentos, ordem de serviços, formulários, quadro de avisos e gestão de recursos humanos que aguardam homologação por parte da área de negócio.

SIGVIG

Em 2013 foram desenvolvidos dois módulos do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários (SIGVIG): um para controle da importação e exportação de cargas agropecuárias e outro para o controle da fiscalização de embalagens de madeira que acondicionam mercadorias de qualquer natureza nas importações. Nos dois módulos foi implementado o e-Processo, ou seja, a tramitação dos processos de fiscalização via eletrônica, eliminando a necessidade de apresentação de papel nas unidades do Vigiagro, proporcionando agilidade na liberação das mercadorias sob controle do MAPA. O desenvolvimento está com o cronograma atrasado pelo fim do contrato da fábrica de software que prestava serviços ao Mapa. Mas os módulos encontram-se em homologação.

Núcleo de Inteligência Territorial (NIT)

Em 2013 o Núcleo de Inteligência Territorial (NIT) se consolidou como responsável pelo conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; estudando padrões e realizando os acordos, necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em alinhamento com a política da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE instituída pelo Decreto Nº 6.666 de 27/11/2008.

Foram realizados contatos e reuniões com as áreas de Tecnologia de informação e traçados plano de parcerias com Embrapa Monitoramento por Satélite, Embrapa Gestão Territorial, IBGE, CONAB e SAE/PR.

O NIT-MAPA será consolidado como ponto de convergência de alinhamento à política da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) visando atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no formato de Dados Abertos, em conformidade com o disposto nos Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico.

III. Perspectivas de Processos Internos

1. Informações para o Agronegócio:

a) Principais informações institucionais, demonstrando os resultados e os desafios para o exercício seguinte da área de informação, contemplando:

- **A melhoria da qualidade e o acesso às informações para o agronegócio;**
- **O aprofundamento do conhecimento sobre o agronegócio;**
- **A ampliação da oferta de estudos de prospecção e avaliação.**

Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de acessos ao documento de projeções do agronegócio, no portal do MAPA	Somatório do nº de acessos a documentos relacionados às projeções do agronegócio no portal do Mapa	24.000	13.477	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: O “número de acessos ao documento de projeções do agronegócio no portal do MAPA” foi contabilizado manualmente devido à descontinuidade da ferramenta que realizava tal mensuração. Apesar da meta para 2013 não ter sido alcançada, o desempenho do indicador atingiu as metas no terceiro e quarto trimestres. Necessidades: Disponibilizar ferramenta de contagem de acessos.</p>				

Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Atualização de Estudos sobre Cadeias Produtivas	(Nº de Estudos Atualizados sobre Cadeias Produtivas mais relevantes) *100 Definição de cadeias produtivas mais relevantes a serem considerados por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Econômico (peso 4) Consumo interno (peso 3) Exportação (peso 3) Pontuação de 1 a 10 para cada critério. Limite de corte para contabilização de estudo: 40 pontos	90%	110%	Anual
<p>Análise do Desempenho: O resultado do indicador “Taxa de atualização de estudos sobre cadeias produtivas” superou a meta. Necessidades: Melhorar a divulgação dos estudos sobre cadeias produtivas.</p>				

Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Estudos de Prospecção Elaborados e Divulgados	Nº de estudos elaborados e divulgados Definição de estudos a serem considerados por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Relevância (peso 3) Abrangência (peso 3) Reconhecimento (peso 2) Regularidade (peso 2) Pontuação de 1 a 10 para cada critério. Limite de corte para	18	17	Trimestral

	contabilização de estudo: 40 pontos			
<p>Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “número de estudos de prospecção elaborados e divulgados” está um pouco abaixo da meta. A meta anual não foi alcançada visto que não foram realizados novos estudos, apenas atualizações. Necessidades: Identificar demanda por novos estudos de prospecção e avaliação. Estabelecer uma meta constante, pois a qualidade é mais apreciada que a quantidade.</p>				

Projeções do Agronegócio Brasileiro

Dentro da Assessoria de Gestão Estratégica destaca-se a elaboração do estudo Projeções do Agronegócio Brasileiro. São Projeções de Longo Prazo, tendo abrangência nacional e regional. O trabalho tem como objetivo indicar possíveis direções do desenvolvimento e fornecer subsídios aos formuladores de políticas públicas quanto às tendências dos principais produtos do agronegócio. Os resultados buscam, também, atender a um grande número de usuários dos diversos setores da economia nacional e internacional para os quais as informações ora divulgadas são de enorme importância. As tendências indicadas permitem identificar trajetórias possíveis, bem como estruturar visões de futuro do agronegócio no contexto mundial para que o país continue crescendo e conquistando novos mercados.

Trata-se de uma visão prospectiva do setor, base para o planejamento estratégico de várias atividades no Mapa. Com base nessa visão prospectiva, são produzidas publicações onde são incorporadas novas informações de modo a manter atualizadas as principais tendências da agricultura para os próximos anos. Por este motivo, instituições que trabalham com a visão de longo prazo têm a preocupação de atualizar sistematicamente suas projeções.

O trabalho tem sido realizado por um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura e da Embrapa, que interagem nas diversas fases da preparação deste. Também fazem parte do trabalho, pessoas/instituições que analisam os resultados preliminares e informam seus comentários, pontos de vista e idéias sobre os resultados das projeções.

Durante o exercício de 2013 as Projeções do Agronegócio Brasileiro foram realizadas e divulgadas conforme previsto. O trabalho Projeções do Agronegócio, juntamente com outras atividades realizadas pela Coordenação Geral de Planejamento Estratégico (CGPE/AGE), possibilitam outras atividades que não são rotina, mas que contribuíram para o trabalho em 2013. Entre estas, destacam-se Notas Técnicas sobre o PIB Agropecuário à medida que o IBGE foi divulgando os resultados das Contas Nacionais; Notas sobre os resultados das pesquisas anuais do IBGE, como a Produção Agrícola Municipal e a Pesquisa da Pecuária Municipal; Notas sobre Demanda de Alimentos, a partir das pesquisas de Orçamento Familiares; Assessoria ao setor de Comunicação do Ministério que atende às demandas do Ministro. Além dessas atividades, os trabalhos realizados permitem a participação em reuniões e seminários técnicos no país e no exterior.

2. Produtos e Serviços ao Agronegócio:

a) Apresentar de forma sucinta as perspectivas, os principais temas e os resultados mais relevantes;

b) Principais serviços oferecidos aos usuários do ministério, demonstrando os principais resultados, os custos de cada serviço, discriminados por responsável (Sede/Superintendências Estaduais) e desdobrados de acordo com cada um dos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos;
- Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias;
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária;
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.

Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Fitossanidade	$[(TF* P1) + (TF2*P2) + (TF3*P3) + \dots + (TFn*Pn)] \times 100$ $P1+P2+P3+\dots+Pn$ <p>P = peso atribuído para cada praga a saber Cydia pomonella (peso 2), Cancro cítrico (peso 9), HLB (greening) (peso 6) e Mosca-da-carambola (peso 10).</p>	4,6	5,57	Trimestral

Análise do Desempenho: Polaridade do indicador: quanto menor, melhor. Embora não estejam de acordo com a previsão, os números obtidos são esperados, uma vez que duas das pragas consideradas (cancro cítrico e HLB) são de difícil erradicação, apresentando tendência de constante aumento. Este desempenho torna improvável atingir a meta inicialmente prevista. Caso HLB e cancro cítrico apresentem novos focos, o índice continuará aumentando. O combate às pragas cancro cítrico e HLB necessita da garantia de recursos e pessoal para atividades de monitoramento e supervisão da erradicação de focos, inclusive para celebração de convênios com órgãos estaduais de defesa agropecuária. A erradicação da Cydia pomonella proporcionou uma discreta redução no índice. **Necessidades:** Persiste a necessidade de revisão da meta, de modo que o objetivo não seja a redução do índice, mas sim a sua contenção, evitando que atinja um valor máximo preestabelecido. Com relação à metodologia de cálculo, ainda não se chegou a uma definição sobre os ajustes necessários.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de conformidade dos insumos agrícolas	O Índice de conformidade dos insumos agrícolas será a média aritmética dos índices de conformidade obtidos para os agrotóxicos	92%	81%	Anual

	<p>e afins, para os fertilizantes e afins e para as sementes e mudas. Os índices relativos a cada um desses grupos de insumos agrícolas será apurado pela divisão do produto amostrado cuja análise laboratorial se mostrou conforme - VaDP (dentro do padrão de qualidade) e o total do produto amostrado - VtPA, obedecidos os procedimentos da fiscalização.</p> $ICia = (ICa+ICf+ICsm)/3$ <p>ICia = Índice de conformidade de insumos agrícolas ICa = Índice de conformidade de agrotóxicos ICf = Índice de conformidade de fertilizantes ICsm = Índice de conformidade de sementes e mudas ICa, ICf e ICsm = $(VADP/VtA) \times 100$</p>			
--	--	--	--	--

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Índice de conformidade dos insumos agrícolas” está um pouco abaixo da meta para o período. O principal ponto de atenção é a redução drástica das fiscalizações em função dos cortes orçamentários. **Necessidades:** Os recursos financeiros planejados pelos órgãos de fiscalização devem ser disponibilizados em quantidade e no tempo suficientes, para garantir cobertura em todos os locais de produção e comercialização dos insumos agrícolas e permitindo assegurar a qualidade destes.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes	$(N^{\circ} \text{ de conformidades} / N^{\circ} \text{ total de amostras coletadas}) * 100$	99,77%	98,74%	Trimestral

Análise do Desempenho: O resultado alcançado está dentro da meta estabelecida.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de auditorias realizadas no período programado	$PARP = (AR / AP) * 100$ Onde: PARP = Percentual de auditorias realizadas no período	85%	39,3%	Trimestral

	AR = auditorias realizadas AP = auditorias programadas			
--	---	--	--	--

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Percentual de auditorias realizadas no período programado” está consideravelmente abaixo da meta. Apesar de este resultado ser parcialmente devido à falta de recursos humanos na rede laboratorial do mapa, observou-se que ele foi fortemente influenciado pela publicação do decreto nº 8.062 de 29 de julho 2013, que reduziu drasticamente os limites de movimentação e empenho de recursos, assim como pela publicação da portaria MPOG nº 268 de 30 de julho de 2013 que limitou a concessão de diárias e passagens no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do poder executivo, no exercício de 2013. Na tentativa de contornar esta dificuldade, a área de laboratórios do MAPA priorizou determinadas atividades. *Ajustou-se as metas do presente indicador alinhando com as metas estabelecidas no PPA 2012-2015, gerando a necessidade de revisão nos cálculos. Esse ajuste se fez necessário, pois se considerou que as metas devem ser desafiadoras, porém realistas. O valor encontrado para 2013 (39%) se refere à realização de 42 auditorias frente ao total de 107. **Necessidades:** Garantir recursos financeiros e humanos; atualização de documentação por parte dos laboratórios credenciados e também por parte dos laboratórios candidatos.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e do DF que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre aftosa (área/rebanho)	Indicador 1: (AR x 100)/ AT Indicador 2: (QB x 100)/ TB Sendo: AR = Área Reconhecida pela OIE; AT = Área Total do Brasil; QB = Quantidade de bovinos e bubalinos em área livre; TB = Total de bovinos e bubalinos existentes no Brasil	60% / 90%	60% / 89%	Semestral

Análise do Desempenho: O desempenho do indicador “Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e do DF que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa” alcançou as previsões. Manteve-se o status das zonas livres implantadas ao longo dos últimos anos no país, sendo atendidas as previsões para o quarto trimestre. Em novembro, o Grupo Ad hoc de febre aftosa da OIE avaliou o pleito brasileiro para reconhecimento de nova zona livre de febre aftosa, envolvendo os estados de AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN e quase toda a parte norte do estado do Pará. Esse pleito será apreciado pela Comissão Científica da OIE em fevereiro de 2014. A melhoria na classificação de risco para febre aftosa do estado do AM, onde a maior parte de seu território passou de alto risco (BR-4) para médio risco (BR-3), é um importante passo que favorecerá a implantação futura de novas zonas livres. As avaliações efetuadas nos serviços veterinários oficiais dos estados do AM, AP e RR em dezembro permitiram atualizar as informações desses estados, importantes para orientar as estratégias finais em busca da erradicação da doença de todo país. **Necessidades:** Priorizar a transferência de recursos aos estados do AM e RR, bem como àqueles estados reconhecidos como zona livre de febre aftosa recentemente (AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN e PA); promover maior apoio técnico aos estados do Norte com áreas não reconhecidas como livre de febre aftosa; continuar com as avaliações contínuas dos serviços veterinários oficiais, para orientar as melhorias técnicas e estruturais necessárias; promover gestões políticas junto aos Governos daqueles estados onde este fator seja identificado como estratégico para os

avanços programados, particularmente na região Norte do país.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	(AP x 100) / SA, onde AP = Suspeitas Atendidas no Prazo e SA = Número Total de Suspeitas Atendidas. O indicador é produzido a partir de dados disponíveis no Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica – SIVCONT (desenvolvido e administrado pelo Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, da Organização Pan-Americana de Saúde (PANAFTOSA/OPAS), garantindo adequado grau de complexidade, auditabilidade e economicidade.	100%	90,8%	Trimestral

Análise do Desempenho: Apesar dos resultados alcançados não terem atingido o valor esperado em cada trimestre avaliado, considera-se que os índices obtidos, variando em torno de 90%, apontam para um sistema de vigilância animal estruturado, com capacidade de atender quase a totalidade das suspeitas dentro do prazo adequado. A expectativa é de que o mesmo desempenho seja mantido em 2014, dependendo basicamente das condições de trabalho dos serviços veterinários estaduais. **Necessidades:** Apoiar a manutenção das estruturas estaduais de atenção veterinária por meio da descentralização oportuna e contínua de recursos financeiros (através da celebração de convênios específicos); Monitorar, por UF e por síndrome envolvida, a qualidade dos atendimentos realizados pelos serviços veterinários estaduais, promovendo reuniões técnicas com os serviços veterinários estaduais de forma a identificar os problemas observados e melhorar as orientações técnicas para as equipes de campo; Finalizar o desenvolvimento do SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinárias), em conjunto com a CGTI, o que permitirá um melhor gerenciamento do indicador tanto pelo MAPA como pelos serviços veterinários estaduais.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	O Índice de conformidade dos insumos pecuários é apurado conforme a fórmula: $ICIP = 0,33 * ICMGA + 0,33 * ICPAA + 0,34 * ICPUV.$ sendo: ICMGA – Índice de conformidade de Material Genético Animal = N° de estabelecimentos conformes dividido pelo N°	>90%	88,26%	Anual

	de estabelecimentos			
Análise do Desempenho: Em função das restrições orçamentárias, e do limite de 40 diárias para deslocamentos, o universo de fiscalização foi reduzido, o que pode gerar inconsistências nos índices encontrados, o que pode ter comprometido o indicador. Para o próximo período de avaliação, espera-se atingir, de maneira mais precisa, as metas estabelecidas				

Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Conservação de Recursos Genéticos em Coleções	Número de coleções apoiadas diretamente pelo Mapa + número de eventos de capacitação de curadores de coleções apoiados pelo Ministério (através de seminários, workshop ou similares com ou sem parcerias)	3	5	Trimestral
Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão. O desempenho do indicador afeta positivamente a mensuração do cumprimento de metas para o objetivo estratégico.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Iniciativas de incentivo a inovação desenvolvidas	1 (Número de cursos de Educação à Distância aplicados por meio de termo de cooperação) + 2 (número de cursos de capacitação presenciais aplicado por meio de termo de cooperação) + 2 (número de workshops, seminário ou similar apoiado por termo de cooperação ou promovido e organizado pela CAPTA, com ou sem parceria de outra instituição) + 3 (número de produção e/ou impressão de material de apoio à Agricultura de Precisão)	8	8	Trimestral
Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão. O desempenho do indicador afeta positivamente a mensuração do cumprimento de metas para o objetivo estratégico.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Produtividade Agrícola de Grãos	Média (Produção agrícola / Área plantada) dos produtos considerados	2.494,43	3.508,09	Anual

	Grãos considerados: Algodão, amendoim total, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão total, girassol, mamona, milho total, soja, sorgo, trigo, triticale			
Análise do Desempenho: O valor está bem acima do esperado, evidenciando o aumento da produtividade e maior segurança alimentar.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de normas para inclusão das espécies vegetais no regime de proteção de cultivares	Nº de espécies inseridas no regime de proteção, publicadas por meio de Atos do DOU.	10	10	Anual
Análise do Desempenho: A meta foi alcançada. Atualmente existem 156 espécies dentro do regime de proteção. A previsão é ampliar o número de espécies para 170 cumulativamente. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. Necessidades: Evitar limitações de deslocamentos nas ações previstas no Plano no Operativo Anual deste SNPC.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Implementação de projetos para intensificar a adoção de sistemas de plantio direto na palha	Aumento da áreas, em hectares, com Sistemas Plantio Direto na Palha	27,4	28,5	Semestral
Análise do Desempenho: Os resultados alcançados para o exercício de 2013 foram acima do previsto em virtude dos bons preços de mercado das principais commodities agropecuárias, o que possibilitou maiores investimentos em tecnologia pelos produtores rurais, principalmente no tocante a reforma do parque de máquinas. Os elementos que mais contribuíram para tal avanço foram, decisivamente, os de bons preços das commodities e a disponibilidade de financiamento para a recuperação de pastagens com a integração lavoura - pecuária (ILP).				

Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Unidade de Produção Orgânica Controlada no Brasil	Total de Unidades de produção orgânica controlada.	12.500	12.160	Semestral
Análise do Desempenho: A possibilidade de efetuar os controles adequados e regularizar a situação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) por meio de auditorias, bem como regularizar as Organizações de Controle Social (OCS) por meio de cadastramento impacta direta e positivamente no resultado. Com número reduzido de FFA atuando atualmente nos DPDAG/SFA-UF, há demanda ainda não atendida, que poderia impulsionar o indicador.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Cultivares Protegidos	Nº de cultivares protegidas (Certificados Provisórios emitidos)	240	273	Trimestral

Análise do Desempenho: O resultado está de acordo com a previsão. Contribuíram para o aumento os novos eventos de transgenia aprovados para espécies vegetais, o que ocasionou o aumento da proteção de cultivares essencialmente derivadas ou novas cultivares contendo tais eventos transgênicos; a crescente introdução de cultivares de espécies ornamentais e frutíferas protegidas no país por obtentores estrangeiros; a inclusão de novas espécies no sistema de proteção a partir da publicação de seus descritores no Diário oficial da União (DOU). Os fatores que dificultaram foram as restrições de deslocamento e a demora na liberação dos recursos.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva	Nº projetos de IG assistidos no ano	85	74	Trimestral

Análise do Desempenho: Os resultados obtidos estão relativamente satisfatórios e em consonância com o objetivo estratégico associado a este indicador. Isso porque foi alcançado 87% da meta prevista para o indicador no período. O não alcance pleno da meta deve-se principalmente à falta de recursos humanos nas unidades descentralizadas e na sede, além da insuficiência de recursos orçamentários. Espera-se que com a recomposição de parte do quadro técnico do MAPA por meio da realização do concurso público e remanejamento de servidores, somada à realização de capacitações internas, conforme metodologia reformulada, e havendo recursos orçamentários suficientes para desenvolvimento das atividades, seja possível cumprir as metas planejadas, até o ano de 2015.

Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de beneficiários atendidos com financiamentos com recursos do Funcafé	Somatório do número de beneficiários atendidos pelos agentes financeiros.	14.722	12.638	Trimestral

Análise do Desempenho: Em 2013 houve considerável atraso para celebração dos contratos, ocorrendo só a partir de agosto, fato que justifica o resultado alcançado estar abaixo da meta estabelecida. Os recursos do Funcafé aplicados/repassados aos beneficiários finais nos dois primeiros trimestres de 2013 foram originários de contratos firmados entre o MAPA e os agentes financeiros ainda em 2012. Costumeiramente os contratos são firmados a partir de maio de cada ano. **Necessidades:** Agilizar a disponibilização dos recursos aos agentes financeiros em tempo hábil; articular com os agentes financeiros para motivá-los a operar

todas as linhas de crédito existentes; divulgar e esclarecer os potenciais beneficiários das linhas de crédito existentes.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de projetos-piloto sobre temas estratégicos negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados pela AGE	Número de projetos-piloto negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados	2	2	Anual
<p>Análise do Desempenho: O número de projetos sobre temas estratégicos está conforme o estimado. Os elementos favoráveis ao desempenho apurado foram propostas competitivas e político-estratégicas apresentadas aos fundos dos países que geraram acordos de cooperação. Há uma expectativa de aumento da quantidade de projetos, pois o número de Fundos Internacionais que financiam trabalhos relacionados à sustentabilidade vem aumentando anualmente.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	$I = [(\text{Área total, em hectares, coberta pelo PSR}) / (\text{Área total, em hectares, divulgada pelo IBGE})] \times 100$	14,80%	12,92%	Anual
<p>Análise do Desempenho: O valor alcançado está um pouco abaixo da meta. O elevado volume de contratações de seguro rural no último trimestre proporcionou a recuperação do indicador no ano, em virtude, principalmente, da aprovação e disponibilização do crédito suplementar de R\$ 230 milhões para a subvenção ao prêmio do seguro, que apesar de sua liberação tardia, foi fundamental para o alcance do resultado obtido.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Custo Médio do Financiamento da Safra	$TMF = \frac{(\sum [(TRC * VRC) + (TRLc * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)] / VPR)}{(1+i)}$ <p>TMF= taxa média de financiamento TRC = taxa de juros recursos controlados VRC = volume de recursos controlados TRLC = taxa de juros recursos livres contabilizados VRLc = volume de recursos livres contabilizados TRLNC = taxa de juros</p>	2,5	1,73	Trimestral

	recursos livres não contabilizados VRLNc = volume de recursos livres não contabilizados VPR = volume potencial de recursos para a safra i = taxa de inflação (IPCA)			
<p>Análise do Desempenho: O resultado alcançado está abaixo da meta. Nos dois primeiros trimestres da safra, o Governo vinha implementando uma política de redução da taxa Selic, o que puxava para baixo todas as outras taxas aplicadas no mercado. O resultado do indicador também sofreu reflexo dessa redução, o que significa que descontando a inflação, o custo médio do financiamento das operações de crédito rural ficaram ainda menores, abaixo da meta estabelecida para o período. O partir do quarto trimestre da safra anterior, já há um aumento no custo de financiamento do crédito rural, refletindo o aumento das taxas de juros implementadas pelo governo, com o objetivo de controlar a inflação. No quarto trimestre do ano, que é o segundo trimestre da safra, tem um comportamento similar ao período anterior. O desempenho do indicador não acarreta nenhum risco ao desempenho da política desenvolvida pelo MAPA, mas se caracteriza como um balizador que norteia a busca constante da redução das taxas de juros do mercado financeiro voltadas ao crédito rural.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Custo Logístico Médio	Dados secundários dos setores público e privado, mensurados a partir da média dos fretes praticados no transporte de produtos no escoamento da safra anual.	90	97,5	Anual
<p>Análise do Desempenho: Os números obtidos superam largamente a expectativa. O desequilíbrio da matriz de transportes do país, com forte participação do modal rodoviário, que passa por problemas de regulação da atividade, déficit de caminhões (50.000) e motoristas (80.000), criam um quadro de dificuldades que não podem ser minimizados pelos demais modais (ferroviário e hidroviário), que tem pouca participação no transporte de produtos agrícolas e quando o fazem, tem como referencial de preços o modal rodoviário, elevando o custo do frete no país.</p>				

Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Avaliação de Projetos em Tramitação no Congresso Nacional	(Nº de Projetos em tramitação relacionados ao agronegócio com Nota Técnica/ Nº total de Projetos relacionados ao agronegócio em tramitação) *100	90%	85%	Mensal
<p>Análise do Desempenho: O resultado está um pouco abaixo da previsão, devido a alguns atrasos de articulação dentro do MAPA. Porém, a comunicação entre as áreas para a elaboração das Notas Técnicas tem contribuído para o aumento do percentual. Necessidades: Estimular uma maior comunicação entre as áreas, além de uma melhor capacitação dos</p>				

servidores do setor.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de interlocução da CGAC no levantamento das demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas	(Nº de reuniões realizadas/Nº total de reuniões programadas)	110	140	Trimestral
Análise do Desempenho: O resultado alcançado foi superior ao previsto. *Durante o exercício 2013 a Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas decidiu por atualizar o seu indicador para quantidade de reuniões realizadas, e sua forma de apresentação para número absoluto e não mais percentual. A meta inicialmente prevista era de realizar 110 reuniões, porém essa meta foi superada em 27%, totalizando 140 reuniões realizadas. As metas definidas para os exercícios subsequentes foram estabelecidas segundo a capacidade operacional da equipe da CGAC.				

Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Eventos Externos	Somatório de eventos externos com a participação do MAPA.	17	17	Trimestral
Análise do Desempenho: O resultado alcançado está de acordo com a previsão.				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA	(Nº de notícias espontâneas favoráveis sobre o Mapa publicadas/ Nº total notícias espontâneas sobre o Mapa publicadas)*100	-	83,75%	Mensal
Análise do desempenho: Comparado a 2012, que teve 96,8% de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa, o ano de 2013 teve queda em mais de 13,5%. Porém a queda do índice justifica-se porque a análise qualitativa e quantitativa passou a englobar mais veículos de comunicação, como rádios, televisão e veículos específicos de cobertura do agronegócio. A análise feita anteriormente restringia-se a jornais impressos e grandes sites de notícias. A perspectiva é que as notícias espontâneas favoráveis continuem a crescer, contribuindo para que a sociedade tenha cada vez mais acesso ao trabalho desenvolvido pelo Mapa. Necessidades: Continuar a informar o cidadão sobre a atuação do Mapa e oferecer respostas mais claras e objetivas, especialmente em casos em que o ministério é apresentado como negligente ou ineficaz. Avaliar e consolidar a metodologia empregada para mensuração da taxa de notícias, para construção de série histórica adequada e estabelecimento de metas.				

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume de produtos exportados por portos da Região Norte/Nordeste	Soma do volume de exportação de grãos (milho e soja) pelos Portos das Regiões Norte e Nordeste compreendidos pelos terminais de Itacoatiara, Vila do Conde, Outeiro, Santarém, Santana, Itaqui, Salvador e Ilhéus.	10	10,9	Anual
<p>Análise do Desempenho: Os números obtidos superaram a previsão. As perspectivas para os próximos períodos de mensuração indicam um crescimento paulatino do volume exportado pelos portos do Arco Norte, na medida em que novas estruturas portuárias venham a ser instaladas. Necessidades: A atenção dispensada ao segmento da logística tem que ser permanente, considerando que na medida em que os índices de produtividade e produção se ampliam, aumenta a pressão exercida sobre os meios de transportes e estruturas portuárias.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Volume da Produção Transportada nos Modais Ferroviário e Hidroviário	Somatório dos percentuais de carga agrícola transportada pelos modais Ferroviário e Hidroviário, para medir a redução do intervalo entre a performance desses modais em relação ao modal rodoviário.	32%	32%	Anual
<p>Análise do Desempenho: Os números obtidos estão de acordo com a previsão.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Dirigentes de associações cooperativas capacitados	Dirigentes capacitados	33	0	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: Indicador prejudicado para o caso específico da capacitação para cooperativas fornecedoras do PAA mediante Termo de Cooperação com a CONAB//MAPA, em razão da não aplicação dos recursos também da não prorrogação do Termo de Cooperação.</p>				

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Número de Pessoas Capacitadas no PISACOOOP	Pessoas capacitadas	500	2.212	Trimestral
<p>Análise do Desempenho: A meta do indicador foi superado. O desempenho demonstra a aceitação do programa bem como a promoção do desenvolvimento sustentável.</p>				
Indicador de	Forma de Cálculo	Meta para	Alcançado	Mensurabi-

Desempenho		2013	em 2013	lidade
Jovens e mulheres capacitados	Jovens e mulheres capacitados	500	640	Trimestral
Análise do Desempenho: O desempenho superou a meta esperada.				

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Percentual de RAEs Corporativas Executadas	Percentual de RAEs Corporativas Executadas = (número de RAEs realizadas/número de RAEs planejadas)*100	50%	0%	Trimestral

Análise do Desempenho: O número obtido não está de acordo com a previsão. A perspectiva com relação ao 4º trimestre é a realização de 25% ainda no início de 2014. Porém o Relatório de Gestão Estratégica foi entregue a Alta Liderança do Ministério. A meta referente ao 4º trimestre ainda não foi alcançada devido ao atraso no cronograma de elaboração do Relatório de Gestão Estratégica, devido à urgência da elaboração do Relatório de Gestão. Porém, a expectativa é de que a Reunião de Análise Estratégica seja feita assim que os trabalhos sejam concluídos.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica	Média das respostas da questão nº 10 do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica (Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?) 0 - Nenhum 1 - Muito Fraco 2 - Fraco 3 - Médio 4 - Bom 5 - Excelente	3,8	3,05	Anual

Análise do Desempenho: O resultado atingiu mais de 80% da meta. Este indicador é mensurado em duas etapas, uma na sede e outra nas superintendências. Para este período estão disponíveis somente os dados relativos à sede. A perspectiva com relação à próxima mensuração é que se mantenha estável. O que contribuiu para o desempenho apurado foi o plano de comunicação executado pela Gestão Estratégica.

Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2013	Alcançado em 2013	Mensurabilidade
Taxa de Execução dos Recursos Orçamentários	(recursos orçamentários empenhados (R\$) / limite orçamentário estabelecido (R\$) *100	100%	97,96%,	Mensal

Análise do Desempenho: Os percentuais foram estimados com base na média dos anos anteriores. Dessa forma, os números obtidos estão de acordo com a previsão. A execução

orçamentária atingiu praticamente todo limite de movimentação e empenho disponível.

Na perspectiva de processos internos, os objetivos relacionados a produtos e serviços concentram grande parte da carteira de projetos estratégicos do MAPA e impactam diretamente a percepção esperada do agronegócio e parceiros do MAPA.

Na temática produtos e serviços, o MAPA tem como objetivos estratégicos: garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos, estimular a agregação de valor na produção agropecuária, desenvolver e garantir o acesso a tecnologias e buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.

Contribuíram para o alcance desses objetivos:

A Secretaria de Política Agrícola elabora, anualmente, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP, que é um instrumento contendo as diretrizes e ações da política agropecuária para o período de julho a junho do ano subsequente.

O Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 constitui um avanço na adoção de medidas de apoio ao produtor que incorporam os objetivos de melhoria das condições de infraestrutura produtiva e de controle inflacionário por meio da estabilidade de preços de alimentos, além da incorporação de novas tecnologias e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural. Dessa forma, o referido plano ampliou tanto a disponibilidade de recursos destinados aos financiamentos de custeio, comercialização e investimento à subvenção ao prêmio do seguro rural, quanto a melhoria nas condições de financiamento do crédito rural. Além de reduções adicionais de taxas de juros, foram ampliados os limites de crédito em diversas linhas de financiamento, principalmente as de investimento.

Para o crédito rural, foram assegurados recursos 18% superiores aos da safra 2012/13, ou seja, R\$ 136 bilhões, sendo R\$ 115,6 bilhões a juros controlados, inferiores aos de mercado, e R\$ 20,4 bilhões a juros livres. Merece destaque o acentuado incremento (46%) nas disponibilidades de recursos para financiar investimentos, contribuindo, assim, para a capitalização e modernização do setor. Ainda, outro destaque foi a destinação de R\$ 700 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural, representando um aumento de 75% em relação à safra 2012/13, o que permitirá ampliar a área segurada de 5,2 milhões de hectares para 11,5 milhões.

Paralelamente ao aumento de disponibilidade de recursos, o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 inovou com a criação do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária - Inovagro, para o qual será disponibilizado R\$ 1,0 bilhão, com condições favoráveis em termos de taxa de juro (3,5% ao ano) e de prazo para pagamento (15 anos). Estas mesmas condições prevalecerão para os investimentos em infraestrutura de armazenagem e irrigação, aos quais se atribui elevada prioridade. A ampliação do apoio a estes segmentos se destaca como decisão estratégica para a safra com o objetivo de ampliar a área irrigada e a capacidade de armazenagem do país, desonerando, assim, os custos de produção, com ganhos de eficiência e de competitividade do setor agropecuário.

Foi criado, também, o Programa para Ampliação e Construção de Armazéns - PCA, que tem por objetivo o fortalecimento da capacidade de armazenagem da produção rural, incentivando a expansão da capacidade de armazenagem na fazenda. Este Programa permite também o financiamento de unidades armazenadoras localizadas em áreas urbanas, caso as condições de logística e de transporte sejam favoráveis à essa localização.

Outro avanço importante para promover a agricultura de médio porte foi a criação do

Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Pronamp, e a cada ano são realizados ajustes para seu aprimoramento e para ampliar sua almejada abrangência. Nesse sentido, o PAP 2013/2014 eleva o nível de apoio a esse segmento de produtores rurais, disponibilizando R\$ 5,16 bilhões para créditos de investimento, um aumento de 29% em relação à safra anterior. A taxa de juros foi reduzida de 5% a.a. para 4,5% a.a. nos financiamentos para custeio e investimento. A partir das últimas safras, o reforço ao médio produtor rural passou a ser uma das prioridades da política agrícola. Desde a safra 09/10, os recursos destinados ao programa sofreram um incremento da ordem de 225%. Na safra 2012/2013, o programa apresentou uma aplicação no valor de R\$ 11,3 bilhões, superando o valor programado de R\$11,1 bilhões. O programa não origina custos ao MAPA.

Além das atividades relacionadas ao PAP, o Mapa realizou mensalmente reuniões do Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural – GACR, com representantes dos bancos oficiais e cooperativos e servidores do Departamento de Economia Agrícola (DEAGRO/SPA), para a consolidação de todas as informações oriundas do crédito rural no mês e na safra. Após as reuniões, as informações são divulgadas através do site do Ministério, ficando disponível ao público em geral.

A participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas foi autorizada através da Lei nº 1.087, de 11 de novembro de 2009. O artigo 8º, parágrafo 1º, da referida lei especifica que a integralização de cotas pela união será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a critério do Ministério da Fazenda. O decreto que regulamenta a lei ainda não foi publicado. Não existe ação orçamentária específica para o referido fundo.

Adicionalmente, em 2013, o Departamento de Economia Agrícola (DEAGRI/SPA) representou o Ministério em um seminário na Federação Nacional de Empresas das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, que contou com a presença de especialista canadense, representantes do setor privado e do Ministério da Fazenda, onde se discutiu detalhes do modelo canadense de provisionamento anti-cíclico. A discussão que o encontro suscitou foi importante para definir um futuro modelo de provisionamento para ciclos negativos na agropecuária do Brasil, apresentando enormes benefícios ao produtor, aos governos, à economia, principalmente regional, ao agronegócio e à sociedade como um todo, pois, na medida em que mantém estável a renda rural, produz efeitos positivos sobre a atividade econômica, o nível de emprego e o bem-estar social, reduzindo também o grave problema do endividamento rural.

O Ministério também possui iniciativas a cargo do Departamento de Gestão do Risco Rural (DEGER/SPA) que influenciam todo o sistema agropecuário brasileiro, especialmente os projetos estratégicos “Matriz de Risco Agrícola”, “CER Reestruturada e Ampliada” e “Elaboração, Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural”.

O objetivo do projeto “Matriz de Risco Agrícola” é o desenvolvimento de um sistema articulado de informações que acompanhe sistematicamente o efeito do clima nas culturas agrícolas e auxilie na construção de uma matriz de risco e monitoramento de safras, subsidiando de maneira consistente o próprio zoneamento agrícola, o seguro rural privado e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, além de fornecer o suporte técnico para análises e julgamento de recursos do PROAGRO encaminhados à Comissão Especial de Recursos – CER.

Para tanto, uma série de ações em parceria com a Embrapa foram propostas, por meio de dois Termos de Cooperação:

a) SPA/MAPA e Embrapa/CNPTIA (Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura): iniciado em 2006, o escopo de trabalho envolve a manutenção do Sistema Agritempo, o desenvolvimento da Central de Informação de Risco Agrícola (CIRA) e o aperfeiçoamento do módulo Matriz de Risco.

b) SPA/MAPA e Embrapa/CNPM (Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite): iniciado em 2013, tem por objeto o aperfeiçoamento, manutenção e operacionalização do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL) e o desenvolvimento de aplicações geoespaciais para análise de risco agrícola.

O projeto, ainda em fase de desenvolvimento e testes, está com uso restrito ao DEGER. Assim, entre outros usos, pode-se citar a aplicação dessas ferramentas e bases de dados nos estudos de otimização/priorização na alocação dos recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, conduzido por este mesmo Departamento para as principais culturas seguradas.

Atualmente, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural subvenciona, principalmente, produtos com coberturas contra perdas de produtividade. No entanto, dada a escassez de recursos do Programa, tornou-se necessário otimizar sua aplicação, direcionando os mesmos para determinados segmentos de produtores, regiões e atividades mais necessitados do auxílio governamental. Dessa forma, além de promover uma maior eficiência na alocação do orçamento do PSR, busca-se estimular o uso de tecnologias específicas, contribuir para o desenvolvimento regional e para a permanência sustentável do produtor no meio rural.

Durante o ano de 2013, houve a continuidade dos estudos técnicos de otimização na aplicação dos recursos do Programa de Subvenção, para vigorar na safra 2013/2014, elencando segmentos de produtores e outras culturas prioritárias. Além das culturas de soja, milho, arroz e feijão, que já tinham definidas suas microrregiões prioritárias na safra 2012/2013, foram realizados estudos para mais sete atividades subvencionáveis, a saber: algodão, ameixa, caqui, maçã, pêssego, tomate e uva, tornando o PSR ainda mais eficiente.

Apesar da necessidade anual de um elevado volume de recursos orçamentários/financeiros para custear o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, o projeto estratégico “Elaboração, Implementação e Controle de Novas Políticas para o Seguro Rural” não necessita de dispêndios ao longo de sua execução, pois suas atividades são realizadas pelos próprios servidores do Ministério.

Ademais, ao longo de 2013, além da manutenção e atualização das bases do Sistema Agritempo e do CIRA, foram repassadas ao CNPM as bases de dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático do MAPA e parte dos dados do PSR, a fim de desenvolver a interface de consulta dos mesmos diretamente no SOMABRASIL. O DEGER capacitou seus técnicos para utilizar o sistema. O custo total deste projeto para 2013 foi estimado em R\$ 765 mil; distribuídos entre Embrapa/CNPM (R\$ 165 mil) e o Embrapa/CNPTIA (R\$ 600 mil).

Outro projeto conduzido pelo MAPA diz respeito à reestruturação e aprimoramento da Comissão Especial de Recursos – CER. Trata-se da única instância recursal administrativa responsável pelo julgamento de recursos relativos à apuração de prejuízos e respectivas indenizações, no âmbito do PROAGRO, que em 2013 julgou 2.119 recursos, propiciando aos correspondentes mutuários a quitação de seus débitos de custeio agrícola.

Ainda, durante 2013 foi dada continuidade ao desenvolvimento do “Novo

SISPROCER”, sistema informatizado que visa digitalizar e garantir maior eficiência no recebimento e análise dos recursos pelo MAPA, permitindo o julgamento e indenização tempestivos dos recursos. Este projeto não necessita de dispêndios ao longo de sua execução, pois suas atividades são realizadas pelos próprios servidores do Ministério.

No que concerne ao apoio à cafeicultura, o MAPA ampliou o volume de recursos destinados ao setor para a safra 2013/2014, totalizando R\$ 5,824 bilhões. As linhas de crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foram destinadas a financiamentos de custeio das lavouras de café, estocagem do produto, aquisição de café, constituição de margem de garantia e ajustes diários em operações de contratos de opções em mercados futuros, financiamento de capital de giro para as indústrias de café solúvel, de torrefação e para cooperativa de produção. Os beneficiários dessas linhas de crédito são produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

A divisão dos recursos destinados ao setor cafeeiro se deu na seguinte forma: R\$ 3,160 bilhões para linhas de crédito com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira; R\$ 1,050 bilhão para o lançamento de Contrato de Opções de Venda para o Café Arábica; R\$ 1 bilhão para financiamento de custeio, investimento e comercialização na linha de crédito do Banco do Brasil S/A; e R\$ 614 milhões para aquisição pelas indústrias de até 2 milhões de sacas de café arábica na linha de crédito do Banco do Brasil S/A, modalidade BB Agroindustrial.

A fim de proteger os produtores e/ou suas cooperativas contra os riscos de queda nos preços, o lançamento de leilões de Contrato de Opção de Venda para o Café Arábica, com aporte de R\$ 1,050 bilhão e exercício de opção para o final de março de 2014, envolveu 3 milhões de sacas ao preço de R\$ 343/saca. Os quatro leilões promovidos pela Conab ofertaram 30 mil contratos, com adquirentes nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Informações detalhadas sobre a gestão do Fundo e respectivas ações promovidas para o café serão apresentadas no Relatório de Gestão Agregado do Funcafé.

Outra ação que merece destaque foi a realização da Semana Internacional do Café, maior evento do setor em 2013, promovido pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e das Relações Exteriores - MRE e Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA-MG, para comemorar o cinquentenário de fundação da Organização Internacional do Café – OIC.

Durante esta Semana ocorreu a 8ª Edição do Espaço Café Brasil - Feira Internacional de Café, que reuniu aproximadamente 12 mil visitantes brasileiros e estrangeiros como cooperativas, indústrias, serviços, exposição de máquinas e acessórios, cafeterias e profissionais do setor, inclusive com a participação de estande do MAPA, além de palestras, workshops, rodadas de negócios, salas de provas de cafés e campeonatos de baristas. Esse evento resultou em R\$ 24 milhões de negócios gerados diretamente na feira e R\$ 50 milhões pós-feira, contribuindo de forma positiva para fomentar os negócios entre produtores e compradores.

Os cafés brasileiros foram promovidos também por meio de estande institucional e degustação de cafés de regiões produtoras do país, em parceria com a Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA, em três feiras de cafés especiais realizadas em Boston/Estados Unidos (25th Annual SCAA Exposition, de 11 a 14 de abril de 2013); Tóquio/Japão (SCAJ World Specialty Coffee Conference & Exhibition 2013, de 25 a 27 de setembro de 2013); e em Seul/ Coréia do Sul (Seoul Int'l Cafe Show 2013, de 21 a 24 de novembro de 2013).

O Brasil marcou presença nestas três feiras, buscando levar aos compradores e aos milhares de visitantes do mercado mundial a diversidade, variedade de aromas e sabores do café brasileiro, produzido dentro de padrões de sustentabilidade, com respeito ao meio ambiente e aos aspectos econômicos e sociais, propiciando um ambiente favorável para associações e cafeicultores estabelecerem contatos e realizar negócios.

Com relação à agroenergia, o Mapa desenvolve e garante o acesso a tecnologias que influenciam o aumento da produção de bicombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola. Para tanto, em 2013, o Ministério, por meio do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, em conjunto com entidades vinculadas ao governo e ao setor produtivo, desenvolveu iniciativas para difundir tecnologias voltadas à pesquisa de novas oleaginosas com vocação para a produção agroenergética, além disso, também promoveu a capacitação de técnicos, produtores rurais e extensionistas. Foram difundidas as seguintes tecnologias:

- Colheita de Canola: corte e enleiramento;
- Utilização de biomassa por biorrefinárias: oleaginosas, açúcares e amido, lignocelulósica (resíduos e papel e celulose);
- Boas práticas para o manejo dos frutos da macaúba;
- Sistemas de produção de macaúba: propagação e cultivo;
- Sistema de Integração Macaúba/Lavoura/Pecuária;
- Agregação de valor aos subprodutos da Macaúba.

As despesas das atividades acima relatadas foram custeadas pela Ação 20ZS (Desenvolvimento da Agroenergia), vinculada ao Programa 2014 (Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização) e ao Objetivo 0750 (Ampliar, diversificar e monitorar a produção da biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética), nos seguintes Planos Orçamentários: R\$ 120 mil do PO 0001 (Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas para o Desenvolvimento) e R\$ 172 mil do PO 0003 (Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética) repassados mediante termos de cooperação e destaques orçamentários.

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) é responsável pelo planejamento, fomento e coordenação de ações relacionadas ao cooperativismo e associativismo rural, à assistência técnica e extensão rural, à infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuárias, à indicação geográfica e denominação de origem dos produtos agropecuários, à produção e fomento agropecuário, agroindustrial, extrativista, agroecológico e de sistemas integrados de produção sustentável, ao desenvolvimento de novos produtos agropecuários e estímulo ao processo de agroindustrialização, à proteção, manejo e conservação de solo e água, à agricultura de precisão, à agricultura irrigada, ao bem-estar animal e à agregação de valor aos produtos agropecuários e extrativistas. Além disso, no MAPA é a Secretaria que coordena e normatiza as atividades de proteção de cultivares e preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse econômico. De acordo com as suas competências/atribuições, em 2013 a SDC prestou serviços aos usuários do Ministério que demandaram ações relativas aos quatro objetivos estratégicos do tema Produtos e Serviços da perspectiva de Processos Internos. A seguir, os referidos serviços estão especificados com os resultados correspondentes:

- Serviço: Concessão de certificado de proteção de cultivares.
- Responsável: Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).

- Descrição e finalidade: Por meio do certificado de proteção de cultivar, o Mapa reconhece a propriedade intelectual sobre uma nova cultivar, resultante de um trabalho de melhoramento genético vegetal.

- Principais resultados: reconhecidas 273 novas cultivares de plantas (soja, trigo, olerícolas); monitoramento de cerca de 1.800 cultivares já protegidas (pagamento de taxas, averiguação de denúncias – fraude, acompanhamento das características da cultivar).

- Serviço: Registro de entidades de criadores e de suas filiadas para execução dos serviços de registro genealógico; Emissão de certificação zootécnica; e Aprovação do Projeto para emissão do Certificado especial de identificação e produção (CEIP).

- Responsável: Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária.

- Descrição e finalidade: Concessão de registro e de autorização à associação de criadores de animais e às suas filiadas para executarem o serviço de registro genealógico. Somente é registrada uma entidade de âmbito nacional para executar os trabalhos de registro genealógico de cada raça das diferentes espécies animais. Emissão de Certificação Zootécnica a reprodutores bovídeos que atestem seu desempenho zootécnico, segundo as normativas vigentes, para que as Centrais de Inseminação Artificial, credenciadas junto ao Mapa, possam realizar a coleta de sêmen com fins comerciais ou para uso em testes de progênie. Aprovação dos projetos privados de avaliação zootécnica e de autorização de entidade com projeto aprovado a emitir o Certificado Especial de Identificação e Produção – CEIP para bovinos de corte que obtenham classificação superior dentro do grupo de animais avaliados.

- Principais resultados: Realização de 713 certificações zootécnicas de reprodutores para admissão em centrais de inseminação artificial; Realização de 42 auditorias/fiscalizações de avaliação de conformidade quanto à legislação pertinente ao serviço de registro genealógico das associações de raças de animais; Auditoria em 02 projetos de melhoramento genético - CEIP aprovados pelo MAPA; Reencaminhamento para Casa Civil da nova proposta de Decreto Nº 58.984, 03/08/1966 que regulamenta o registro genealógico; Treinamento de 25 fiscais federais agropecuários das DPDAG's em melhoramento genético animal, certificação zootécnica e fiscalização do SGR; Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Embrapa Gado de Leite com repasse de recurso para apoiar a implantação do programa melhoramento genético da raça Sindi; Publicação da Portaria Nº 660, de 1/08/2013 que estabeleceu os procedimentos de gestão, controle, execução e acompanhamento das auditorias nas entidades de âmbito nacional detentoras da autorização para a execução do serviço de registro genealógico; Publicação da Portaria Nº 818, de 05/09/2013 que concedeu autorização à Associação Brasileira de Criadores do Cavallo de Hipismo a efetuar o registro genealógico do Cavallo Friesian; Publicação da Portaria Nº 52, de 23/01/2013 que concedeu autorização à Associação Brasileira de criadores de Ovinos a efetuar os trabalhos de registro genealógico de ovinos da raça Romanov; Publicação da Portaria Nº 350, de 5/06/2013 que concedeu autorização à Associação Brasileira de Criadores de Ovinos a efetuar os trabalhos de registro genealógico de ovinos da raça White Suffolk; Publicação da Portaria Nº 599, 25/07/2013 que cancelou a autorização da Associação Brasileira dos Criadores de Beefalo a efetuar os trabalhos de registro genealógico; Publicação da Portaria Nº 600, de 25/07/2013 que cancelou a autorização da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Piemontesa a efetuar os trabalhos de registro genealógico; Publicação da Portaria Nº 601, de 25/07/2013 que cancelou a autorização da Associação Brasileira de Criadores de Chianina a efetuar os trabalhos de registro genealógico; Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre MAPA, MDA, ASBRAER e ABCZ sobre o programa Pró-Genética visando ampliar a difusão de material genético aos médios e pequenos produtores rurais; Encaminhamento a CONJUR da nova proposta de Instrução Normativa que atualiza as regras de certificação zootécnica para importação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos; Treinamento de 30 fiscais de 22 unidades da federação no novo SIPE - Módulo de Leilões.

- Serviço: Informações sobre unidades armazenadoras certificadas.
 - Responsável: Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção.
 - Descrição e finalidade: Reconhecimento formal, concedido por um organismo autorizado, de que uma Unidade Armazenadora tem competência técnica para realizar serviços de recepção, processamento, armazenamento e expedição de produtos agrícolas. Sua finalidade é indicar as atividades desenvolvidas por empresas de Armazéns Gerais que atendem ao padrão de qualidade e que possuem os requisitos técnicos mínimos estabelecidos no regulamento para o exercício daquela atividade.
 - Principais resultados: Realização de diagnóstico da necessidade de unidades armazenadoras em todos os Estados.
-
- Serviço: Informação sobre agricultura de precisão.
 - Responsável: Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária.
 - Descrição e finalidade: A Agricultura de Precisão é um sistema de gerenciamento agrícola ou pecuário baseado na variação espacial e temporal da unidade produtiva e visa ao aumento de retorno econômico ao agricultor, à sustentabilidade e à minimização do efeito ao ambiente. O sistema deve ser harmonizado no contexto social e cultural e aplica-se a todas as áreas de atuação do agronegócio. Independente da área e tipo de exploração da unidade produtiva, a Agricultura de Precisão é utilizada com sucesso desde o pequeno agricultor com área inferior a 10 ha, ao médio e ao grande produtor.
 - Principais resultados: Capacitação de 620 multiplicadores em Agricultura de Precisão (Universidade Federal de Santa Maria); Inclusão da Agricultura de Precisão no programa Inovagro por meio da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão – CBAP.
-
- Serviço: Indicação geográfica de produtos agropecuários.
 - Responsável: Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
 - Descrição e finalidade: Direito de propriedade intelectual que protege o nome da região de origem dos produtos ou serviços contra o uso indevido e usurpação da sua verdadeira procedência. As marcas coletivas identificam produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.
 - Principais Resultados: Projetos apoiados em 74 diferentes regiões e cerca de 600 municípios beneficiados.
-
- Serviço: Desenvolvimento da Produção Integrada Agropecuária.
 - Responsáveis: Coordenação de Produção Integrada da Produção da Cadeia Agrícola e Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária.
 - Descrição e finalidade: Programa de produção sustentável baseado em normas técnicas estabelecidas por cultura ou grupo de culturas, seja animal ou vegetal, publicadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. As Normas Técnicas para Certificação da Produção Integrada Agropecuária referendam a concessão de um Certificado de Conformidade e o Selo de Qualidade da Produção Integrada emitidos por uma entidade certificadora acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
 - Principais Resultados: Capacitação de 1,4 mil produtores e técnicos em boas práticas agropecuárias (25 produtos monitorados – Anvisa/Mapa); Publicação da norma técnica específica para cultura do café.
-
- Serviço: Credenciamento de prestadores de serviços aeroagrícolas.
 - Responsável: Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção.
 - Descrição e finalidade: Coordenação e controle da atividade aeroagrícola no país, incluindo a aplicação de agrotóxicos e afins, aplicação de fertilizantes e corretivos, semeadura, povoamento de águas e combate a incêndios em campos ou florestas.

- Principais resultados: Implementação da Instrução Normativa conjunta SDA/MAPA e IBAMA Nº 1/2012 (proibição de aplicação de inseticidas Neonicotinóides); Publicação da Portaria Nº 92, de 19/06/2013 que instituiu a Comissão Nacional da Produção Integrada da cadeia da carne bovina; Publicação da Portaria nº 56, de 19/04/2013, que instituiu a Comissão Nacional da Produção Integrada da cadeia da carne suína; Encaminhamento a CONJUR das propostas de Instrução Normativa: Produção Integrada do leite.

- Serviço: Participação no plano de agricultura de baixa emissão de carbono – Plano ABC.

- Responsável: Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos.

- Descrição e finalidade: Participação do cidadão no Plano Setorial Nacional de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), que foi estabelecido no contexto da Política Nacional de Mudanças sobre o Clima (Lei nº 12.187/09), que visa à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agropecuária brasileira. Tem como objetivo geral garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentável das práticas de uso e manejo que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa (GEE) e, adicionalmente, aumentem a fixação do gás carbônico atmosférico na vegetação e no solo agrícola.

- Principais Resultados: 5,9 mil técnicos e produtores capacitados nas tecnologias do Plano; Publicação do Plano ABC; Quatro Planos Estaduais elaborados (AM, BA, ES e MA), totalizando doze Unidades da Federação (GO, MG, RS, DF, PA, MT, PR, TO) com seus planos estaduais elaborados; Realização de reuniões nas regiões Norte e Sudeste para avaliar e monitorar o Plano.

- Serviço: Credenciamento de organismos responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica e certificação de produtos e cadastramento de organizações de controle social para venda direta de produtos orgânicos. Serviço de apoio a projetos de fomento para o desenvolvimento da produção orgânica e de base agroecológica.

- Responsável: Coordenação de Agroecologia.

- Descrição e finalidade: Credenciamento e controle de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) para atuarem no processo de certificação por auditoria ou em sistemas participativos para a garantia da qualidade orgânica de produtos. Cadastramento de organizações de controle social para atuarem em venda direta de produtos orgânicos. Apoio a projetos de fomento visando ampliar o acesso aos insumos e tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção; à capacitação de técnicos e agricultores bem como o incentivo a pesquisa, ensino e extensão em agroecologia e sistemas orgânicos de produção; a promoção dos produtos orgânicos e do consumo responsável no mercado interno e externo e a organização e articulação da rede de produção orgânica nacional e em cada Unidade da federação.

- Principais Resultados: 12.160 unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial (certificado / controlado); Realização da IX Semana do Alimento Orgânico, em vinte Unidades da Federação no período de 26 de maio a 2 de junho; Publicação de 4 especificações de referência, de um total acumulado de 15 especificações; Capacitação de 10.944 pessoas entre produtores e técnicos e outros perfis de pessoas (dado cumulativo, referente ao biênio 2012/2013); Apoio a 363 bancos comunitários de sementes (dado cumulativo) e apoio a 44 núcleos de estudo em agroecologia (meta cumulativa), em 21 Unidades da Federação; Disponibilização de material sobre 9 diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico; 120 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção em fase de revisão e validação final; e 10 cadernos para multiplicação e conservação de sementes pelos agricultores com elaboração técnica já realizada, em fase de produção de publicação para divulgação.

A Secretaria de Defesa Agropecuária está diretamente relacionada ao objetivo estratégico de *garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos*. No exercício de 2013, os principais produtos e serviços relacionados a esse objetivo oferecidos aos usuários do Ministério foram:

Relacionados à qualidade vegetal:

- Publicação da Instrução Normativa nº 11, de 13 de março de 2013, que aprovou o regulamento técnico do malte de cevada;
- Publicação da Instrução Normativa nº 31, de 15 de agosto de 2013, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na constatação de resíduos de agrotóxicos e contaminantes químicos, físicos e biológicos, conforme estabelecido em legislação específica da ANVISA, em produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, padronizado;
- Publicação da Portaria nº 152, de 6 de dezembro de 2013, que submete à consulta pública, por um prazo de 90 (noventa) dias, o Projeto de instrução normativa que aprova o Regulamento Técnico do açúcar;
- Publicação da Portaria SDA nº 141, de 13 de novembro de 2013, que submete à consulta pública, por um prazo de 90 (noventa) dias, o Projeto de instrução normativa que aprova o Regulamento técnico da amêndoa da castanha de caju.

Relacionados ao vinho, derivados da uva e do vinho e às bebidas em geral:

- Publicação da Instrução Normativa nº 19, de 19 de junho de 2013, que estabelece em todo território nacional a complementação dos padrões de identidade e qualidade para as seguintes bebidas: refresco, refrigerante, bebida composta, chá pronto para consumo e soda;
- Publicação da Instrução Normativa nº 18, de 19 de junho de 2013, que estabelece em todo o território nacional a complementação dos padrões de identidade e qualidade para as seguintes bebidas: xarope, preparado líquido para refresco, preparado líquido para refrigerante, preparado líquido para bebida composta e preparado líquido para chá;
- Publicação da Instrução Normativa nº 17, de 19 de junho de 2013, que estabelece em todo território nacional a complementação dos padrões de identidade e qualidade para as seguintes bebidas: preparado sólido para refresco e preparado sólido para bebida composta;
- Publicação da Portaria nº 30, de 15 de fevereiro de 2013, que submete à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta dias), o projeto de Instrução Normativa que aprova os procedimentos de controle do envelhecimento da bebida alcoólica e demais produtos, com previsão de envelhecimento;
- Publicação da Portaria nº 74, de 21 de maio de 2013, que submete à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa para revisar a norma de registro de Cooperativas de Bebidas;
- Publicação da Instrução Normativa nº 42, de 11 de setembro de 2013, que estabelece a complementação dos padrões de identidade e qualidade dos Néctares de Laranja e Uva;
- Publicação da Portaria nº 34, de 28 de fevereiro de 2013, e da Portaria nº 153, de 10 de dezembro de 2013, que submetem à consulta pública o projeto de Instrução Normativa e anexos que aprovam os requisitos e os procedimentos administrativos para o registro de

estabelecimento e de produto (bebidas em geral, fermentados acéticos, vinhos e derivados), a elaboração de produto em unidade industrial e em estabelecimento de terceiro e para contratação de unidade volante de envasilhamento de vinho;

- Publicação da Portaria nº 08, de 22 de janeiro de 2014, que submete à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa para revisar os padrões de identidade e qualidade da Cerveja;
- Publicação do Decreto nº 7.968, de 26 de março de 2013, que altera o Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que estabelece os padrões de identidade e qualidade para o uísque Bourbon e para o uísque Tennessee;
- Revisão da Resolução nº 77/94 – GMC/MERCOSUL, que trata dos padrões de identidade e qualidade das bebidas alcoólicas;
- Revisão da Resolução nº 45/96 – GMC/MERCOSUL, que trata do regulamento vitivinícola;
- Encaminhamento à Casa Civil do Projeto de Decreto para revisão do Decreto nº 99.066/90, que regulamenta a Lei nº 7.678/88 que trata dos vinhos e derivados da uva e do vinho;
- Publicação da Portaria nº 151, de 21 de novembro de 2012, que submete à consulta pública o Projeto de instrução normativa que estabelece os requisitos para o registro de estabelecimento familiar rural para produção de vinhos;
- Elaboração da minuta de instrução normativa que estabelece os padrões de identidade e qualidade para o vinho borbulhante;
- Instalação da Comissão Técnica Brasileira da Vinha e do Vinho – CTBVV;

Relacionados aos produtos de origem animal:

- Criação da Comissão Científica Consultiva em Microbiologia de Produtos de Origem Animal, por meio da Portaria SDA nº 17, de 25/01/2013, para unir os esforços do governo e da academia para o avanço da gestão microbiológica do sistema de inspeção brasileiro.
- Implementação do Programa Nacional de Controle de Patógenos para identificar a prevalência de importantes patógenos em produtos de origem animal produzidos pelos estabelecimentos brasileiros registrados junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) com elaboração e edição das seguintes normas:
 - NORMA INTERNA DIPOA/SDA nº 1, de 9 de agosto de 2013: aprova os procedimentos operacionais complementares à Instrução Normativa nº 9, de 8 de abril de 2009, definindo os procedimentos para coleta oficial de amostras para o controle de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo a serem adotados pelo Serviço de Inspeção Federal.
 - NORMA INTERNA DIPOA/SDA nº 2, de 20 de agosto de 2013: aprova os procedimentos para coleta e análise de *Escherichia coli* verotoxigênica em carne de bovino in natura utilizada na formulação de produtos cárneos cominutados, prontos para serem cozidos, fritos ou assados.
 - NORMA INTERNA SDA nº 2, de 11 de outubro de 2013: Aprova o programa exploratório para pesquisa de *Salmonella* spp. em carcaças de frangos abatidos em estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF).

- Elaboração de cronograma nacional para análises fiscais baseado em delineamento estatístico prévio que permitirá avaliar a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal comestíveis produzidos em estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal no âmbito nacional e dos produtos de origem animal comestíveis importados resguardando a saúde do consumidor brasileiro. O referido programa foi estabelecido por meio da publicação da Norma Interna SDA nº 4/2013, de 16/12/2013: “aprova o Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento de estabelecimentos registrados e relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) e de produtos de origem animal comestíveis importados”.

Relacionados aos laboratórios agropecuários:

- Revisão da norma de credenciamento e conseqüente publicação da Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013.

- Pleito e aprovação de concurso público específico para preenchimento de vagas visando alocação de recursos humanos na rede laboratorial do MAPA.

- Avanço na modelagem e produção de sistema informatizado que levará à automação dos processos de credenciamento e monitoramento de laboratórios, possibilitando o acesso às informações pertinentes por parte de clientes e público em geral.

- Renovação e ampliação do convênio MAPA/CNPq, para concessão de bolsas de pesquisa, visando especialmente à condução de projetos ligados ao desenvolvimento e à validação de métodos analíticos em atendimento às demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária. Este convênio permitiu o aumento do número de métodos validados nos laboratórios oficiais do MAPA, de 38 métodos de ensaio validados em 2009 para 574 métodos de ensaios validados em 2013.

- Elaboração do “*Manual de verificação de desempenho de métodos para diagnóstico molecular de doenças infecciosas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários*”, o qual permitirá a padronização dos métodos de verificação de desempenho moleculares a serem utilizados na rede laboratorial do MAPA.

- Continuação da implantação das diretrizes do sistema de gestão da qualidade ISO 9001, na Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/SDA/MAPA).

- Acreditação, junto ao INMETRO, de 421 ensaios na ABNT NBR ISO/IEC 17025, nos laboratórios oficiais do MAPA (Lanagros).

- Publicação de Instrução Normativa nº 25, de 18 de julho de 2013, que aprova o método oficial para determinação dos parâmetros para avaliação do teor de água contida em carcaças resfriadas e cortes de aves.

- Elaboração da 2ª edição do manual de métodos oficiais de fertilizantes, corretivos e afins.

O credenciamento de laboratórios para a realização de ensaios em atendimento aos programas e controles oficiais realizados pelo Mapa faz parte da carta de serviços prestados diretamente ao usuário. Os critérios para credenciamento de laboratórios, de forma a integrarem a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, estão definidos na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013.

Nos custos relacionados ao credenciamento de laboratórios para a realização de ensaios em atendimento aos programas e controles oficiais realizados pelo Mapa são computados valores destinados a deslocamentos e diárias de servidores para a realização de avaliação *in loco*. No entanto, o cálculo de outras variáveis envolvidas no processo de credenciamento é complexo, como por exemplo, o fornecimento de insumos produzidos pelos laboratórios oficiais visando as avaliações pré-credenciamento previstas em legislação.

Para 2014, as perspectivas apontam no sentido do aprimoramento dos processos da rede de laboratórios, primando pela qualidade e rastreabilidade de resultados de ensaios, de forma a contribuir nas áreas de sanidade animal, sanidade vegetal, garantia da qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos consumidos no Brasil.

Relacionados ao Controle de Resíduos e Contaminantes

O Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) tem como objetivo monitorar produtos de origem animal e vegetal de forma a oferecer garantias de inocuidade e qualidade (segurança alimentar) aos consumidores, internos e externos, no que diz respeito à presença de resíduos de agrotóxicos e medicamentos veterinários, contaminantes inorgânicos (metais pesados), contaminantes orgânicos (micotoxinas) e contaminante microbiológico (Salmonella). No Mapa, as ações relativas ao PNCRC são coordenadas pela Coordenação de Resíduos e Contaminantes (CRC/SDA) em articulação com diferentes setores da SDA e serviços descentralizados nos estados.

Na área animal destacam-se, no exercício de 2013, os trabalhos desenvolvidos junto à cadeia produtiva de caprinos e ovinos. Esta cadeia produtiva passou a ser monitorada no âmbito do PNCRC-Animal e foram analisadas 66 amostras para pesquisa de contaminantes inorgânicos e não foram verificadas violações. Outras substâncias serão incluídas no escopo do PNCRC-Caprinos e Ovinos ao longo do ano de 2014.

No ano de 2013 foram instituídos 29 subprogramas de investigação, com o objetivo de apurar as causas de não-conformidades encontradas nos resultados do programa. 26 subprogramas foram originados a partir de resultados laboratoriais não conformes e 3 foram instaurados a partir de fundadas denúncias do uso de substâncias proibidas.

Setenta por cento dos resultados de violações foram relacionadas aos contaminantes inorgânicos (cádmio, chumbo, arsênio e mercúrio), contudo, a maior parte refere-se às violações em pescado de captura, que devido à natureza da cadeia produtiva, não são tomadas ações regulatórias

As amostras foram distribuídas entre os setores alvos do programa: bovino, suíno, aves, equinos, lácteos, mel, ovos, pescados e avestruz. Conforme a Instrução Normativa nº 17, de 29/05/2013, a meta prevista para o PNCRC-Animal em 2013 era de 14.675 amostras analisadas. Ao fim do exercício de 2013, 13.770 amostras foram analisadas, o que corresponde um percentual de 93,83% sobre a meta inicialmente prevista. O percentual de amostras não-conformes, programas de monitoramento e exploratório, foi de 0,77% do total de amostras coletadas e analisadas. Para o Mapa a avaliação dos resultados alcançados é positiva.

Na área vegetal, destaca-se, no exercício de 2013, o avanço no desenvolvimento do sistema informatizado de controle do PNCRC-Vegetal, o SISRES-Vegetal.

Em relação ao ano-safra 2012-2013, foram monitoradas 12 culturas agrícolas das 24

inicialmente previstas e foram analisadas 193 amostras das 1270 inicialmente previstas. A discrepância observada, entre o previsto e o realizado, decorre de uma série de problemas administrativos que causaram a redução operacional do ano-safra, de 12 para 3 meses de efetivo monitoramento.

Os resultados decorrentes do ano-safra 2012-2013 foram:

- Agrotóxicos: 80,0% das amostras apresentaram-se conformes;
- Micotoxinas: 96,3% das amostras apresentaram-se conformes.

O Mapa considera o resultado relativo às micotoxinas positivo, tendo em vista o índice de conformidade de 96,3%. Em relação aos agrotóxicos, o índice de conformidade observado precisa aumentar. Das 47 violações de praguicidas encontrados nas amostras analisadas, 33 são substâncias não permitidas para a cultura; 06 são substâncias proibidas e 08 são substâncias acima do LMR estabelecidos.

3. Articulação e Promoção.

a) Câmaras Setoriais e Temáticas:

- **Apresentar sucintamente os principais resultados, deliberações e custos das câmaras setoriais criadas a partir de 1993, bem como o atendimento às principais demandas protocoladas pelos clientes e parceiros do agronegócio.**

Através da Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas o Ministério desenvolve ação vinculada ao macroprocesso articulação institucional, coordenando os processos de gestão do suporte técnico operacional requerido pelas câmaras setoriais e temáticas e dos órgãos colegiados vinculados ao MAPA, desenvolvendo ações de apoio e organização de informações:

No exercício de 2013 a Coordenação realizou 140 reuniões de câmaras, apoiando a interação do setor agropecuário com os órgãos do Ministério da Agricultura e suas vinculadas.

Dentre os principais resultados, destacam-se:

a) Assuntos diversos:

- I. Apoio na organização de encontro dos Presidentes das Câmaras Setoriais e Temáticas com a Embrapa para elaboração do Sistema de Inteligência Estratégica - Agropensa;*
- II. Participação de servidora da Coordenação como Palestrante na Oficina de Políticas Públicas para o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas na América Latina, compartilhando experiências desses Fóruns consultivos no Painel sobre Organizações de Cadeia: Políticas, Gestão e Instrumentos, realizado em Bogotá/Colômbia.*
- III. Apoio à Assessoria de Gestão Estratégica, na organização e disponibilização de informação para a seleção de temas (escolhas de caso) da 2ª edição do Relatório de Sustentabilidade do Agronegócio.*
- IV. Articulação de negociação entre os governos do Brasil e China, atendendo a demanda da cadeia produtiva de grãos, que resultou na Liberação de eventos transgênicos e ampliação comercial com a China. Ação aprovada com a participação do Ministro da Agricultura no Foro China - America Latina e Caribe de Ministros da Agricultura, em Beijing, em junho de 2013. Este fato garantiu ao mercado nacional de 10 milhões de toneladas de grãos a serem exportados para o país asiático.*
- V. Articulação junto às cadeias de Algodão, Milho, Soja, Feijão e Câmara Temática de Insumos Agropecuários, que culminou na instituição de ações de combate à Helicoverpa Armígera e Mosca-Branca com a divulgação de Metodologias de Manejo Integrado de Pragas - MIP, e na elaboração do Plano Nacional de Combate às Pragas pelo MAPA, bem como na agilização da liberação de defensivos agrícolas.*
- VI. Participação do Grupo de Trabalho visando a promoção de atividade educativa integrada e intersetorial de incentivo à alimentação adequada e saudável, com foco no consumo de arroz e feijão. O grupo é composto por MAPA, MDS, MS, Ministério do Turismo, Abrassel (Bares e Restaurantes), Fenacelbra - Associação dos Celíacos, e Embrapa – Arroz e Feijão, Informação Tecnológica, Departamento de Transferência de Tecnologia.*

b) Câmaras Setoriais da Área Animal:

I. Cadeia Produtiva de Animais de Estimação

- Encaminhamento de proposta de revisão da IN nº 30/09 à Secretaria de Defesa Agropecuária.
- **Formalização ao IBGE das contribuições da Câmara para o aprimoramento do questionário utilizado para a coleta das informações sobre animais de estimação.**
- Criação de Grupo de Trabalho para discutir os marcos regulatórios do setor que possuem interface com o Ministério do Meio Ambiente, com ênfase na Lista Pet.
- Criação de Grupo de Trabalho para discutir o tema Bem estar animal.
- Criação de Grupo de Trabalho para discutir a Padronização dos procedimentos de Exportação e Importação de produtos para animais de estimação.

- Criação de Grupo de Trabalho para discutir Denominação dos Peixes Ornamentais.
- Criação do Grupo de Trabalho sobre Clínica Veterinária para discutir Medicamentos controlados; Tributação e Receituário.
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

II. Cadeia Produtiva de Aves e Suínos

- *Apresentação de Estudo de viabilidade técnica e econômica destinado à implantação do Parque Produtivo Nacional de Aditivos da Indústria de Alimentação de Animais de Produção.*
- *Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, de proposta visando à suspensão da dupla anuência (MAPA e ANVISA) na importação de insumos utilizados nas rações de aves e suínos, no âmbito do Plano Brasil Maior.*
- *Encaminhamento de sugestões para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/14.*
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

III. Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos

- Encaminhamento de Documento da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos ao MDIC, para inserir no âmbito do Programa Brasil Maior a Isenção de PIS/Cofins para a ovinocultura e caprinocultura de corte.
- Elaboração de Planta de referência para o abate de caprinos e ovinos, bem como um sistema para avaliar a viabilidade econômica de cada projeto.
- Encaminhamento de sugestões para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/14.
- Encaminhamento de indicação de representante junto à comissão do MAPA criada para discutir as ações relacionadas à Língua Azul.
- Criação de Grupo de Trabalho para discutir o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos.
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

IV. Cadeia Produtiva da Carne Bovina

- *Elaboração de proposta do MAPA, baseada em políticas públicas para pecuária de Carne Bovina e Leite, com base na agenda estratégica da Câmara Setorial.*
- *Apresentação sobre o Centro de Inteligência da Carne – CICA, portal em desenvolvimento na Embrapa Gado de Corte, com uma proposta de sistematização dos dados e informações da cadeia produtiva da carne bovina.*

- *Encaminhamento de indicação de representante da Câmara para compor o Comitê Científico sobre Brucelose e Tuberculose do MAPA.*
- *Encaminhamento de proposta de adequação dos procedimentos para o abate de animais positivos para Brucelose e Tuberculose e ampliação do Fundo Indenizatório.*
- *Encaminhamento de solicitação para que o MAPA oriente as indústrias farmacêuticas sobre a previsão de demanda para a Vacina RB51 e faça gestões junto aos Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária no sentido de promover a harmonização dos procedimentos para sua validação.*
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

V. Cadeia Produtiva de Equideocultura

- Realização de Oficina sobre Mormo, com o objetivo de esclarecer aos principais atores da cadeia produtiva, possíveis formas de combate e erradicação à doença, bem como as contrapartidas do setor nas diferentes estratégias, visando a definição de propostas para serem encaminhadas ao MAPA.
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

VI. Cadeia Produtiva do Leite e Derivados

- *Elaboração de proposta do MAPA, baseada em políticas públicas para pecuária de Carne Bovina e Leite, com base na agenda estratégica da Câmara Setorial.*
- Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, de documento reiterando a importância da divulgação dos dados consolidados das análises da RBQL (Rede Brasileira de Qualidade do Leite) e disponibilização dos resultados da Rede à Embrapa Gado de Leite.
- Criação de Grupo de Trabalho para discutir propostas de adequação das análises laboratoriais com a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial/SDA.
- Criação de Grupos de Trabalho para discutir Fiscalização e Harmonização de ações das indústrias e ações proativas do setor.
- Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, das principais demandas desta Câmara na área de defesa agropecuária.
- Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, de propostas sobre alteração dos procedimentos no Transporte de leite a granel e triagem de recebimento de leite cru refrigerado, nas indústrias processadoras de Leite e Derivados.
- Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, de documento solicitando gestões junto ao Inmetro no sentido de retirar as Ordenhadeiras da Portaria 371 (Inclui ordenhadeiras na lista de “eletrodomésticos e similares”), ou harmonizar as legislações existentes sobre o tema, considerando a IN 48 do MAPA (12/08/2002) e as Normas ABNT (14763; 14764 e 14765 de 31/12/2001).

- Encaminhamento à EMBRAPA de solicitação de apoio no sentido de promover a elaboração de trabalhos técnicos científicos sobre queijos artesanais a base de leite cru, tendo em vista subsidiar a avaliação da segurança desses produtos pelos órgãos de inspeção, em suas diferentes esferas de atuação.
- Encaminhamento de documento ao Secretário Executivo do MAPA, solicitando gestões junto às instâncias competentes para que a nova redação do RIISPOA seja publicada imediatamente, considerando a urgente atualização dos marcos legais para a inspeção do leite e derivados, principalmente dos procedimentos relacionados à qualidade do leite.
- Encaminhamento de documento ao Secretário Executivo do MAPA, reiterando o apoio à execução do Projeto de Avaliação e Eficiência do Caminhão Isotérmico - Projeto de pesquisa do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – UNB e solicitando a disponibilização dos recursos necessários para a sua realização.
- Encaminhamento, à Secretaria de Política Agrícola, de demanda do setor sobre a necessidade de definição da Tabela dos preços dos produtos lácteos, elaborada anteriormente pela Conab, para fins de utilização do EGF/ FGPP.
- Encaminhamento de indicação de representante da Câmara para compor o Comitê Científico sobre Brucelose e Tuberculose do MAPA.
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

VII. Cadeia Produtiva do Mel e Produtos das Abelhas

- Criação de Grupo de Trabalho sobre Normatização da Própolis e elaboração de documento com justificativas técnicas para enquadramento da própolis como alimento nutracêutico ou fitoterápico, com vistas à adequação de novas tecnologias e definição de competências dos órgãos fiscalizadores.
- *Criação de Grupo de Trabalho para a elaboração de Plano de Ação para a Mitigação de Riscos para a contaminação do Mel e Produtos das Abelhas.*
- Participação de representantes da Câmara Setorial no Workshop sobre Agrotóxicos e abelhas.
- Elaboração de Nota Técnica contextualizando as conseqüências da Seca para a Cadeia apícola, identificação de medidas emergenciais e Plano de enfrentamento com propostas de médio e longo prazo.
- Participação de representantes da Câmara Setorial em Audiência Pública na Câmara dos Deputados do Piauí para iniciar a sensibilização dos gestores regionais públicos e financeiros em relação à adoção de medidas emergenciais de enfrentamento da seca.
- Encaminhamento de ofício da Câmara à Conab, em apoio ao Pleito da FAAMESP sobre a necessidade de abertura de discussões entre a Conab e o setor apícola para a adequação do custo de produção do mel, definido pela Conab, para fins de pagamento no âmbito de programas sociais.
- Participação de representantes do setor na APIMONDIA 2013, realizada na Ucrânia, marcada por premiações e inauguração da nova marca Bee Brazil. O setor apícola também foi representado em outros importantes eventos internacionais como o EXPO WEST EUA 2013, o TOKYO HEALTH INDUSTRY 2013 e o JAPAN PROPOLIS CONFERENCE.

- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

c) Câmaras Setoriais da Área Vegetal:

I. Cadeia Produtiva do Arroz

- **Classificação dos Estoques da Conab** - Encaminhado à Conab solicitação que seja informado o real estado e a qualidade dos lotes leiloados pela Conab, pois os agentes da cadeia produtiva interpretam que houve baixa no preço do grão.
- **Fiscalização do arroz empacotado** - Encaminhado ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, ofício da Câmara aprovado em reunião, informando a necessidade de revisão dos procedimentos de fiscalização, bem como dos normativos em vigor, face ao elevado quantitativo de multas aplicadas às indústrias do setor orizícola, devido ao peso das embalagens do produto.
- **Fiscalização do INMETRO** - Demanda ao Inmetro para tratar da Tolerância do Arroz Empacotado devido à perda de umidade em relação ao peso.
- **Solicitação de Isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.** - Encaminhado documento para Em relação à AFRMM houve a discussão sobre a isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre o arroz destinado ao Estado do Rio de Janeiro, sugerindo equiparação da isenção concedida a mercadorias com destino para as regiões Norte e Nordeste pela lei nº 9.432/97, pois a incidência do AFRMM sobre o arroz cujo destino seja o Estado do Rio de Janeiro eleva, em até 10% o valor do frete, diminuindo a competitividade do arroz nacional que utiliza o modal marítimo para aquele Estado.
- **Apresentação de proposta para o preço-mínimo.** - Grupo de Trabalho formalizará a proposta de preço-mínimo do arroz para o próximo Plano Agrícola Pecuário 2014/15.
- **Exportação de Arroz** - Com a presença do MRE, MDIC e SRI/MAPA, foram discutidas e apresentadas questões relativas às estratégias para superar as atuais e futuras barreiras tarifárias e fitossanitárias que interferem na competitividade e conquistas de novos mercados para o Arroz Brasileiro.

II. Cadeia Produtiva do Algodão

- **Helicoverpa** - Encaminhamento à direção do MAPA, de agilização, para tratar da liberação de defensivos contra helicoverpa e medidas de Manejo Integrado de Pragas.
- **Priorização de Registro de Nematicida** - Solicitação á SDA/MAPA de Priorização de Registro de Nematicida para tratamento de Sementes de Algodão.
- **Instrumento de Comercialização** - Solicitação para a Secretaria de Política Agrícola do MAPA, a viabilização de instrumento de comercialização, EGF, definindo limite de EGF e Comprovação da Trading, da aquisição do produtor.

- **Classificação da fibra do algodão** - Solicitação à área de Classificação do MAPA, a revisão da classificação do algodão, INs 54 e 63 com o objetivo de facilitar a aplicação da norma ao mercado.
- **Área de Refúgio** - Enviou à DSV/MPA das conclusões do Workshop sobre o uso de refugio para conservação da eficácia do Algodão Bt no Brasil

III. Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno

- **Extensão até 2017, dos LMTs para a Micotoxinas.** - Solicitação à ANVISA de extensão, até 2017, dos Limites Máximos Tolerados para a Micotoxinas- LMT, nas Culturas de Inverno, Milho e Arroz, dispostos para o ano de 2012 na RDC N° 7/ 2011 da ANVISA. Além disso serão definidos os valores para a culturas nos trópicos.
- **Classes de cultivares** - Solicitação à Coordenação de Sementes DFIA/ SDA, reunião sobre Classes de cultivares, visando facilitar e compatibilizar com o mercado a classificação do grão.
- **Propostas para o PAP 2014/15** - Encaminhado à SPA/MAPA, proposta para a comercialização da safra deste ano.

IV. Cadeia Produtiva do Feijão

- **Medidas a serem tomadas para o combate da mosca-branca.** - Encaminhado solicitação à Embrapa para elaborar medidas a serem tomadas para o combate da mosca-branca.
- **TEC** - Encaminhada Nota técnica ao MAPA sobre manifestação contrária à TEC da importação do feijão preto;
- **Preço-mínimo** - Encaminhada Nota técnica ao MAPA, sugerindo valor do preço-mínimo para próxima safra;
- **Medidas conjunturais de comercialização 1** - Lançamento imediato de contrato de opções para o início de 2014;
- **Medidas conjunturais de comercialização 2** - Compromisso do Governo em disponibilizar AGF no momento correto, para garantir ao produtor o preço mínimo estipulado, uma vez que, a exemplo de anos anteriores, as políticas de apoio à cultura de feijão foram tardiamente disponibilizadas, causando grandes prejuízos aos agricultores, principalmente para o pequeno produtor;
- **PAP 2014/15** - Encaminhamentos das propostas de comercialização para o PAP 2014/15.

V. Cadeia Produtiva de Fibras Naturais

- **Medidas anti-dumping** - Encaminhamento de solicitação de medidas anti-dumping contra a importação de juta e malva, face às dificuldades de escoamento da produção brasileira da fibra. Os membros da câmara aprovaram por unanimidade a solicitação de medidas anti-dumping contra a importação de juta e malva, face às dificuldades de escoamento da produção brasileira da fibra. O representante da CNA e presidente da Federação da Agricultura do estado do Amazonas Muni Lourenço redigirá a nota técnica a ser encaminhada pela CGAC a SRI/ MAPA;
- **Economia-Verde** - Solicitação à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para troca de toda a sacaria plástica utilizada para embalar seus produtos por sacos de fibras vegetais – como a juta, visando um plano de gestão ambiental.

- ✓ *Ajuda para a COOMAPEM diante o desastre nas instalações da cooperativa.*
- ✓ *Compra de Juta e malva para sacaria.*
- ✓ *Definição de Preço-Mínimo para compra para estoque público.*
- ✓ *Formação de Estoque do MDA. Compra de semente pelo PAA.*
- ✓ *Manual de Gestão da Qualidade e Credenciamento do Armazéns jan /2014*
- ✓ *Sensibilidade recursos da semente.*
- ✓ *Ofício para saber da Embrapa Fibras.*

VI. Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados

- **Promoção de Consumo** - Formado GT Promoção de Consumo, composto por Abrassel + Turismo + Esporte + MAPA;
- **Projeto Rede Pensa** - Agendar apresentação para próxima Reunião Apresentação das Pesquisas do Projeto Rede Pensa CNPQ;
- **INOVAGRO** - Criação de Grupo Técnico para Pesquisa INOVAGRO. Eloysio tem o texto embasando o pleito, contempla 3.000.000 pequenas empresas cooperativas.

VII. Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo

- **Medidas a serem tomadas para o combate da helicoverpa.** - Encaminhada solicitação à Embrapa para elaborar medidas a serem tomadas para o combate da helicoverpa;
- **Comercialização do Milho** - Continuidade das intervenções governamentais para escoamento da safra 2013/14;
- **Armazenagem** - Viabilizada a implementação da nova linha de financiamento para armazenagem;
- **Logística** - Investimentos em logísticas: a tendência é que a produção nacional de milho, especialmente o de segunda safra;
- **Liberação da exportação de milho para a China** - Avanço nas negociações com o governo da China para que aquele país passe a ser um importador nato do milho brasileiro como é de soja;
- **MIP** - Encaminhadas questões do MIP para a Frente Parlamentar.

VIII. Cadeia Produtiva da Soja

- **Priorização de registro de produtos para controle da ferrugem asiática da soja**
- **Solicitação ao MAPA** para que junto aos órgãos registrantes a fim de que seja concedido registro emergencial as principais moléculas que propiciem o controle do patógeno.
- **Medidas a serem tomadas para o combate da helicoverpa.**
- **Encaminhada solicitação ao MAPA** para elaborar medidas a serem tomadas para o combate da helicoverpa.

IX. Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas

- Encaminhamento de solicitação ao Departamento de Sanidade Vegetal, visando à adequação da certificação em relação à Vespa da madeira;
- Realização de Workshop para a Identificação de demandas e projetos prioritários para o setor de Florestas Plantadas no campo da agricultura de precisão;
- Realização de Workshop para discutir crédito e financiamento para o setor de Florestas Plantadas, tendo em vista identificar ações para aumentar o acesso ao crédito pelo setor;
- Criação de Grupo de Trabalho para a elaboração de propostas de Projetos para Emendas Parlamentares e propostas para o projeto PENSAR 2020 da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA);
- Encaminhamento de proposta para revisão da legislação sobre Aviação Agrícola, para que o Engenheiro Florestal também seja inserido como responsável pela Aviação Agrícola;
- Encaminhamento, à Secretaria de Defesa Agropecuária, de solicitação de gestões para promover a estruturação do Processo de Registro de Agrotóxicos no âmbito do Governo Federal, tendo em vista dar maior celeridade ao processo;
- Participação de representante da Câmara no Workshop da Embrapa - “O Futuro da Inovação na Agricultura Tropical”, que discutiu as “Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras a serem trabalhadas entre 2013 e 2023”.

X. Cadeia Produtiva do Açúcar e Alcool

- Apresentação pelo MAPA do Anuário Estatístico de Agroenergia 2012;
- Apresentação da Posição Setorial sobre a Consulta Pública do Plano Decenal de Energia 2022;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira”;
- Debate sobre Marcos Regulatórios: PEC 57ª (1999) e PLS 432/13: Trabalho Escravo, Ação Direta de Inconstitucionalidade relacionadas ao Código Florestal, Peso de Cana (Resolução CONTRAN 211).

XI. Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel

- Apresentação pelo MME sobre a visão geral do Programa do Biodiesel;
- Relato do Grupo Temático “Tributação na Cadeia Produtiva do Biodiesel”;
- Constituição do Grupo Temático “Benefícios Ambientais da Produção do Biodiesel”;
- Elaboração do Relatório “Benefícios Ambientais da Produção do Biodiesel” (1ª Edição);
- Debates sobre Marcos Regulatórios: Lei nº 11.097/2005, aumento de mistura.

XII. Cadeia Produtiva da Palma de Óleo

- Apresentação de Informes sobre o Relatório Final do Grupo de Trabalho de Comércio e Logística da Palma de Óleo;

- Apresentação pelo MDA de proposta de desoneração tributária para produtos derivados de oleaginosas;
- Apresentação pela EMBRAPA do Relatório do I Workshop do Programa Sustentável da Palma de Óleo no Brasil;
- Reunião sobre Registro de Defensivos Agrícolas para a Cultura da Palma de Óleo;
- Reunião para tratar do desenvolvimento do Seguro Rural para a Cultura da Palma de Óleo;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira".

XIII. Cadeia Produtiva do Cacau

- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014;
- Inclusão do Cacau na Política Geral de Preço Mínimo;
- Negociações com CONAB e CEPLAC visando o levantamento sistemático de área plantada de previsão de safra;
- Constituição de GT para revisar a Agenda Estratégica da Câmara e propor alternativas para a política do setor cacauzeiro;
- Discussões com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio da proposta sobre regras de origem que definem a comercialização bilateral do cacau e derivados no âmbito do MERCOSUL e União Européia;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira".

XIV. Cadeia Produtiva de Citricultura

- Inclusão da Laranja na Política Geral de Preço Mínimo;
- Implantação de Medidas de Apoio a Comercialização de Laranja, por meio da publicação de Portaria autorizando a realização de leilões (PEP e PEPRO);
- Instituição de Normativo fixando a quantidade mínima de polpa ou suco de laranja no Néctar de Laranja - IN nº 21, de 28.08.2012;
- Apresentação de Proposta para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014;
- Apresentação de proposta para prorrogação dos financiamentos dos citricultores a vencer em 28 de fevereiro de 2013;
- Encaminhamento de correspondência ao MAPA solicitando liberação de pagamento aos produtores que participaram dos leilões realizados pela CONAB no ano de 2012;
- Solicitação ao DSV/MAPA de Nota Técnica sobre a ocorrência do HLB na região Norte da Bahia;
- Participação nas discussões do GT para atualização da legislação do Sistema de Mitigação de Risco de Citrus;
- Participação na Audiência Pública no Senado Federal - Discussão da MP nº 609/2013 - Proposta de inclusão do suco concentrado de laranja nos itens da Cesta Básica - e Gestões no Ministério da Fazenda visando à obtenção da isenção do PIS e da COFINS.

XV. Cadeia Produtiva de Bebidas (Cachaça e Viticultura)

- Firmado Acordo entre o Brasil e Estados Unidos, pelo qual aquele país concede o reconhecimento da Cachaça como produto brasileiro;
- Continuação do Programa de Monitoramento de Contaminantes da Cachaça – parceria MAPA, MCT, ITEP e IBRAC, implantado em 2012;
- Encaminhada solicitação de inclusão da Cadeia Produtiva da Cachaça no Programa Brasil Maior do MDIC;
- Encaminhado, ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o Posicionamento da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça na Audiência Pública em 7 de Novembro 2013, referente aos Projetos de Lei nº 1.187, de 2007 e nº 4.547, de 2008, e o Substitutivo apresentando pelo Relator na Comissão de Finanças e Tributação;
- Encaminhada, ao relator dos PL's, proposta de Substitutivo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, aos Projetos de Lei da Cachaça 1.187/2007 e 4.547/2008
- Instituição de Normativo fixando a quantidade mínima de polpa ou suco de uva no Néctar de Uva - IN nº 24, de 30.08.2012;
- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014;
- Continuação das ações visando à criação do Fundo Nacional para Promoção e Ordenamento do Mercado Vitivinícola Brasileiro – FUNDAVINHO;
- Fixação do Preço Mínimo da Uva Industrial para a safra 2013, pelo CMN.

XVI. Cadeia Produtiva de Flores e Plantas ornamentais

- Realização de Curso de Capacitação Técnica em Floricultura, em parceria com SENAR/CNA;
- Apresentação, DFIA-SDA, de Proposta de simplificação do RNC;
- Publicação da Instrução Normativa nº 28, de 25/07/2013 – definindo novo formulário para registro de cultivares de flores e ornamentais no RNC;
- Apresentação de proposta para revisão do Decreto de Sementes;
- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.

XVII. Cadeia Produtiva de Hortaliças

- Participação na reunião visando à construção de Regulamento de Pesos e Medidas, específico para Frutas e Hortaliças frescas, bem como promover revisão da Instrução Normativa Conjunta ANVISA – INMETRO e MAPA, nº 009/2002. Participaram do encontro representante da Coordenação das Câmaras, do DIPOV/MAPA, do INMETRO e das Câmaras Setoriais de Fruticultura e Hortaliças;
- Participação nas discussões entre produtores, indústria e governo (ANVISA, IBAMA, MAPA), de ações objetivando a definição de políticas, a fim de agilizar o registro de defensivos para as culturas de Minor Crops (Culturas de Suporte Fitossanitários Insuficientes), bem como a revisão da IN conjunta nº 001/2010, que trata do mesmo assunto;
- Contribuição junto ao CTA – Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (ANVISA, IBAMA e MAPA), visando à elaboração do Manual de Procedimentos e do POP - Procedimento Operacional Padrão de Avaliação de inclusão de culturas pela INC nº 01/2010 de Minor Crops;
- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira".

XVIII. Cadeia Produtiva de Fruticultura

- Encaminhada solicitação, a EMBRAPA, para que seja atribuída celeridade nos procedimentos para teste de eficiência agrônômica de produto destinado ao controle da Mosca da Carambola;
- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014;
- Encaminhada solicitação, ao INMETRO, visando à construção de Regulamento de Pesos e Medidas, específico para Frutas e Hortaliças frescas, bem como promover revisão da Instrução Normativa Conjunta ANVISA – INMETRO e MAPA, nº 009/2002, que trata de acondicionamento de frutas e hortaliças in natura;
- Realização reunião visando à construção de Regulamento de Pesos e Medidas, específico para Frutas e Hortaliças frescas, bem como promover revisão da Instrução Normativa Conjunta ANVISA – INMETRO e MAPA, nº 009/2002. Participaram do encontro representante da Coordenação das Câmaras, do DIPOV/MAPA, do INMETRO e das Câmaras Setoriais de Fruticultura e Hortaliças;
- Articulação junto a produtores, indústria e governo (ANVISA, IBAMA, MAPA), ações objetivando a definição de políticas, a fim de agilizar o registro de defensivos para as culturas de Minor Crops (Culturas de Suporte Fitossanitários Insuficientes), bem como a revisão da IN conjunta nº 001/2010, que trata do mesmo assunto;
- Contribuição junto ao CTA – Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (ANVISA, IBAMA e MAPA), visando a elaboração do Manual de Procedimentos e do POP - Procedimento Operacional Padrão de Avaliação de inclusão de culturas pela INC nº 01/2010 de Minor Crops;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira”.

XIX. Cadeia Produtiva do Tabaco

- Encaminhada solicitação para gestão do Mapa objetivando a revisão da RDC nº 14 da ANVISA, que proíbe o uso de praticamente todos os ingredientes empregados na fabricação dos cigarros tradicionais brasileiros;
- Encaminhada solicitação para o Ministério da Agricultura faça comunicado oficial à AQSIC-China de que o laboratório da EMBRAPA – Mandioca e Fruticultura em Cruz das Almas – Ba, encontra-se devidamente credenciado junto ao MAPA, para a realização de análises em folhas de tabaco visando à detecção do Mofo Azul do Tabaco, causado pelo fungo *Peronospora tabacina*;
- Promoção de Debates e Ações junto aos Órgãos Competentes e Representantes da Sociedade Civil para Análise da Proposta de Revisão da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) que proponha restrições ao plantio de tabaco;
- Apresentação de Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.

d) Câmaras Temáticas:

I. Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação

- *Apresentação de proposta da inserção do Cultivo do Arroz Irrigado na Agricultura de Baixo Carbono;*
- *Ações junto ao legislativo para instituir o Dia Nacional do Plantio Direto;*
- *Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira";*
- *Debate sobre marcos regulatórios: Planos Estaduais de Irrigação e Decreto Presidencial Utilidade Pública para Irrigação;*

II. Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio

- Apresentação de Proposta de Programa de Garantia e Renda - Subvenção ao Prêmio de Opções Compradas por Produtores e Cooperativas;
- Apresentação de Projeto de Viabilidade de Armazéns em Pequenas e Médias Propriedades;
- Debate sobre marcos regulatórios: Conselho Interministerial de Estoques Públicos (CIEP) e Projeto de Sistematização da Política Agrícola;

III. Câmara Temática de Infraestrutura e Logística

- Apresentação de estudos e sugestões referentes à infraestrutura Portuária, em especial a modelagem dos portos de Outeiro e Santarém – PA;
- Apresentação de propostas de adequação referente a Lei Nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que trata do exercício profissional do motorista;
- Apresentação de proposta para monitoramento escoamento da safra agrícola;
- Debate sobre marcos regulatórios: Lei Nº 12.619/2012 (lei dos motoristas), MP 595/2012 (Nova Lei dos Portos), Portaria 404 - SPU - Cobrança de tarifa anual sobre a "ocupação do espaço físico em águas públicas, Portaria 38 da Secretaria Especial de Portos da SEP;

IV. Câmara Temática de Insumos Agropecuários

- Solicitação a SDA para disponibilização de dados estatísticos referentes à suplementação mineral;
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica destinado à Implantação do Parque Produtivo Nacional de Aditivos da Indústria de Alimentação de Animais de Produção;
- Solicitação a SDA para disponibilização de dados estatísticos referentes à nutrição vegetal;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira";
- Debate sobre marcos regulatórios: Relato sobre o PL 5.166. Proposta de Alteração da Lei nº 6.894/1980;

V. Câmara Temática de Seguros do Agronegócio

- Consolidação dos Eixos Estratégicos da Câmara;
- Apresentação a SPA/MAPA de proposta de constituição da Comissão Consultiva do Comitê Gestor do Seguro Rural;
- Apresentação de proposta da ABRAMILHO sobre Seguro Rural;

- Disponibilização de informações pela SPA/MAPA sobre as ações do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira”;
- Moção sobre a liberação urgente de recursos do seguro rural Safra 2013/14;
- Debate sobre marcos regulatórios: Resolução 4.235/CMN Obrigatoriedade de contratação de Seguro e PROAGRO nas operações de crédito;

VI. Câmara Temática de Cooperativismo Agropecuário

- Encaminhamento de moção ao MAPA referente a importância de maior disponibilização de recursos financeiros ao DENACOOOP/SDC/MAPA para dinamizar os programas e projetos;
- Apresentação de propostas referentes ao Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013;
- Realização do Painel sobre Assistência Técnica e Extensão Rural com representantes do MAPA, MDA e MPA;
- Participação de representante da Câmara no Workshop Embrapa "Tendências e Impactos das Transformações do Mundo nas Cadeias Produtivas Agropecuária Brasileira”;
- Debate sobre marcos regulatórios: PL 5.740/2013.

Custos Operacionais

Esta Coordenação Geral não dispõe de Plano Operativo (PO).

Indicadores Operacionais

Foram realizadas 140 Reuniões de Câmaras; Envolvimento cerca de 3800 pessoas, de 520 Entidades/órgãos, sendo 430 Representativas do Setor Privado e 90 Órgãos Públicos das Esferas Federal, Estadual e Municipal; Média de 19 Membros presentes por reunião; Média de 8 outros participantes; e Participação Média de 27 pessoas por reunião.

4. Excelência Administrativa

a) Processo de Implantação da Gestão Estratégica:

- **Detalhar as etapas de implantação do processo de gestão estratégica no MAPA;**
- **Demonstrar o alinhamento do Plano de Gestão Estratégico do MAPA com os planos estratégicos de suas principais instituições (CONAB e EMBRAPA).**

O início do processo de gestão estratégica no MAPA contemplava 23 iniciativas estratégicas associadas aos objetivos estratégicos. Essas iniciativas ou projetos tinham a finalidade de realizar uma intervenção para garantir as mudanças pretendidas pelo Ministério.

Em 2007, com o objetivo de melhor adequar o método para melhor entendimento da alta gestão, foi elaborado um sistema de gestão de resultados estratégicos. Os resultados estratégicos eram desdobramentos dos objetivos estratégicos, porém apenas com os resultados de responsabilidade de uma unidade organizacional, perdendo o caráter transversal dos objetivos estratégicos, seguindo uma linha mais operacional, agregando projetos elaborados para atender aos objetivos da Perspectiva dos Processos Internos e da Perspectiva

de Pessoas, Aprendizagem e Crescimento e mantendo relação indireta com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade e da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros.

Desde 2008, o MAPA tem trabalhado para maior participação das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) e Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) no processo de Gestão Estratégica. O desdobramento em relação as SFAs foi no sentido das Superintendências realizarem a coleta de seus indicadores estratégicos, que consolidados, compõem alguns dos indicadores das áreas finalísticas da sede. O objetivo foi fortalecer todo o Processo de Gestão Estratégica. Já o desdobramento para os Lanagros foi concebido através de um Mapa estratégico, instrumento metodológico.

No ano de 2011, o Ministério dedicou-se à construção do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, de forma a alcançar maior alinhamento com a estratégia e foram realizadas oficinas de revisão dos Resultados Estratégicos, Indicadores de Desempenho e Projetos Estratégicos nas secretarias e departamentos do MAPA.

Já em 2012 foi elaborado um Plano de Ação que consistia em um conjunto de resultados estratégicos prioritários para o MAPA. Cada um dos resultados estratégicos representava um fim a ser atingido e, para isso, contava com um conjunto de projetos.

Durante o exercício de 2013, o processo foi retomado com a volta ao método original do Balanced Scorecard (BSC), pois já não havia a necessidade de adaptação do método para a alta gestão. Foram realizadas Reuniões de Revisão na sede e mantidos apenas os indicadores e projetos considerados essencialmente estratégicos para o Ministério. Durante o exercício, os indicadores e projetos foram coletados e acompanhados trimestralmente. O produto gerado pelo processo é o Relatório de Gestão Estratégica (RGE) encaminhado a alta gestão. O Relatório detalhado com todas as informações estratégicas do MAPA serve como base para a Reunião de Análise Estratégica (RAE), quando a alta liderança se reúne para decidir a cerca das ações corretivas para a execução da estratégia.

Apesar de quase todas as unidades vinculadas ao MAPA possuírem seus próprios planejamentos estratégicos, buscou-se um alinhamento entre os elementos estratégicos das organizações. Desta forma, além das Secretarias, que integram a Estratégia Corporativa, Inmet, Ceplac, Embrapa e Conab também contribuem para o alcance dos Objetivos Estratégicos. A missão da Ceplac é: “Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil”. As ações desempenhadas pela Ceplac contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. A missão do Inmet é: “Prover informações meteorológicas confiáveis à sociedade brasileira e influir construtivamente no processo de tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do país.”. Esta missão deve ser atingida por meio do monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima, fundamentados em pesquisa aplicada, no trabalho em parceria e no compartilhamento do conhecimento, com ênfase em resultados práticos e confiáveis. As ações desempenhadas pelo Instituto contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio. A missão da Conab é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”. As ações desempenhadas pela entidade contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; Ser

agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Garantir a segurança alimentar. A missão da Embrapa é: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”. As ações desempenhadas pela empresa contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; e Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

b) Gestão de Processos de Trabalho:

• **Apresentar as estratégias e principais ações realizadas com a finalidade de mapear, manualizar, implantar e automatizar os processos de trabalho, destacando os de execução direta do MAPA junto à sociedade, analisando o estágio atual, o passivo e a evolução no exercício.**

Desde 2009 o MAPA vem estruturando a Gestão por Processo, com a realização de alguns mapeamentos até mesmo para fortalecimento da metodologia a ser utilizada. No ano de 2012, a base metodológica para este modelo de gestão foi melhorada com o desenvolvimento da Metodologia de gestão do escritório de processos; de diagnóstico da metodologia MAIPS - Mapeamento, Aprimoramento e Implementação de Processo de Serviços, desenhada para o Mapa; oficina sobre GRG – Governança, Risco e Conformidade e aplicação da metodologia de mapeamento de risco em alguns processos da SPOA.

Durante o exercício de 2013 foi previsto no plano de trabalho o detalhamento dos macroprocessos finalísticos de primeiro nível da Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, institucionalizada pela Portaria Mapa nº 432, de 24/6/2013. Dentre as ações executadas destacam-se: a) Mapeamento do Processo de Serviço Aplicar Procedimentos Administrativos Disciplinares; b) Oficina para detalhamento do Macroprocesso Cooperativismo e Associativismo Rural, que deve ser validado no ano de 2014; e c) adaptação de uma metodologia de monitoramento da gestão por processo para o contexto do Ministério.

Ainda encontra-se em processo de trabalho e aperfeiçoamento a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão com os serviços ligados aos macroprocessos finalísticos e o de Documentação e Informações Agropecuárias, que apoiará, junto com a cadeia de valor, a priorização dos processos que devem ser objeto de projeto de mapeamento ou aprimoramento.

Para o exercício de 2014 está programado o detalhamento da cadeia de valor de mais dois macroprocessos: Desenvolvimento Agropecuário e Relações Internacionais para o Agronegócio; o mapeamento ou aprimoramento de seis processos de serviços, ligados aos macroprocessos Desenvolvimento Agropecuário, Política Cafeeira, Relações Internacionais para o Agronegócio, e Logística e Serviços Gerais; o monitoramento da gestão por processos em unidades responsáveis por oito processos de serviços mapeados ou aprimorados e a estruturação do escritório de processos.

c) Gestão da Infraestrutura:

i. Infraestrutura física:

• **Apresentar a estratégia de modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de prédios, veículos, mobiliário, equipamentos etc, bem com os principais resultados obtidos no exercício.**

a) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de prédios:

- Apesar da Unidade haver planejamento para investimento no Exercício de 2013 decorrentes das despesas previstas no orçamento geral da União no exercício de 2013, o valor para investimento não ultrapassou R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) o que não permitiu a realização das ações previstas. Apesar disso, foram realizadas pequenas ações visando à redução de gastos com água, energia elétrica, as quais compõem o Programa Esplanada Sustentável, ao qual o MAPA aderiu em 2012.

b) Ações no prédio: i) eliminação do aquário de peixes externo e aterramento do local que deu origem a um jardim, contribuindo para redução de custos da água; ii) desligamento programado do sistema de refrigeração central do edifício anexo, proporcionando redução de água e energia elétrica; iii) alteração no sistema de limpeza noturno com alteração de funcionamento, proporcionando uma redução no consumo de energia; IV) Regulagem das torneiras de pressão nos lavatórios, reduzindo o tempo de acionamento e com isso o consumo de água; V) Regulagem das válvulas hydra, reduzindo também o consumo de água; VI Substituição de alguns aparelhos de ar condicionados antigos por aparelhos mais eficientes (selo Procel), resultando na economia de Energia.

c) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de veículos: modernização e atualização do Sistema de Controle de Veículos Automotores – SCVA, proporcionando melhor controle dos combustíveis e manutenções da frota, diminuindo os custos.

d) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle do mobiliário: Durante o exercício foi realizado trabalho de reaproveitamento e conserto dos mobiliários existentes para seu reaproveitamento.

e) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de equipamentos: foram realizados diversos termos aditivos aos contratos em vigor, a fim de atender a manutenção dos equipamentos ora existentes, bem como reduzir custos para recuperação dos bens móveis e equipamentos.

ii. Infraestrutura laboratorial:

- **Apresentar a estratégia de ampliação e modernização do atendimento e principais resultados no exercício.**

Em 2013, os investimentos aplicados nos seis laboratórios oficiais do MAPA (Lanagros), para a renovação do parque de equipamentos e contratação de projetos de reforma e construção foram da ordem de R\$ 16 milhões, previstos na LOA/2013. Recursos suplementares de investimento para a modernização e ampliação dos Lanagros foram solicitados à Casa Civil da Presidência da República, tendo sido liberados no âmbito do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, no montante de R\$ 120 milhões. A liberação do dinheiro foi programada em duas etapas. Em 2013, o Decreto de 24/09/2013 abriu crédito suplementar, em favor do Mapa, no valor de R\$ 40.400.000,00, para reforço de dotação constante da Lei nº 12.798, de 04/04/2013. Posteriormente, em 27/12/2013 a Lei ° 12.944 reabriu ao Mapa crédito especial no valor de R\$ 19,6 milhões restantes. Dos R\$ 60 milhões previstos para 2014, foram aprovados R\$ 48 milhões, contemplados na LOA 2014. Esse montante visa, principalmente, à adequação (reformas, construções e ampliações) das estruturas prediais dos Lanagros, bem como à aquisição de equipamentos para atualização do parque instrumental e automação dos processos laboratoriais.

iii. Infraestrutura de redes de comunicação de dados:

- **Apresentar a estratégia de modernização e ampliação da capacidade de processamento e comunicação;**
- **Apresentar a estratégia de melhoria dos serviços e principais resultados.**

iv. Infraestrutura de tecnologia da informação:

- Apresentar a estratégia de ampliação e melhoria na qualidade do atendimento;
- Discorrer sucintamente sobre a governança de TI.

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI estabeleceu em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013-2015 os seguintes objetivos estratégicos:

Objetivos Estratégicos da CGTI	
TI01	Desenvolver soluções para automatização e melhoria contínua dos processos de trabalho.
TI02	Garantir a disponibilidade e o perfeito funcionamento das soluções tecnológicas do MAPA.
TI03	Assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.
TI04	Prover infraestrutura tecnológica para suportar as soluções implantadas no MAPA.
TI05	Garantir a segurança das redes de comunicação internas e externas.
TI06	Desenvolver e aperfeiçoar o corpo funcional da unidade de TI.

Para modernizar e ampliar a capacidade de processamento de dados e comunicação a CGTI executou as seguintes atividades no ano de 2013:

- Implantação de rede IP multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), em todo o território nacional;
- Instalação de novos servidores com maior capacidade computacional, armazenamento e garantia nas SFA's e CEPLAC;
- Planejamento para ampliação de solução integrada (hardware e software) para armazenamento e processamento de banco de dados ORACLE;
- Migração do correio eletrônico para a ferramenta de mail collaboration Exchange da Microsoft;
- Ampliação das licenças dos sistemas operacionais dos servidores de rede (Windows Server);
- Procedimentos diários de vistoria visual e lógica dos ativos de rede do MAPA;
- Administração diária do sistema de segurança da rede MAPA Firewall's, detectores de intrusão, Antivírus, Antispam;
- Administração diária de cerca de 200 (duzentos) servidores de rede na Sala Cofre e cerca de 100 (cem) servidores instalados nas unidades regionais;

- Planejamento e Execução para a substituição dos bancos de produção do antigo Storage NetApp para o novo Storage em redundância e espelho dos dados.

A estratégia de modernização e ampliação da capacidade de processamento e comunicação da CGTI em 2013 foi focada na Implantação da rede IP multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching). Uma rede de longa distância com tecnologia mais avançada é de vital importância para o ministério, pois prove infraestrutura física e lógica para que todos os serviços possam ser utilizados de forma mais eficiente.

- **Apresentar a estratégia de melhoria dos serviços e principais resultados.**

É de responsabilidade da CGTI prover infraestrutura tecnológica para suportar as soluções implantadas em todo MAPA. Nesse contexto, o Ministério modernizou e ampliou a sua rede de comunicação de longa distancia (Rede WAN). Isto possibilitou uma melhora significativa nos serviços prestados por essa coordenação, tais como: Correio Eletrônico, acesso à Internet, Intranet, Sistemas Corporativos para prestação de serviços a sociedade, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas, gerência e segurança da informação, dentre outros. Os benefícios mais auferidos com a evolução desses serviços foram: Rede mais segura e com possibilidade de integração de dados, voz e vídeo sem perda de desempenho e com alta disponibilidade; Melhores índices de disponibilidade dos sistemas; Aumento da satisfação do usuário.

Sendo assim, a nova Rede WAN garante que os serviços e as informações disponibilizadas apresentem os principais requisitos (segurança, disponibilidade e desempenho) para que o ministério cumpra as suas estratégias institucionais.

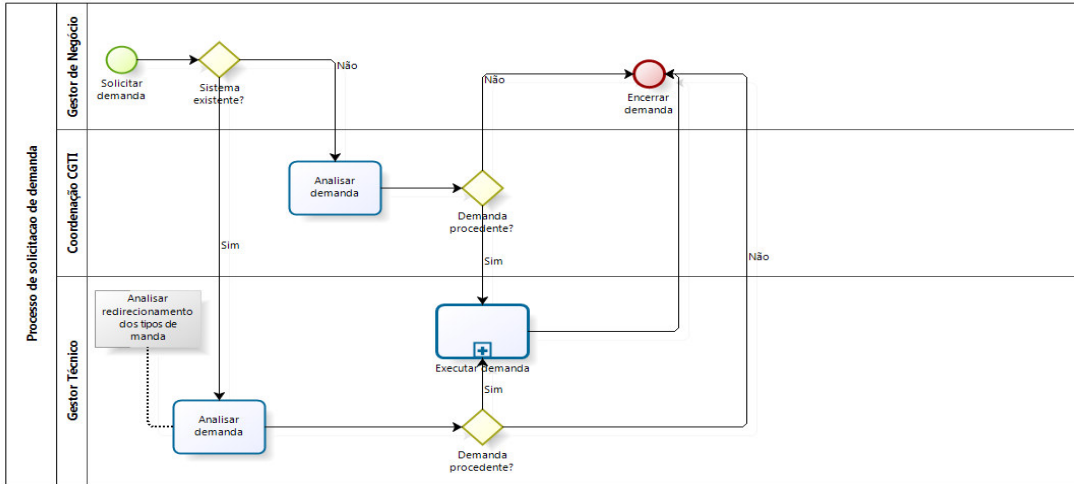
- **Quanto à Infraestrutura de Tecnologia da Informação**

- **Apresentar a estratégia de ampliação e melhoria na qualidade do atendimento;**

Atualmente, a CGTI possui diversos canais de formalização de demandas, tais como: e-mail, memorando, telefone e etc. Esse fato dificulta o trabalho realizado pela coordenação e isso acaba impactando na qualidade do atendimento aos usuários. A estratégia adotada para manter a qualidade dos serviços oferecidos foi o desenvolvimento do Sistema de Gestão de TI - SIGESTI. Essa ferramenta irá auxiliar a área de TI no cumprimento das metas estabelecidas em seu Plano Diretor e será um canal único de demandas, facilitando a comunicação com as áreas de negócio.

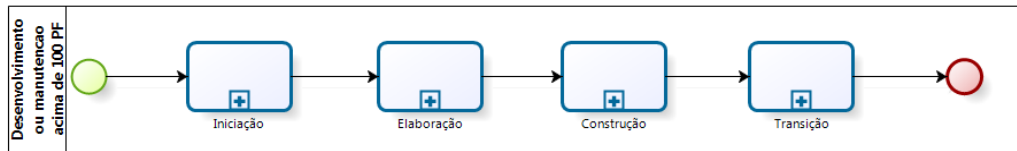
Em 2013, o Ministério iniciou o desenvolvimento da ferramenta e os fluxos de desenvolvimento e manutenção de sistemas foram mapeados, conforme demonstrado abaixo:

I. Processo de solicitação de demanda.



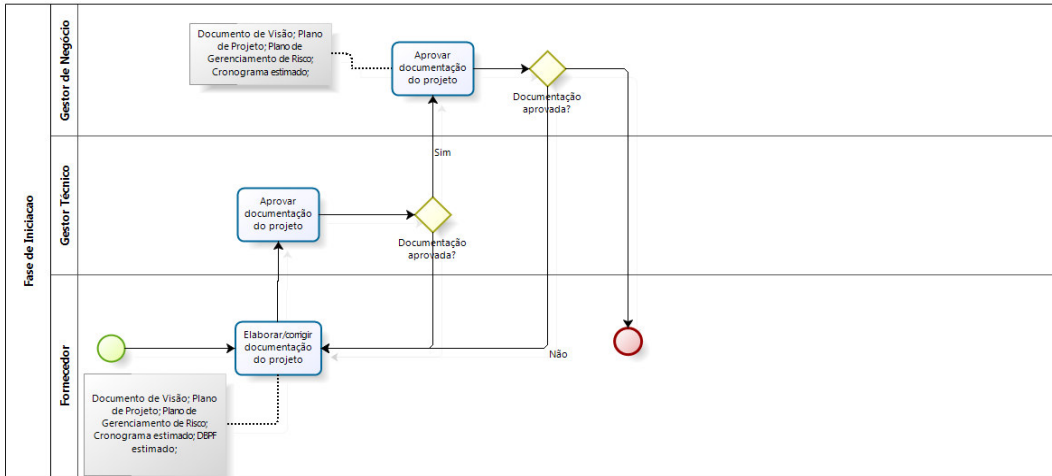
Powered by bizagi Modeler

II. Desenvolvimento ou manutenção acima de 100 pontos de função.



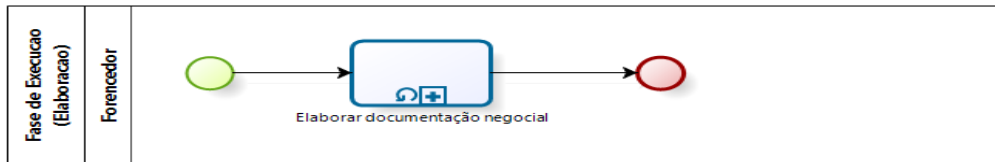
Powered by bizagi Modeler

III. Fase de Iniciação



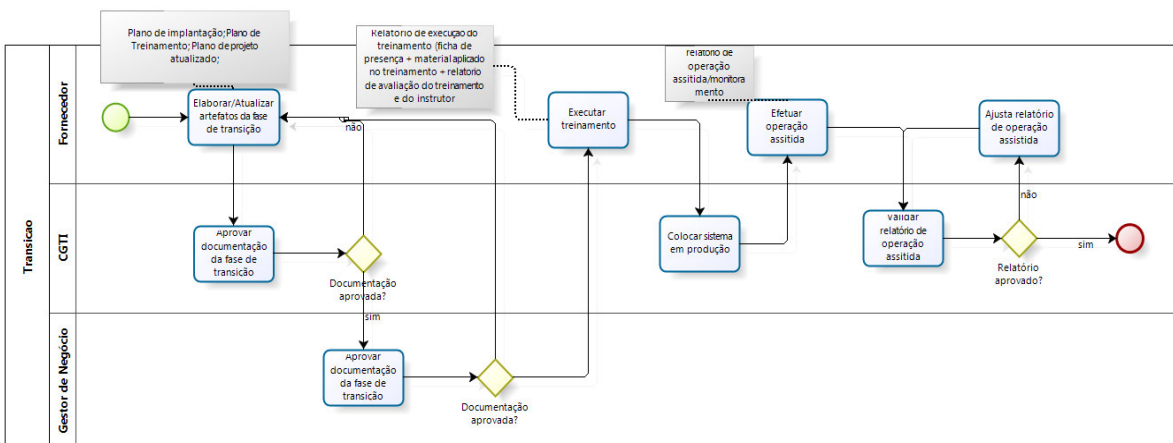
Powered by bizagi Modeler

IV. Fase de Execução e Elaboração.



Powered by bizagi Modeler

V. Fase de Transição.



Powered by bizagi Modeler

As atividades mapeadas, acima, são as principais atividades desenvolvidas pela Coordenação de Sistemas e após a modelagem de processos foi desenvolvido o módulo de cadastro e tabelas básicas do sistema SIGESTI. Em 2014, a CGTI pretende desenvolver os módulos “Controle de demandas e ordens de serviço e o “Módulo de gestão de contratos”.

○ **Discorrer sucintamente sobre governança de TI.**

As soluções de tecnologia são partes fundamentais de apoio aos objetivos, programas e ações, constantes no Plano Estratégico e no Plano Plurianual 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Assim, os processos de governança de TI, de acordo com as boas práticas, oferecem suporte e direcionamento planejado para execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação. O prévio planejamento aumenta, de forma significativa, o grau de aceitação por parte dos usuários e a qualidade dos produtos de tecnologia.

Dessa forma, a CGTI no exercício de 2013 elaborou, com auxílio das áreas de negócio do MAPA, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 2013-2015. Este documento é o planejamento de todas as contratações e aquisições de tecnologia da informação necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais do MAPA para o período de 2013 a 2015.

Uma das maiores dificuldades que existe para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos para a área de TI é uma defasagem no quantitativo de pessoal, número este insuficiente para conduzir a gestão de todas as atividades de tecnologia da informação. Essa situação se agrava com a falta de um plano de carreira de tecnologia – atrativo para o mercado de TI – o que dificulta o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PDTI e proporciona significativo índice de necessidade de serviços terceirizados. Neste contexto, é fundamental a atenção dos Gestores de Contratos no controle e nas exigências de qualidade dos serviços prestados. Os cuidados para elaboração de termos de referência e editais para contratação de serviços de tecnologia são essenciais para tornar a terceirização viável, de forma a utilizá-la como aliada, ao invés de tê-la como entrave ao sucesso esperado.

O alto índice de terceirização dos serviços de tecnologia no MAPA aumenta o risco de descontinuidade dos projetos. A transição contratual oferece grau elevado de dificuldade para ser executada. Reduzem-se os impactos de uma transição contratual a especificação nos termos de referência de todas as atividades que devem ser executadas pelas empresas prestadoras de serviços no momento de uma transição.

Conforme explicitado, é fundamental estabelecer evolução nos métodos de planejamento. A capacitação das pessoas envolvidas nos processos de negócio e de

tecnologia é fundamental para o sucesso de qualquer atividade a ser realizada e o MAPA pretende priorizá-la em 2014 com a formação de novas turmas de treinamento das boas práticas de governança de TI. A força adicional advinda da terceirização de serviços contribuirá de forma efetiva se os Gestores de Contratos; Serviços; Sistemas; Infraestrutura; e Negócio conduzirem de forma assertiva a prestação dos serviços oferecidos.

IV. Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

1. Gestão de Competências Humanas:

a) Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados.

Amparado pela Portaria nº 1.180/2012 e como uma das fases do Projeto de Implementação da Gestão de Pessoas por Competências, o MAPA realizou em 2013 o processo de seleção interna por competências para ocupação de cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 101.1 a 101.3, para Funções Gratificadas (FG) e para Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública federal (GSISTE). Ao todo, MAPA, CEPLAC e INMET demandaram para a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP) o mapeamento de 85 cargos comissionados e funções gratificadas para provimento baseado em competências técnicas. Porém, em junho, a Portaria nº 376/2013 suspendeu a Portaria nº 1.180/2012 e determinou à Secretaria Executiva a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para apresentar proposta de revisão da metodologia empregada no processo de seleção interna. O GT foi constituído em setembro pela Portaria nº 217/2013, a revisão foi realizada e as propostas aguardam aprovação. Além disso, em 2013, o Mapa concluiu todas as fases do Projeto Piloto do Sistema Capacitação, promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Devido ao corte orçamentário, a CGDP não realizou a validação das competências organizacionais e o mapeamento das competências transversais organizacionais e setoriais, etapa prevista no projeto de implementação da gestão por competências. Para 2014, há a perspectiva da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará (UFPA) em que o plano de trabalho proposto pela UFPA prevê, inicialmente, a conclusão do mapeamento de competências no âmbito do MAPA para o mês de dezembro/2014.

2. Comunicação Interna:

a) Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição.

Desenvolver uma comunicação interna ágil e eficaz é fundamental para que todos os servidores do Mapa sejam capazes de trabalhar efetivamente no alcance dos objetivos estratégicos. Nesse intuito, em 2013, a Agronet foi completamente reformulada. Com uma linguagem mais moderna e de fácil atualização, a página foi reestruturada para que o servidor consiga acessar de maneira mais ágil informações que possam ajudá-lo no desenvolvimento de suas rotinas de trabalho e atendimento a necessidades pessoais como, por exemplo, informações sobre planos de saúde, solicitação de auxílios e marcação de férias.

No exercício de 2013, o Plano de Comunicação previa ações para qualificar o conteúdo e a divulgação das informações relevantes aos públicos de relacionamento do Mapa; integrar e compartilhar as ações de comunicação com as demais atividades do Mapa, buscando coerência, unidade da linguagem e a racionalização de recursos; implantar ferramentas de mensuração de resultados dos processos de comunicação; elaborar plano de comunicação interna; implementar programa de capacitação visando nivelamento em comunicação; e desenvolver projeto estratégico para a criação de Núcleos Estaduais de Comunicação (NECs). Os conteúdos que são divulgados no Portal do Mapa, nos meios de comunicação interna e demais mídias sociais passaram por reformulação e passam por constante reavaliação de qualidade técnica e informacional. No entanto, as demais ações não puderam ser colocadas em prática por corte orçamentário.

Para 2014, estão previstas a reformulação da identidade visual do Intercom, principal veículo de comunicação interno, e o constante aprimoramento de campanhas internas que são divulgadas por meio da Agronet, cartazes que são colocados nos elevadores e demais meios disponíveis internamente.

3. Ambiente de Trabalho:

a) Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.

Para melhorar o ambiente de trabalho, o Mapa implementa práticas que estimulam um ambiente saudável, qualidade de vida, parceria, rede, equidade e promove atividades que possibilitam a valorização do potencial do servidor.

Para tanto, o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos, realiza anualmente o Concurso “Prêmio Servidor Mapa” que tem por objetivo reconhecer o esforço individual dos servidores e empregados públicos lotados nas diversas Unidades Organizacionais do Ministério. No ano de 2013, o Sistema Prêmio Servidor Mapa (SISPSM) contabilizou 27 inscritos e 1703 votantes. Comparativamente, em 2012 foram 24 inscritos e apenas 536 votantes. O aumento de 317% dos votantes é resultado de uma ampla campanha de divulgação e sensibilização, do interesse dos servidores e empregados em valorizar o trabalho dos colegas de equipe e, também, da vontade do candidato em apresentar projetos de melhorias para o engrandecimento da instituição.

Com o intuito de aliviar as tensões geradas pelas atividades cotidianas no trabalho, foram disponibilizadas no horário de 12h00 às 14h00, ações que valorizam os diversos talentos dos servidores, tais como: artes manuais, dança do ventre, dança de salão, jiu jitsu e violão. Aos servidores que buscam exercícios físicos, são oferecidas aulas de ginásticas laboral, aeróbica, localizada e alongamento. Além disso, o projeto “Quintas Culturais” oferece entretenimento ao servidor com a exibição semanal de filmes, no intervalo para o almoço.

4. Gestão da Informação e do Conhecimento:

a) Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras.

A principal estratégia de disseminação de conhecimento e aprendizagem do Ministério foi à realização da 3ª Semana de Segurança da Informação e Comunicação. Esse evento foi realizado pela CGTI na segunda semana do mês de novembro e promoveu a sensibilização e conscientização dos agentes públicos, quanto às melhores práticas em segurança da informação. Segue, abaixo, as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados, durante o evento:

I. Folheteria: Cartazes dispostos nos corredores e elevadores, contendo informações concisas, objetivas e voltadas para esclarecimentos gerais do tema.

II. Agronet:

- Inclusão de páginas pertinentes à campanha ao menu de Segurança de Informação;

- Inclusão de enquete para avaliar conhecimento dos servidores sobre segurança da informação;

- Falso banner promocional: simulação de peça com um prêmio para o usuário, porém direcionando para uma página com dicas de segurança, de maneira descontraída, esclarecendo ao servidor que, tentar acessar conteúdos sem conhecer a veracidade ou procedência, pode deixar o computador vulnerável a vírus ou ações.

III. Telas de abertura contendo dicas sobre como proteger a informação.

IV. Palestra

Tema: Dispositivos Móveis: Como se proteger de vírus e roubo de informações?

V. Resultados alcançados com o evento:

- Maior atenção dos servidores com relação à segurança da informação;
- Maior interesse dos servidores em obter informações na Agronet;
- Fomento de uma cultura de cuidados com a informação no Mapa;
- Redução do número de incidentes de segurança.

A Biblioteca Nacional da Agricultura (BINAGRI) foi criada em 1909 (105 anos) como órgão para dar suporte documental ao Ministério da Agricultura. Sua finalidade era coletar, processar, recuperar, armazenar e disseminar informações científicas e tecnológicas de interesse do setor agrícola e áreas correlatas. Desde então, garante a preservação da memória sobre a produção rural do País.

A BINAGRI, desenvolve atividades e ações que asseguram a democratização e o livre acesso ao mais completo banco de dados sobre o setor agrícola e áreas correlatas no Brasil. É também responsável pela coleta, padronização e tratamento, em bases de dados ou outro suporte, que facilite a recuperação e disseminação da informação agrícola e áreas afins. Suas principais tarefas são: identificação, seleção, aquisição e tratamento do material documental agrícola e áreas integradas; padronização dos manuais de descrição bibliográfica, manutenção

do Thesaurus Agrícola Nacional (Thesagro), catalogação das publicações nacionais e intercâmbio de publicações.

A BINAGRI disponibiliza o maior acervo, inclusive vídeos e outras mídias, especializado em matéria agropecuária existente no Brasil, nas modalidades presencial, *online* “via Internet”, e, ainda, por telefone *HelpDesk* (DDG).

Entre suas contribuições para a execução do Planejamento Estratégico do Ministério, destaca-se o impacto no objetivo estratégico “Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento”. Esse objetivo busca ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais focadas no Agronegócio, entre outros, visando à melhoria no atendimento às demandas internas e externas.

Atendendo à Política de Gestão do Conhecimento e Informação do MAPA, instituída em 2010, desenvolveu ações em consonância com as diversas áreas do Ministério, em especial “Desenvolvimento de Pessoas”, “Comunicação Social” e “Arquivo”, com foco nas seguintes diretrizes:

- a) *Incentivar as ações que envolvem a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, por meio de ações do Conselho Editorial ao estimular a produção intelectual dos servidores do MAPA, orientando a divulgação dos conhecimentos na forma impressa e, principalmente, digital.*
- b) *Estimular o trabalho cooperativo para a criação, o compartilhamento do conhecimento e a disseminação dos aspectos relacionados à inovação com a “comunidade de prática” dentro da “Comunidade de Aprendizagem”, Trabalho e Inovação em Rede (CATIR), permitindo aos servidores discutir assuntos de interesse comum. Todas as colaborações postadas são gestadas com a organização, manutenção e divulgação cooperativa, possibilitando a formação de “rede social” e principalmente um banco de conhecimentos.*
- c) *Administrar portais e bases de dados de interesse do Mapa, com dados produzidos internamente ou externos, podendo-se citar especialmente:*
 - I. *Manutenção das Bases de Dados de Bibliográficas de interesse do Agronegócio;*
 - II. *Manutenção do THESAGRO – Thesaurus Agrícola Nacional como instrumento de controle terminológico, de indexação e de recuperação da informação documental agrícola;*
 - III. *Gestão do Sistema de Legislação agrícola (SISLEGIS), com a alimentação do banco de informações legais, técnicas e jurisprudências com foco no Agronegócio, disponibilizado via Web (Internet e Intranet) de forma modular (4 módulos), no endereço www.agricultura.gov.br, Portal do MAPA, ou diretamente no endereço <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis>, permitindo acesso autenticado (perfil do usuário, módulos - Servidor ADM, Fiscal e CONJUR) ou livre (módulo Cidadão). O Sislegis possui um acervo de 1.248.835 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco) normativos, entre atos de hierarquia superior e marginalia, todos tratados, atualizados e consolidados, apresentando a seguinte movimentação no exercício 2013:*
 - a. *Legislação Federal: 107.301 atos em atualizações e/ou inclusões publicados no Diário Oficial da União;*
 - b. *Legislação Agropecuária: 11.086 atos em atualizações e/ou inclusões publicados no Diário Oficial da União; e*

c. *Boletim de Pessoal e Serviço: 1.566 atos em atualizações e/ou inclusões.*

Além desses módulos o SISLEGIS ainda contempla o conteúdo exclusivo da CONJUR contendo 75.181 processos produzidos pelos Advogados daquela Consultoria, digitalizados e pesquisáveis por palavras. Todos os normativos existentes no SISLEGIS estão disponíveis com o texto na íntegra, atualizados e com hiperlink os atos remissivos.

Os números apresentados pelo SISLEGIS, demonstram um importante indicador sobre a produção de regras regulatórias sobre o agronegócio brasileiro.

d) *Organizar a informação institucional e das áreas técnicas do MAPA, promovendo as seguintes ações de gestão documental:*

- I. *Parceria na implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SIGED);*
- II. *Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) para Classificação quanto ao sigilo dos documentos do MAPA, atendendo a Lei nº 12.527, de 18.11.2011 – Lei de Acesso à Informação Pública;*
- III. *Participação do Comitê Permanente de Acesso às Informações (CPAI) com o objetivo de implementar, no âmbito do Ministério, as ações decorrentes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, para o acesso às informações públicas e Preservação da memória documental agrícola como suporte ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).*

Destacam-se os principais resultados alcançados no exercício 2013 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde a BINAGRI teve ativa participação:

RESULTADO	REFERÊNCIA
29.248	Demandas atendidas (SIC/MAPA)
10.172	Registros alimentados da Base de Dados Bibliográfica Nacional (AGROBASE)
9.943	Documentos advindos de doações à Biblioteca (Acervo)
8.070	Documentos de intercâmbio bibliográfico (Acervo)
1.960	Registros alimentados no Sistema Internacional AGRIS/FAO (Acervo)
11.086	Atos legais atualizar/ingressados no Sistema de Legislação Agrícola (SISLEGIS)
75.181	Processos na Base de Dados da CONJUR (SISLEGIS)

3 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

2.2– Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Neste item e subitens a seguir, serão apresentadas as informações sobre a programação orçamentária e financeira e os resultados alcançados pela SFA/SC no exercício 2013, a saber:

2.2.1– Programa Temático

2.2.2– Objetivo

2.2.3- Ação

2.2.1 Programa Temático

2.2.1.1 – Análise Situacional -Tendo em vista que as Superintendências Federais de Agricultura nos Estados não gerirem Programas Temáticos, tão somente executam os Plano Internos que compõem as Ações dos Programas Temáticos, o quadro A.2.2.1 e o subitem 2.2.1.1 não se aplicam a SFA/SC.

2.2.2 Objetivo

2.2.2.1 – Análise Situacional: Assim como os Programas Temáticos, as Superintendências Federais de Agricultura nos Estados também não geriram Objetivos, tão somente executaram Ações, portanto este item, o quadro A.2.2.2 e o subitem 2.2.2.1 não se aplicam a SFA/SC.

2.2.3 Ações

As Superintendências Federais de Agriculturas – SFAs, não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações, apenas executam as atribuições definidas pelos Coordenadores da Ação Nacional - CAN, mediante descentralização de recursos via Planos Internos e/ou Planos Orçamentários.

Desta forma a SFA/SC elaborou uma planilha descrevendo a execução física de todos os Planos Internos com suas respectivas análises críticas, que passamos a demonstrá-las no próximo item 2.3, deixando de abordar os itens 2.2.3.1 a 2.2.3.5 pelas razões expostas no parágrafo anterior.

2.3- Informações sobre outros resultados da gestão
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DE PROGRAMAS REALIZADAS PELA SFA/SC

2.3.1 - Planos Internos - Quadro Geral

Os Planos Internos, integrantes dos Programas previstos no PPA do Governo Federal para o período de 2012 a 2015, tem sua gestão realizada pela sede do MAPA, no entanto a UJ tem papel preponderante, na sua abrangência de atuação, no cumprimento das metas fixadas normativamente, contribuindo de forma significativa para consecução dos objetivos fixados individualmente à cada Ação, razão pela qual estaremos abordando a seguir, na forma dos Planos Internos descrito na tabela abaixo, ações as quais mereceram atenção dos técnicos desta Unidade por contemplarem acontecimentos que estão diretamente relacionados à realidade em que se insere a atuação deste Organismo.

Função	Sub-função	Programa	Ação	nº do PI	nome	div/serv	Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2014
20	609	2028	20ZW	000A	ersuasa	DDA	A	3	unidade implantada	1	1	0
20	125	2028	20ZX	1	fiscagric13	DPDAG	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	80	15	20
20	608	2014	20ZV	000A	indgraf13	DPDAG	A	3	Projeto Apoiado (un)	3	3	5
20	665	2014	8606	1	Certorgan13	DPDAG	A	3	Unid. Controlada (un)	461	630	700
20	608	2014	20ZV	6	apoioagric13	DPDAG	A	3	Pessoa Beneficiada (un)	150	200	250
20	608	2014	20ZV	8	apoiopce13	DPDAG	A	3	Pessoa Beneficiada (un)	200	200	50
20	608	2014	20ZV	000D	promocoop13	DPDAG	A	3	Entidade Assistida (un)	23	5	10
20	608	2014	20ZV	000F	fiscan13	DPDAG	A	3	Contrato Fiscalizado(un)	121	397	200
20	608	2014	20ZV	E	aprodutor13	DPDAG	A	3	Produtor Atendido (un)	198.254	200.000	210.000
20	125	2028	20ZX	5	fiscalpce13	DPDAG	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	2	2	2
20	541	2014	8593	1	apoioabc13	DPDAG	A	3	Pessoa beneficiada (un)	100	268	300
20	125	2028	20ZX	000D	fiscorgen13	SEFIA	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	90	52	90
20	125	2028	20ZX	8	fisfecoi13	SEFIA	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	170	275	170
20	125	2028	20ZX	000B	fiscalsem13	SEFIA	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	846	776	854
20	125	2028	20ZX	000C	fisagrot13	SEFIA	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	13	13	28
20	125	2028	20ZX	6	fiscgene13	SEFIP	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	108	134	108
20	125	2028	20ZX	8	fiscinan13	SEFIP	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	143	199	143
20	125	2028	20ZX	9	fisprovet13	SEFIP	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	35	31	33
20	125	2028	20ZX	000G	inpanimal13	SIPOA	A	3	Estabec. Inspec (un)	288	290	
20	609	2028	20ZW	000D	resíduos13	SIPOV	A	3	Análise realizada (un)	18	18	115
20	125	2028	20ZX	000E	padclass13	SIPOV	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	150	65	**
20	125	2028	20ZX	000H	ipvegetal13	SIPOV	A	3	Estabec. Inspec c/lista	126	88	90
20	609	2028	20ZW	9	febreafto13	SSA	A	3	Área Livre (km ²)	95.346	95.346	95.346
20	609	2028	20ZW	000F	pceanimal13	SSA	A	3	Propried. Atendida (un)	0	70.037	***
20	125	2028	20ZX	000J	vigifito13	SSV	A	3	Fiscaliz.Realiz. (un)	55.000	67.645	70.000
20	609	2028	20ZW	5	erradmosc13	SSV	A	3	Área Controlada (ha)	(*)		
20	609	2028	20ZW	6	pcevegetal13	SSV	A	3	Área controlada (ha)	350.000	350.000	350.000
20	125	2028	20ZX	000K	vigiagro13	Vigiagro	A	3	Fiscaliz. Realiz. (un)	213.500	221.761	

OBSERVAÇÕES:

(*) - o Estado de Santa Catarina é considerado de baixo risco para a praga. Não foi descentralizado recurso em 2013.

** - está sendo revista pela Coordenação

*** - Em 2013 e até a presente data, o sistema SIPLAN não estava disponível para inserção dos dados.

2.3.1.1 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

***Ação 20ZW – Apoio à Reestruturação e à Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) - (ERSUASA)
PI. 000A***

Análise Crítica:

A intensa movimentação e circulação de produtos no mercado, por conta da integração do comércio, têm aumentado consideravelmente, os perigos e os riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças no sistema produtivo e agroindustrial, exigindo dos órgãos de defesa sanitária, uma adequada rede de apoio tecnológico e financeiro, para dar o suporte técnico necessário e fazer frente às demandas e aos desafios presentes.

Diante desse cenário, as barreiras sanitárias agropecuárias impostas pelo mercado vêm exigindo do setor produtivo e autoridades sanitárias, a adoção de medidas de vigilância e manejo da produção eficiente, econômico, não poluentes e pouco tóxicas, oferecendo a garantia e a segurança alimentar e sanitárias estabelecidas pelos mercados consumidores.

O Estado de Santa Catarina, com grande influência e participação no comércio nacional e internacional de produtos agropecuários, busca manter seus serviços de vigilância e fiscalização sanitária estrategicamente estruturada, permitindo ao setor produtivo dar cumprimento às normas para o crescimento e o fortalecimento da competitividade nos mercados. Nosso maior desafio é atender a diversidade de normas e exigências legais da defesa agropecuária, adequando nossos sistemas produtivos aos rígidos padrões de conformidade, demandada no ato da comercialização dos produtos, que exigem notificação obrigatória das autoridades sanitárias. As ações de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças, tem contribuído de forma concreta na melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, influenciando diretamente no aumento da renda do produtor, do PIB do Estado e do País. A produção pecuária catarinense se destaca pelo pioneirismo e comprometimento dos atores envolvidos na cadeia produtiva.

Este envolvimento proporciona condições ao Estado de manter o seu rebanho bovino de 4.120.000 cabeças reconhecido pelo MAPA e a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE como zona livre de febre aftosa sem vacinação no ano de 2007. O Estado também se destaca na produção de aves, com 170 milhões de aves em 11.000 produtores que estão se adequando às novas exigências da legislação sanitária referente a biossegurança dos estabelecimentos, onde ocupa o segundo lugar em produção, e suínos, sendo o maior produtor brasileiro, com um plantel de matrizes de 627.000 distribuídas em 17.000 granjas. Possui um complexo agroindustrial forte que busca alcançar mercados cada vez mais exigentes para o produto catarinense, amparado pela chancela do serviço veterinário oficial. O produto catarinense representa 27% da exportação brasileira de carne suína e aproximadamente 30% de carne de aves. Na produção leiteira é o sexto produtor do país, sendo que é atividade contínua para 50.000 produtores, que criam seus animais em pequenas propriedades rurais e representam 82% da produção estadual. Na produção agrícola a bananicultura vem se destacando em qualidade, e atualmente congrega cerca de 28.000 bananicultores instalados em cinco mil propriedades rurais, que cultivam uma área de aproximadamente 30.000 hectares e, cuja produção gira em torno 680.000 toneladas, além de gerarem milhares de empregos diretos e indiretos, vem se constituindo num importante pólo de produção econômica, voltada tanto para o abastecimento do mercado interno como para a exportação.

Objetivando salvaguardar as dimensões que o setor representa para a economia catarinense, o órgão de defesa não tem medido esforços para implantar ações de vigilância, de forma a dar sustentabilidade fitossanitária ao comércio da fruta.

Quanto à cultura da maçã, com uma área cultivada em torno de 18.500 hectares e uma produção equivalente a 510.000 toneladas, Santa Catarina é responsável por 60% da produção nacional. O desafio do serviço de defesa está sendo o controle da *Cydia pomonella*, pois, hoje representa o principal perigo para o segmento produtivo, em função do seu potencial destrutivo e das restrições impostas pelo mercado. Desde a interceptação da praga no perímetro urbano do município de Lages, a CIDASC, juntamente com os produtores e as entidades envolvidas com o comércio da fruta, vem implementando medidas para erradicar a praga. Para os produtos cítricos, a sanidade dos pomares vem sendo um fator limitante da produção e do comércio da fruta, visto que as plantas cítricas são afetadas por inúmeros patógenos.

Outro segmento relevante para a economia catarinense diz respeito à atividade florestal. No Estado há aproximadamente 600.000 hectares de áreas reflorestadas com a espécie do gênero *Pinus* e, a grande preocupação neste setor diz respeito a presença da praga *Sirex noctilio*, popularmente conhecida como vespa da madeira. Devido ao dano econômico proporcionado pelo seu ataque, a praga coloca em risco o patrimônio fitossanitário da espécie.

A CIDASC, visando garantir a segurança alimentar com o consumo de produtos sadios pela sociedade, a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal., atender requisitos legais, melhorar a imagem e qualidade dos serviços, promover a disseminação e conhecimento de tecnologias, aumentar a eficiência e eficácia dos trabalhos com utilização de ferramentas de qualidade, sistematizar a comunicação, dar maior rapidez ao atendimento com ações de desburocratização e descentralização, análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água, pretende realizar melhorias nas instalações e estrutura física da sede e dos escritórios regionais, e capacitar e atualizar através de eventos técnicos toda sua equipe de profissionais do serviço de inspeção. O Estado busca a reestruturação e adequação do serviço de inspeção de produtos de origem animal tendo por objetivo implementar e estruturar o SISB em Santa Catarina, e conseqüentemente fomentar a inserção progressiva de estabelecimentos com SIE e SIM ao sistema. Atualmente são 757 estabelecimentos ativos com SIE, e com projeção de chegar a 1.140 até o ano de 2016.

Há também grande número de estabelecimentos com SIM que, igualmente, deverão ser trabalhados para aderirem ao sistema.

Especificamente aos centros de triagem, nossa proposição se reflete na necessidade do Estado de Santa Catarina estruturar e manter três centros de triagem equipados nas unidades laboratoriais de Chapecó, Rio do Sul e Joinville, estrategicamente distribuídas, para dar apoio aos escritórios locais. As dificuldades logísticas encontradas nos municípios são enormes, principalmente nos pequenos, quando há necessidade de envio de amostras para diagnósticos de doenças encontradas durante o monitoramento das propriedades, e de inquéritos programados pela Defesa Sanitária Animal.

Através desta exposição, o MAPA através da SFA/SC e a CIDASC lograram êxito na aprovação do Plano de Trabalho culminando com a assinatura do CONVÊNIO SICONV 794620 visando a reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Estado de Santa Catarina, o qual engloba Sanidade vegetal + Saúde Animal + Inspeção Animal.

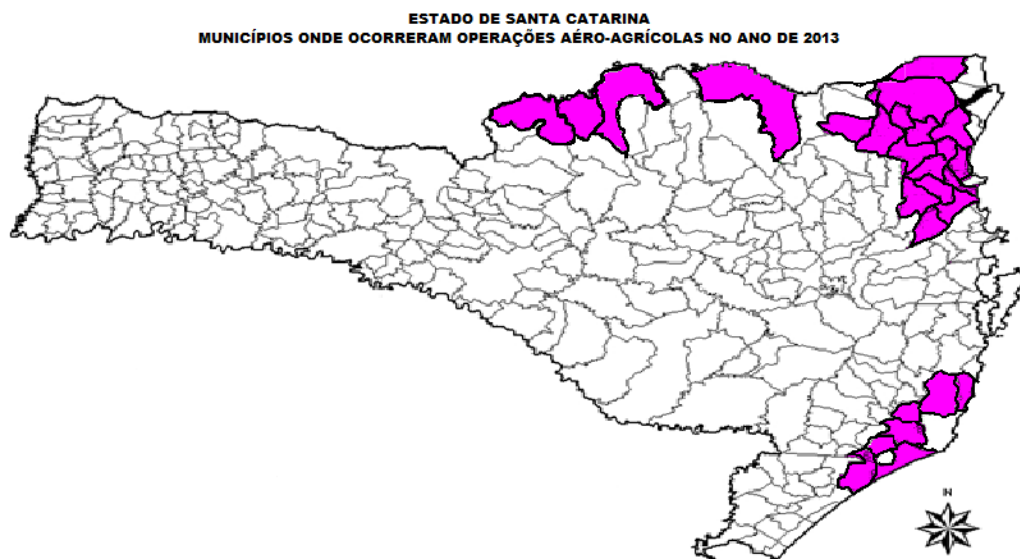
2.3.1.2 – Programa 2028 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

**Ação 20ZX – Fiscalização de Serviços Agrícolas - (FISCAGRIC13)
PI. 0001**

Análise crítica:

No Estado de Santa Catarina existem atualmente cinco empresas registradas para operar com a atividade de prestador de serviços em aviação agrícola. Adicionalmente, existem outras três empresas com autorização para operarem em Santa Catarina, uma registrada no Estado do Paraná, Estado de São Paulo e outra no estado do Rio Grande do Sul.

Os municípios catarinenses onde ocorreram operações aero agrícolas no ano de 2013 estão demonstrados no mapa a seguir.



Relação dos municípios onde foram relatadas operações aero agrícolas

Itajaí, São João do Itaperiú, Joinville, Guaramirim, Massaranduba, Schoroeder, Luis Alves, Garuva, Corupá, Mafra, Canoinhas, Porto União, Jaraguá do Sul, Imaruim, Tubarão, Morro da Fumaça, Içara, Campos Novos, Zortea, Celso Ramos, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Vargem, Brunópolis, Curitibanos e Água Doce.

Esta atividade, no âmbito da Superintendência tem sua importância e relevância para o setor produtivo de Santa Catarina, considerando-se seus benefícios e suas implicações pelo emprego de insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) sobre o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde das populações.

Servidores envolvidos na ação

<u>Servidor</u>	<u>Cargo</u>
Francisco Rzatki	Fiscal Federal Agropecuário
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário
Erion Dias Ribeiro	Auxiliar Oper. Ativ. Agropecuárias
Sérgio Ricardo Reginaldo	Aux. Administrativo

Com relação a recursos financeiros, cabe mencionar que foram liberados em tempo hábil e no montante necessário para realização das despesas com deslocamento, conforme planejado. Diante do universo das ações acima apresentadas, programaram-se as fiscalizações para o ano de 2013; sendo as mesmas realizadas na sede das empresas, nas pistas de pouso/decolagem e pátios de descontaminação de aeronaves.

Em resumo as atividades realizadas no ano de 2013 resultaram em 15 fiscalizações, 03 pedidos de autorizações de empresas de outros Estados para operar em nosso Estado/SC.

Ações que apresentaram problemas de execução:

O ponto focal no Estado em Fiscalização de atividades Aero Agrícolas aposentou-se, o que explica uma diminuição, relativo a anos anteriores, no número de fiscalizações realizadas.

2.3.1.3 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Ação 20ZV – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - (INDGRAF13 PI. 000A

Análise Crítica:

Em 2013 foram apoiadas três cadeias produtivas com indicação geográfica implantada ou em implantação (Uva Goethe, Queijo Artesanal Serrano e Erva Mate) de acordo com a metodologia implantada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG) nas fases de sensibilização, diagnóstico e desenvolvimento . Para essas regiões/produtos estão em execução três convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Urussanga (Uva Goethe) e com a EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina em Lages (Queijo Artesanal Serrano e em Canoinhas (Erva Mate). Ao longo do ano foram executadas inspeções de acompanhamento dos convênios e participação em eventos com apresentação de palestras sobre o tema “organização de cadeias produtivas para uso da IG como estratégia de desenvolvimento regional”.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento de estudos prospectivos para analisar o potencial da laranja do extremo-oeste catarinense, carne suína produzida pelos produtores não integrados da região oeste, queijo tipo Köchkase e embutidos de carne suína na região do Vale Europeu. Em relação a esses produtos/regiões houve também a participação em eventos com execução de palestras motivacionais sobre o tema IG.

Como atividades do Fórum Catarinense de Estímulo ao Uso de Signos Distintivos foram realizadas reuniões em Canoinhas e Lages. Tais eventos contribuem para a difusão do potencial regional para a proteção dos ativos imateriais baseados na história, tradição, cultura e saber fazer local, por meio do registro das indicações geográficas. Na Região Serrana de SC, composta por 18 municípios foram identificados dez produtos com potencial de uso de IG.

Ações em âmbito nacional em apoio às atividades da Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários também foram desenvolvidas por técnicos da DPDAG/SFA-SC. Dentre estas ações se destacam:

- 1) *O acompanhamento do contrato de consultoria por intermédio do PROBIO, visando o desenvolvimento das IGs dos doces de umbu do Sertão de São Francisco/BA (municípios de UaUá , Curaçá e Canudos) amêndoas de cacau nativo no Vale do Médio Rio Purús (Pauini e Boca do Acre/AM e derivados de pequi no Norte de Minas Gerais (Chapada Gaúcha, Montes Claros e Japonvar/MG).*
- 2) *O apoio à organização e sustentação da cadeia produtiva da Indicação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul).*
- 3) *Articulação com EMATER/PR, IAPAR/PR, EPAGRI/SC para o desenvolvimento da IG da Erva Mate Nativa da região Norte de SC e Sul do PR.*
- 4) *Organização e acompanhamento do 3º edição do Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio – Módulo II – Indicação Geográfica realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina no sistema EaD para 600 participantes.*

Cumprimento de metas:

As metas previstas para 2013 incluíam o acompanhamento de três cadeias de valor de produtos agropecuários (Queijo Serrano, Erva-Mate e Uva Goethe) além de ações de articulação em sete cadeias produtivas potenciais para a obtenção de signos distintivos (marca coletiva ou indicação geográfica). Enquanto o acompanhamento das cadeias foi cumprido de forma satisfatória e dentro das expectativas, o número de cadeias produtivas potenciais resumiu-se a quatro produtos (laranja do extremo-oeste catarinense, carne suína produzida pelos produtores não integrados da região oeste, queijo tipo Köchkase e embutidos de carne suína na região do Vale Europeu). Para o ano de 2014 está prevista a continuidade do acompanhamento das 3 cadeias que possuem convênio em andamento, além do prosseguimento do trabalho de articulação com órgãos estaduais para os sete produtos potenciais já identificados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Enquanto os convênios com a uva Goethe e com o queijo serrano transcorreram de forma produtiva e dentro do previsto, o convênio com a erva-mate enfrentou alguns problemas em decorrência da demora da liberação de verbas e do aumento do escopo da área de abrangência da IG, que passou a incluir o centro-sul do estado do Paraná. Esta articulação com outro estado aumentou o grau de complexidade das ações, que exigem a convergência das agendas político-administrativas dos 2 entes federativos envolvidos (SC e PR). Todavia, com a prorrogação do convênio, este projeto deverá ter andamento satisfatório para o ano de 2014. Já as ações com as cadeias potenciais se desenvolveram de forma satisfatória, considerando que os órgãos da administração estadual passaram a ter maior interesse na questão dos signos distintivos, requisitando maior protagonismo nos trabalhos, o que obriga a convergência e a consolidação de agendas destes com o Mapa. Esta convergência de agendas está sendo paulatinamente executada através da estreita articulação com a Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As ações empreendidas transcorreram de forma satisfatória e dentro das expectativas.

OBS: Metas 2014:

Em 2014 serão apoiadas três cadeias produtivas com indicação geográfica implantada ou em implantação (Uva Goethe, Queijo Artesanal Serrano e Erva Mate) de acordo com a metodologia implantada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG) nas fases de sensibilização, diagnóstico e desenvolvimento e sete cadeias produtivas na fase de prospecção.

Servidores Envolvidos na Ação:

Servidor	Cargo
José Carlos Ramos	Fiscal Federal Agropecuário
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Ricardo Martins Bernardes	Analista – Embrapa
Suely Conceição Silva	Analista – Embrapa

2.3.1.4 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

**Ação 8606 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN13
PI. 1**

Análise Crítica:

Santa Catarina encerrou o ano de 2013 com 630 unidades produtivas orgânicas controladas e aproximadamente 700 unidades em processo de conversão (transição agroecológica). Atuam em Santa Catarina 04 certificadoras por auditoria, sendo uma sediada no estado, além de 01 certificadora participativa. Em 2013 foram cadastradas na SFA-SC 02 Organizações de Controle Social/OCS, localizadas nos municípios de Guaraciaba e Timbó.

As atividades do DPDAG/SFA/SC ao longo do ano consistiram na busca pelo atendimento das metas estabelecidas pelo próprio DPDAG para o ano de 2013 e das metas estabelecidas pelo Plano Operativo Anual/POA emanado pela Coordenação de Agroecologia do MAPA, situada em Brasília. A equipe que atuou com atividades relacionadas com o fomento, auditoria e fiscalização da produção orgânica consta do quadro abaixo:

Servidor	Cargo	% dedicação
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário	5
Eduardo A. Ribas Amaral	Fiscal Federal Agropecuário	90
Francisco A. P. Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário	60
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário	35
Ricardo Martins Bernardes	Analista - EMBRAPA	20
Sérgio Reginaldo	Auxiliar Administrativo	10

Cumprimento das metas físicas

1. **Meta:** Realização de 30 fiscalizações voltadas a coibir irregularidades e atendimento de denúncias. Foram realizadas 09 fiscalizações em 08 municípios, sendo lavrados 03 autos de infração, 01 termo de intimação e 01 termo de apreensão.
2. **Meta:** Realizar 01 (uma) oficina para capacitar 14 (quatorze) pessoas entre produtores e técnicos da cooperativa Cooperagreco na aplicação dos mecanismos de controle da qualidade orgânica na produção de aves de corte. A oficina foi realizada e envolveu 41 pessoas dentre técnicos e agricultores.
3. **Meta:** Capacitar 40 (quarenta) pessoas entre técnicos da Rede Ecovida e Epagri, produtores orgânicos e em conversão da associação Ascooper para a produção de leite orgânico de conformidade com o estabelecido na legislação da produção orgânica. Capacitação não realizada.
4. **Meta:** Realizar 12 (doze) reuniões objetivando orientar 350 (trezentos e cinquenta) pessoas entre técnicos de entidades governamentais e não governamentais e produtores orgânicos ou em conversão sobre os mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Foram realizadas 06 reuniões com objetivo de capacitar os presentes que envolveram 141 pessoas entre técnicos e produtores orgânicos
5. **Meta:** Participar, por demanda da Coordenação de Agroecologia do MAPA/Brasília, de auditorias de renovação do credenciamento dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Fiscais Federais Agropecuário/FFAs do DPDAG

participaram de 04 auditorias de manutenção de certificadoras nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 01 auditoria para credenciamento de certificadora participativa realizada no estado de Pernambuco.

6. **Meta:** Participar, por demanda da Coordenação de Agroecologia do MAPA/Brasília e do INMETRO, de auditorias de renovação da acreditação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica no INMETRO. Fiscais Federais Agropecuário do DPDAG participaram de 04 auditorias nos estados do Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.
7. **Meta:** Participar de treinamentos. Três FFAs do DPDAG participaram de treinamentos realizados em Brasília voltados para auditoria sobre organismos de avaliação da conformidade orgânica;
8. **Meta:** Apoiar a Coordenação de Agroecologia do MAPA na avaliação dos processos de estabelecimento de referência de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica: realizadas 02 viagens para Brasília para auxiliar na análise de processos e produzidos 02 pareceres técnicos sobre a eficiência agronômica de produtos.
9. **Meta:** Sensibilização de técnicos, produtores e demais interessados nos mecanismos de garantia da qualidade orgânica: realizadas 05 palestras que envolveram 702 pessoas entre técnicos, produtores, consumidores e estudantes de universidades e cursos técnicos.
10. **Meta:** Realizar 01 (uma) oficina para capacitação de 18 (dezoito) pessoas entre produtores, consumidores e técnicos para a efetivação de Organizações Participativas de Avaliação da Conformidade Orgânica/OPAC. Foram realizadas duas oficinas com representantes de Núcleos da Associação Ecovida de Certificação Participativa nos municípios de Presidente Getúlio e Lages. Estiveram presentes 37 pessoas.
11. **Meta:** Realizar 02 (duas) oficinas destinadas à capacitação de 60 (sessenta) pessoas entre produtores e técnicos para a organização de sistema de controle social e preenchimento de formulários destinados ao cadastro de Organização de Controle Social/OCS no MAPA. As citadas oficinas não foram realizadas.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A execução das metas 01, 03, 04 e 11 foi prejudicada pela grande redução do repasse de recursos por parte do MAPA-Sede ocorrida no segundo semestre. Destaque-se que no primeiro semestre o repasse seguiu perfeitamente o previsto no Plano Operativo Anual/POA. A seguir detalhamos as conseqüências da não execução das metas citadas:

- Meta 01: 05 denúncias encaminhadas pelo programa de monitoramento de agrotóxicos em produtos orgânicos da Cia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina/CIDASC não puderam ser apuradas e ficaram para 2014.
- Meta 03: em novembro de 2103 o Médico Veterinário FFA Luis Eugênio Teixeira foi transferido para o município de Chapecó para atuar junto a Unidade Técnica Regional e ao SIF 104 o que acabou por limitar fortemente as ações do DPDAG no fomento e controle da produção animal orgânica nos dois últimos meses, em especial a execução da meta 03.
- Metas 04 e 11: totalmente prejudicadas pela menor descentralização de recursos no segundo semestre.

Outro aspecto que prejudicou sobremaneira a execução das metas foi a dificuldade relacionada ao sistema informatizado SCDP. Apesar de ser extremamente importante o gerenciamento do sistema tornou-se um grande complicador na execução das atividades. Isso fez com que os técnicos utilizassem muito de seu tempo para equacionar toda sorte de

demandas e impedimentos estabelecidos pelos técnicos que gerenciam o SCDP. Isso resultou em mau uso do recurso público, já que o valor da hora de trabalho de um FFA é expressivo e seu tempo deveria ser direcionado para a atividade fim. Além disso, a demora no trâmite das autorizações no sistema resultou, em alguns casos, na suspensão da participação em reuniões, afetando negativamente a imagem do MAPA no estado.

Cabe ressaltar ainda que a falta de integração dos sistemas informatizados gerados pelo Governo representa outro grande obstáculo: uma miríade de sistemas foram criados e muitas vezes há necessidade de duplo preenchimento porque os sistemas se comunicam. Exemplificando, o SICAR não se comunica com o SIPE. O SGI/POA não tem interface de comunicação com o SIPLAN e este não se comunica com o SIOR que não interage com o SGI.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;

Foi superado o estabelecido para as metas 02 e 10 muito pelo interesse apresentado pelas organizações envolvidas.

Observações gerais

A recorrência e agravamento dos problemas ano após ano associado ao uso político-eleitoreiro de cargos na Sede do MAPA tem resultado em uma forte descrença dos servidores com relação aos mecanismos de planejamento e uma progressiva descrença com relação aos mecanismos de controle do governo federal.

2.3.1.5 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

**Ação 20ZV – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas
(APOIOAGRIC13)**

PI.6

Análise crítica:

No ano de 2013, dando continuidade às atividades desenvolvidas em anos anteriores, esta ação esteve voltada a prestar apoio às iniciativas que visam à prospecção de potenciais de cadeias produtivas, a na motivação de cadeias produtivas, a organização da produção e o incremento de ações que visem o fortalecimento das entidades envolvidas nos processos produtivos, focando a estruturação destas cadeias, a agregação de valor e renda às propriedades rurais, a melhorias da condição de vida para o homem do campo na busca de sua fixação no meio rural e a conseqüente solução para o problema da secessão na propriedade.

Cumprimento das metas físicas:

A meta assumida para o ano de 2013 foi superada, demonstrando a competência e comprometimento da equipe local com os objetivos da Divisão, atingindo mais de 120 pessoas envolvidas em reuniões e encontros técnicos.

A ênfase da SFA-SC, através do DPDAG, esteve no incentivo à adoção de práticas sustentáveis na Agropecuária. Para isto, apoiou as atividades relacionadas à Produção Integrada da cultura do Arroz Irrigado, Banana, Farinha de Mandioca, Tomate, Carne Bovina e Maçã.

No exercício de 2013 a equipe participou também de reuniões visando à definição das Normas Técnicas para o cultivo de Tomate, à elaboração de projetos que visam à obtenção de Normas Técnicas Nacionais de Produção Integrada de Cebola.

Foi também promovida a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na 26ª EXPOSUPER – Feira de Produtos, Serviços e Equipamentos para Supermercadas, em Joinville – SC. Durante o evento, o DPDAG manteve um estande aonde disponibilizou espaço para que produtores que adotam Boas Práticas Agrícolas, em especial a Produção Integrada Agropecuária, expusesse seus produtos e entrassem em contato com o setor comercial da região. Foi também realizada palestra pelo Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, o Sr. Caio Tibério Dornelles da Rocha, representando que, ao final de sua apresentação e representando o Ministro Antonio Andrade, assinou um Acordo de Cooperação Técnica com a ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2013 foi a falta de organização e planejamento no repasse de recursos de custeio. Há uma discrepância muito grande entre o valor solicitado, planejado e o executado, o que gera escassez de recursos para atender às demandas e prospectar novas oportunidades de desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina. Urge avançarmos na questão de as ações que são planejadas e/ou as demandas que surgem tenham o imediato aporte de recursos para possibilitar que a equipe técnica consiga dar o atendimento necessário aos interessados.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Devido às dificuldades financeiras enfrentadas durante o ano de 2013, considera-se que as ações superaram de forma significativa as expectativas dos gestores, em razão do empenho pessoal dos servidores envolvidos nos processos.

Equipe:

Servidor	Cargo	% dedicação
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário	90
Eduardo A. Ribas Amaral	Fiscal Federal Agropecuário	10
Francisco A. P. Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário	30
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário	50
Ricardo Martins Bernardes	Analista - EMBRAPA	30

2.3.1.6 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

**Ação 20ZV – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC13)
PI 8**

Análise Crítica:

Entre as metas previstas para 2013 estavam:

1. Implantar e Supervisionar Programa de Qualidade de Leite de Santa Catarina. Foram realizadas ações para sensibilização sobre o Programa Alimento Seguro – PAS/Leite, junto a produtores, indústrias e cooperativas.
2. Desenvolver estudos e realizar reuniões técnicas para a criação das Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada de Leite, juntamente com técnicos do Departamento de Produção e Sustentabilidade (DEPROS), da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA.
3. Realizar estudos em metodologias de insensibilização para o abate de aves em busca de adequação pelos frigoríficos do estado às novas normas europeias de bem-estar animal, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2012. Foi realizado um trabalho em parceria com a Embrapa Aves e Suínos, UBABEF e a USP, para a proposição de um protocolo de insensibilização de aves que atenda, pelos princípios da equivalência, às normas europeias de abate humanitário.
4. Apoiar e implantar a Cadeia de Produção Integrada de Carne dos Campos das Tropas/SC. Foram realizadas diversas reuniões técnicas e visitas a propriedades, para implantação de Boas Práticas Agropecuárias.
5. Participar da elaboração do Regulamento Técnico para o “Queijo Artesanal Serrano”, apoiando a implantação de um correto manejo de ordenha, Boas Práticas Agropecuárias e de Boas Práticas de Fabricação nas fazendas e queijarias dessa cadeia produtiva, bem como apoiando a criação de um consórcio entre os municípios envolvidos para a estruturação de um Sistema de Inspeção reconhecido pelo SISBI/SUASA.

Cumprimento das metas:

À exceção da meta nº 1, onde apenas videoconferências entre os pontos focais estaduais e a coordenação do PAS/Leite foram feitas, as demais metas foram cumpridas com êxito. Na meta nº 2, foram elaboradas as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada de Leite, sendo o texto final encaminhado para o Departamento Jurídico do MAPA para apreciação e posterior publicação no Diário Oficial. Quanto a meta nº 3, foram feitos estudos e testes em abatedouros e no laboratório da Embrapa – Suínos e Aves, que culminaram com a publicação do trabalho científico **“Estudo de atordoamento de frangos usando eletroencefalograma – Uma abordagem brasileira para a aplicação de procedimentos equivalentes ao Regulamento do Conselho Europeu-CE 1099/2009 para atordoamento em cubas de imersão”**, e da Circular nº 822/2013/CGPE/DIPOA, que estabelece critérios para a certificação do atendimento aos critérios de Bem-Estar Animal para a União Europeia. Quanto a meta nº 4, foi feito o lançamento da marca coletiva “Campos das Tropas”, e o

projeto de Produção Integrada está em fase final de implantação. Para a meta nº 5, foram feitos avanços como a criação de um Regulamento Técnico para a produção do Queijo Artesanal Serrano, e dado início aos estudos que visam definir o tempo mínimo de maturação para esse produto, de forma a garantir sua inocuidade.

Há que se ressaltar que essas ações são de longo prazo, e os projetos dos quais elas fazem parte ainda estão em fase de implantação. Assim sendo, sugere-se que se altere o índice de verificação para essa ação, para “novos projetos iniciados”.

Ações que apresentaram problemas na execução:

A meta nº1, que era implantar o Programa de Qualidade do Leite em Santa Catarina, bem como o Programa Alimento Seguro – PAS/Leite, esbarrou na pouca disponibilidade de recursos, tanto do MAPA quanto do SENAI/SC, bem como no pouco interesse das indústrias de laticínios do estado, que, em sua maioria, já haviam implantado sistemas próprios de controle de qualidade de suas matérias-primas.

Tanto os projetos de Produção Integrada de Carne Bovina; Produção Integrada de Leite; Produção Orgânica de Leite, bem como o Projeto de Indicação Geográfica para os Queijos Artesanais de Santa Catarina, esbarram na necessidade de obtenção de “Certificado de Propriedade Livre de Brucelose e Tuberculose”. A obtenção desse certificado é demorada e onerosa, especialmente para o produtor familiar. Há necessidade do MAPA em buscar parcerias com instituições de ensino e extensão rural para viabilizar os testes de tuberculização e de SAR para brucelose, no intuito de apressarmos a obtenção desse certificado por parte dos pequenos produtores envolvidos nesses projetos.

Servidores Envolvidos na Ação:

Servidor	Cargo
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário

2.3.1.7 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Ação 20ZV – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP13) PI. 00D

Análise crítica:

As ações desenvolvidas no curso do ano de **2013** estiveram direcionadas a busca de oportunidades para o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Santa Catarina.

Para a Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA – SC, o sistema cooperativo tradicional já está estruturado e consolidado com a presença, no Estado de grandes cooperativas que atuam em todos os elos das cadeias produtivas, desde a produção primária até a comercialização e exportação. No entanto, existe um número enorme de produtores que estão tentando organizar-se para atingir escala e poder competir no mercado. Neste diapasão, estão surgindo inúmeras pequenas cooperativas de produção, de transformação e de comercialização que necessitam da mão do Estado Brasileiro para poderem se estruturar. As necessidades vão desde as mais elementares como a capacitação dos produtores em Boas Práticas Agropecuárias que envolva sanidade, higiene, nutrição, etc., até a gestão da propriedade. Em outro nível, demandam investimentos em formação cooperativa, gestão de negócios, gestão de cooperativas, entre outros.

Neste sentido, a DPDAG/SFA-SC está dialogando com as autoridades do MAPA no sentido de formatar uma proposta de atuação com estas pequenas cooperativas com vistas ao atendimento às suas demandas.

Cumprimento das metas físicas:

Como não foi definida, pela coordenação nacional, uma meta física a ser atendida, as poucas ações desenvolvidas em Santa Catarina, estiveram voltadas a reuniões e contatos a fim de buscarmos atender as demandas deste segmento.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A principal dificuldade encontrada durante o ano de **2013** restringiu-se à escassez de recursos financeiros, necessidade de capacitação específica para os técnicos que atuam neste campo, para atender às demandas de novas oportunidades no desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As ações foram realizadas dentro do previsto.

Ações Prioritárias na LDO:

Para o ano de **2014** a DPDAG/SFA-SC em parceria com o Departamento Nacional do Cooperativismo está prevendo participar e apoiar Feiras e Seminários, Dia de Campo e demais atividades a serem definidas baseadas no Calendário Oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Servidores envolvidos na ação:

Nome do Servidor	Função
Francisco Rzatky	Fiscal Federal Agropecuário
Luiz Ernesto Morales	Assistente Administrativo

2.3.1.8. – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Ação 20ZV – Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e
Instrumentos Congêneres (FISCON13)
PI. 000F

Análise crítica:

No ano de **2013** o Plano Interno – PI FISCONTRATO a DPDAG/SFA-SC recebeu recursos para locomoção e manutenção de veículos utilizados em vistorias prévias para a análise e aprovação de propostas do Programa Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário PRODESA, bem como **nas fiscalizações** dos contratos de repasse, atendendo ao Plano/Cronograma, feito por amostragem, dentre os contratos celebrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos últimos cinco anos.

Cumprimento das metas:

Durante o ano de 2013 foram fiscalizados 41 contratos de repasse nas diversas prefeituras de Santa Catarina beneficiadas com o programa. No exercício também foram analisadas e aprovadas 356 (trezentas e cinquenta e seis) propostas, das quais 224 (duzentas e vinte e quatro) foram empenhadas em atendimento a 164 (cento e sessenta e quatro) municípios catarinenses no valor de R\$ 46.318.000,00 (Quarenta e seis milhões e trezentos e dezoito mil reais), na construção de pontes, recuperação de estradas vicinais, na aquisição de (escavadeiras, retro escavadeiras, moto niveladoras, tratores de esteira, caminhões, tratores, patrulhas mecanizadas e adubos/fertilizantes)

001 – Cocal do Sul	0330122-49/2010	015 – Guarujá do Sul	0332563-22/2010	029 – Palma Sola	0334112-04/2010
002 – Cocal do Sul	0300303-09/2009	016 – Dionísio Cerqueira	0316379-58/2009	030 – Xasim	0368629-65/2011
003 – Balneário Gaivotas	037813-09/2011	017 – Dionísio Cerqueira	0300308-51/2009	031 – Entre Rios	0298751-70/2009
004 – Braço do Norte	0298750-66/2009	018 – Dionísio Cerqueira	0316413-75/2009	032 – Entre Rios	0316369-02/2009
005 – Braço do Norte	0368648-91/2011	019 – Dionísio Cerqueira	0375455-25/2011	033 – Entre Rios	0364578-62/2011
006 – Braço do Norte	0364580-09/2011	020 – Planalto Alegre	0304110-55/2009	034 – Ouro Verde	0316383-17/2009
007 – Braço do Norte	0335334-17/2011	021 – Planalto Alegre	0331058-83/2010	035 – Ouro Verde	0304278-74/2009
008 - Anchieta	0366781-88/2011	022 – Caxambú do Sul	0332507-37/2010	036 – Ouro Verde	0304284-52/2009
009 - Anchieta	0315583-11/2009	023 – Caxambú do Sul	0368510-48/2011	037 – Ouro Verde	039117-59/2010
010 - Anchieta	0298609-31/2009	024 - Cunhataí	0326895-18/2010	038 – Ouro Verde	0316704-97/2009
011 - Anchieta	0375445-99/2011	025 - Cunhataí	0374796-15/2011	039 – Bom Jesus	0315587-59/2009
012 – Guarujá do Sul	0298595-79/2009	026 - Cunhataí	0326642-59/2010	040 – Bom Jesus	0331214-72/2010
013 – Guarujá do Sul	0316378-43/2009	027 - Cunhataí	0304052-51/2009	041 – Bom Jesus	0298601-59/2009
014 – Guarujá do Sul	0297711-63/2009	028 - Cunhataí	0316476-39/2010		

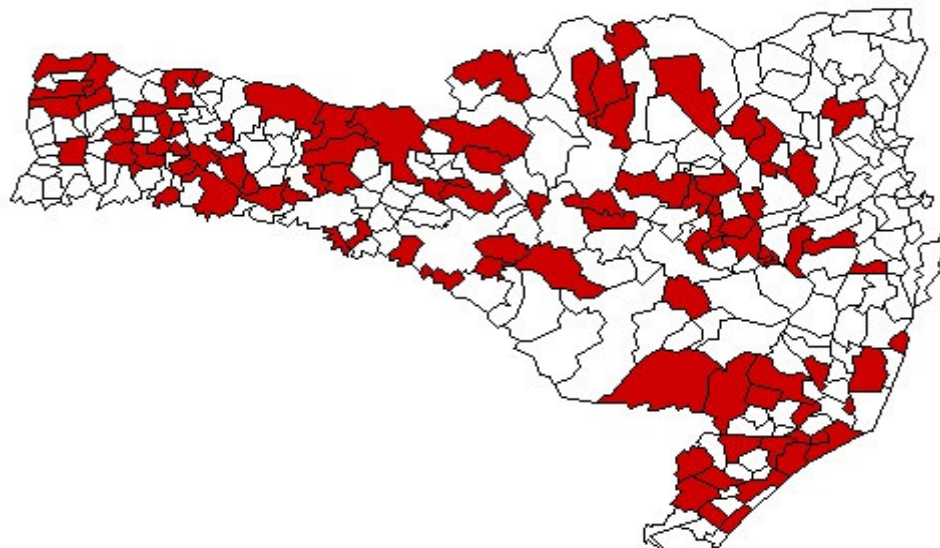


Figura: Distribuição espacial das fiscalizações de contrato executadas no Estado de Santa Catarina em 2013

Ações que apresentaram problemas de execução:

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2013 restringiu-se à escassez de recursos financeiros para atender às demandas e à falta de capacitação específica no Sistema de Convênios – SICONV, para os servidores que atuam nesta atividade.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Não houve superação das metas, devido principalmente a escassez de recursos.

Ações Prioritárias na LDO:

Para o ano de 2014 a DPDAG/SFA-SC está elaborando uma programação e os respectivos roteiros de fiscalização de contatos de repasse (PRODESA), conforme orientação contida no memorando circular nº 104/2014/DIEL/SDC/MAPA com vistas as fiscalizações nos municípios do estado de Santa Catarina.

Servidores envolvidos na ação:

Nome do Servidor	Função
Carlos Alberto Paludo	Assistente Administrativo
Cesar Danilo Giacomazzi	Assistente Administrativo
Roberto Concatto	Assistente Administrativo

2.3.1.9 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

**Ação 20ZV – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR13)
PI.E**

Análise crítica:

No ano de 2013, a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – DPDAG/SFA-SC, desenvolveu ações de apoio a eventos, a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e ao pequeno e médio produtores, por intermédio do PI APPRODUTOR, alinhadas com a Ação 8611 do Plano Plurianual - PPA.

Cumprimento das metas físicas:

No ano de 2013 foram realizadas diversas ações visando o fortalecimento da cadeia produtiva no estado de Santa Catarina, sendo aprovadas 05 (cinco) emendas no valor de R\$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais) beneficiando 05 (cinco) municípios, Pinhalzinho, Jupiá, Maravilha, São Miguel do Oeste e Papanduva, com eventos, feiras, aquisição de sementes, adubo, calcário e horas máquina.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2013 restringiu-se à escassez e indisponibilidade de recursos financeiros para atender às demandas e prospectar novas oportunidades de desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As metas atingidas estavam dentro do previsto.

Servidores envolvidos na ação:

Nome do Servidor	Função
Carlos Alberto Paludo	Assistente Administrativo
Cesar Danilo Giacomazzi	Assistente Administrativo
Roberto Concatto	Assistente Administrativo
Luiz Ernesto Morales	Assistente Administrativo
Clodoaldo Andriolli	Fiscal Federal Agropecuário

2.3.1.10 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

**Ação 20ZX– Fiscalização de Serviços Pecuários – FISCALPEC13
PI. 5**

Análise crítica:

As metas previstas para 2013 eram:

1. Fiscalizar a Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos da Raça Crioula Lageana, em Lages/SC (auditoria de rotina)
2. Fiscalizar a Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Campeiro, em Curitiba/SC

Cumprimento das metas:

As duas auditorias foram realizadas, estando as duas associações em conformidade com as normas que regem as entidades emissoras de registro genealógico.

Ações que apresentaram problemas na execução:

Não houve problemas na execução dessas ações.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Não houve superação de metas. Essas associações devem ser auditadas, no mínimo uma vez por ano. O histórico de conformidades em auditorias do MAPA não sugere um aumento na frequência dessas auditorias. Para 2014, está prevista somente uma auditoria para cada uma dessas associações.

Servidores Envolvidos na Ação:

Servidor	Cargo
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Francisco A. Powell Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário

2.3.1.11 – Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

**Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
(APOIOABC13)
PI.1**

Análise crítica:

Entre as metas previstas para 2013 estavam:

1. Realização de reuniões do Comitê Gestor: foram realizadas diversas reuniões do Grupo Gestor Estadual, especialmente de sua Secretaria-Executiva, com vistas a implementar a oficina estadual. As tratativas continuaram para a incorporação à SE/GGE/SC de contribuições para finalizar o Plano ABC/SC, por parte de profissionais das diferentes áreas de interesse das ações do Plano ABC;
2. Realização da Reunião Regional Sul para implementação do Plano ABC, com a participação dos técnicos do Estado do Rio de Janeiro, durante o mês de agosto de 2013. Por motivo da falta de recursos por parte da estrutura central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, a citada reunião foi desmarcada e adiada até segunda ordem, prejudicando o envolvimento dos atores envolvidos na elaboração do Plano ABC/SC.
3. Realização de oficina de planejamento para definição das metas estaduais: para subsidiar a realização desta oficina, contava-se com os subsídios a serem obtidos através da participação na Reunião Regional Sul, evento este que acabou não se realizando.

Outras ações realizadas:

- participação no lançamento do Observatório do Plano ABC, em maio de 2013, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, através de representante da SFA-SC e da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, membros do Grupo Gestor Estadual;
 - participação, através de membros do Grupo Gestor Estadual, em capacitação de 20 técnicos do Banco do Brasil, em programação da Confederação Nacional da Agricultura, em janeiro de 2013;
 - acompanhamento da descentralização, através do Banco do Brasil, de recursos para financiamentos em projetos ligados ao Plano ABC, tendo sido assinados, em 2013, 248 contratos, no valor de R\$ 20.304.630,00, nas áreas de bovinocultura de corte e leiteira, reflorestamento, cultivo de milho, palmáceas, soja e outras culturas.
- Para o ano de 2014, está prevista a concretização do Plano ABC/SC, além da realização de quatro reuniões do Grupo Gestor Estadual.

Servidores envolvidos na ação

Nome do Servidor	Função
Francisco A. Powell Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário
Ricardo Martins Bernardes	Analista
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário

2.3.1.12 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN13)

PI. 000D

Análise crítica:

Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - OGM:

a) Cumprimento das metas físicas:

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são provenientes de uma tecnologia relativamente nova que vem sendo desenvolvida e aplicada nas técnicas de produção agrícolas. Resumidamente, organismos geneticamente modificados são definidos como toda entidade biológica cujo material genético (ADN/ARN) foi alterado por meio de qualquer técnica de engenharia genética de uma maneira que não ocorreria naturalmente. Com a preocupação do uso dessa tecnologia incorporada nos insumos agrícolas é imprescindível que estes passem pela aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que estabelece regras a serem cumpridas para liberação e utilização desses organismos para uso comercial. Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a fiscalização de produtos e atividades que utilizem organismos geneticamente modificados destinados a agricultura, atividade esta descentralizada para execução nos estados através do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas SEFIA/DDA/SFA/SC.

A meta descentralizada para o exercício de 2013, foi de 90 (noventa) fiscalizações, sendo distribuídas entre fiscalizações de Coexistências, que são realizadas em plantio comercial da cultura do milho, onde é verificado o cumprimento das regras para coexistência do plantio de milho OGM e o plantio de milho com cultivares convencionais. A outra linha de atuação é a fiscalização das entidades que promovem a pesquisa com OGM onde é previamente autorizado a liberação controlada no meio ambiente desses organismos, com o objetivo do monitoramento no cumprimento das normas de biossegurança.

✓ Foram desenvolvidas todas as atividades solicitadas pela Coordenação, realizamos 29 fiscalizações de atividade de plantio comercial “Coexistências” em lavouras de milho geneticamente modificados (OGM); 13 fiscalizações de ação de atividade de pesquisa vegetal de liberação planejada de arroz geneticamente modificados (OGM) e 10 fiscalizações com coleta de amostras na cultura do arroz, tabaco e tomate objetivando a verificação de produtos OGMs não autorizados. Este PI tem abrangência para os demais setores, mas neste ano a atividade foi desenvolvida apenas pelo Responsável Técnico que tem outras atividades. Finalizamos com 52 fiscalizações no ano de 2013, que corresponde a 57,78% da meta). Em Santa Catarina o número de experimentos de pesquisa de liberação de planejada muito baixo, existe somente com a cultura do arroz, onde realizamos o monitoramento visando a biossegurança. Quanto à atividade comercial que é restrita as lavouras de milho geneticamente modificado que tem alta taxa de adoção desta tecnologia, realizamos trabalho visando proteger a diversidade da cultura de milho não (OGM) . Na fiscalização de não autorizados foi realizados coleta de amostras das culturas mais provável de uso de OGM – Arroz- Tomate e Tabaco, todas as amostras foram negativas.

2.3.1.13 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

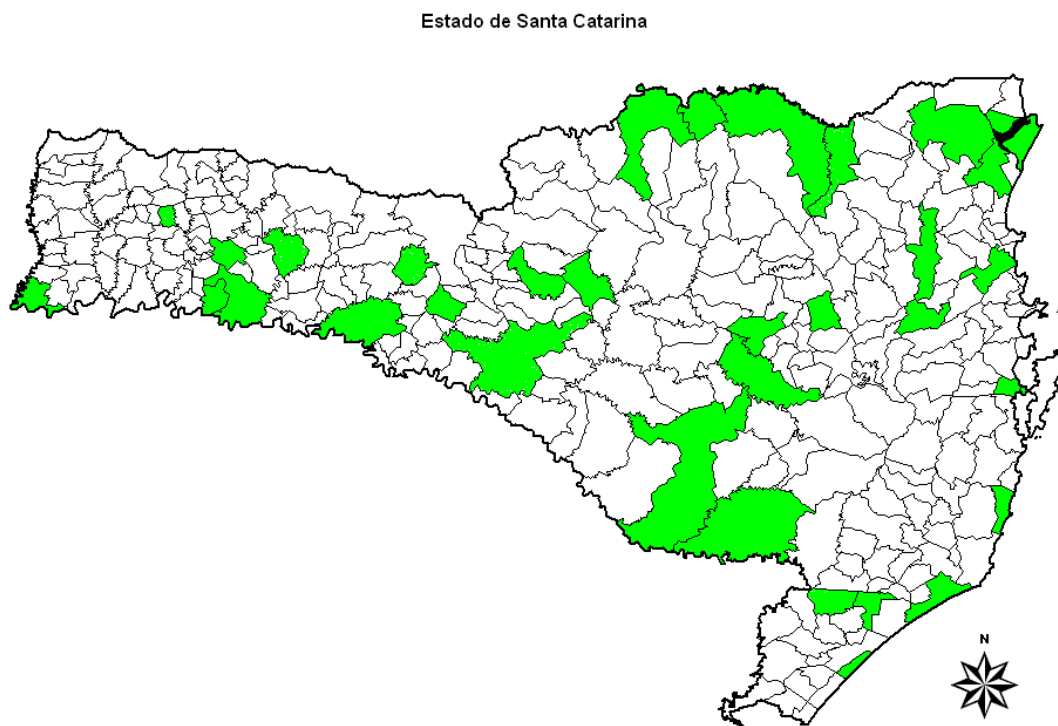
Ação 20ZX – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - (FISFECO13) PI. 000A

Análise crítica:

a) Cumprimento das metas físicas:

Consta dos registros no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE, que em Santa Catarina existem atualmente 290 estabelecimentos atuantes na área de fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes e correlatos. Porém, o número real deve ser bem superior, considerando-se que muitos estabelecimentos comerciantes (EC) exercem a atividade sem o devido registro no MAPA. Do ponto de vista legal, todos constituem-se em objeto dessa ação do MAPA, porém, em função do limitado n.º de servidores que nela atuam, foram priorizados os estabelecimentos produtores (EP), em número de 44; estabelecimentos importadores (EI), em número de 16; e prestadores de serviço de armazenagem, em número 22, os quais encontram-se distribuídos pelos municípios catarinenses conforme demonstrado na figura abaixo. Na medida do possível, também tem sido realizadas fiscalizações nos grandes EC registrados no MAPA, geralmente cooperativas agropecuárias, com significativo volume de fertilizantes comercializado no estado.

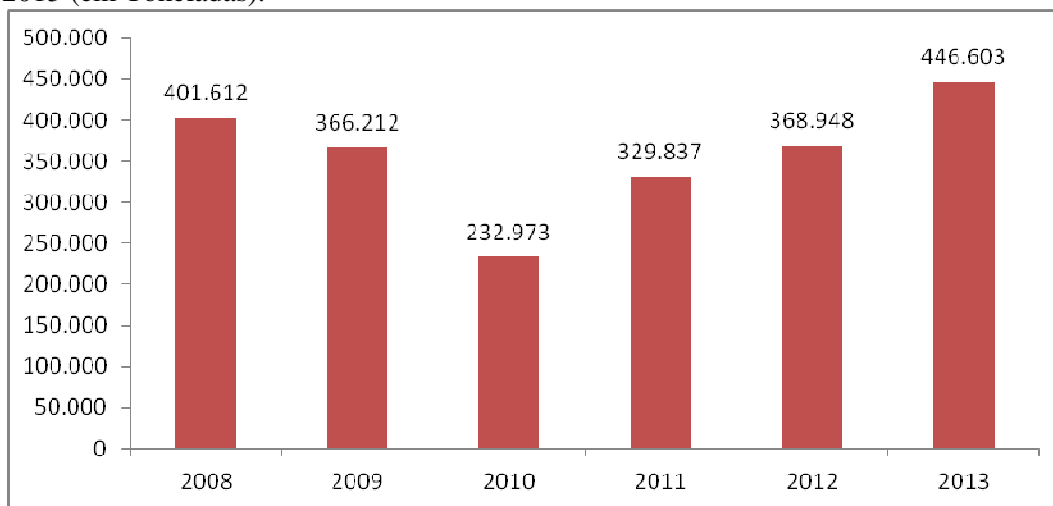
Figura 01 – Distribuição espacial da Ação 2141 (FISFECO1) no Estado de Santa Catarina no ano de 2013.



Em 2013 foram autorizadas 123 importações de fertilizantes, movimentadas por diferentes portos em Santa Catarina, num total de 446.603 toneladas. Tal valor representa

uma significativa recuperação na importação desse insumo agrícola, superando os valores movimentados em 2008, até então os mais altos atingidos.

Figura 02 – Importações de fertilizantes autorizados pelo SEFIA/DDA/SFA-SC de 2008 a 2013 (em Toneladas).



Fonte: Relatórios mensais de importação 2008 a 2013. SEFIA/DDA/SFA-SC

Tendo em vista a redução de 50% no número de fiscais que atuam no FISFECOI em Santa Catarina, em decorrência de aposentadorias, a meta estabelecida no Plano Operativo Anual – POA 2013, foi de 170 fiscalizações, ou seja, cerca de 57,5% a menos do que no ano de 2012. Tal ajuste foi necessário, devido à óbvia limitação da capacidade operacional da equipe, formada por 02 fiscais, frente ao universo dos estabelecimentos já mencionados e a fiscalização dos produtos, propriamente ditos, disponíveis no mercado. A fiscalização dos produtos se dá através de coletas de amostras dos fertilizantes e corretivos para análises de verificação da sua conformidade em relação às garantias registradas ou declaradas. Além disso, a equipe desenvolve outras atividades decorrentes das ações de fiscalização, como por exemplo, a instrução e relatoria de processos de fiscalização, instrução e análise de processos de registro, e outras atividades de natureza administrativa.

A meta física programada de 170 fiscalizações foi superada, sendo a execução total 275 fiscalizações realizadas, o que representa 61,76% a mais do que o programado. O motivo dessa execução acima da meta programada foram fiscalizações por demanda, surgidas após o acidente químico ocorrido na cidade portuária de São Francisco do Sul, no final do mês de Setembro/2013. Essa execução de fiscalizações extras ao planejado, contudo, ocorreu com prejuízo de outras atividades, principalmente a relatoria de processos de fiscalização, a qual gerou um passivo a ser solucionado no decorrer do ano de 2014.

No exercício de 2013 foram autuados e analisados 55 processos de registros de estabelecimentos, os quais, após as devidas vistorias, resultaram na concessão de 49 novos registros de estabelecimentos. Similarmente, foram autuados, analisados e concedidos 43 registros de produtos. Foram também instruídos e relatados 15 processos de fiscalização, restando ainda 25 para conclusão de instrução. Das 100 amostras programadas, foram coletadas 116, distribuídas conforme os tipos de produtos abaixo indicados, os quais, após análise tiveram os seguintes Índices de Conformidade:

Tabela 01 – Fertilizantes, corretivos e outros produtos correlatos fiscalizados em 2013 e seus correspondentes Índices de Conformidade.

	CORR	FMS	FMC	FMM	FML	FOS	FOM	FOML	SUB

	/CS								
Índice de Conformidade	100%	85,7%	100%	57,69%	100%	50%	50%	50%	75%

CORR = Corretivo; CS = Condicionador de Solo; FMS = Fertilizante Mineral Simples; FMC = Fertilizante Mineral Complexo; FMM = Fertilizante Mineral Misto; FML = Fertilizante Mineral Líquido; FOS = Fertilizante Orgânico Simples; FOM = Fertilizante Organomineral; FOML = Fertilizante Organomineral Líquido; SUB = Substrato para Plantas.

Na análise do indicador de conformidade, destacam-se os fertilizantes minerais mistos (FMM), que são os mais significativos em termos de volume produzido/consumido em SC e Brasil. Destes foram coletadas 78 amostras, das quais 45 apresentaram-se dentro das garantias registradas, perfazendo um índice de conformidade de 57,69%; do total de amostras coletadas neste grupo, 2,56% foram canceladas devido a problemas operacionais e 34,61% ainda aguardam realização de análise pericial, cujos resultados poderão alterar o índice de conformidade desses fertilizantes. Considerando-se os resultados parciais disponíveis, o índice de conformidade mostra-se bastante abaixo do observado em anos anteriores e da meta estabelecida no PPA, que é de 90%.

2.3.1.14 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Fiscalização de Sementes e Mudanças - (FISCALSEM13) PI. 000B

Análise crítica:

a) **Cumprimento das metas físicas:**

No Plano Operativo do exercício de 2013, foi programado 846 Fiscalizações, distribuídas entre o universo de atuação de competência da Fiscalização de Sementes e Mudanças, que compreende os integrantes do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, nas Atividades de Inscrição e Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM, nas ações de coletas de amostras fiscais de sementes, fiscalização de campos de produção de sementes, fiscalização de viveiros de produção de mudas, fiscalização de áreas de coleta e produção de sementes, fiscalização de plantas fornecedoras de materiais de propagação e fiscalização de usuários de sementes.

A meta realizada de para esta ação foi inferior a meta programada, alcançando o total de 776 Fiscalizações, devido a entraves que se apresentaram durante o exercício que prejudicaram o desempenho, a agilidade e a qualidade das ações executadas, entre as quais podemos citar: O quadro técnico de Fiscais Federais Agropecuário insuficiente para atendimento da crescente demanda da atividade, aliado ao entrave da limitação do número de 40(quarenta) diárias por servidor durante o exercício do Decreto nº 7689/2012, que determina, para emissão de diárias além desse quantitativo exige autorização prévia da Secretaria-Executiva do MAPA, tornando o processo de autorização superior burocrático e moroso.

Analisando o universo de atuação da Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças em Santa Catarina e sua abrangência, considerando a existência de 216 Produtores de Sementes, 503 Produtores de Mudanças, 68 Certificadores da Produção Própria, 2 Entidade Certificador de Sementes, 464 Responsáveis Técnicos, 5 Laboratórios de Análise de Sementes. Foram Inscritos e homologados 4.512 (quatro mil, quinhentos e doze) Inscrições de Campos de Produção de Sementes, totalizando 142.366,0 ha de área de produção de sementes, para onde são direcionadas a maioria das ações de fiscalização, com o quadro atual da equipe técnica e de apoio não há como executar todas estas atividades na quantidade, qualidade e agilidade que a sociedade e o setor do agronegócio espera.

A meta realizada de **776 Fiscalizações** não significa que atingimos a eficácia e a efetividade desejadas, tendo em vista que esta meta é estabelecida conforme a capacidade de execução de trabalho e desempenho máximo da equipe, que esta muito abaixo da real necessidade, que deveria ser representativa de pelo menos o mínimo do que se deveria ser fiscalizado frente universo da demanda, para se ter a segurança absoluta que a conformidade dos insumos agrícolas esta sendo monitorada com a qualidade e segurança desejada. Por esse motivo, é de fundamental importância e real necessidade a ampliação deste índice (meta), para ter-se a representatividade mínima que permita garantir a excelência na eficácia e efetividade desejadas na interferência do universo de atuação, que possibilite a conformidade dos padrões mínimos estabelecidos e garanta para a sociedade e usuários, a identidade, qualidade e procedência das sementes e mudas.

O índice de conformidade alcançado no exercício de 2013 foi de 97,0%, acima do resultado esperado para o PPA 2012/2015 de 90%, significa que 97,0% das amostras fiscais coletadas e analisadas pelo Laboratório Oficial de Análise de Sementes do

MAPA, estão dentro dos padrões mínimo de identidade e qualidade, com a ressalva, de que o universo de atuação está subestimado pela limitação da equipe disponibilizada para o desempenho desta Ação.

2.3.1.15 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROT13) Pl. 000C

Análise crítica:

Cumprimento das metas físicas:

A meta física programada para o exercício de 2013 foi de 13(treze) fiscalizações tendo sido cumprida efetivamente com a execução de 13(treze) fiscalizações, entretanto não foi possível atingir o universo de empresas estabelecidas na jurisdição deste Serviço, tendo em vista que um percentual considerável das fiscalizações realizadas foram para atendimento de denúncias de produção e importação irregulares de agrotóxicos e afins, desviando o foco das fiscalizações previamente programadas para serem executadas.

A taxa de conformidade desses insumos não pode ser mensurada por não terem sido coletadas amostras para essa aferição desse indicador, tendo em vista que as empresas fabricantes e formuladoras de agrotóxicos estabelecidas no estado de Santa Catarina não estão produzindo e sobretudo, não foram coletadas amostras dos agrotóxicos importados por não haver disponibilidade de laboratório para análise fiscal desses produtos.

A equipe que desempenha esta ação teve a participação em uma Operação Especial no apoio as Fiscalizações dos Órgãos Estaduais como: FATMA, CIDASC e ações demandadas pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina visando a conjunção de esforços com objetivo de combater o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura do estado de Santa Catarina, o combate ao uso de agrotóxicos ilegais que entram no país por contrabando e o desvio de uso desses produtos. Em ações de fiscalização executadas exclusivamente pelo Serviço de Fiscalização de Insumos-SEFIA, foram apreendidos 79.392 litros de produtos irregulares, emitidos 02 Autos de Infração. Na Operação Especial Conjunta onde a abrangência de atuação é maior, foram fiscalizados 17 estabelecimentos onde foram encontradas várias irregularidades dentre as quais: Comercialização de produtos vencidos, armazenamento irregular de agrotóxicos, estabelecimento comerciante e armazenador sem registro junto ao órgão estadual competente, estabelecimento sem Responsável Técnico e Receituário Agrônomo preenchido irregularmente e também Formulários de Receituário Agrônomo assinados em branco pelo profissional, demonstrando que sem uma ação coercitiva dos aparelhos do estado, os produtores, comerciantes e usuários de agrotóxicos não evidenciam preocupação de que este insumo “Agrotóxico”, que é imprescindível nas boas técnicas de produção, acabam se tornando um insumo de risco para a segurança dos alimentos e o meio ambiente se mal utilizados.

Dos entraves enfrentados podemos destacar o reduzido quadro técnico de Fiscais Federais Agropecuário, a falta de apoio técnico-administrativo, que pela insuficiência desses efetivos necessários para atendimento da demanda, inviabilizaram uma ação mais abrangente e a execução de ações melhores planejadas alcançando a sua eficácia e efetividade desejáveis.

Não obstante ao entrave do reduzido quadro técnico-administrativo outro fator que dificultou a efetividade das ações foi a limitação do número de 40(quarenta) diárias por servidor durante o exercício do Decreto nº 7689/2012, que determina, para emissão de diárias além desse quantitativo exige autorização prévia da Secretaria-Executiva do MAPA, tornando o processo de autorização superior burocrático e moroso, que prejudicaram a execução das ações de nossa competência.

2.3.1.16 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

*Ação 20ZX – Fiscalização de Material Genético Animal - (FISCGENE13)
PI. 6*

Análise crítica:

As principais metas desempenhadas na Ação de Fiscalização de Material Genético Animal no Estado são o registro e a fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético (matrizeiras, avoseiras, bisavoseiras e centrais de inseminação artificial). O foco da atuação no ano de 2013 foram as fiscalizações de estabelecimentos avícolas e CCPS suínos com o intuito de verificar as áreas para instalação dos estabelecimentos, condições para registro e condição dos registrados. Em 2013 foram registrada granjas avícolas e CCPS suíno, como também um CCPS bovino. A Certificação Zootécnica, nos processos de importação de material genético, são feitas, também, por este serviço. O registro de doadores de sêmen dos CCPS das espécies ditas domésticas são, também, atribuição deste serviço.

O Setor de Material Genético Animal conta com um único FFA em regime integral (desde 1989) e um Agente de Atividades Agropecuárias em regime parcial, isto compromete o desenvolvimento da atividade devido ao número de estabelecimentos a serem atendidos anualmente. A demanda, no Estado, cresce anualmente e o quadro permanece estático. O FFA do PI Fiscgene é requisitado, ainda, pela DMG (Divisão de Material Genético) para participar de Auditorias em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen e de Transferência de Embriões nas mais diversas Unidades da Federação (convocações restritas após a redução drástica dos recursos para esta atividade), ocorrendo, com menos frequência, fiscalização de estabelecimentos avícolas e treinamento de técnicos em outros Estados. O entrave maior no exercício 2013 foi a limitação de 40 diárias por fiscal obrigando o setor a uma readequação dos trabalhos com prejuízo para o produtor rural.

A superação da meta proposta deveu-se a região fiscalizadas (concentração de estabelecimentos em região de fácil acesso).

O Impacto Social, no Estado, é significativo devido ao aumento de aves de produção de ovos férteis (gallus gallus e patas) e conseqüente aumento na incubação, aumento da produção de animais para a reposição nos plantéis suínos e bovinos agregando valor a cadeia produtiva do estado catarinense e da nação brasileira.

2.3.1.17 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - (FISCINAN13) PI. 8

Análise crítica:

- Inicialmente, cabe esclarecer que devido à grande variação de tempo demandado por cada tipo de fiscalização (exemplo: uma auditoria requer aproximadamente três dias inteiros num estabelecimento, enquanto uma fiscalização focada na colheita de amostra pode ser realizada em apenas uma manhã), a unidade de medida denominada “Fiscalização Realizada” acaba não sendo plenamente esclarecedora do volume de trabalho realizado a campo.
- Atualmente, a fiscalização de insumos destinados à alimentação animal no estado de Santa Catarina encontra-se com grande dificuldade para atender, satisfatoriamente, ao elevado volume de demandas existente no estado.
- Tal quadro tem nos levado a priorizar a realização de algumas atividades em detrimento de outras, além de acarretar um prazo demasiadamente longo para atendimento das demandas e o acúmulo de atividades pendentes de atendimento.
- A atividade passou, nos últimos anos, por uma intensa atualização de sua base legal, o que aumentou, significativamente, o número de frentes de trabalho que precisam ser desenvolvidas pelos servidores atuantes na área.
- A área carece de racionalização de procedimentos e de sistemas de informações que auxiliem na operacionalização das atividades, prejudicando a produtividade da mão de obra.
- O número de servidores técnicos e administrativos envolvidos diretamente na atividade é insuficiente para a situação atual.
- Estamos trabalhando, atualmente, com uma relação aproximada de 1 FFA para 40 estabelecimentos registrados (235 estabelecimentos registrados para 6 FFA).
- Acreditamos que somente com uma relação de aproximadamente 1 FFA para cada 25 estabelecimentos registrados teremos condições de desempenhar, satisfatoriamente, todas as atividades relacionadas à fiscalização de insumos destinados à alimentação animal. Logo, considerando termos, atualmente, 6 FFAs atuantes exclusivamente na área e aproximadamente 250 estabelecimentos registrados, **precisaríamos de mais 4 FFAs para atingirmos a relação desejada.**
- A superação da meta programada para 2013 (foram realizadas 199 fiscalizações enquanto a meta era de 143 fiscalizações) deve-se, principalmente, a imprecisão da unidade de medida adotada, conforme explicitado anteriormente.
- Por fim, é oportuno ressaltar a grande importância nacional da pecuária catarinense, em especial sua avicultura e suinocultura. Onde, segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS, a suinocultura do estado respondia, em 2008, por 25% da produção nacional, além de ser o maior negócio de Santa Catarina, representando 21% do PIB estadual. A União Brasileira de Avicultura – UBA em seu relatório anual 2007/2008, informa que Santa Catarina foi o segundo maior estado no número de matrizes de corte alojadas (18,99% do total nacional) e o maior estado exportador de carne de frango, com participação de 28,39% do total nacional no ano de 2007. Tamanho parque produtivo deixa clara a importância do estado no gerenciamento do risco inerente à inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal e indiretamente à alimentação humana, merecendo assim, investimento proporcional à sua importância no cenário nacional.

2.3.1.18 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

*Ação 20ZX – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (FISPROVET13)
Pl. 9*

Análise crítica:

- A ação trata da fiscalização das atividades de fabricação, manipulação, comércio, importação, distribuição, dentre outras atividades que envolvem produtos para uso veterinário, sejam eles de higiene e embelezamento ou de fins terapêuticos, como farmacêuticos, vacinas, antibióticos e homeopáticos.
- Atualmente o Estado de Santa Catarina conta com 1514 estabelecimentos envolvidos na área de produtos veterinários, sendo 18 fabricantes, 8 importadores, 20 distribuidores e em torno de 1460 estabelecimentos comerciantes varejistas.
- A ação conta com apenas 1 Fiscal Federal Agropecuário para a realização das atividades, que incluem os registros e renovações anuais de estabelecimentos, cadastro de produtos e avaliação de solicitação de registro de produtos terapêuticos, que são realizados pela Coordenação de Produtos Veterinários em Brasília; fiscalizações para verificação do cumprimento à legislação, atendimento à denúncias da Ouvidoria do MAPA, apuração de atividades clandestinas e auditorias para aprovações de licenças de funcionamento de fabricantes estão ainda no rol de atividades do FISPROVET, além de outras demandas que não se enquadram na rotina diária.
- No ano de 2013, o servidor responsável pela ação necessitou de afastamento para tratamento de saúde por 30 dias, gozou de 30 dias referente à sua licença prêmio, além do período de 30 dias de férias, o que acarretou na diminuição do atendimento às demandas do serviço. Em 2014 ocorreu sua aposentadoria no início do ano, com a substituição do Fiscal responsável pela ação.
- Além das 31 fiscalizações realizadas em 2013, demonstradas no quadro anexo, foram realizados 90 cadastramentos de produtos isentos de registro mais 25 renovações, e ainda concedidas 87 licenças iniciais para estabelecimentos comerciantes mais 325 renovações.
- O total de atividades realizadas gerou um custo de R\$ 10.447.71.
- A arrecadação em multas aplicadas na ação totalizou R\$ 19.836,71.
- Apesar da programação das metas para 2013 terem sido baseadas na capacidade técnica e operacional de 1 Fiscal Federal Agropecuário, o dimensionamento destas é muito baixo em relação às demandas do serviço, que necessitariam de pelo menos 1 fiscalização anual em cada estabelecimento, além do atendimento à denúncias, averiguação de atividade clandestina ou irregular de estabelecimentos, relatoria de processos de auto de infração, apreensão e acompanhamento da destruição destes produtos, e as auditorias para alterações ou registro de novos estabelecimentos.
- Sendo assim, há a necessidade de incremento da equipe técnica, e conseqüentemente recursos, para que as atividades desta ação possam ser desenvolvidas a contento dentro do Estado.

2.3.1.19 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária

**Ação 20ZX – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INPANIMAL13)
PI. 000G**

Tabela 1 : Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	<p>Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem e post-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelhas e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realizam de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes a aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.</p> <p>Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.</p> <p>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOA / SDA / MAPA
Unidades executoras	SFA/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPOA / DDA / SFA - SC
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Elimar Cassias Pereira

Análise crítica:

Cumprimento das metas físicas:

A meta estipulada de fiscalização em 290 Estabelecimentos sob fiscalização do Serviço de Inspeção Federal – SIF no Estado de Santa Catarina foi executada com resultados satisfatórios.

Para o desempenho e alcance desta meta foram necessários o desenvolvimento de várias atividades e ações, em busca da execução da programação estabelecida.

Os Estabelecimentos propostos foram fiscalizados conforme a sua classificação, desempenho em fiscalizações e supervisões anteriores, resultados de missões estrangeiras, resultados de análises microbiológicas e físico-químicas, ações pontuais ou de denúncias. Os Estabelecimentos que realizam abate de animais, foram inspecionados de forma permanente, os demais Estabelecimentos sofreram fiscalizações periódicas conforme programação, levando-se em conta o desempenho histórico e demais dados de inspeção disponíveis e que fornecem as informações suficientes para as ações.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A execução de algumas atividades fiscalizatórias ficou comprometida durante o ano de 2013 pelo contingenciamento de recursos, destas as mais afetadas foram a execução do cronograma de supervisões proposto que ficou abaixo do estipulado para o período e, a realização na sua totalidade das reuniões técnicas e de capacitação conforme a programação inicial, estas últimas, quando ausentes, prejudicam em muito a uniformização de ações impactando até em princípios administrativos, a saber o da eficiência.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

O número de coletas de amostras e análises realizadas superou a meta prevista, além do aumento no número de ações de combate à clandestinidade de produtos de origem animal, ação desenvolvida por meio de parceria com o Ministério Público Estadual. Estas ações são desenvolvidas diretamente nos produtos ou em matérias primas e processos que dão origem aos produtos ofertados ao consumo.

Ações Prioritárias na LDO:

A reposição e ampliação do quadro de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção na equipe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA em Santa Catarina é ação que requer urgência, haja vista a ampliação do atendimento e produção destinada ao mercado nacional, internacional e, a crescente demanda por inspeção em novos estabelecimentos.

Deve-se considerar também a elevada média etária dos Servidores, o que levará o quadro funcional a exaustão, pelas aposentadorias que fatalmente em breve serão efetivadas.

A realização de concurso público para adequação do quadro funcional é ação de grande importância para a defesa sanitária animal e para a saúde pública do consumidor, permitindo a manutenção e ampliação da produção destinada ao mercado nacional e exportação aos mercados internacionais.

2.3.1.20 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZW – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal (RESÍDUOS13) PI. 000D

Análise Crítica:

O PI RESÍDUOS foi criado para desenvolver as atividades propostas no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) que envolve as áreas animal e vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O PNCRC, instituído pelas Instruções Normativas 42/1999 (animal) e 42/2008 (vegetal), regulamenta os procedimentos para o monitoramento e a investigação dos níveis de resíduos e contaminantes nos setores de produtos animais (carnes, mel, leite e pescado) e vegetais (cereais, frutas, oleaginosas, etc).

O monitoramento consiste na coleta de produtos por amostragem, os quais são destinados a laboratórios oficiais ou credenciados pelo MAPA para exame dos níveis dos resíduos e contaminantes.

As ações no Ministério da Agricultura para a aplicação do PNCRC Vegetal são desenvolvidas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC), vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), em conjunto com a Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA-MAPA. A determinação do número e período de coletas é feita pela Coordenação do Programa.

Anualmente, é divulgada a listagem dos produtos contemplados no PNCRC. As diretrizes de trabalho têm sido repassadas pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA-MAPA, que faz a distribuição das amostras aos Estados (numeração dos ROA's) e informa quais laboratórios analisarão as amostras.

Se os produtos apresentarem níveis de substâncias nocivas acima dos estabelecidos pela legislação, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) encaminha equipes de fiscalização para desenvolver, no âmbito Estadual, as investigações.

A investigação é baseada na fiscalização da propriedade envolvida na violação para o levantamento das possíveis causas da não conformidade identificada. A investigação também pode envolver propriedades circunvizinhas e demais locais de interesse, ou de seus fornecedores de insumos. O Ministério Público e a Polícia Federal podem abrir processo criminal nos casos de uso de produtos proibidos.

Importante ressaltar que o PI RESÍDUOS não recebeu recursos para execução das atividades do PNCRC – Vegetal no ano de 2013. As ações foram realizadas com os recursos do PI PADCLASSIF, conforme as diretrizes da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA/MAPA.

Cumprimento das metas físicas:

Para o ano de 2013, no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes de Produtos de Origem Vegetal em SC (Anos-Safras 2012-13 e 2013-14) estavam previstas coletas dos seguintes produtos: amendoim, arroz, feijão, maçã e uva, totalizando 35 amostras.

Em virtude da falta de laboratórios para execução das análises e seguindo orientações da CGQV, o PNCRC Vegetal, no âmbito da SFA-SC, concentrou-se no monitoramento dos produtos arroz, maçã e amendoim, efetuando 18 coletas.

Foram efetuadas coletas de 10 amostras de arroz, para avaliar a presença de micotoxinas (aflatoxinas, DON e ocratoxina) e resíduos de agrotóxicos. Além disso, foram coletadas 06

amostras de maçã, para avaliar os níveis de resíduos de agrotóxicos e 02 amostras de amendoim, para avaliar a presença de aflatoxinas.

Foi detectada 1 violação (não-conformidade) em amendoim, a qual culminou com o procedimento de ação fiscal (perícia e instauração de processo administrativo em curso).

Com relação às ações de investigação, este SIPOV procura trabalhar em conjunto com o SEFIA e com os órgãos Estaduais, CIDASC e FATMA, para apuração das responsabilidades.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Na área vegetal, seguindo as orientações da CGQV, não foram efetuadas as coletas dos seguintes produtos: feijão (12 amostras) e uva (05 amostras), por falta de laboratórios aptos para realizar as análises.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Não houve ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas. O executado leva em consideração a demanda da Coordenação, a capacidade operacional dos laboratórios e a capacidade técnica e operacional do SIPOV, previamente alinhadas.

Ações Prioritárias na LDO:

Um dos objetivos do PNCR é tornar-se parte integrante do esforço destinado à **melhoria da produtividade e da qualidade dos alimentos** de origem animal e vegetal, colocados à disposição da população brasileira, e ainda, proporcionar à nação, condições de se adequar do ponto de vista sanitário, às regras do comércio internacional de alimentos, preconizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e órgãos auxiliares (FAO, OIE e WHO). Para que o Plano seja a cada ano aperfeiçoado, é necessário que se invista na utilização de novas tecnologias, metodologias de análises, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, uniformização de procedimentos, aumento da capacidade operacional de coletas e de análises, além da ampla divulgação aos interessados.

Para o ano de 2014, na área vegetal, a previsão é que sejam efetuadas as coletas, conforme demandado pela CCRC e de acordo com a capacidade operacional do SIPOV-SC. Além disso, serão executadas as investigações e ações fiscais, porventura ocorram violações durante o programa de monitoramento.

2.3.1.21 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - (PADCLASSIF13) PI. 000E

Análise crítica:

As atividades de padronização, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal são executadas prioritariamente sobre os produtos importados, exportados e de comercialização interna de maior expressão econômica para o Estado, como por exemplo: arroz, trigo, soja, feijão, farinhas de trigo e de mandioca, cevada industrial, malte cervejeiro, maçã e óleos de soja, canola e girassol, dentre outros.

Os destaques na execução física das atividades, em 2013, foram:

- ❖ Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas para execução de serviços de classificação vegetal, incluindo análise de Manuais de Qualidade;
- ❖ Supervisão de cursos e treinamentos de habilitação à classificação, homologados pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV e promovidos por empresas credenciadas;
- ❖ Fiscalização de produtos vegetais padronizados com foco especial para o arroz, feijão, amendoim, farinha de mandioca, dentre outros;
- ❖ Controle e verificação, periódica, da prestação de contas referente ao contrato para apoio operacional e laboratorial à classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico importados, celebrado com o órgão Estadual;
- ❖ Classificação de Amostras de fiscalização coletadas no Estado de Santa Catarina no Posto da SFA;
- ❖ Realização de perícias em amostras coletadas em SC e aquelas oriundas de outros Estados, a pedido dos interessados;
- ❖ Supervisão de estabelecimentos exportadores de maçã no sistema de cadastro dos agentes da cadeia produtiva de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação de segurança e qualidade – SICASQ, deste Ministério;
- ❖ Análise de processos decorrentes de Autos de Infração e elaboração de pareceres técnicos, para fins de Julgamento e Notificação;
- ❖ Reuniões internas do serviço e Reuniões Técnicas com a chefia, para discussão dos processos de trabalho relacionados à Qualidade Vegetal e à SFA-SC.

RESUMO DAS AÇÕES – SIPOV CLASSIFICAÇÃO

Seqüência	Atividades Executadas em 2013	Quantitativo
1	Inspeção de credenciadas no CGC	07
2	Supervisão de Cursos	15
3	Fiscalização da classificação	23
4	Coletas do PNCRC	11
5	Autos de Infração lavrados	58
6	Relatoria de Processos/ Julgamentos	43
7	Inspeção SICASQ	09
8	Processos encaminhados a PFN – Dívida Ativa	17
9	Perícias	23
10	Termos de Suspensão da Comercialização	04
11	Autos de Coleta de Amostras	116
12	Advertências aplicadas	05
13	Multas Aplicadas (valor em R\$)	250.979,41
14	Multas Recolhidas (valor em R\$)	110.040,74

Cumprimento das metas físicas:

Considerando-se a estrutura física, de pessoal e de apoio operacional e financeiro disponibilizados, o trabalho foi realizado com racionalidade, contemplando os produtos, conforme planejamento feito no ano anterior. Foram priorizadas as ações de controle de qualidade dos produtos, principalmente na aferição de conformidade dos produtos ofertados ao consumidor final, sendo também apuradas as inconformidades qualitativas encontradas.

Com relação à meta para execução, a mesma passou a ser “número de fiscalizações realizadas”, diferindo dos anos anteriores a 2012, que era “quantitativo fiscalizado em toneladas”.

O ano de 2013 ficou configurado como mais um ano de restrições orçamentárias e limitação no número de emissão de diárias, o que, em parte, prejudicou a realização integral das atividades previstas no POA.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- **Análises laboratoriais:** carência de laboratórios aptos a realizarem algumas análises, (micotoxinas, principalmente) refletindo no quantitativo fiscalizado;

- **Fiscalização de produtos hortícolas:** a ausência de normatização específica sobre os procedimentos não alcançados pelo Decreto 6.268/2007 tem impossibilitado as ações fiscais sobre estes produtos;

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

O número de fiscalizações realizadas totalizou 65. Não houve superação das metas.

Ações Prioritárias na LDO:

No exercício de 2014, com base na programação prevista, pretende-se realizar as atividades de acordo com a capacidade operacional do SIPOV. Em evidência, permanecerão as ações dirigidas à intensificação de ações sobre segurança, qualidade e inocuidade de alimentos, como o PNCRC e Plano Nacional da Qualidade Vegetal.

Ressalta-se a necessidade de **mais profissionais** envolvidos com a atividade.

No ano de 2013, o quadro da Classificação Vegetal, contava com 4 Fiscais Federais Agropecuários - FFA's e 1 Agente de Atividades Agropecuário - AAA. Porém, destes, 02 Fiscais estão se aposentando e o AAA está sendo lotado no LANAGRO-RS, para desenvolver as atividades no Posto de Serviço.

Permanecerão somente 2 FFA's, sendo que 1 é o Chefe do Setor, responsável pela gestão, e o outro, que possui tempo para aposentadoria.

Além disso, a Classificação não conta com nenhum servidor administrativo ou estagiário. Os Fiscais precisam gerir toda burocracia inerente ao serviço (documentos, sistemas, etc).

Com esse quadro, fica evidente a incapacidade do setor para realizar a contento todas as atividades propostas pela Coordenação e como consequência, não atendimento de metas.

Além disso, a disponibilidade de **recursos financeiros** é fator essencial para a realização de todas as atividades previstas no POA.

Também, há a necessidade de maior **apoio laboratorial** às ações fiscais, para incremento das análises sobre os produtos.

2.3.1.22 - Programa 2028 – Defesa Agropecuária

***Ação 20ZX – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13)
PI. 000H***

Análise crítica:

No exercício de suas atribuições legais, o setor de Bebidas do SIPOV/SFA-SC promove a execução de atividades em todo o Estado, objetivando proporcionar a oferta e a comercialização de bebidas e seus derivados, pautados na atual realidade dos mercados nacional e internacional, com níveis de qualidade e segurança desejáveis, por meio da prática de diferentes ações. Paralelamente, mediante o combate a fraude, há avanços qualitativos e quantitativos relativos à produção agrícola. A ação fiscal na indústria resulta num produto final que efetivamente contenha a matéria-prima e aumente sua qualificação, resultando em acréscimo de ganhos para ambas as atividades bem como, para a oferta de produto de qualidade.

Entre as ações realizadas por este serviço, se destacam: participação na organização normativa; inspeções; fiscalização e o controle das atividades atinentes à área de bebidas; além do registro de produtos e estabelecimentos fabricantes; bem como análise de bebidas, quando da importação, as quais são realizadas por meio de padrões de identidade e qualidade, instituídos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os principais clientes deste setor são os produtores agrícolas, indústrias de transformação envolvidos com o processamento, elaboração, armazenamento e comercialização de bebidas e derivados; importadores e exportadores, profissionais liberais, cooperativas do agronegócio, universidades, institutos de pesquisa e, de maneira ampla, a população que terá a sua disposição produtos padronizados e qualificados.

Cumprimento das metas físicas:

A função fundamental do Serviço é fazer chegar ao consumidor a bebida com as seguintes características:

- 1 – Idônea;
- 2 – Em condições higiênico-sanitárias seguras e,
- 3 – Corretamente identificada.

Para atingir os objetivos é fundamental a inspeção dos estabelecimentos, todavia, as ações fiscais deverão ser estendidas a múltiplos aspectos, de maneira a incluir ações igualmente relevantes envolvendo matéria-prima, aditivos, embalagem, rótulos e outras.

Nesta seqüência estaremos acrescentando dados que trarão mais clareza das atividades desenvolvidas:

RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES FISCAIS – 2013SIPOV BEBIDAS

<u>Ação</u>	<u>Número</u>
Inspeção de estabelecimentos produtores	221
Inspeção em estabelecimentos comercializadores	19
Intimações lavradas	64
Auto de Infração Lavrado	67
Amostra coletada	239
Registro de Estabelecimento	52
Registro de produto	758
Multa aplicada – R\$	404.786,00
Certificado de inspeção	623
Produto importado	2432
Processo encaminhado ao MP	5
Processos encaminhados aos Conselhos Profissionais	06

Ações que apresentaram problemas de execução:

A meta estabelecida para inspeção de estabelecimentos foi reprogramada ao longo do ano. Assim ocorreu devido a diversos fatores cujos principais enumeramos na sequência:

A dotação orçamentária para o período teve um drástico corte, impossibilitando a realização de várias ações que demandavam em pagamento de diárias ou qualquer outra despesa;

Este Serviço não conta com um funcionário administrativo e nenhum de nível técnico intermediário. Evidente que toda a função atribuível a esses profissionais é exercida por Fiscais Federais Agropecuários. Tal situação tem por consequência a paralisação das atividades em andamento, notadamente aquelas resultantes de processos administrativos, impedindo que a ação finalística seja mantida nos níveis programados.

Devido à escassez de profissionais, o Fiscal Federal Agropecuário realiza a ação fiscal desacompanhado. Porém, dadas as características da função, não é produtivo nem seguro a ação ser executada por apenas um profissional.

Meta a ser realizada em 2014:

A diretriz principal da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/SDA/BRASÍLIA/DF, é a inspeção de estabelecimentos contemplando um número mínimo de itens enumerados numa lista oficial de verificação. Levando em consideração que a referida lista de verificação exige maior tempo de permanência nos estabelecimentos inspecionados, a falta crônica de pessoal, as limitações orçamentárias, além da grande demanda de registro/vistorias e autorizações de importações do SIPOV/BEBIDAS, a meta de estabelecimentos a serem inspecionados no ano de 2013, deve também ser objeto de reprogramações.

2.3.1.23 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZW – Erradicação da Febre Aftosa - (FEBREAFTO13)

PI. 9

Análise Crítica:

A ação teve uma execução absolutamente satisfatória durante o exercício de 2013, conforme se depreende pela manutenção da excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina, no que diz respeito à ocorrência de febre aftosa.

O sucesso das ações dirigidas à manutenção da condição do Estado de Santa Catarina de área livre de febre aftosa sem vacinação seguramente oportunizam reflexos positivos na conjuntura econômica desta Unidade da Federação, no que se refere ao comércio de produtos de origem animal, tanto a nível nacional como internacional.

Da mesma forma como no Plano Interno PCEANIMAL, foi disponibilizado para FEBREAFTOS o valor de R\$ 1.194.710,00 ao órgão de defesa sanitária animal do estado através de convênio plurianual MAPA/CIDASC - nº 756431/2011- para execução das atividades previstas no plano de trabalho - exercício 2011. Em início de 2013 havia um saldo de R\$ 1.310.635,75 (considerando os 2 Planos Internos, PCEANIMAL e FEBREAFTOS), o qual foi solicitado e prorrogado para findar sua execução financeira até 30/10/2013. Em 27/12/2013 o convênio foi rescindido e se encontra na fase de prestação de contas.

Foram realizadas 47 fiscalizações *in loco* pelo corpo técnico deste Serviço de Saúde Animal/DDA/SFA-SC nos anos de 2012 e 2013 para prezar pela correta execução do Plano de Trabalho do referido convênio.

Comentários

Os recursos descentralizados a este serviço, pelo Departamento de Saúde Animal no ano de 2013, para a execução das ações Erradicação da febre aftosa (4842 – FEBREAFTOS) e Prevenção, Controle, e Erradicação de Doenças dos Animais (8658 - PCEANIMAL) atenderam as demandas.

Enfatizamos para que a Defesa Sanitária Animal se torne eficiente, é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias do governo federal, estadual e municipal, para que as ações sejam integradas.

Ressaltamos que a atualização técnico-científica dos Serviços que atuam na área, devido à extensão do país e os desafios diários da vigilância nas fronteiras, bem como a diversidade das atividades agropecuárias, exigindo uma grande cobertura e efetividade das ações em todo o território nacional, a fim de que não ocorram impactos negativos e comprometimento da saúde animal, humana e do meio ambiente.

Não poderíamos deixar de mencionar que o efetivo técnico existente hoje, considerando a demanda, deve ser objeto de atenção pelo Governo Federal, a fim de que seja mantida a excelência desejada.

2.3.1.24 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZW – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - (PCEANIMAL13) PI. 000F

Análise Crítica:

O estado de SC é considerado pelo DSA/MAPA uma área livre de Peste Suína Clássica (PSC) desde o ano de 2001, não havendo ocorrência da doença também no ano de 2013. Neste ano foram realizados 36 atendimentos a notificações de doenças com lesões de caráter hemorrágico em suínos, porém descartados para PSC através de avaliações clínicas e análises laboratoriais, estas últimas realizadas em laboratórios credenciados pelo MAPA e também laboratórios oficiais. Foram realizadas ainda 2.778 análises laboratoriais para vigilância ativa de PSC em suínos reprodutores, abatidos sob Inspeção Federal, resultando todos em resultados negativos, demonstrando assim a ausência de circulação viral em SC. Consideramos assim, satisfatórios os controles da doença no Estado, com base nos dados obtidos durante as atividades desenvolvidas no ano de 2013.

Em relação ao atendimento ao Programa Nacional de Controle de Raiva em Herbívoros, no ano de 2013 foram constatados 124 casos positivos de raiva em herbívoros no estado de SC. Notamos um aumento significativo (dobro) dos números de casos em relação a 2012, o que mostra a não evolução dos controles, que incluem dentre outros, o controle de morcegos hematófagos e medidas preventivas como a vacinação dos animais em zonas endêmicas (focais e perifocais).

Na prevenção da EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina), foram realizadas 32 fiscalizações de alimentos para ruminantes com coletas para análises laboratoriais, em contraste com as 80 de 2012, demonstrando uma diminuição na vigilância ativa para a doença. Todas amostras resultaram negativas para a presença de proteína de origem animal. Na vigilância em matadouros, foram encaminhadas ao LANAGRO-PE 18 amostras de tronco encefálico, coletados em matadouros frigoríficos de bovinos sob SIF, todas resultando negativo para EEB. Este também é um baixo n° de amostras, demonstrando a pouca significância em volume de abate de bovinos em estabelecimentos sob SIF. O maior volume de abate concentra-se em estabelecimentos sob SIE (inspeção estadual), dos quais não temos informação pela CIDASC sobre a realização de coletas de tronco encefálico dentro do Programa Nacional para monitoramento da EEB. Consideramos assim, que as ações desenvolvidas no estado de SC dentro do programa PNEEB, devem ser melhoradas para os próximos anos, tendo em vista a não evolução dos resultados demonstrados em 2013.

Em 2013, o Estado de Santa Catarina manteve as prevalências baixas para as doenças brucelose e tuberculose alvos do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT, com estratégias voltadas para a fase de erradicação das doenças.

Houve um incremento das certificações de propriedades livres de brucelose e tuberculose, com certificações conduzidas exclusivamente pelo órgão executor de defesa sanitária animal, participantes do Programa SC Rural, totalizando 89 propriedades certificadas livres. Em relação à delegação de competência aos médicos veterinários do setor privado, para executarem as atividades diagnósticas à campo, foram 44 habilitações conferidas pela SFA/SC, por meio do Serviço de Saúde Animal. Ainda, em relação aos treinamentos ministrados pelas Instituições de Ensino credenciadas pelo MAPA, com o objetivo de capacitar e permitir a habilitação de médicos veterinários que desejem participar do PNCEBT foi realizado um treinamento com a participação de vinte médicos oficiais e dois treinamentos para quarenta médicos veterinários do setor privado.

No Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Estado de Santa Catarina permanece como área livre de Doença de Newcastle e Influenza Aviária de notificação obrigatória. Foram realizadas 17 supervisões das ações de prevenção, controle e erradicação de doenças aviárias, junto ao Órgão de Defesa Sanitária Animal Estadual. No ano de 2013 iniciaram as supervisões de médicos veterinários habilitados para emissão de GTA de aves. Foram emitidos 426 certificados de granjas de reprodução pelo SSA-SC. O Órgão de Defesa Estadual registrou 3.530 estabelecimentos comerciais. Devido à persistência de notificação de casos de Tifo Aviário em granjas de reprodução e corte foi mantida a intensificação dos trabalhos de acompanhamento de monitoria com coletas oficiais em granjas de reprodução incluindo colheita de órgãos para pesquisa do agente, bem como no entorno dos estabelecimentos positivos. No ano de 2013 houve 20 isolamentos de *Salmonella Gallinarum* em estabelecimentos de reprodução de galinhas e 02 em estabelecimentos de reprodução perus. Foram

realizadas 06 reuniões do Comitê de Sanidade Estadual de Sanidade Avícola e 03 reuniões do Comitê de Sanidade da Associação Catarinense de Avicultura.

No âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, no ano de 2013, houve 12 focos de AIE no Estado de SC, com 13 casos, tendo sido realizados 49.069 exames para AIE.

No ano de 2013, os recursos utilizados foram os remanescentes de 2011 ao Governo do Estado de SC, para a execução das atividades de defesa sanitária animal pela CIDASC, atendendo aos programas sanitários nacionais do Ministério da Agricultura. O valor de R\$ 2.687.450,00, disponibilizado através de convênio plurianual MAPA/CIDASC - nº 756431/2011- para execução das atividades previstas no plano de trabalho - exercício 2011 foi, a pedido da convenente, prorrogado para 31 de maio/2012, justificado pelo atraso no repasse do recurso (novembro/2011) e fechamento do exercício fiscal do Governo Estadual no final de 2011 e início de 2012. Posteriormente foi prorrogado para 30 de novembro de 2012 e parcialmente gasto. Possuía ao final de 2012, um remanescente, somado com os recursos provenientes de aplicação financeira, da ordem de 1.310.635,75 (considerando os 2 Planos internos, PCEANIMAL e FEBREAFOTOS), o qual foi solicitado e prorrogado para findar sua execução financeira até 30/10/2013. Em 27/12/2013 o convênio foi rescindido e se encontra na fase de prestação de contas. Foram realizadas 47 fiscalizações *in loco* pelo corpo técnico deste Serviço de Saúde Animal/DDA/SFA-SC nos anos de 2012 e 2013 para prezar pela correta execução do Plano de Trabalho do referido convênio.

2.3.1.25 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)

PI. 000J

Análise crítica:

A Vigilância e a Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO) está baseada no sistema de barreiras fitossanitárias nas divisas com os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde existem atualmente 70 barreiras; e na certificação fitossanitária de origem (CFO), com o cadastramento e a fiscalização de unidades de produção (UP) e de consolidação (UC).

As atividades são realizadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), órgão executor das ações de Defesa Sanitária Vegetal em Santa Catarina. São alocados recursos financeiros via convênio entre MAPA e CIDASC, especialmente para atividades de treinamento dos servidores lotados nas barreiras e realização de plantões por parte dos fiscais estaduais.

As ações são supervisionadas pelo Serviço de Sanidade Vegetal (SSV/DDA/SFA-SC), assim como a fiscalização da emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e da Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV).

A atividade de vigilância e fiscalização do trânsito ou o cadastramento e a fiscalização de UP e UC apresentam algumas deficiências, decorrentes de dificuldades da CIDASC para a contratação de pessoal técnico e auxiliar.

O SSV/DDA/SFA-SC é responsável pelo credenciamento e fiscalização de empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários em Santa Catarina. Em 2013, não foram credenciadas novas empresas, tendo sido renovado o credenciamento de 9 empresas, assim como o desc credenciamento de 1 empresa, finalizando o ano com um total de 57 empresas. Foram realizados ainda 27 Termos de Fiscalização em relação a tais empresas. Cabe ressaltar que foi realizada força tarefa, em dezembro de 2013, nas regiões de Itajaí e de São Francisco do Sul, com o apoio do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA).

A descentralização de recursos financeiros PI VIGIFITO, nas rubricas **339014.00** (diárias), no valor de R\$ 11.060,12, **339033.00** (passagens), no valor de R\$ 1.240,00 e **339030.00** (material de consumo), no valor de R\$ 4.700,00, referentes ao atendimento das demandas geradas por este SSV/DDA/SFA-SC, na execução das atividades de ordem técnica, atendeu adequadamente às necessidades e a programação estabelecida.

2.3.1.26 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZW – Erradicação da Mosca da Carambola - (ERRADMOSC13)
PI. 5

Análise Crítica

A praga *Bactrocera carambolae*³, Mosca da carambola, é uma praga quarentenária presente apenas no estado do Amapá, conforme definido pelas Instruções Normativas 55/2007² e 41/2008, não ocorrendo em Santa Catarina, considerado como estado de baixo risco para a praga pelo Programa nacional de Erradicação da Mosca da Carambola..

No ano de 2013, o estado de Santa Catarina não recebeu o material necessário (armadilhas, piso e feromônio) para o monitoramento desta praga.

Não ocorreu descentralização de recursos financeiros neste PI para o SSV/DDA/SFA-SC.

³ Espécies de mosca das frutas que atacam frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. Originária do sul da Ásia foi detectada na Guiana Francesa, de onde migrou para o município de Oiapoque, no Amapá em 1996.

² Instrução Normativa que estabeleceu a lista das pragas quarentenárias ausentes e as presentes para o Brasil, aprovando os procedimentos para as suas atualizações, além de criar o Grupo Técnico de Pragas Quarentenárias – GTPQ, que terá caráter consultivo, para a categorização de pragas, a realização de Análise de Risco de Praga – ARP e a elaboração de planos de contingência e emergência para as pragas de que trata esta Instrução Normativa.

2.3.1.27 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZW – Prevenção, Controle, e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL13)
PI. 6

Análise Crítica:

A ação, no âmbito estadual, traduz-se em atividades de monitoramento de ocorrência das pragas quarentenárias, entre elas o cancro cítrico em pomares de citros; a sigatoka negra e *Opogona sacchari*, em banana; a vespa da madeira, *Sirex noctilio*, na cultura do pinus; o monitoramento de adultos em armadilhas e a erradicação de plantas hospedeiras para a praga *Cydia pomonella*, todas pragas quarentenárias presentes em Santa Catarina.

Em relação à *Cydia pomonella*, na cultura da maçã, no ano de 2013, não foram capturados adultos nas armadilhas instaladas na zona urbana de Lages e nas armadilhas em áreas comerciais. As atividades são executadas pela CIDASC, por meio da alocação de recursos via convênio, acompanhado e fiscalizado pelo SSV/DDA/SFA-SC. É importante lembrar que a não detecção de insetos após dois anos de monitoramento, deverá levar à alteração no status da praga para “praga ausente do país: praga erradicada”.

Na cultura do citros, a produção é destinada ao mercado interno estadual, em pequenas propriedades, não tendo sido realizados trabalhos de erradicação de plantas contaminadas. Aguarda-se a alteração na legislação, o que vem sendo discutido desde 2011, prevendo a criação de um Sistema de Mitigação de Risco para a praga, o que permitiria a comercialização da fruta com outros estados da federação, o que estaria de acordo com Resolução emitida pelo MERCOSUL. Cabe ressaltar que na região do Alto Vale do Itajaí, importante região de produção de mudas cítricas, a praga não foi detectada.

Na cultura da banana, foi realizado monitoramento da sigatoka negra, dentro de Sistema de Mitigação de Risco, que apresenta 1.807 unidades de produção (UP) e 1.281 casas de embalagem, as unidades de consolidação (UC), todas cadastradas na CIDASC. Em 100 amostras analisadas, a presença da praga foi confirmada em 25 delas, distribuídas em 10 municípios, o que demonstra a importância do SMR para a cultura. A área abrangida pelo SMR é de 17.630 ha de um total de 20.400ha de bananas cultivadas no Estado.

Na cultura da banana, tem sido realizado intenso trabalho de prevenção e controle de *Opogona sacchari*, praga quarentenária ausente para a Argentina, causa de rechaços de cargas de banana em fronteira. A base legal dos trabalhos é a Instrução Normativa 28/2009 e as ações implantadas são responsáveis pela diminuição do percentual de cargas rechaçadas.

Realizou-se levantamento de *Sirex noctilio*, principal praga do pinus, em cerca de 300 mil ha de pequenas florestas, áreas que estão fora do sistema de produção das empresas, que efetuam seus próprios controles. O levantamento permitiu o estabelecimento de mapa de dispersão da praga no Estado.

Entre as ações desenvolvidas pela CIDASC, em convênio com o MAPA, citamos os levantamentos de detecção das pragas *Candidatus liberibacter spp*, HLB e *Aleurocanthus woglumi* em citros; *Ralstonia solanacearum* raça 2, moko da bananeira, em banana, e *Xanthomonas campestris* pv vitícola, cancro da videira, em uva.

O levantamento de detecção da mosca negra e do HLB realizou-se entre novembro/2012 e janeiro/2013, em 64 municípios, com 470 inspeções em locais previamente definidos. Foi levantada a população de *Diaphorina citri*, vetor do HLB, não tendo sido identificada a presença da mesma.

Foi realizado levantamento do moko da bananeira entre dezembro/2012 e janeiro/2013, em 40 municípios. Inspeccionaram-se 307 UP cadastradas, bananais abandonados e áreas localizadas à margem de rodovias.

Nas áreas comerciais, os Fiscais Estaduais inspecionaram no mínimo 1,0% das “famílias” de banana de cada UP e cinco “famílias” próximas. Foram inspecionadas ainda, 20% dos estabelecimentos comerciais, atacadistas e varejistas que comercializam espécies de helicônias. Em relação à produção de mudas, foram inspecionadas 100% das áreas e não foi detectada a presença da praga. O levantamento levou ao reconhecimento de Santa Catarina como Área Livre da Praga *Ralstonia solanacearum* raça 2, segundo a Instrução Normativa 22, de 07/08/2013.

O levantamento do cancro da videira foi realizado entre novembro/2012 e janeiro/2013 em 64 municípios produtores de uva, nos quais foram sorteados 375 UP, com inspeção em 20% das plantas. Não foram identificadas plantas com sintomas da bactéria.

Foi realizado ainda supervisão e auditoria do monitoramento da praga *Peronospora tabacina*, em fumo. Não foi detectada a praga e, sua ausência permite que o estado possa, no futuro exportar para a China.

Os levantamentos realizados pela CIDASC permitiram a manutenção do *status* das pragas quarentenárias em Santa Catarina, conforme Instrução Normativa 59, de 18/12/2013.

Foi finalizado mestrado junto à Universidade Federal de Viçosa, em parceria como DSV/SDA/MAPA, onde foi avaliado o Programa Nacional de Controle e Erradicação da *Cydia pomonella* (PNECP), de importância quarentenária para o Santa Catarina. A defesa da dissertação foi realizada em 05/12/2013. O trabalho levantou normas e procedimentos de amostragem, vigilância, controle e erradicação da praga, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com atores do processo.

Um tema que tem gerado preocupação no Serviço de Sanidade Vegetal, na SFA-SC é a diminuição do número de Fiscais Federais Agropecuários. Desde 2010, entre aposentadorias e transferências, ocorreu redução do quadro de em número de cinco FFA. Tal fato leva a um acúmulo de demandas em apenas dois FFA desde julho de 2013. Além da perda de qualidade e da impossibilidade de atender a demanda atual, fica prejudicada a realização de temas de interesse do setor, tais como ações de educação sanitária e articulação com setores produtivos do estado.

A descentralização de recursos financeiros no PI PCEVEGETAL, nas rubricas **339014.00** (diárias), no valor de R\$ 13.846,59, **339030.00** (material de consumo), no valor de R\$ 1.420,00, **339033.00** (passagens), no valor de R\$ 7.400,00, **339036.00** (serv. pessoa física), no valor de **R\$ 2.154,00 e 339039.00** (serv. pessoa jurídica), no valor de R\$ 500,00, visando atender as demandas de ordem técnica deste SSV/DDA/SFA-SC, atenderam as necessidades e a programação estabelecida.

2.3.1.28 – Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Ação 20ZX – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos - (VIGIAGRO13)

PI. 000K

Análise Crítica:

Cumprimento das metas físicas:

- A meta prevista de 213500 Fiscalizações Realizadas foi superada pelo aumento na demanda de importações e exportações. Para o alcance da meta foi necessário realizar deslocamentos de Fiscais Federais Agropecuários de outras unidades, inclusive de outros estados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- A falta de Fiscais Federais Agropecuários nas unidades do VIGIAGRO provocou diversos atrasos na liberação de mercadorias importadas e exportadas, o que aumentou o custo das empresas, sendo que algumas utilizaram liminares para atendimento de suas demandas.
- Diversos vôos internacionais que ingressaram pelo Aeroporto Internacional de Florianópolis Hercílio Luz durante o período da alta temporada, deixaram de ser fiscalizados devido à falta de servidores, o que gera preocupação, pois o estado possui um status sanitário diferenciado das outras unidades da federação.
- Assim, o reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários foi o maior entrave na execução das atividades de importação e exportação, que tende a se agravar com a quantidade expressiva de servidores em idade de aposentadoria. Desta maneira, a reposição do quadro funcional torna-se fundamental para a execução das metas futuras.

3 – PARTE A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

3.1 – Estrutura de Governança

A estrutura de Governança da SFA/SC foi evidenciada nos itens 1.2-Finalidade e Competências Institucionais da Unidade e na representação gráfica contida no item 1.3, com embasamento na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, que aprimorou o Regimento Interno das Superintendências.

A nível interno da Superintendência, foi instituído um comitê denominado “Grupo Gestor”, constituído pelas Chefias das unidades organizacionais da SFA/SC, com a assessoria de técnicos especializados nas áreas finalísticas, sempre que se faz necessário. Quanto à governança externa à UG fica a cargo da sede do MAPA em Brasília.

3 – PARTE A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

3.2– Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A informação abaixo detalha aspectos relacionados ao sistema de controles internos da SFA-SC, sob a ótica de ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<p>Considerações gerais: Na estrutura da SFA-SC não contempla área específica de controles internos, sendo que esta função vem sendo desenvolvida de modo consolidado por gestão na esfera superior desta UJ. Regimentalmente, não há a figura de agente de controles internos dentro da estrutura organizacional da UJ, não obstante o fato da Administração da Superintendência vir buscando minimizar o impacto desta ausência por meio de incentivo à atuação da atividade da Conformidade de Registro de Gestão (Conformidade Documental), procurando dar àquele serviço, meios que possibilitem o acompanhamento da gestão com característica de controle internos.</p> <p>No entanto, carece dentro da estrutura funcional, de profissionais com conhecimento e perfil para este fim, adicionado às inúmeras dificuldades por não possuir ferramentas adequadas que possibilite um acompanhamento sistêmico, das inúmeras atividades desenvolvidas e que dê adequada guarida, evitando assim riscos decorrentes de atos fraudulentos e danosos à integridade do patrimônio público, bem como, permitir que se desenvolvam técnicas preventivas, visando isolar as ações de agentes, que por causa de sua fragilidade, estejam sujeitas às influências que possam ocasionar danos à organização pública</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3 – PARTE A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

3.3 – Remuneração Paga a Administradores

Tendo em vista a SFA/SC tratar-se de um Órgão de Administração Direta este item e seus subitens 3.3.1 – 3.3.2 – 3.3.3 – 3.3.4 e os respectivos quadros A.3.3.2 – A.3.3.3 e A.3.3.4, não se aplicam.

Estrutura normativa e atividades da Unidade de Correição

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 7127, de 04 de março de 2010, “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências”, como uma das unidades da Secretaria-Executiva da Pasta.

Contudo, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MAPA vigente é anterior à criação da citada unidade, de forma que apenas há a Portaria nº 12, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de 24.02.12, de lavra do Secretário-Executivo, a qual delega “competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE”.

Principais resultados obtidos em 2013

Os principais resultados da CGPAD foram:

a) 179 procedimentos disciplinares supervisionados no âmbito do MAPA em 2013, sendo 106 instaurados (64 PADs e 42 Sindicâncias) e 73 julgados:

a.1- 35 PADs, sendo 23 válidos (10 arquivados sem aplicação de penalidade e 13 concluídos com aplicação de penalidade) e 12 anulados;

a.2 - 38 Sindicâncias, sendo 34 válidas (20 arquivadas sem indicação de abertura de PAD ou aplicação de penalidade e 14 concluídas com aplicação de penalidade) e 4 anuladas;

a.3- dos 73 procedimentos julgados, 78,08% (57 em 73) foram válidos. Destes 57 válidos, 52,63% (30 em 57) arquivados sem aplicação de sanções disciplinares;

a.4 - 22 penalidades aplicadas, sendo: 9 advertências (5 prescritas), 5 suspensões (2 prescritas), 7 demissões (3 prescritas) e 1 destituição de cargo (prescrita). Assim, destas, 36,36% (8 em 22), foram expulsórias (demissões e destituição de cargo).

Destes 179 procedimentos disciplinares (106 instaurados/73 julgados), 29 deles foram instaurados (24 PADs e 05 Sindicâncias) e 20 julgados, pela Secretaria-Executiva, da seguinte forma:

b) - 12 PAD's (10 válidos e 2 anulados) e 8 Sindicâncias (7 válidas e 1 anulada);

b.1 - dos 20 procedimentos julgados, 85% (17 em 20) foram válidos.

c) 140 procedimentos foram lançados no Sistema CGU/PAD, dentre os 179 instaurados e julgados no âmbito do MAPA, o que equivale a 78,21%. Dentre estes, 43 dos 49 procedimentos referentes à Secretaria-Executiva, foram lançados no Sistema CGU-PAD, o que equivale a 88,75%.

d) 52 denúncias analisadas, das quais, 26 arquivadas após diligências preliminares e 26 estão em trâmite.

3 – PARTE A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

3.5 - Cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA editou a Portaria MAPA/SE nº 37, de 19 de março de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 9, de 31 de março de 2008, acessível no site da CGU, que dispõe sobre a política de uso do Sistema CGU-PAD no âmbito do MAPA em consonância com a Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007.

A Coordenadora-Geral de Procedimentos Disciplinares é responsável pela supervisão dos lançamentos das informações referentes aos procedimentos disciplinares no Sistema CGU-PAD, como Coordenadora do Sistema CGU-PAD no MAPA e o Coordenador-Substituto é o seu Administrador Principal.

Dos 179 procedimentos supervisionados no âmbito do MAPA, 140 foram lançados no Sistema CGU/PAD, da seguinte forma:

- I. dos 64 PAD's instaurados, 49 foram lançados (76,56%);
- II. das 42 Sindicâncias instauradas, 31 foram lançadas (73,08%);
- III. dos 35 PAD's julgados, 30 foram lançados (85,71%);
- IV. das 38 Sindicâncias julgadas, 30 foram lançadas (78,94%).

Dentre estes, dos 49 procedimentos disciplinares instaurados/julgados pela Secretaria-Executiva, 43 foram lançados no Sistema CGU/PAD, o que equivale a 88,75%. O alcance dos 100% foi obstado pela falta de informações de um Colegiado Apuratório formado por servidores da CGU, que respondem pela apuração de 6 PAD's da Secretaria-Executiva.

**RELATÓRIO DA ÁREA DE CORREIÇÃO
DN TCU Nº 132/13 – Anexo III**

Item 6: Dos 73 procedimentos julgados no âmbito do MAPA, 57 foram válidos e destes, 27 resultaram em aplicação de penalidade, dentre elas, 8 expulsórias, das quais, 7 demissões e 1 destituição de cargo.

“Sistema de Correição na SFA/SC

A Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC não possui um sistema formal regimental próprio de correição. Conforme estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as denúncias, críticas, elogios e sugestões dos administrados, bem como as manifestações relativas ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20/07/2010), são recebidas e gerenciadas pelo Órgão Central em uma estrutura de Ouvidoria, que conta, inclusive, com uma central de relacionamento para atendimento via telefone e digital (internet), assegurando ao usuário o pleno direito ao anonimato. Neste modelo, compete às unidades descentralizadas, apenas, a nomeação de dois servidores estáveis do quadro para atuarem como “interlocutores” das demandas da Ouvidoria Central frente à Unidade Descentralizada.

Compõe, ainda, o modelo centralizado de correição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, também gerenciado pelo Órgão Central, e que trata das questões relativas ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informação). Do mesmo modo que a Ouvidoria, as demandas são recebidas e gerenciadas pelo Órgão

Central e repassadas a servidores da SFA-SC formalmente designados para atuarem como “resolvedores” locais ou descentralizados.

Finalmente, as questões disciplinares trazidas pela Ouvidoria ou captadas pela própria Gestão da SFA-SC, são tratadas, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, através da nomeação de comissões sindicantes ou disciplinares, conforme o caso, instituídas via Portarias específicas para cada episódio, e compostas, invariavelmente, por servidores estáveis do quadro da SFA-SC. O acompanhamento dos trabalhos e conclusões desses Colegiados Sindicantes / Disciplinares também é procedido pelo Órgão Central através do Sistema CGPAD/SE.

Ainda neste contexto, a Superintendência designou servidores que tem a responsabilidade de realizar o controle e acompanhamento de todos os processos que envolvem questões disciplinares, buscando dar celeridade à evolução das questões, oportunizando assim agilidade e transparência no trato das questões públicas.”

3 – PARTE A- item 3, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

3.6 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Em relação aos controles internos, a análise está apresentada no subitem 3.2.

4 – PARTE A- item 4, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

4.1 – Execução das Despesas

4.1.1 – PROGRAMACÃO

Análise Crítica:

Não se aplica a esta SFA/SC.

4.1.2 – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Análise Crítica:

Os itens 4.1.2.1 e 4.1.2.2 não se aplicam a esta SFA/SC

4.1.3 – REALIZAÇÃO DA DESPESA

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
a) Convite				
b) Tomada de Preços		-		
c) Concorrência				
d) Pregão	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	790.471,23	864.639,00	765.299,59	801.603,00
h) Dispensa	432.404,45	580.367,00	425.836,02	538.633,00
i) Inexigibilidade	358.066,78	284.272,00	339.463,57	262.970,00
3. Regime de Execução Especial	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
j) Suprimento de Fundos	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00

k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00
5. Outros (Aux.Fun, Exerc.Ant, Ressarc e Convênios)	4.059.911,18		105.301,18	
6. Total (1+2+3+4+5)	8.109.402,25	3.991.823,00	1.621.704,21	3.543.401,00

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO: 130072		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
a) Convite				
b) Tomada de Preços	-			
c) Concorrência				
d) Pregão	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	790.471,23	864.639,00	765.299,59	801.603,00
h) Dispensa	432.404,45	580.367,00	425.836,02	538.633,00
i) Inexigibilidade	358.066,78	284.272,00	339.463,57	262.970,00
3. Regime de Execução Especial	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
j) Suprimento de Fundos	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00
5. Outros (Aux.Fun, Exerc.Ant, Ressarc e Convênios)	4.059.911,18		105.301,18	
6. Total (1+2+3+4+5)	8.109.402,25	3.991.823,00	1.621.704,21	3.543.401,00

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Auxílio Funeral 339008	60.037,75	88.426,00	60.037,75	88.426,00			60.037,75	
2º elemento de despesa								
3º elemento de								

<i>despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2. Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3. Outras Despesas Correntes								
<i>Diárias 339014</i>	507.404,1 0	683.834,0 0	493.440,9 0	677.383,0 0			493.440,9 0	
<i>309033 - Passagens</i>		155.218,0 0		149.869,0 0				
<i>Mat de Consumo 339030</i>	449.738,4 8	499.396,0 0	443.987,6 0	499.086,0 0	5.750,88		395.200,1 4	
<i>Serv Terceiros PJ 339037/339139-47</i>	1.160.656,86	1.303.000,00	1.059.805,59	1.302.572,00	100.851,27		1.009.208,85	
<i>339036/33/39/47/92/93</i>	1.479.379,78	41.796,00	1.360.250,84	40.379,00	119.128,94		1.215.041,59	
<i>339039 - Serv. Terceiros PJ</i>		1.236.432,00		1.236.391,00				
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
333041	2.210.620,00	396.060,00	2.210.620,00	396.060,00				
443041	1.743.990,00	474.250,00	1.743.990,00	474.250,00				
449051	310.471,64	130.000,00	20.000,00	-	290.471,64	130.000,00	129.889,82	
449039	41.000,00		15.000,00		26.000,00			
449052	100.389,03	9.705,00	99.654,63	9.705,00	734,40			
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6. Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoaal								
Auxílio Funeral 339008	60.037,75	88.426,00	60.037,75	88.426,00			60.037,75	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Diárias 339014	507.404,10	683.834,00	493.440,90	677.383,00			493.440,90	
309033 - Passagens		155.218,00		149.869,00				
Mat de Consumo 339030	449.738,48	499.396,00	443.987,60	499.086,00	5.750,88		395.200,14	
Serv Terceiros PJ 339037/339139-47	1.160.656,86	1.303.000,00	1.059.805,59	1.302.572,00	100.851,27		1.009.208,85	
339036/33/39/47/92/93	1.479.379,78	41.796,00	1.360.250,84	40.379,00	119.128,94		1.215.041,59	
339039 - Serv. Terceiros PJ		1.236.432,00		1.236.391,00				
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
333041	2.210.620,00	396.060,00	2.210.620,00	396.060,00				
443041	1.743.990,00	474.250,00	1.743.990,00	474.250,00				
449051	310.471,64	130.000,00	20.000,00	-	290.471,64	130.000,00	129.889,82	
449039	41.000,00		15.000,00		26.000,00			
449052	100.389,03	9.705,00	99.654,63	9.705,00	734,40			
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
a) Convite				
b) Tomada de Preços	-			
c) Concorrência				
d) Pregão	2.763.322,61	2.448.475,00	255.406,21	2.063.089,00
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	790.471,23	864.639,00	765.299,59	801.603,00
h) Dispensa	432.404,45	580.367,00	425.836,02	538.633,00
i) Inexigibilidade	358.066,78	284.272,00	339.463,57	262.970,00
3. Regime de Execução Especial	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
j) Suprimento de Fundos	2.256,33	1.326,00	2.256,33	1.326,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	493.440,90	677.383,00	493.440,90	677.383,00
5. Outros (Aux.Fun, Exerc.Ant, Ressarc e Convênios)	4.059.911,18		105.301,18	
6. Total (1+2+3+4+5)	8.109.402,25	3.991.823,00	1.621.704,21	3.543.401,00

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Auxílio Funeral 339008	60.037,75	88.426,00	60.037,75	88.426,00			60.037,75	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Diárias 339014	507.404,10	683.834,00	493.440,90	677.383,00			493.440,90	

309033 - Passagens		155.218,00		149.869,00				
Mat de Consumo 339030	449.738,48	499.396,00	443.987,60	499.086,00	5.750,88		395.200,14	
Serv Terceiros PJ 339037/339139-47	1.160.656,86	1.303.000,00	1.059.805,59	1.302.572,00	100.851,27		1.009.208,85	
339036/33/39/47/92/93	1.479.379,78	41.796,00	1.360.250,84	40.379,00	119.128,94		1.215.041,59	
339039 - Serv. Terceiros PJ		1.236.432,00		1.236.391,00				
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
333041	2.210.620,00	396.060,00	2.210.620,00	396.060,00				
443041	1.743.990,00	474.250,00	1.743.990,00	474.250,00				
449051	310.471,64	130.000,00	20.000,00	-	290.471,64	130.000,00	129.889,82	
449039	41.000,00		15.000,00		26.000,00			
449052	100.389,03	9.705,00	99.654,63	9.705,00	734,40			
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4 – PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.2 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito ou Recursos

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

4.2.1 – Análise Crítica: Não se aplica a esta SFA/SC

4 – PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 868,30			R\$ 868,30
2011	R\$ 2.524,15	R\$ 2.524,15		R\$ 0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012				
2011				
...				

4.3.1 – Análise Crítica:

O valor de R\$ 868,30 se refere a Fatura da VIVO S/A, em desfavor desta SFA/SC, que tinha vencimento no início de 2012, sendo que a competência se referia ao ano de 2011. Sua manutenção em pendência se refere a inconsistência no sistema SIAFE que, não obstante o fato de ter sido liquidado o valor, ainda esta em aberto necessitando a realização de comando contábil o que deverá ser feito no decorrer de 2014.

4 – PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Quadro A.4.4.1 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA									
CNPJ: 00.396.895/0030-60					UG/GESTÃO: 130072				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	755855	83807586/0001-28	7.090.225	1.445.710	0	1.928.625	01/08/2011	31/12/2015	6
1	756431	83807586/0001-28	20.631.990	4.157.235	0	3.882.160	17/11/2011	31/12/2015	6
1	794620	83807586/0001-28	4.394.610	440.000	0	0	13/12/2013	31/12/2014	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
Fonte: SFA/SC e SICONV									

Comentário: Os convênios (plurianuais) nº 755855 e 756431, foram rescindidos na data de 27 de dezembro de 2013, a pedido da convenente, em razão da assinatura do Convênio 794620. As prestações de contas dos recursos serão apresentadas no prazo de 30 dias após a rescisão, isto é, em janeiro/14.

Quadro A.4.4.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA					
CNPJ:	00.396.895/0030-60					
UG/GESTÃO:	130072					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	0	2	0	870.310	4.940.475
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	0	2	-	-	-

Fonte: SFA/SC e SICONV

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
CNPJ: 00.396.895/0030-60		UG/GESTÃO: 130072/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	1.523.098		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	2.058.315		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	870.310		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	3.882.160		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Posição 31.12 Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
CNPJ: 00.396.895/0030-60			UG/GESTÃO: 130072/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			5	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado (R\$)	1.058.315		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)	1.523.098	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	
Montante Repassado (R\$)			1.000.000		
2012	Quantidade de contas prestadas			6	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	5		
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado	11.334.750		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
		Montante repassado (R\$)	1.000.000		
	2011	Quantidade de Contas Prestadas			1
Contas analisadas		Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1		
		Montante Repassado	1.000.000		
Exercícios Anteriores a 2011		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	
	Montante Repassado		1.000.000		

Fonte:

Análise Crítica:

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

- Não ocorreu situação de inadimplência.

Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

- As transferências realizadas atenderam ao disposto nos mencionados decretos.

Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos.

2011	2012	2013
4.940.475,00	870.310,00	0,00

Obs: Valores conforme demonstrado no quadro A.4.4.2

- No exercício de 2011, foram celebrados dois convênios plurianuais, sendo um para a área de Saúde Animal e outro para a área de Sanidade Vegetal. Em 2012 foi aditado o prazo de vigência do convênio da área de Saúde Animal e repassados recursos na ordem de R\$ 870.310,00 para a sanidade vegetal. Ambos tiveram o fim da vigência em 2013, quando foram rescindidos em favor da assinatura de novo convênio de nº SICONV 794620, com valor global de R\$ 4.394.610,00 e contrapartida de R\$ 440.000,00, abrangendo as áreas de Saúde Animal, Sanidade Vegetal e Inspeção Animal. Os recursos não foram repassados no ano de 2013.

Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2013;

- A gestão dos convênios focou afeta ao serviço a ele vinculado e sob a responsabilidade do acompanhante *in loco* de cada convênio, formalmente designado e sob supervisão da chefia do Serviço e da chefia da Divisão de Defesa Agropecuária, com apoio da área financeira. Não ocorreu falta de recursos financeiros e de infra-estrutura adequada para o acompanhamento e fiscalização dos convênios.

Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Não tivemos prestações de contas no ano de 2013.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

No ano de 2013 tínhamos um total de 05 (cinco), prestações de contas pendentes de aprovação. Num esforço dos técnicos da SFA/SC, com o apoio da CAO/SDA, foram todas analisadas. Três delas foram aprovadas e registradas no SIAFI, uma delas referente aos recursos repassados em 2011, foi aprovada no processo e os pareceres inseridos no SICONV. Uma delas ficou pendente de aprovação e será concluída em Março/14. Assim, encontra-se pendente, todavia já analisada a prestação de contas dos recursos de 2011 do convênio 755855, não registrada a sua aprovação no SICONV em razão que o convênio ainda estava vigente e que viria a ser rescindido em 27/12/13.

Ressalvado o convênio no total de R\$ 1.058,3 mil, constante da tabela do Quadro A.4.4.4, que não apresentam o prazo de análise vencido, os demais, R\$ 1.523,1 mil, totalizando 3 mútuos, já foram devidamente analisados e aprovados pela área financeira, estando pendente

ainda o convênio no valor de R\$ 1.000 mil, acordo este que terá sua análise realizada, impreterivelmente, até o mês de Março/2014.

Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

- Os controles e o gerenciamento das transferências é realizada pelo Serviço ao qual o convênio está afeto sob a responsabilidade do acompanhante *in loco*, designado para tal. A fiscalização e o acompanhamento *in loco* tem sido a contento e não ocorreu falta de infra-estrutura e recursos financeiros para o exercício da atividade. Todavia, a principal dificuldade no acompanhamento dos convênios na área de defesa agropecuária, diz respeito a sua dinâmica por abranger atividades continuadas e distribuídas em todo o território catarinense.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

- As transferências de recursos se reveste de importância capital na execução dos programas e ações sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas áreas da Saúde Animal e da Sanidade Vegetal que são fundamentais para garantir as condições necessárias (status sanitário e fitossanitário) para a comercialização e circulação dos produtos agropecuários em todo o território brasileiro e especialmente para atender os requisitos na exportação.

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	130072	Limite de Utilização da UG			
Celso Fernandes Honorato	378.789.309-10	3.000,00	-	2.256,33	2.256,33
Total Utilizado pela UG			-	2.256,33	2.256,33
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-		
Total Utilizado pela UJ			-		

Fonte:

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise							0	-	0	-	0	-
PC em Análise							0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas							0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas							1	2.256,33	2	1.326,06	0	-

Fonte:

Análise Crítica:

A variação do uso do CPGF no decorrer de 2013 em relação a 2012 apresentou um aumento equivalente a 70%, recursos este utilizados exclusivamente para aquisição de materiais de pequeno valor ou aqueles caracterizados como despesas emergenciais e de baixa importância. Esta ferramenta é de suma importância para desburocratizar a máquina pública em se tratando de aquisições de pequenos valores.

4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ

4.6.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios

4.6.1.2 – Análise Crítica:

Não se aplica.

Em face da não aplicabilidade da exigência relativa às informações do item 4.6.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios, deixamos de preenchê-lo.

4.6.2 – Renúncias Tributárias

4.6.2.12 – Análise Crítica

Em face da não aplicabilidade da exigência relativa às informações do item 4.6.2 – Renúncias Tributárias, deixamos de preencher os quadros 4.6.2.1 à 4.6.2.11.

4.7 – Gestão de Precatórios

4.7.3 – Análise Crítica:

Não se aplica.

5 – PARTE A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 127, DE 15/5/2013

5.1 – Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

UNIDADE PAGADORA:SFA-SC

Quadro A.5.1.1.1- Lotação – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	350	321	1	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	350	321	1	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	349	320	1	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	350	321	1	27

Fonte: Extrator-SIAPE

UNIDADE PAGADORA:SFA-SC

Quadro A.5.1.1.2- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: Extrator-SIAPE

- O total de servidores cedidos contempla todos os servidores/empregados na situação “08”. Não possuímos informações quanto à divisão de quais servidores estão ou não em exercício de cargos em comissão nos órgãos aos quais encontram-se cedidos. O número nesta linha refere-se aos cedidos, somado ao número de servidores/empregados contido na célula ‘B7’.

** Tratam-se de empregados anistiados que se encontram em Exercício Externo, parágrafo 7 do Art.93 da Lei 8.112/90

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.5.1.2.1– Estrutura de Cargos e de Funções (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	17	17	3	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	30	30	3	2

Fonte: Extrator-SIAPE

- Soma do total de ocupantes das funções dos grupos FCT (Função Comissionada Técnica) FGR (Função Gratificada) e RGM (Representação de Gabinete).

UNIDADE PAGADORA: SFA-SC

Quadro A.5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	2	34	37	129	49
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	34	37	129	49
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	3	7	15	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	4	3	2
2.3. Funções Gratificadas	0	0	3	12	2
3. Totais (1+2)	3	37	44	144	53

Fonte: Extrator-SIAPE

UNIDADE PAGADORA:SFA/SC

Quadro A.5.1.2.3 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	2	26	72	150	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	2	26	72	150	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	8	20	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	12	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	7	8	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	1	2	28	80	170	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM – SANTA CATARINA

Quadro A.5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada											Valores em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	35.082.202,51	(538,49)	9.883.397,61	3.025.847,26	1.506.394,62	267.042,93	327.806,85	7.652,20	488.184,80	50.587.990,29
	2012	21.248.279,64	-	25.918.154,06	5.025.256,37	1.311.218,58	225.868,00	372.480,74	3.433,51	18.866,52	54.123.557,42
	2011	20.780.938,45	98,22	25.494.993,68	5.001.143,49	1.321.922,89	227.337,00	354.056,79	-	19.575,92	53.200.066,44
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	310.937,02	-	41.214,52	23.135,38	13.943,55	2.745,69	-	4.000,00	4.420,80	400.396,96
	2012	42.672,83	-	1.595,40	4.797,66	1.486,76	152,00	-	1.595,71	736,80	53.037,16
	2011	264.276,19	-	32.100,60	28.638,42	9.790,10	3.310,83	-	-	4.420,80	342.536,94
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	2.086.088,79	211.835,10	181.696,48	24.553,92	74.476,24	40.876,14	14.976,29	65.858,92	30.472,16	2.730.834,04
	2012	1.201.778,50	220.700,49	1.145.370,65	163.406,10	65.884,74	29.997,93	19.091,20	-	-	2.846.229,61
	2011	1.108.613,63	236.743,91	1.168.027,66	176.812,59	61.272,08	21.767,93	23.746,42	-	-	2.796.984,22
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	1.136.356,39	94.092,64	100.060,47	52.771,86	106.242,58	14.292,85	5.825,86	2.222,70	7.154,88	1.519.020,23
	2012	789.866,69	94.469,54	417.168,56	109.966,96	90.717,44	16.884,84	8.919,57	1.335,32	-	1.529.328,92
	2011	675.803,82	84.531,75	349.531,36	81.279,21	83.676,20	14.889,26	6.664,31	-	-	1.296.375,91

Fonte:DW/Excel

Exercícios	Anos	Total	Média Mês
	2013	55.238.241,52	4.603.186,79
	2012	58.552.153,11	4.879.346,09
	2011	57.635.963,51	4.802.996,96

5.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

UNIDADE PAGADORA:SFA-SC

Quadro A.5.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria - Situação apurada em 31 de dezembro		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral*	206	26
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional*	44	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)*	250	26

Fonte:DW/Siapenet

(*) Com base nas informações obtidas pelo DW, não foi possível classificar os fundamentos de aposentadoria, uma vez que são inúmeros e vários não são apresentados de forma clara. Foi possível apenas classificar os tipos de aposentadoria, entre integral ou proporcional, com base no atributo "PROP APOSENTADORIA" presente no DW/Siapenet

UNIDADE PAGADORA: SFA-SC

Quadro A.5.1.4.2 – Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ – Situação Apurada em 31/12/2013		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/2013	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	149	0
1.1 Integral	126	0
1.2 Proporcional	23	0
2. Em Atividade	185	0
3. Total (1+2)	334	0

Fonte:DW/Siapenet

5.1.5 – Cadastramento no Sisac

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	32	22	32	22
Concessão de pensão civil	21	19	21	19
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	02	0	02	0
Totais	0	0	0	0

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria			32	
Concessão de pensão civil			21	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				1
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	0	0	0	0

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0			
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0			
Totais	0	0	0	0

5.1.6 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.7 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Análise Crítica: Os itens anteriores 5.1.6 e 5.1.7 não se aplicam a esta SFA/SC

5.1.8 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

A Superintendência tem buscado de forma sistêmica, modos eficazes de aferir o desempenho do quadro funcional, por meios que resultem num trabalho criterioso e com padrões de eficiência no mais elevado nível possível, sem esquecer, quando da aferição dos indicadores de desempenho, de aspectos de justiça e de humanidade, e que detalhamos a seguir:

ABSENTEÍSMO: Tem se buscado reduzir os impactos relacionados as ausências injustificadas dos servidores, dando um foco maior no acompanhamento da saúde, da educação continuada e das atividades de inserção social. São vários os problemas detectados junto ao quadro funcional. Destacamos a incidências de problemas relacionados com bebidas alcoólicas, lesões por esforços repetitivos (LERS), doenças relacionadas a alta faixa etária dos servidores e psicossociais. Além dos mencionados males, podemos ainda citar situações decorrentes de *stress*.

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS: vêm sendo constante a preocupação o fato das doenças ocupacionais, sendo que várias ações empreendidas pela administração da Superintendência buscam minimizar impactos relacionados a esta situação. Dentre as medidas adotadas, podemos mencionar o trabalho que vem realizando o Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor – SIASS, onde vários serviço foram implementados de atendimento e acompanhamento de servidores desta Superintendência, tais como aferição de pressão arterial, nível glicêmico, peso, dieta alimentar, indicação de exercícios e outras atividades.

ROTATIVIDADE: este cenário não vem sendo objeto de maiores preocupações, apesar de esta ocorrência estar mais relacionada a movimentação de servidores entre as próprias unidades do Ministério, pois a ausência de novos concursos não tem gerado situação de excesso de servidores que pudessem ocasionar rotatividade de servidores. O fato do nível elevado de concessão de aposentadoria também tem contribuído drasticamente para ausência de rotatividade do quadro funcional. Ressalvamos neste caso a questão relacionada a atuação do serviço de fiscalização, onde tem ocasionado inúmeras situações de giro de servidores por conta do reduzido quadro de fiscais, exigindo forças tarefas para execução de atividades essenciais ao interesse da União.

EDUCAÇÃO CONTINUADA: Poucas foram as ações realizadas no ano de 2013 no sentido de capacitar os servidores do MAPA. Um dos fatores que contribuíram para este cenário está diretamente relacionada co contingenciamento imposto pelo Governo Federal, o que imprimiu um processo de redução orçamentária nos mais variados segmentos da Administração Pública. Tal imposição gerou uma degradação na capacidade gerencial das organizações, pois como bem sabemos os processo são dinâmicos e sofrem evoluções sistêmicas, sendo que qualquer falta de acompanhamento de atualizações ensejam prejuízos significativos ao bom desempenho da máquina pública.

DISCIPLINA: o servidor público federal, é regido pela Lei nº 8.112/90, que estabelece os seus deveres e direitos.

5 – PARTE A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 127, DE 15/5/2013

5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.5.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
A relação de Terceirizados da SFA/SC é encaminhada a CGU trimestralmente					

Fonte:

Quadro A.5.2.2 – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

Fonte:

Quadro A.5.2.3 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em SC													
UG/Gestão: 130072							CNPJ: 00.396.895/0030-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	7	92.653.666/0002-48	22/07/2009	31/03/2013	-	-	4	4	-	-	E
2010	V	O	15	10.364.152/0001-27	18/11/2012	31/03/2013	-	-	3	3	-	-	E
2013	V	O	3	10.364.152/0001-27	01/04/2013	31/03/2014	-	-	4	4	-	-	A
2013	12	E	5	10.581.285/0001-55	01/10/2013	30/09/2014	19	15	-	4	-	-	E
2013	12	O	6	10.581.285/0001-55	01/11/2013	31/10/2014	18	16	-	2	-	-	A
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Fonte:</p>													

Quadro A.5.2.4 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA													
UG/Gestão:130072						CNPJ: 00.396.895/0030-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	-	-	2	2	-	-	E
2010	4	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	2	2	-	-	-	-	E
2010	12	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	8	8	-	-	-	-	E
2011	5	O	5	03.814.774/0001-44	01/07/2011	30/06/2014	-	-	2	2	-	-	E
2011	5	O	5	03.814.774/0001-44	01/11/2011	31/10/2013	-	-	2	1			E
2012	5	O	1	08.629.207/0001-31	11/06/2012	11/08/2013	-	-	1	1	-	-	E
2012	7	O	2	00.482.840/0001-38	02/05/2012	30/04/2013	-	-	2	2	-	-	E
2011	3	O	7	04.675.257/0001-69	01/07/2011	30/06/2014	-	-	1	1	-	-	P
2013	4	O	5	10.581.285/0001-55	01/10/2013	30/09/2014	2	-	-	2	-	-	A
2013	12	O	5	10.581.285/0001-55	01/10/2013	30/09/2014	4	4	-	-	-	-	A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte:

5.2.5 – Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A SFA/SC devido ao contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal junto aos órgãos, fundações e autarquias, redundando em redução drástica no orçamento, mais precisamente no que diz respeito aos recursos destinados a despesas de manutenção dos órgãos, a SFA/SC, comprometida com a política estabelecida, realinhou seus custos de mão de obra de terceirizados.

Dentre as medidas adotadas, o carro chefe foi o de revisão dos contratos vigentes onde, em certos casos, foram realizados novos pregões com o único objetivo de minimizar o impacto financeiros gerados por aqueles serviços sobre o orçamento disponibilizado.

As mudanças se verificaram tanto no numero de terceirizados como na configuração exigida, realinhando as funções de modo que houvesse, se não em quantidade, mas uma redução dos custos considerando o valor da mão de obra.

Este processo viabilizou uma redução do números de terceirizados, passando de um total, inclusas todas as frentes de trabalho, de 40 para 31 postos de trabalhos.

É evidente que esta redução, considerando as atuais instalações desta SFA/SC, em muito ficaram prejudicadas, não obstante o fato de que em momento algum estas modificações ocasionaram prejuízos para atividades fins da Organização, restringindo-se tão somente a questões ambientais, logísticas e outras serviços.

O demonstrativo acima apresenta informações acerca do quantitativo trimestral de contratos de estágio vigentes, separando-o por nível de escolaridade exigida para o desempenho das atividades, atividades estas distribuídas nas áreas fins e meio da SFA-SC.

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	15	12	11	89.057,15
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	2	4	4	6	18.733,15
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					

Fonte:DW/Excel

6 – Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

6.1 – Gestão da Frota de Veículos e Próprios e Contratados de Terceiros

A SFA/SC utilizou no exercício de 2013, somente veículos de propriedade da União que estão sob sua responsabilidade, de acordo com o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública direta, autárquica, fundacional e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de março de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais. A frota de veículos da SFA/SC é uma ferramenta imprescindível para o atendimento das atividades fim da SFA/SC, tanto na parte de fiscalização, quanto na operacional.

Para controlar sua frota o MAPA implantou e está em fase de aprimoramento, devendo estar em pleno funcionamento em 2014, o Controle de Veículos Automotores – SCVAA SFA/SC até a metade do primeiro semestre deverá realizar pregão eletrônico para selecionar empresa especializada em controle de frota com fornecimento de combustíveis e outros serviços e peças por meio de rede de fornecedores devidamente credenciadas.

A SFA/SC adotou uma nova configuração para realizar o referido pregão, onde estarão a disposição uma gama de novos produtos, oportunizando condições de controle e gerenciamento das viaturas desta Superintendência.

A frota de veículos desta SFA/SC tem idade média de 03 (três) anos) e está assim composta e distribuída:

Tipo	Características	Quantidade	Média Anual Km Rodados	Despesas com Combustível	Desp. Com Mat.p/ Manutenção	Desp. c/ Manut. E Conserv. (mão de obra)
VANS	Transporte de até 15 pessoas	2	6.994,50	281.081,26	50.509,76	32.045,62
FURGÃO	Transporte de carga até 1,5 T	1	2.076,00			
MICRO ÔNIBUS	Transporte de até 22 pessoas	1	9.123,00			
CAMINHÃO MÉDIO	Transporte de carga até 4,0 T	1	5.795,00			
VEÍCULOS LEVES	Automóveis e Camionetas	134	8.969,00			
TOTAIS	Frota	139	32.957,50	281.081,26	50.509,76	32.045,62

Fonte: STR/SFA/SC

6 – Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

6.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	9	9
	Blumenau	1	1
	Capinzal	1	1
	Concordia	1	1
	Indaial	1	1
	Jaguaruna	1	1
	São José	4	4
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	R	EC	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				V H	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	C/ Manutenção
130072	8047.00021.500-7	21	3	98.558,66	-	-	-	-
130072	8075.00003.500-4	5	3	1.746.019,35	-	-	-	-
130072	8083.00013.500-0	21	3	87.636,57	-	-	-	-
130072	8147.00002.500-0	13	3	2.815.754,64	28.06.2013	1.130.250,00	-	-
130072	8173.00002.500-9	13	3	21.968,76	-	-	-	-
130072	8327.00028.500-0	21	3	356.488,33	-	-	-	-
130072	8327.00029.500-5	21	3	271.911,92	-	-	20.000,00	-
130072	8327.00030.500-0	21	3	527.096,52	-	-	-	8.150,00
130072	8327.00031.500-6	21	3	30.458,56	-	-	-	-
Total							20.000,00	8.150,00
Fonte: LEGENDA: R - REGIME EC - ESTADO DE CONSERVAÇÃO VH - VALOR HISTÓRICO								

Análise Crítica:

Atualmente são 9 (nove) os imóveis sob a responsabilidade desta UJ. Destes, 04 (quatro) propriedades estão localizadas na Cidade de São José/SC, município integrante da Região Metropolitana de Florianópolis, imóveis estes que fazem parte de uma única área, de aproximadamente 13 ha., onde encontra-se sediada, atualmente, a Superintendência estadual do MAPA, sendo que os demais imóveis localizam-se em outras cidades do interior do Estado.

Os imóveis localizados nas cidades de Blumenau (SC) e Concórdia (SC), respectivamente RIP's 8047.00021.500-7 e 8083.00013.500-0, estão em uso pela própria Superintendência, estando ali instaladas as Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias. No que se refere ao imóvel de Indaial (SC), RIP nº 8147.00002.500-0, o mesmo foi transferido para a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, conforme processo 21050.001725/2013-22. Conforme averbação junto ao registro do imóvel no Spiunet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União) parte da área, 13.590,16m², foi cedida ao Governo do Estado para a construção da 3ª ponte - Port.25, de 30/04/2013, publicada no DOU de 19/07/2013 - Seção 1, fl.76 - ver 04972.006464/2012-35 - mat/digep/2013. Estamos no aguardo da baixa junto ao Sistema da vinculação do imóvel em relação a esta Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina - SFA/SC.

Quanto à situação do imóvel de Capinzal (SC), RIP nº 8075.00003.500-4, através do processo nº 21050.003072/2007-78, foram tomadas medidas de reversão do referido imóvel em favor da SPU - Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina. Atualmente está em vigor Contrato de Cessão Gratuita, publicada no DOU de 4 de janeiro de 1994, do imóvel firmado entre a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Capinzal, acordo este de 20 (vinte) anos, ocorrendo seu vencimento no próximo dia 03 de janeiro de 2014. Estamos no aguardo da baixa do referido imóvel junto ao Spiunet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), promovendo a destinação de direito do citado imóvel.

No que se refere ao imóvel de Jaguaruna (SC) está em uso pela APAE – Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais daquele município, sem formalidade de cessão. Este imóvel encontra-se em bom estado de conservação sendo que devido ao fato de não mais haver interesse em aproveitá-lo, a

SFA/SC estará adotando medidas visando a reversão do referido imóvel em favor da SPU/SC, dando assim destinação outra atendendo interesses da União.

Ressalvada a atualização promovida nos dados financeiros do imóvel de Indaial (RIP:8147.00002.500-0), motivado principalmente pelo fato de que em 2013 a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, devolveu o imóvel a esta Superintendência em razão do encerramento das atividades do Posto Agropecuário, os demais imóveis, devido a política de contingenciamento promovida pelo Governo Federal, que ocasionou cortes significativos no orçamento de custeio da Superintendência, impediu a realização de trabalhos visando a reavaliação dos bens, levantamento este de relativa proporção pois várias foram as mudanças ocorridas em áreas adjacentes dos imóveis, tais como: criação de estradas, pavimentações, calçamentos, iluminações públicas, execução de saneamento básico e outras benfeitorias.

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Vazios							
Total						-	-
Fonte:							

Análise Crítica: O quadro A.6.2.3 e 6.3 não se aplicam a esta SFA/SC.

6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Análise Crítica:

Face a inexistência de bens classificados no ítem acima, deixamos de tecer comentários a respeito.

7- Parte A, item 7 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

7.1.1 – Análise Crítica:

Tendo em vista que a gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Agricultura é afeta à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação em Brasília, deixamos de preencher o Quadro A.7.1, de acordo com consulta efetuada a DRAGR/DR/SFC/CGU-PR em 07/03/2013.

8 – Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Adota-se os preceitos regulados pelo Decreto 7.713, de 5 de junho de 2012, que regula o Art. 3º da Lei nº 8.666/93.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
	A ISO14000 que trata dos sistemas de gestão ambiental, auditorias ambientais, rotulagem ambiental e avaliação do desempenho ambiental.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	No tocante ao consumo de água, as medidas introduzidas visando sua redução refletiram numa economia de aproximadamente 37,4% entre o verificado em 2012 e o realizado em 2013. Já no que diz respeito aos gastos com energia, não obstante ter havido um acréscimo no Kilowatt/hora consumido, as despesas tiveram uma redução de aproximadamente 37,7%.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X			X	
	Sim ()			Não ()	

<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X	
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>			X	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>				X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>				X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>			X	
Considerações Gerais:				
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel		1932	1659		17.264,78	15.436,93
Água	3652	5831	4523	37.335,76	75.807,63	58.785,28
Energia Elétrica	779585	391907	324764	194.851,10	313.186,09	274.335,07
			Total	232.186,86	406.258,50	348.557,28

Fonte:

9- Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve demanda formulada pelo TCU no exercício em análise

9- Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.2 – Tratamento de Recomendações do OCI

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Análise Crítica: Não se aplica a esta UJ

9- Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.3 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Externa

Análise Crítica:

A CGU em sua atuação junto a esta SFA/SC, procedeu levantamento de nº 2013-05822 de 07/05/2013 do qual foram feitas solicitações de auditoria em número de 18, todas elas respondidas pela UJ tempestivamente.

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			50
	Entregaram a DBR			50
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SGP/SFA/SC

Análise Crítica:

Na forma que fixa o art. 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, os administradores desta Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, sujeitos a exigência e enquadrados no que estabelece o art. 1º, do mesmo Diploma Legal, estão quites com as obrigações estabelecidas, tendo sido entregues tempestivamente a documentação relativa às declarações de bens e de rendas dos administradores e detentores de cargos de confiança.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A UJ mantém controle físico de entrega de cópia da Declaração de bens ou de Autorização para consulta na base de dados da SRF, sendo que não há sistema automatizado para controle de entrega e manutenção dos dados.

A área de Recursos Humanos, responsável pela manutenção atualizada das informações, sempre ao final do período de entrega das declarações de ajustes de rendimentos, realiza levantamento das pendências, encaminhando aos servidores responsáveis, comunicado requerendo o saneamento da pendência relativa à obrigação estabelecida pela Lei 8.730/93.

9- Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Danos ao Erário

Análise Crítica:

Tendo em vista a inexistência de casos em que decisões, ações ou medidas administrativas tenham causado danos ao Erário em 2013, fica prejudicado o preenchimento do quadro A.9.5.

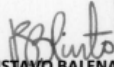
9- Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.6 – Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO**, CPF nº 004.762.959-20, Superintendente Federal de Agricultura em Santa Catarina, cargo exercido na **SFA/SC Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São José (SC), 25 de março de 2014.



LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO

CPF: 004.762.959-20

Superintendente Federal de Agricultura em Santa Catarina

Relacionamento com a Sociedade:

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para atendimento à Lei nº 12.527, que estabelece que o acesso a informações públicas é direito fundamental de todo e qualquer cidadão, informações estas que devem ser respondidas no prazo legal definido por Lei de 20 (vinte) dias, foi criado, entrando em funcionamento no dia 12 de abril de 2012 o **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC**, cujos canais de atendimento são:

- e-sic
- 0800
- Chat
- E-mail
- Fax
- Carta
- Presencial
- Telefone

O SIC MAPA conta com a seguinte estrutura:

- **Tele atendimento (1º nível)** – Composto por tele-operadores que atendem ao 0800 e Chat.
- **Equipe SIC (2º nível)** – Equipe responsável por receber os requerimentos encaminhados pela equipe de tele atendimento (1º nível) via sistema SIC.
- **Área Técnica (3º nível)** – Trata-se de fiscais e técnicos do MAPA cadastrados no sistema SIC como Interlocutores, para respostas ao cidadão.

A SFA/SC faz parte do 3º nível, com 02 (dois) interlocutores que recebem as demandas e encaminham as respectivas áreas técnicas para atendimento, sendo que no exercício 2013 foram recebidas 41 demandas, sendo 27 direcionadas a área técnica e 14 direcionadas a área administrativa, com atendimento de 100%, sendo 95% dos atendimentos dentro do prazo determinado pela Lei nº 12.527 e 5%, por motivos técnicos, atendidas após decorrido o prazo legal.

O MAPA ainda conta com uma OUVIDORIA instalada em sua sede em Brasília, que é um canal de denúncia contra atos ilegais praticados pelas Administrações.

11- Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

11.1. - Medidas adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Análise Crítica:

A contabilidade das Superintendências Federais de Agricultura é centralizada na Coordenação de Contabilidade – CCONT na sede em Brasília/DF, sendo expedido tão somente as Superintendências, a declaração da execução de sua contabilidade no **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI**, portanto todas as demais informações dos itens 11.1, 11.3, 11.4, 11.5 e subitens 11.5.1, 11.5.2, e item 11.6, não se aplicam a SFA/SC.

11- Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 – Declaração Plena:

No subitem a seguir, será apresentada a declaração com ressalva, de responsabilidade do Contador, quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis da SFA/SC no exercício 2013.

11.2.2 – Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC PEC E ABASTECIMENTO – SFA/SC			130072
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) – Saldo alongados/indev. Contas Transitórias Ativo Compensado;b) – Convênios a Aprovar com Data Expirada;c) - Falta/Atraso Retenção/Recolhimentos de Obrigações e Tributos <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original
Data: 12/02/14



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Campos
Confere com o Original

Data: 12/02/14